

FRONTEIRAS DO PASSADO

Aportes interdisciplinares sobre a arqueologia
do Baixo Rio Urubu, Médio Amazonas, Brasil



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros

ANTÔNIO CARLOS WITKOSKI
DOMINGOS SÁVIO NUNES DE LIMA
EDLENO SILVA DE MOURA
ELIZABETH FERREIRA CARTAXO
SPARTACO ASTOLFI FILHO
VALERIA AUGUSTA CERQUEIRA MEDEIROS WEIGEL

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz (Université de Versailles)
Antônio Cattani (UFRGS)
Alfredo Bosi (USP)
Arminda Mourão Botelho (Ufam)
Spartaco Astolfi Filho (Ufam)
Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)
Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)
Cesar Barreira (UFC)
Conceição Almeida (UFRN)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)
Gabriel Conh (USP)
Gerusa Ferreira (PUC/SP)
José Vicente Tavares (UFRGS)
José Paulo Netto (UFRJ)
Paulo Emílio (FGV/RJ)
Élide Rugai Bastos (Unicamp)
Renan Freitas Pinto (Ufam)
Renato Ortiz (Unicamp)
Rosa Ester Rossini (USP)
Renato Tribuzi (Ufam)

Helena Pinto Lima
Organizadora

FRONTEIRAS DO PASSADO
Aportes Interdisciplinares sobre a Arqueologia do
Baixo Rio Urubu, Médio Amazonas, Brasil



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Copyright © 2013 Universidade Federal do Amazonas

Reitora

Márcia Perales Mendes Silva

Editora

Suely Oliveira Moraes Marquez

Diagramação | Supervisão Editorial

Marcos Sena

Capa

Vladimir Sampaio

Revisão

Cátia Taboada (português)

Suely Moraes (técnica)

Fotografia da capa e contracapa

Maurício de Paiva

Catálogo na Fonte

F935 Fronteiras do Passado: Aportes Interdisciplinares sobre a Arqueologia do Baixo Rio Urubu, Médio Amazonas, Brasil. / Organizadora, Helena Pinto Lima. – Manaus: Edua, 2013.
254 p.

ISBN 978-85-7401-717-4

1. Arqueologia. 2. Arqueologia – Baixo rio Urubu. 3. Arqueologia – Médio Amazonas – Brasil. I. Lima, Helena Pinto (Org.).

CDU 902.2(811.3)

EDUA

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Av. Gal Rodrigo Octávio, 6.200, Coroado I, Manaus-AM

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Bloco L, Setor Sul

Telefax: (0xx) 92 3305 4291 e 3305 4290

e-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta publicação traz ao público o projeto **Arqueologia Regional e História Local no Baixo Urubu**, vinculado ao Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas e ao Museu Paraense Emílio Goeldi, que desde 2009 desenvolve atividades de pesquisa e difusão científica nos municípios de Silves e Itacoatiara, contribuindo para a consolidação da arqueologia e das ações preservacionistas no Estado do Amazonas. O projeto envolve uma quantidade significativa de colaboradores e tem alcançado resultados que devem ser divulgados à comunidade em geral.

Mais do que um empenho acadêmico, é nosso dever enquanto pesquisadores trazer-mos de volta à sociedade os resultados de nossas pesquisas. Nesse sentido, a publicação do livro *Fronteiras do Passado: aportes interdisciplinares sobre a Arqueologia do Baixo Rio Urubu, Médio Amazonas, Brasil*, tem como objetivo apresentar os resultados, assim como as considerações e reflexões decorrentes da atuação do Projeto Baixo Urubu na região.

Cada pesquisa pontual realizada na área, com seu viés e enfoque particular, é singularmente importante e contribui para

uma visão mais abrangente sobre os mais diversos aspectos que envolvem a arqueologia do Rio Urubu. Assim, os capítulos que compõem este livro representam significativas contribuições à arqueologia: eles resultam de diferentes abordagens disciplinares, tendo como eixo central os sítios arqueológicos existentes na região.

Nesse sentido, penso que podemos trazer contribuições importantes aos pesquisadores em geral ao mostrar como equipes interdisciplinares tendem a trazer resultados mais significativos aos temas de pesquisa propostos, sejam eles quais forem.

O livro traz resultados de pesquisas científicas, mas sendo voltado também à sociedade (não somente aos arqueólogos e à comunidade acadêmica), buscou uma linguagem fora dos parâmetros “tecnicistas” por vezes utilizados em publicações científicas. Ele está dividido em três eixos temáticos, dentro dos quais se distribuem os capítulos, assinados por diferentes autores-colaboradores do projeto. Esses três eixos seguem uma Introdução escrita pela autora/coordenadora do projeto, que apresenta o projeto, seu escopo e objetivos, ao leitor.

Na primeira parte, **Arqueologia, Paisagem e Território**, couberam textos mais abrangentes e talvez mais teóricos, abordando temas relevantes à construção do conhecimento arqueológico em geral, bem como de áreas afins, tendo sempre a região do Rio Urubu como alvo dos problemas tratados. Inicialmente o capítulo *Variabilidade Arqueológica e o estudo de fronteiras culturais na região do baixo Rio Urubu*, também assinado pela Dra. Helena Lima, traz uma contextualização geral da região, seu históricos e problemas de pesquisa, dando ênfase à variabilidade arqueológica encontrada na área de pesquisa. Este texto é seguido por capítulos com diferentes enfoques temáticos e conceitos relacionados, como o texto de B. Moraes, intitulado *Onde há fumaça há fogo: levantamentos arqueológicos no baixo Urubu*, que traz um panorama teórico e metodológico relativo aos levantamentos de sítios arqueológicos empreendidos na região com uma problematização sobre as potencialidades inerentes a cada método e sua condução no contexto amazônico. Por fim, em *Lugares persistentes na paisagem*, os pesquisadores Filippo Stamparoni e Marta Cavallini trazem uma reflexão sobre a territorialidade dos assentamentos pré-coloniais ligada a certas características distintivas que perfazem a paisagem da região.

A parte 2, intitulada **Arqueologia, Ambiente e Sociedade**, mostra elementos do ambiente e as pessoas que atualmente

vivem na região e que se apropriam e constroem as paisagens do Rio Urubu. Esta segunda parte é inaugurada por um ensaio textual e fotográfico assinado pelo Dr. Nigel Smith, regido em Inglês, *Palms and People along the Urubu River, Amazonas, Brazil*, sobre as relações atuais que marcam a estreita convivência do homem e as plantas na região, em especial as palmeiras, que têm um longo histórico de manejo e são tão importantes para a vida humana na Amazônia. Este texto é seguido pelo trabalho de Carlos Augusto da Silva, *Terreiros florísticos pré-cabralianos no Amazonas* que mostra a atual composição florística em dois sítios da área de pesquisa, sob um olhar da própria arqueologia.

Essa parte apresenta também a atuação das pesquisas junto aos diferentes grupos sociais: comunidades ribeirinhas, habitantes das cidades etc. que foram envolvidas de alguma maneira, ou fizeram parte diretamente dos trabalhos desenvolvidos. Aqui couberam os trabalhos ligados aos programas de educação patrimonial e socialização da arqueologia, à atuação nas escolas e comunidades, bem como um estudo sobre os impactos de projetos dessa natureza sobre as comunidades amazônicas. O trabalho de Angelina Howell, *Arqueologia na Confluência: Interseções Críticas entre Ciência e Comunidade na Amazônia*, traz um interessante estudo desses impactos, especialmente os econômicos, decorrentes do Projeto, em especial de um sítio-escola

organizado em parceria com o curso de arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas no sítio Pontão, sobre esta comunidade ribeirinha e a cidade de Silves, que abrigou os pesquisadores e estudantes por um período de um mês em 2010. Também sobre este mesmo sítio-escola decorre o texto de Maria Tereza Parente, intitulado *Arqueologia e Educação Patrimonial na comunidade Pontão*.

Por fim, na parte 3, **Estudos de Caso** são apresentados alguns estudos mais específicos em sítios arqueológicos da região, a partir de diferentes abordagens investigativas. Além de trazer os dados e informações sobre os sítios, é importante mencionar que essas pesquisas, com enfoques e problemas investigativos variados, foram realizadas eminentemente por estudantes de graduação e pós-graduação vinculados ao projeto. O primeiro capítulo, *O sítio Caretas: uma biografia do lugar*, de Marta

Cavallini e Filippo Stampanoni, apresenta este importante sítio arqueológico da região, que abrange de uma maneira muito forte o imaginário dos atuais moradores do município de Itacoatiara, particularmente às margens do Rio Urubu. Os três últimos capítulos, assinados pelas bolsistas do projeto: Ângela Araújo, Indira Souza e Catarina Calheiros, desenvolvidos em colaboração com a Dra. H. Lima, orientadora das pesquisas, mostram os estudos desenvolvidos em três sítios arqueológicos, o Santa Helena, o Sete Irmãos do Anebá e o Tauaquera, todos localizados no município de Silves. Esses textos resultam de uma primeira experiência investigativa das bolsistas, todas elas estudantes com um futuro acadêmico promissor.

Helena Pinto Lima,
Maio de 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

Helena Pinto Lima

PARTE I – ARQUEOLOGIA, PAISAGEM E TERRITÓRIO 35

Variabilidade Arqueológica e o estudo de fronteiras culturais no na região do baixo Rio Urubu 35

Helena Pinto Lima

Onde há fumaça, há fogo: levantamentos arqueológicos no baixo Urubu 63

Bruno Marcos Moraes

Lugares Persistentes na Paisagem 87

Filippo Stanpanoni e Marta Cavallini

PARTE II – ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE 111

Palms and People along the Urubu River, Amazonas, Brazil 109

Nigel Smith

Terreiros florísticos pré-cabralianos no Amazonas 143

Carlos Augusto da Silva

Arqueologia na Confluência: Interseções Críticas entre Ciência e Comunidade na Amazônia 159

Angelina Howell

Arqueologia e Educação Patrimonial na comunidade Pontão 169

Maria Tereza Vieira Parente

PARTE III – ESTUDOS DE CASO 181

O Sítio Caretas: Uma biografia do lugar 181

Marta Sara Cavallini e Filippo Stanpanoni Bassi

Estudo sobre a variabilidade artefactual no sítio arqueológico Santa Helena, Silves/AM 205

Ângela Araújo e Helena Pinto Lima

Cronologia e interpretação de um sítio arqueológico: Sete Irmãos do Anebá 221

Indira Leite Ferreira e Souza

Sítios de contato: análise preliminar do sítio cerâmico-histórico do Tauaquera, no baixo Rio Anebá 237

Catarina Ribeiro Calheiros

Sobre os Autores 251

INTRODUÇÃO

Helena Pinto Lima

A título de introdução, daremos início a este livro apresentando o projeto de pesquisa que deu origem a ele, mostrando as intervenções arqueológicas empreendidas desde 2009 nos municípios de Itacoatiara e Silves/AM, sob a égide do Projeto Baixo Urubu. O projeto é vinculado ao Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre os anos de 2009 e 2012.

Sua idealização se deu no âmbito de propostas acadêmicas já consolidadas, que entendem o conhecimento arqueológico como um *constructo* de longo prazo. Assim, seu embrião encontra-se ainda nas atividades do “Projeto Amazônia Central” (ou PAC), vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), que atuou por mais de quinze anos, entre 1995 e 2010, na área de confluência dos rios Negro e Solimões, nos municípios de Manaus e Iranduba/AM. De fato, o PAC foi o responsável pela formação

de toda uma geração de arqueólogos atuando na Amazônia, em especial no Estado do Amazonas, e por caracterizar essa região como uma das melhores conhecidas, do ponto de vista da arqueologia (NEVES, 2005; LIMA, 2008). De uma iniciativa conjunta entre a equipe PAC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), surgiu, em 2004, o *Projeto Baixo Amazonas*, que passou a desenvolver ações ligadas à arqueologia e educação patrimonial em diferentes áreas da extensa região conhecida por Baixo Amazonas (LIMA; SILVA 2005).

Estes trabalhos levantaram informações sobre a situação do patrimônio arqueológico da região, bem como do potencial para pesquisa e grau de degradação em 107 sítios arqueológicos (Idem). Seu objetivo inicial foi alargar a abrangência geográfica dos dados arqueológicos no Estado do Amazonas, sendo que os levantamentos viriam a mostrar a necessidade de preenchimento de uma lacuna nas informações disponíveis para a arqueologia dos locais situados entre duas áreas já exaustivamente estudadas: a Amazônia Central e o baixo Amazonas.

Neste momento enfatizou-se a necessidade de desenvolver trabalhos sistemáticos em áreas sensíveis para o conhecimento da história da Amazônia pré-colonial, sendo este o caso da região do baixo Rio Urubu, como se verá adiante. Embora estas inserções tenham sido pontuais, tais iniciativas arqueológicas despertaram o interesse para o potencial arqueológico da área, dando origem ao *Projeto Arqueologia Regional e História Local do Baixo Urubu*, ou simplesmente *Projeto Baixo Urubu*.

A região do baixo Rio Urubu tem um longo histórico de pesquisas arqueológicas, e teve como marco importante a atuação do arqueólogo Mário Simões, que viu na região uma questão que ainda permanece por ser esclarecida, que diz respeito à peculiaridade dos vestígios arqueológicos ali encontrados (SIMÕES; MACHADO, 1984, 1987). Dando continuidade às proposições de Simões, o Projeto Baixo Urubu teve, então, o objetivo de realizar um zoneamento arqueológico da área, através da identificação do tamanho, densidade, duração e a antiguidade das ocupações, além de entender a dispersão, organização social e os limites territoriais das ocupações humanas nessa região. Seus objetivos também incluíram promover ações visando à socialização do processo de construção do conhecimento, através da educação patrimonial voltada à população local, além de possibilitar um diálogo entre diferentes percepções acerca do patrimônio arqueológico (LIMA, 2009).

Dentre as ações desenvolvidas, foram realizadas prospecções arqueológicas, escavações em alguns sítios e atividades de divulgação científica e educação patrimonial, especialmente nas proximidades dos sítios pesquisados. Os trabalhos nos sítios arqueológicos levaram à formulação de uma hipótese preliminar sobre a cronologia de ocupação da área, bem como a interpretações sobre a organização social no passado, que serão apresentadas nos próximos capítulos deste livro.

O projeto envolve uma quantidade significativa de alunos de graduação e pós-graduação, e já conta com resultados expressivos para a arqueologia amazônica, que têm sido divulgados em jornais locais, e apresentados em congressos e publicações nacionais e internacionais. Até o momento, o projeto conta com a participação efetiva de cerca de vinte pessoas, entre pesquisadores associados, doutorados e mestrados, além de bolsistas de apoio técnico, de iniciação científica e voluntários. Esta quantidade de estudantes em fase de formação acadêmica coloca o Projeto Baixo Urubu como importante agente na formação de jovens pesquisadores. Nesse sentido, um parceiro foi o próprio curso de arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), cujos alunos têm papel importante em seu desenvolvimento.

Os objetivos gerais do projeto podem ser divididos em dois eixos principais, de igual importância. O primeiro envolve uma

caracterização arqueológica da área, buscando inferir aspectos ligados à organização sociopolítica dos povos que ocupam e ocuparam a região, desde a perspectiva diacrônica própria da arqueologia, a partir de um estudo contextual dos dados arqueológicos sobre a área. O segundo eixo trata da *socialização do processo de construção do conhecimento*, procurando possibilitar um diálogo entre as diferentes percepções acerca do patrimônio arqueológico local.

Para que se alcançassem os objetivos propostos para os trabalhos, fez-se importante a composição de uma equipe interdisciplinar, com profissionais de áreas distintas como as geotecnologias, antropologia e linguística, além dos próprios moradores locais, que muitas vezes trazem vieses importantes não aventados pela visão estrita da ciência. As reflexões aqui apresentadas são, por certo, fruto de diálogos intensos estabelecidos ao longo dessa vivência no campo.

A ÁREA DE PESQUISA

A região do Médio Amazonas está classificada no domínio morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares Fanerozóicas, representado pelos planaltos e chapadas desenvolvidos sobre rochas sedimentares horizontais a sub-horizontais, eventualmente dobradas e/ou falhadas, em ambientes de sedimentação diversos, dispostos nas margens

continentais e/ou no interior do continente (IBGE, 2009 apud LIMA; MORAES, 2012).

A unidade geomorfológica, evidenciada pelas formações superficiais, é classificada dentro Planalto Dissecado Rio Trombetas-Rio Negro (maior unidade da região), representado por colinas pequenas e médias dissecadas, vales fechados e drenagens subdendríticas, desenvolvido em uma ampla superfície sobre a Formação Alter do Chão. Nessa superfície predominam colinas com cotas de 50 m a 100 m marcadas por fortes rebordos erosivos abruptos com vales estreitos em V e zonas de interflúvios estreitas e alongadas (NW-SE e NE-SW) que separam amplas bacias de drenagens assimétricas (NASCIMENTO et al, 1976; IBGE, 2009 apud LIMA; MORAES, 2012).

A bacia do Rio Urubu, afluente da margem esquerda do médio curso do Rio Amazonas, próximo à sua confluência com os Rios Uatumã e Madeira, apresenta vale estreito, onde os terraços limitados ao vale estão situados acima de 40 m das planícies aluviais desses rios. Isso mostra o aprofundamento e a forma retilínea do canal, a alternância de trechos retilíneos e meandantes e o aprofundamento do canal, como consequências do condicionamento estrutural dessas drenagens em zonas de escarpas, segundo a direção NW-SE. O perfil topográfico transversal ao Rio Urubu mostra a margem direita está ligeiramente

inclinada para nordeste. Na direita do Vale do Rio Urubu, a superfície pouco dissecada corresponde à área central do interflúvio de drenagens tributárias de rio com direção NE-SW. A superfície bastante dissecada compreende a zona de interflúvio que separa as bacias dos Rios Urubu e Anebá orientada segundo NW-SE (LIMA DA SILVA, 2005).

Trata-se de um rio de água preta originado em uma formação geológica entre as mais antigas da América do Sul, o Escudo Cristalino das Guianas. Nesta área, o rio corre encaixado ao longo das falhas tectônicas (LIMA DA SILVA, 2005). A partir de seu baixo curso, as feições encurvadas compreendem formas erosivas, onde estão situados terraços. Entretanto, estes estão associados à escarpa com orientação NE-SW que individualiza o bloco alto a noroeste do Paraná do Rio Urubu e outro baixo, a sudeste. Tal estrutura no relevo é responsável pelo desnivelamento desses blocos e a formação da foz afogada dos rios daquele setor (Anebá, Sanabani e Itapani) (IBGE, 2009, apud LIMA; MORAES, 2012).

É justamente a partir desta mudança geológica, no baixo curso do rio, que se situa a área de pesquisa do projeto, onde seus padrões hídricos e geomorfológicos mudam sensivelmente, formando um extenso sistema composto por lagos e cursos d'água de diferentes ordens, proporcionando uma complexa rede de comunicação aquática, até sua desembocadura no Rio Amazonas, em sua

margem esquerda, por meio do lago Canaçari (ver mapa, figura 1). A região representa um campo fértil para estudos arqueológicos, como se verá nos textos presentes nesta publicação.

O HISTÓRICO DE PESQUISAS DA REGIÃO

A primeira exploração científica do Rio Urubu e áreas próximas, deveu-se ao naturalista João Barbosa Rodrigues (1875), que já naquela época afirmara que a região teria sido intensamente habitada por grupos indígenas (MACHADO, 1991). Em relação à arqueologia, as referências mais antigas relativas parecem estar relacionadas ao famoso sítio-cemitério, ou necrópole, de Miracanguera. Este sítio arqueológico de enormes proporções foi primeiramente mencionado por Barbosa Rodrigues, *A Necrópole de Mirakanguera* (1886). Sua localização, tal como nos informa B. Rodrigues, estaria na margem esquerda do “grande rio” (Amazonas), entre a cidade de “Itakaotiara, antiga Villa de Serpa” e o furo do Arauató, que liga o Rio Urubu ao Amazonas.

Dentre aqueles que se dedicaram a estudos arqueológicos na região, Curt Nimuendajú é, sem dúvida, uma importante referência na literatura arqueológica da região, ainda no início do século XX. Tendo desenvolvido diversas pesquisas nos rios Urubu, Madeira, Paraná do

Área de Pesquisa do Projeto Baixo Urubu

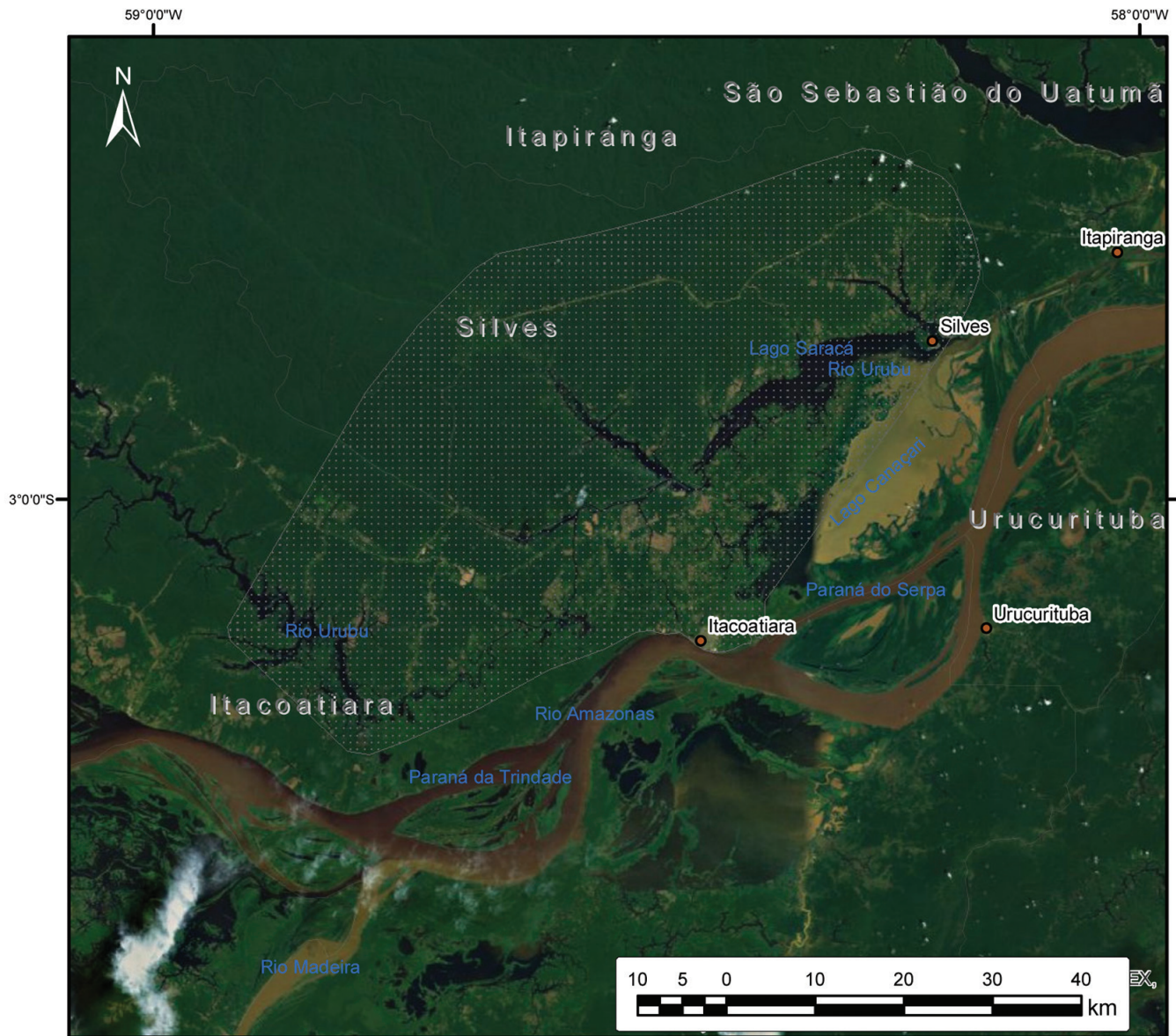


Figura 1: Imagem orbital da região do Médio Amazonas com destaque para o Rio Urubu e à área de pesquisa do projeto (mapa: Bruno Moraes 2013).

Ramos e Amazonas, entre as décadas de 20 e 30, Nimuendaju localizou e registrou dezenas de sítios na região que hoje compreende Itacoatiara, Silves, Itapiranga, Urucurituba, Urucará e São Sebastião do Uatumã. Suas primeiras asserções sobre proximidades de conjuntos estilísticos e sobre a possível ligação cultural entre os grupos indígena que ali viveram, e o material arqueológico encontrado são de grande valia para os estudos arqueológicos na região (NIMUENDAJU, 2004, p.162-170). O autor apontou para a peculiaridade do registro arqueológico local, conferindo as cerâmicas uma ligação com aquelas encontradas na foz do Rio Tapajós:

Os velhos assentamentos, em especial do Rio Urubu e do lago Saracá, forneceram numeroso material cerâmico que representa um novo tipo; curiosamente, ele ocorre também numa forma afim em Santarém (NIMUENDAJU, 1926).

Ainda na área urbana de Itacoatiara, o alemão P. Hilbert investigou os sítios cerâmicos, sendo que durante as escavações ocorridas entre os anos de 1955-1961, realizadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, Hilbert pesquisou o sítio de Itacoatiara (provavelmente o Jauary) com o objetivo principal de realizar alguns testes estratigráficos, aproveitando os movimentos de terra feitos para a implantação da Refinaria

de Petróleo (COPAM) (HILBERT, 1968 apud LIMA; SILVA, 2005, p. 99).

Posteriormente, o pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi, Mário Simões, realizou duas expedições à região, em 1979 e 1981, com objetivo de complementar as pesquisas anteriores realizadas em regiões adjacentes. Na década seguinte, no início dos anos de 1990, um novo estudo abordou essa área arqueológica. Embora tenha sido apresentado no Programa de Pós Graduação em Pré-História da Universidade Federal de Pernambuco (MACHADO, 1991), esse trabalho de dissertação foi desenvolvido sob a égide das citadas expedições do Museu Paraense Emílio Goeldi e dos estudos anteriores de Mario Simões, na região.

Já no ano de 2004, a área foi alvo de um levantamento arqueológico realizado pelo IPHAN no âmbito do já mencionado Projeto Baixo Amazonas. Na ocasião, os trabalhos se limitaram a revisitar sítios já cadastrados e atualizar o banco de dados do órgão federal, identificar novos sítios e realizar uma correta distribuição destes por município, incluindo as coleções e objetos arqueológicos (LIMA; SILVA, 2005).

Apesar do significativo aumento do contingente de pesquisas produzidas em território amazônico nos últimos anos, poucas pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas desde então na área do baixo Rio Urubu, o que muito surpreende, haja vista

sua relevância para o entendimento de questões sobre a ocupação da Amazônia.

Foi com este intuito que se iniciou o Projeto Arqueologia Regional e História Local no Baixo Urubu que, como mencionado, é desenvolvido, desde 2009, por uma equipe de pesquisadores e estudantes vinculados ao Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas e, mais recentemente, ao Museu Paraense Emílio Goeldi, que em parceria com outras instituições, tem realizado uma série de levantamentos e estudos arqueológicos detalhados em parte dos sítios identificados, como se verá a seguir.

ALGUMAS AÇÕES DO PROJETO

Com pouco mais de três anos de duração, o Projeto Baixo Urubu executou uma quantidade grande e variada de atividades acadêmicas e também de cunho social, que envolveram trabalhos em campo, laboratório e de gabinete. Em todos os momentos, estas atividades foram planejadas de acordo com os objetivos inicialmente propostos. Cabe ressaltar que elas também seguiram novas orientações surgidas pelas demandas locais, dos próprios moradores e atores da região, tanto do ponto de vista da pesquisa propriamente dita, quanto da socialização do conhecimento e educação patrimonial.

A caracterização arqueológica da área de pesquisa se deu por meio de uma série de atividades envolvendo idas a campo, pesquisa

em gabinete e atividades em laboratório. Considerada a de maior envergadura dentro do escopo do projeto, tal caracterização se dá continuamente de diferentes maneiras, em função da sazonalidade pluvial e do regime hídrico próprio da região Amazônica. Assim, as etapas de campo, incluindo prospecções de sítios arqueológicos, bem como os posteriores trabalhos de campo nos sítios selecionados, devem acontecer em determinadas épocas do ano, de acordo com o tipo de sítio e ou investigação realizada. Por exemplo, trabalhos em sítios de terra preta, que normalmente estão localizados sobre os terraços fluviais, aconteceram preferencialmente entre os meses de junho e agosto, quando o nível dos rios está alto, facilitando o acesso aos locais, especialmente àqueles localizados nos altos cursos de rios ou igarapés, além de não haver uma elevada pluviosidade neste período. Por outro lado, as prospecções e os trabalhos nos sítios rupestres com petroglifos, ou mesmo nos concheiros, somente puderam se dar entre os meses de outubro e dezembro, pois estes ficam submersos na maior parte do ano, emergindo somente neste período.

As referidas prospecções de sítios arqueológicos se deram por meios terrestres e fluviais. Os levantamentos terrestres de sítios arqueológicos foram feitos principalmente no entorno das principais vias terrestres de acesso às sedes municipais e às comunidades ribeirinhas, locais potenciais, por excelência,

para ocorrência de sítios arqueológicos. Foram percorridas tanto as estradas de maior porte, pavimentadas ou não (rodovias AM 010 e AM 363), como os ramais vicinais, muitos casos de difícil acesso. Já os levantamentos fluviais se mostraram bastante profícuos, dada à quantidade de sítios presentes nos ambientes próximos aos cursos d'água. Foi percorrida toda a margem do Rio Urubu, desde seu médio curso no município de Itacoatiara até sua foz, já defronte a cidade de Silves. Além do Urubu, a maior parte de seus afluentes e tributários foi percorrida, na medida em que o acesso fluvial se fez possível. Foram utilizados diferentes tipos de embarcações, como barco de médio porte, voadeiras com motor de 15 e 40hps, e canoas motorizadas (rabetas). Esta atividade se deu de maneira intermitente ao longo dos três anos de duração do projeto, tanto no período da cheia como da vazante dos rios, o que possibilitou a identificação de diferentes tipos de sítios, cuja visibilidade se dá somente em determinados períodos do ano.

Uma vez localizados, os sítios arqueológicos tiveram sua área de dispersão de vestígios em superfície medida ou estimada, de acordo com as condições físicas presentes em cada local. Onde a cobertura vegetal e as feições de relevo permitiram, a presença de vestígios em superfície foi delimitada a partir de medições em eixos ortogonais orientados pelo Norte magnético, por meio do uso de trena e bússola. Sua localização e seus limites

foram marcados por meio de receptores GPS de navegação, e uma ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA – IPHAN) foi preenchida com as informações disponíveis. Somado à documentação visual, obtida por meio de fotografias em meio digital, cada sítio identificado forneceu as seguintes informações: 1) registro no CNSA, 2) registro fotográfico (fotos gerais e detalhes); 3) descrições arqueológicas e contextuais; 4) delimitação em superfície da área de ocorrência de vestígios; 5) registro de eventuais perfis expostos; 6) marcação com bandeirolas de vestígios em superfície e suas fotografias; 7) avaliação estimada de integridade (fatores humanos e naturais); 8) contato de moradores e/ou proprietários que consentiram à colocação das placas indicativas de existência de sítios arqueológicos; 9) demarcação de ponto central de dispersão de vestígios arqueológicos e caminhamento dos limites demarcados com receptor GPS de navegação; 10) todos os sítios selecionados e registrados em base cartográficas apresentados em mapas temáticos georeferenciados.

A potencialidade da arqueologia da região pôde então ser corroborada pelos mais de setenta arqueológicos identificados até o momento na área de pesquisa (Figura 2). Esta amostra aponta para o potencial que a região apresenta para rediscutir a longa história da presença humana na Amazônia, bem como seus impactos para a paisagem

que hoje nos deparamos. Após a localização geral dos sítios arqueológicos, alguns deles foram selecionados para pesquisas mais aprofundadas. Até o momento, quinze sítios foram selecionados para a realização de pesquisas mais intensificadas, incluindo o seu mapeamento, delimitação e escavação (Figura 3). As diferentes etapas de campo realizadas nesses sítios estão ligadas a contextos diferentes, atendendo a questões científicas e contextuais específicas.

Estudos de caso nos sítios arqueológicos envolvendo seu mapeamento, delimitação, caracterização da variabilidade artefactual e cronologia de ocupação são dados fundamentais para que se possa levantar hipóteses sobre a história (e pré-história) regional. Desta forma, cada sítio selecionado para estudo passa a ser foco de pesquisas pontuais (doutorado, mestrados, monografias, iniciações científicas), mas conectadas entre si através do próprio projeto.

Vale mencionar aqui os trabalhos de campo levados a cabo em 2010 em dois sítios, o Pontão e Santa Helena (ambos nas proximidades da cidade de Silves), por meio de um “sítio-escola de arqueologia”, oferecido aos alunos do curso de arqueologia UEA. O sítio-escola se configurou como uma disciplina regular do curso, e contou com pesquisadores e estudantes de diferentes partes do Brasil. Este tipo de atividade é importante porque oferece a oportunidade de conhecer e

vivenciar o cotidiano do trabalho do arqueólogo em campo.

Já os trabalhos de laboratório se deram de maneira praticamente ininterrupta: de fato esta atividade foi intensa e consecutiva, realizada não somente pelos bolsistas e também pelos pesquisadores e estudantes com sub-projetos ligados a problemáticas específicas dentro do escopo geral da pesquisa.

Todos os vestígios coletados nos diferentes sítios arqueológicos devem passar pelo processo de limpeza, curadoria, análise e acondicionamento em caixas plásticas devidamente numeradas e identificadas. Esses vestígios incluem milhares de fragmentos cerâmicos, alguns vasos inteiros ou parcialmente fragmentados, artefatos líticos, carvões e amostras de solo. Com as etapas da curadoria, os vestígios coletados em campo foram limpos de forma adequada a cada material, triados de acordo com suas características físicas, quantificados e pesados para que se conheçam as dimensões das amostragens nos sítios arqueológicos, assim como sua variabilidade artefactual.

Ainda dentro desta etapa, foram produzidos os mapas temáticos sobre a área, incluindo o georeferenciamento dos sítios cadastrados e sua cronologia (absoluta e relativa), além de mapas dos sítios pesquisados contendo a dispersão dos vestígios arqueológicos em sub-superfície, feições e estruturas arqueológicas identificadas, topografia, entre outros.

Através de contatos e parcerias firmadas com as instituições locais ao longo da atuação do projeto em Itacoatiara e Silves, alguns trabalhos ligados à arqueologia preventiva ou consultiva puderam ser realizados. Exemplos disso foram os levantamentos arqueológicos no entorno da rodovia AM 363 (Estrada da Várzea), financiados pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas (LIMA; MORAES, 2010); as intervenções arqueológicas intensivas realizadas no sítio Jauary, em Itacoatiara, realizados sob demanda da prefeitura e de uma empresa local (LIMA e MORAES, 2010); ou os serviços técnicos prestados para o próprio IPHAN – órgão gestor, por excelência, do patrimônio arqueológico nacional – que proporcionaram visitas avaliativas do estado de conservação de sítios arqueológicos em Itacoatiara e uma proposta de musealização de dois desses contextos (Idem, 2013). No âmbito deste mesmo trabalho, foram selecionados alguns locais que receberam as placas indicativas da presença de sítio arqueológico, de acordo com o modelo do IPHAN.

Embora os trabalhos de arqueologia preventiva possam eventualmente ser caracterizados como pontuais, nos casos onde os mesmos são associados a projetos acadêmicos de longo prazo, eles podem resultar em uma profícua parceria, promovendo fomento à pesquisa científica e à formação. Através de ações educativas e culturais conjuntas entre parceiros locais e os profissionais do Projeto Baixo Urubu, logrou-

-se fazer com que o conhecimento produzido pelas pesquisas na região ultrapassasse as fronteiras da academia, sendo plenamente difundido em meio à sociedade.

Junto às comunidades, foram desenvolvidas ações envolvendo socialização da arqueologia e educação patrimonial, etnografias e análises de percepção, especialmente naquelas situadas nas proximidades desses sítios antes, durante, e após os trabalhos de campo em arqueologia.

Desde a perspectiva da chamada arqueologia pública ou social, uma série de ações foi realizada, de maneira permanente e sistemática. Nesse sentido, passado e presente se tornaram temporalidades basilares do projeto. Ao passo em que trata do entendimento dos processos de ocupação pré-colonial na região, sua cronologia, questões relativas aos usos do espaço e territorialidade, o foco investigativo também se volta às populações ribeirinhas que atualmente habitam as áreas arqueológicas, as revestindo com vieses interpretativos próprios. Através de métodos de observação etnográfica, a pesquisa tem buscado compreender os processos de ressignificação, bem como a importância do reconhecimento de uma sociodiversidade que ultrapassa as fronteiras do tempo.

Dentro de tal perspectiva, os trabalhos em percepção patrimonial e ambiental tiveram destaque. Um destes estudos foi realizado na comunidade Pontão, que vem sendo sistematicamente trabalhada, e teve como objetivo

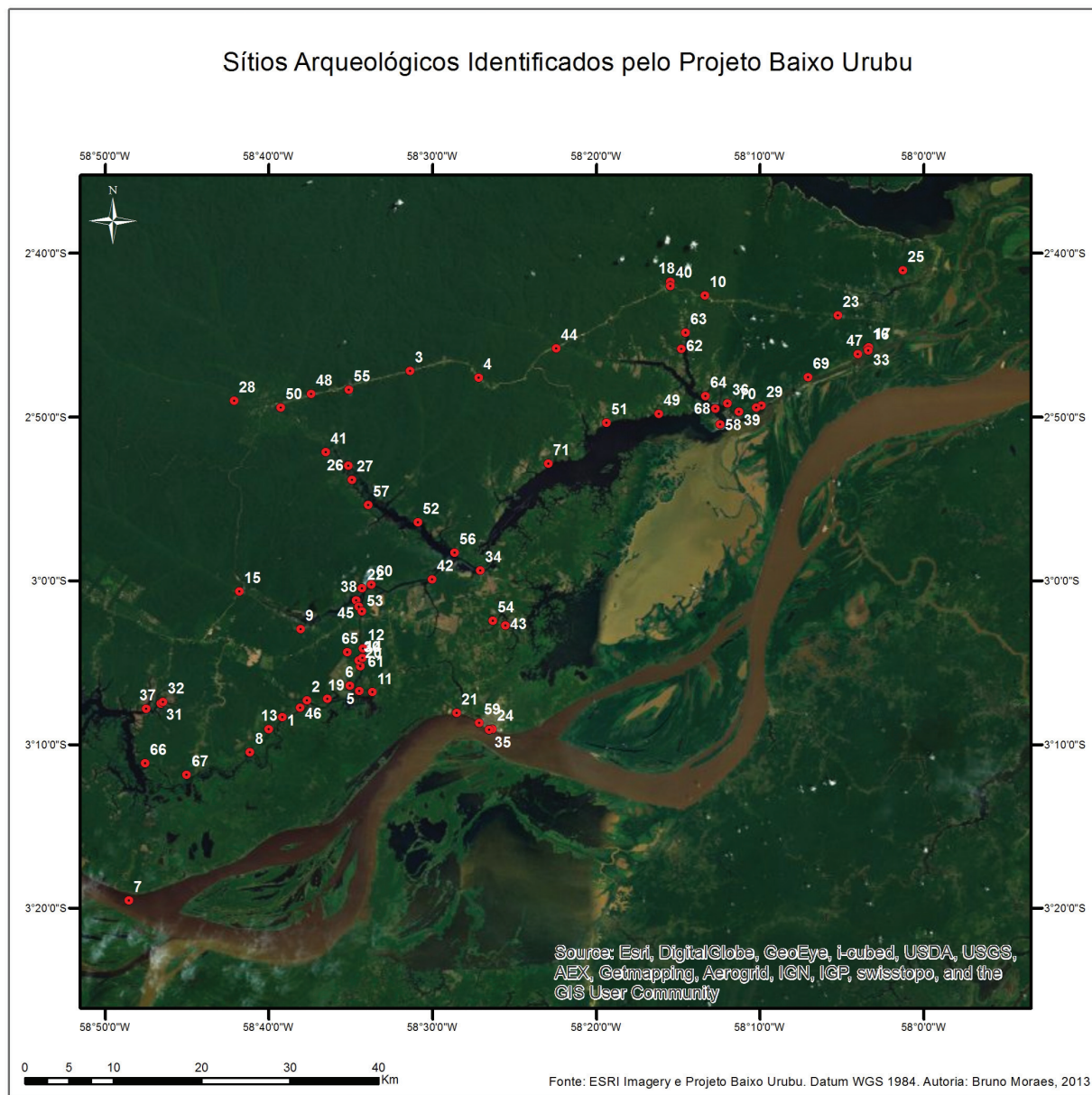


Figura 2: Imagem orbital da região do baixo rio Urubu com a distribuição e denominação dos sítios arqueológicos identificados (mapa: Bruno Moraes 2013).

Sítios Arqueológicos Identificados pelo Projeto Baixo Urubu



Figura 2 (cont.): Mapa da área de pesquisa com o os sítios arqueológicos identificados, com destaque para aqueles que foram mais intensivamente pesquisados.

Fonte: Moraes (2013).

Área de Pesquisa do Projeto Baixo Urubu
Sítios Identificados e Sítios Pesquisados

Mapa detalhado da região do Rio Urubu e Lago Canaã, mostrando a área de pesquisa delimitada por uma linha tracejada vermelha. O mapa inclui coordenadas geográficas (latitudes de 2°30'0"S a 3°30'0"S e longitudes de 59°0'0"W a 58°0'0"W) e uma escala de 0 a 40 km. Sítios pesquisados são marcados com pontos vermelhos, e sítios identificados com pontos cinza. Locais rotulados incluem: Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Santa Maria do Itapani, Itapiranga, Santa Helena, Mucajatuba, Silves, Areal do Seu Loto, São Paulo, Sete Irmãs do Anebé, Tavaquera, Caru, Pedra Chata, Caretas, Itacoatiara, Javary, Ponta do Javary, Boa Esperança, Cinco Irmãos, Urucurituba, Lago Canaã, Lago São Jacaré, Rio Urubu, Rio Aruanã, Rio Madeira, Itacoatiara, e Silves. A legenda indica: Sítios Pesquisados (ponto vermelho), Sítios Identificados (ponto cinza), e Área de Pesquisa (linha tracejada vermelha).

Fonte: Cartas base IBGE e Projeto Baixo Urubu. Datum horizontal WGS 1984. Autoria: Bruno Moraes, 2013

Figura 3: Mapa da área de pesquisa com o os sítios arqueológicos identificados, com destaque para aqueles que foram mais intensivamente pesquisados (mapa: Bruno Moraes 2013).

observar como se dá a percepção dos moradores das comunidades em relação ao patrimônio arqueológico (e também cultural e ambiental) ali existente. Também foi alvo destes trabalhos a averiguação de potenciais impactos causados por uma eventual proposta de turismo arqueológico na região. Ao final, verificou-se que para que se desenvolva um turismo de base comunitária sustentável na região, as atividades ligadas à educação patrimonial e principalmente a capacitação em turismo deveriam ser executadas.

Além disso, entende-se que a participação na vida social das comunidades que foram foco das investigações arqueológicas seja uma importante maneira de socialização do conhecimento produzido no âmbito da academia. Nesse sentido, a equipe participou da festa religiosa mais importante da comunidade, tradicionalmente realizada no mês de novembro, nos anos de 2010 e 2011. Mais do que isso, as vozes dos comunitários e sua percepção acerca de seu ambiente e ao patrimônio arqueológico tem sido considerados nas interpretações. Sua participação nos processos de formação do registro arqueológico local significa também um importante papel ativo no processo de construção sobre a história do lugar. Desta maneira, pretende-se dar conta das multiplicidades de vozes e interpretações inerentes à construção do passado arqueológico (ver p. ex., BEZERRA, 2010, 2011; CARNEIRO, 2010).

Já nas escolas, as ações tiveram dois públicos-alvo diferenciados. Inicialmente foram

desenvolvidas atividades junto aos professores, através de reuniões, palestras, e de uma oficina intitulada *Arqueologia na Escola* ocorrida em março de 2010. A oficina foi certificada pelo Museu Amazônico da Ufam, e teve a duração de 20h. Foi direcionada aos professores das escolas da rede pública municipal. O propósito foi apresentar conceitos arqueológicos, propor discussões acerca do patrimônio local, e desenvolver, em parceria com os professores, um programa de implementação da temática arqueológica em sala de aula, o que envolverá também a produção de um material didático, também em parceria com os professores.

Já com os alunos, foram desenvolvidas diferentes atividades incluindo palestras e atividades lúdico-educativas nas escolas, visitas a sítios arqueológicos, além da produção de um vídeo-documentário sobre a arqueologia da região. Este documentário foi apresentado para os alunos e disponibilizado às escolas locais.

Uma atividade importante, desenvolvida através de um novo projeto financiado pela Fapeam, foi as *Olimpíadas do Patrimônio Cultural*: uma proposta de difusão científica e cultural, realizada através da arqueologia, entre os jovens residentes nos municípios de Itacoatiara e Silves. Através de uma atuação integrativa entre a pesquisa científica e a escola, com o tema *Arqueologia e patrimônio cultural na minha cidade/comunidade: importância social e ambiental*, as olimpíadas tiveram os objetivos de promover a valorização da cultura amazônica, bem como o

reconhecimento e estímulo da vocação científica em arqueologia e áreas afins entre os estudantes do ensino médio. Ao mesmo tempo, este tipo de aproximação entre a academia e a sociedade de um modo geral visa sensibilizar aos próprios cientistas quanto à prática da arqueologia, tornando-a uma ciência socialmente relevante dentro do Amazonas.

Como se pode ver, as ações ligadas à educação patrimonial e à socialização da arqueologia ganharam maior ênfase ao longo do desenvolvimento da pesquisa, e isso se deu em função de uma demanda das próprias comunidades e escolas que fizeram parte da empreitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma intrínseca integração entre ensino, pesquisa e extensão foi uma característica sempre almejada durante a execução do projeto. Tal aspiração foi obtida através da formação de uma equipe com pesquisadores e colaboradores com diferentes áreas de atuação, estudantes em fase de formação acadêmica, e, principalmente, da integração entre esses cientistas (arqueólogos e estudantes) e a população dos municípios envolvidos. De fato, esse envolvimento foi um fator importante que permitiu sucesso na socialização da pesquisa. Portanto, a distribuição de maneira equilibrada entre ações voltadas ao tripé anteriormente mencionado permitiu seu desempenho de maneira integradora.

Pois, desenvolvida em tais moldes, a pesquisa pode se revelar como uma importante ferramenta para o ensino, em seu mais amplo senso (DEMO, 2003). No Amazonas, a arqueologia tem enfrentado o desafio de se enraizar enquanto prática local, de tal modo que a mencionada integração entre ensino, pesquisa e extensão se torna altamente desejável. Soma-se a isso a atual demanda generalizada no Brasil por programas de ensino e pesquisa em arqueologia. Assim, essa prática tem sido estimulada no âmbito do projeto: de fato, o laboratório de arqueologia da Ufam se tornou *locus* de referência em pesquisa arqueológica no (e do) Amazonas, abrigando um grande número de estagiários bolsistas e voluntários, entre eles acadêmicos do curso de arqueologia da UEA, além de outros cursos de graduação da Ufam, como geografia, jornalismo, artes plásticas, química, entre outros, que encontram interfaces na arqueologia. No âmbito da pós-graduação, o projeto abriga e apoia pesquisas de mestrado e doutorado em andamento em diferentes instituições.

Por fim, acreditamos que a atuação do projeto implica em um passo importante para a institucionalização da arqueologia dentro da Ufam e do Estado do Amazonas como um todo. Situações como essa demonstram um crescente reconhecimento da importância que o conhecimento arqueológico pode trazer à sociedade enquanto elemento enfatizador das questões relativas à memória e identidade cultural.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração nos rios Urubu e Jatapu**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- _____. A necropole de Mirakanguera. In: Antiquidades do Amazonas. Rio de Janeiro: **Revista do Museu Botânico**, p 1-40, 1886.
- BEZERRA, Márcia. Nossa herança comum: considerações sobre a educação patrimonial amazônica. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (Orgs.). **Arqueologia Amazônica**. Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. 1112 p. 2 v.
- _____. As moedas dos índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan./abr. 2011.
- CARNEIRO, Carla Gilbertoni. O papel da educação patrimonial na socialização do conhecimento produzido na Arqueologia. In: PEREIRA, Edith; GUAPINDAIA, Vera (Orgs.) **Arqueologia Amazônica**, Belém: MPEG/IPHAN/SECULT, 2010. 2 v.
- CASTRO, Lorena M. **Arqueologia no entorno do município de Silves (AM)** Relatório Final de Atividades – Bolsa de Apoio Técnico (AT/A) apresentado à FAPEAM. Manaus: 2010-2011.
- _____. **Arqueologia no município de Silves/AM**: o sítio arqueológico Pontão. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2013.
- CAVALLINI, Marta. **As gravuras rupestres da bacia do rio Urubu – Levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara/AM**. Qualificação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CUNHA, G. F. **Análise da percepção comunitária do Lago de Silves sobre o patrimônio arqueológico local**: relatório final de atividades. Manaus: FAPEAM, 2011.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2003.
- HILBERT, Peter. **Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas**. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 nov. 2011.
- LIMA, Helena Pinto. **História das Caretas**: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. **Projeto Baixo Urubu**: Arqueologia regional e História local do Baixo Urubu – mu-

nicípios de Itacoatiara e Silves/AM. Manaus: IPHAN, 2009.

_____. **PROGRAMA OLIMPÍADAS EM CIÊNCIAS NO ESTADO DO AMAZONAS. OLIMPÍADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.** Manaus: FAPEAM, 2012.

_____; SILVA, Carlos. A. **Levantamento arqueológico do Médio Amazonas.** Manaus: IPHAN, 2005. Relatório não publicado.

_____; MORAES, Bruno. **Avaliação de impacto relativo às obras do projeto de pavimentação e melhoria da estrada da várzea AM.** Manaus: IPHAN, 2010.

_____. **Resgate emergencial no Sítio Arqueológico Jauary, Itacoatiara/AM.** Manaus: IPHAN, 2010.

_____. **Redes e sistemas de interação regional no médio Amazonas.** Belém: SALSA, 2011.

LIMA DA SILVA, C. **Análise da Tectônica Cenozóica da Região de Manaus e Adjacências.** 2005. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista-UNESP, 2005.

LINS, Juliana. **Terra Preta de Índio e as populações do presente: a herança que chega até o quintal.** 2013. Dissertação (Mestrado em Botânica). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2013.

MORAES, Bruno; LIMA, Helena. **Arqueologia e Turismo em Itacoatiara.** Manaus: IPHAN, 2013. Relatório Técnico não publicado.

NASCIMENTO, D. A. et al. **Geomorfologia:** folha SA-21. Rio de Janeiro: Projeto Radambrasil, 1976.

NEVES, Eduardo. **Cronologias regionais, hiatos e continuidades na História Pré-Colonial da Amazônia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Projeto Temático – FAPESP.

NIMUENDAJU, C. Excursões pela Amazônia. **Rev. Antropol., São Paulo**, v. 44, n. 2, 2001.

RAMOS, Bernardo de Azevedo da Silva. **Inscrições e tradições da América Pré-Histórica: especialmente do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. v. I.

SIMÕES, Mário. **Pesquisas Arqueológicas nos rios Urubu, Uatumã e Jatapu.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979. Relatório Preliminar. Ms. Inédito.

SIMÕES, Mário; MACHADO, Ana Lúcia. Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (AM). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. 49-82, 1987.

SIMÕES, M. F.; MACHADO, A. L. **A tradição regional Saracá: uma nova tradição ceramista da Bacia Amazônica.** REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 36., 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPC, 1984, p. 133-134.



Vista do sítio arqueológico Caretas (AM-IT-31) para o rio Urubu.
Fonte: Cedida por Maurício Paiva ao Projeto Baixo Urubu (2012).

Localizado na margem esquerda do Rio Urubu, o sítio Caretas é caracterizado por um afloramento arenítico com petroglifos antropomorfos. Trata-se de um sítio de alta relevância, uma vez que poucos sítios com tamanha quantidade de gravuras rupestres (centenas) tenham sido registrados no Amazonas, e também por fazer parte do imaginário de Itacoatiara, constituindo-se como um marco identitário

para a população local. Por se tratar de um afloramento rochoso à margem do rio, o sítio Caretas somente é acessível durante um período muito restrito do ano, entre os meses de outubro e novembro. Foram realizadas três etapas de campo, entre os anos de 2009 e 2012, onde foram realizados mapeamento, delimitação e escavação de cortes estratigráficos. Foi realizado também um registro detalhado das gravuras rupestres ali existentes, por meio de uma pesquisa de mestrado (CAVALLINI, 2012), desenvolvido pelo MAE/USP no âmbito do Projeto Baixo Urubu, cujos resultados serão apresentados adiante neste livro.



Escavação arqueológica no sítio arqueológico Pedra Chata (AM-IT-30)
Fonte: Cedida por Maurício de Paiva ao acervo do Projeto Baixo Urubu (2011).

Pedra-Chata encontra-se geograficamente relacionado ao sítio Caretas, situado no terraço fluvial adjacente ao afloramento rochoso com gravuras rupestres que perfazem o Caretas (AM-IT-31), na margem esquerda do Rio Urubu. O sítio se caracteriza pela presença de manchas de terra preta ao longo de uma área de aproximadamente 3 hectares, com uma profundidade que chega a um metro em alguns pontos do sítio (CAVALLINI 2012: 105). Entender este sítio-

habitação, particularmente nos aspectos culturais que o relacionam aos petroglifos a ele adjacentes, pode ser uma importante chave para a compreensão de elementos e referenciais simbólicos que perfizeram a paisagem pré-colonial da região. Cabe ressaltar que a relação observada entre os sítios Pedra Chata e Caretas (entendidos enquanto integrantes de um único conjunto arqueológico) ocorre também em outros sítios na área de pesquisa e também em outras partes da Amazônia. A etapa de campo – incluindo mapeamento, delimitação em subsuperfície e escavação de corte estratigráfico – se deu em julho de 2011.



Escavação arqueológica no sítio arqueológico Sete Irmãos do Anebá. Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (2009).

O sítio arqueológico Sete Irmãos do Anebá se situa na margem esquerda do Rio Anebá, afluente esquerdo do Rio Urubu, em seu médio curso. O sítio tem acesso terrestre através da rodovia AM 363 (Estrada da Várzea), Km 33, no limite entre os municípios de Silves e Itacoatiara. Com cerca de 40% de cobertura vegetal florestada em estágio de regeneração, o sítio de grandes dimensões estende-se por cerca de dezesseis hectares (16 ha) sobre sedimento arenoso, com sinais visíveis de modificação antrópica – Terra Preta de Índio (TPI). Toda a área do sítio dispõe de uma enorme quantidade de fragmentos cerâmicos dispersos em superfície.

Os trabalhos realizados no sítio arqueológico tiveram o objetivo de avaliar os impactos causados por atividades prévias de extração de areia e da construção de uma usina de asfalto ligada à pavimentação da rodovia (Lima e Moraes 2010) e também de levantar informações sobre sua cronologia de ocupação e variabilidade artefactual. Os trabalhos mostraram tratar-se de um sítio multicomponencial, com pelo menos dois conjuntos tecnológicos e cronológicos distintos, e também separados estratigraficamente, conduzindo a uma hipótese sobre a cronologia de ocupação de toda a área (idem, 2011). Mais informações sobre este sítio serão apresentadas adiante, na parte 3 deste livro.



Estudantes desenhavam perfil estratigráfico no sítio arqueológico Pontão (AM-SL-06), durante realização de sítio-escola em 2010.

Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (2010).

O sítio Pontão se localiza na margem do lago de Silves (no encontro dos lagos Saracá Canaçari), defronte à cidade de Silves, ocupando uma área de cerca de 1000 x 200m, que perfaz praticamente toda a extensão territorial da península onde se situa. Atualmente existe uma comunidade denominada Nossa Senhora do Bom Parto, composta por dezenove famílias. O sítio apresenta uma camada de

terra preta bastante profunda, ultrapassando 1m em alguns pontos. Foi intensamente pesquisado pela equipe do Projeto Baixo Urubu, abordado por investigações pontuais, ligados à arqueologia e a socialização (Castro 2010, 2011, 2013, Cunha 2011), e também por uma grande campanha arqueológica promovida em parceria com o curso de arqueologia da UEA, através da qual se realizou um sítio-escola que se configurou como uma disciplina curricular do curso (Trabalho de Campo II), dando aos estudantes a oportunidade de realizar as práticas de campo, incluindo delimitação e escavação, neste sítio arqueológico.



Fragmento cerâmico com aplique zoomorfo encontrado em escavação no sítio arqueológico Jauary.

Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (2010).

Localizado na margem esquerda do Rio Amazonas e dentro da área urbana de Itacoatiara, a localidade arqueológica do Jauary é famosa na literatura científica desde o século passado, principalmente em função dos petroglifos ali existentes (sítio Ponta do Jauary) e também pelas cerâmicas altamente elaboradas que são comumente encontradas na região (Ramos, 1930; Hilbert, 1968). Assim, o complexo arqueológico formado por petroglifos, terra preta antropogênica e milhares de fragmentos e vasos cerâmicos

com diferentes funcionalidades, fazem deste local uma referência importante para a arqueologia da região, bem como um forte marco para a construção da memória de Itacoatiara: o “pedral” é um verdadeiro símbolo para a cidade, na medida em que o próprio nome ITACOATIARA, provém do Nheengatu, significando “Pedra Gravada” ou “Pedra Pintada”. Além do registro fotográfico da arte rupestre ali existente, o sítio foi pesquisado pelo Projeto Baixo Urubu em duas ocasiões, sendo uma em 2010 (Lima; Moraes, 2010) por uma demanda da prefeitura local e outra em 2012-2013, também no âmbito da arqueologia preventiva, da qual se recuperou uma grande quantidade de materiais e informações, incluindo urnas funerárias antropomorfas e muitas amostras para datação.



Trabalho com estudantes no laboratório de arqueologia do Museu Amazônico, no campus universitário da UFAM.

Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (2011).

Como decorrência particular das atividades ligadas ao Projeto Baixo Urubu, foi necessária a estruturação de um laboratório de arqueologia na universidade, antes desativado por falta de recursos humanos e financeiros. Assim, em junho de 2010, o antigo

laboratório de arqueologia do Museu Amazônico da Ufam, localizado no setor Sul do campus universitário, foi reativado. Coube à equipe do Projeto Baixo Urubu realizar a transferência de acervos, solicitar compra de equipamentos, montar e organizar as bancadas, enfim, estruturar o novo espaço da arqueologia na universidade. Atualmente o local abriga este e outros projetos acadêmicos, dando mostras da relevância da arqueologia para a região.



O senhor Antônio Bandeira, proprietário do sítio arqueológico e histórico Tauaquera (AM-IT-22), observa uma publicação com os resultados dos trabalhos realizados em seu terreno.

Fonte: cedida por Juliana Lins ao acervo Projeto Baixo Urubu (2011).

O sítio Tauaquera se localiza na margem esquerda do Rio Anebã, afluente esquerdo do Urubu. O sítio de grandes dimensões, composto pelas Terras Pretas de Índio e fragmentos cerâmicos, é especialmente relevante por sua história colonial. Ali se encontram ruínas das edificações de uma antiga missão da ordem dos mercedários (1663).

Os trabalhos realizados neste sítio, ainda exploratórios, visaram compreender as ocupações indígenas durante o período pré-colonial e também colonial, este último largamente documentado na região através de fontes escritas. Até o momento foram realizadas três etapas de campo no local, em novembro de 2010, março e abril de 2011. Foi obtida uma datação radiocarbônica para contexto associado a cerâmicas indígenas (Saracá) em torno do século XVII, em associação com ruínas de pedra de uma missão mercedária do mesmo período. O sítio será tratado em maior detalhe em um trabalho apresentado na terceira parte deste livro.



Pesquisadora realizando trabalhos em etnobotânica no sítio arqueológico Irmandade Terra Preta.

Fonte: Cedida por Juliana Lins ao acervo Projeto Baixo Urubu (2011).

Esses levantamentos etnobotânicos foram feitos em quintais sobre terra preta de índio com diferentes contextos arqueológicos, analisando a composição e abundância das espécies nativas e exóticas, para discriminar entre a influência do contexto geográfico

e o arqueológico na agrobiodiversidade em quintais em área de terra preta (Lins, 2013). O estudo está ligado a um mestrado, também vinculado ao projeto, recém-defendido pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), e tem apontado para uma correlação positiva entre a variabilidade do contexto arqueológico de um quintal sobre TPI e a composição florística atual (*idem*). Relacionadas a este projeto foram feitas três etapas de campo em diferentes sítios arqueológicos no município de Silves, no decorrer de 2012.



PARTE I – ARQUEOLOGIA, PAISAGEM E TERRITÓRIO

Variabilidade Arqueológica e o estudo de fronteiras culturais no na região do baixo Rio Urubu

Helena Pinto Lima

RESUMO

Este capítulo trata dos dados e de interpretações preliminares acerca da arqueologia da região do baixo Rio Urubu, nos municípios de Itacoatiara e Silves/AM, particularmente no que diz respeito à diversidade de sítios e vestígios arqueológicos ali encontrados. Através de levantamentos e coleta de dados arqueológicos, bem como de análises cerâmicas, pretendeu-se refinar o quadro dessas ocupações pré-coloniais visando compreender questões relativas ao uso do espaço e territorialidade no passado. O registro arqueológico local se mostra de maneira peculiar, com uma ampla variabilidade e a presença de conjuntos artefatuais únicos, vistos somente em escala local. As interpretações propostas têm se apoiado na hipótese de que tais características resultem de ressignificações locais de distintos padrões culturais, situação típica de áreas de fronteiras culturais. Assim, este artigo apresentará um panorama geral sobre a arqueologia da região, incluindo uma classificação tipológica dos sítios e vestígios e um quadro sobre a cronologia de ocupação da área.

INTRODUÇÃO

A região compreendida pelo Médio Amazonas foi uma das primeiras áreas a ser ocupada pelos conquistadores europeus no curso deste rio, e não por acaso. Além da grande concentração de populações indígenas, a geografia privilegiada foi um dos fatores que contribuiu para um grande afluxo de esforços colonizatórios durante todo o séc. XVII (RIBEIRO, 199, p. 23). Vários afluentes importantes do Rio Amazonas desembocam nas proximidades de onde atualmente se localiza a cidade de Itacoatiara. Um exemplo, particularmente notável, é o Rio Madeira. Ponto de interlocução entre as porções Sul e central da Amazônia, a área foi intensamente ocupada e importante rota de exploração comercial desde o período colonial até o presente. Também o Rio Urubu, muito descrito pela literatura etnográfica e etnohistórica, se insere de maneira significativa dentro dessa história colonial – e por certo pré-colonial – da região.

O estabelecimento de missões religiosas nos anos de 1660 nesta área é emblemático, e o próprio nome do rio é dado em razão

das inúmeras “guerras justas” ali travadas. Os registros históricos ligados ao período apontam para uma convivência conflituosa entre os grupos indígenas locais e a empreitada colonial, que culminou em grandes massacres (REIS, 1991; RIBEIRO, 1991, p.18-19). Tais fatores tornam esta uma região sensível para estudos arqueológicos ligados ao passado indígena, objeto intrínseco da arqueologia, em especial na Amazônia, onde esta tradicionalmente tem sido encarada enquanto história indígena (NEVES, 1995; HECKENBERGER et al, 1999).

A arqueologia do Médio Amazonas, particularmente no baixo curso e foz do Rio Urubu, nos municípios de Itacoatiara e Silves/AM, caracteriza-se pela grande variabilidade dos conjuntos artefatuais, bem como dos contextos ecológicos associados. Pesquisadores trabalhando na região demonstraram dificuldade em conectar diretamente esses conjuntos às macrocronologias clássicas da Amazônia, particularmente às Tradições Policroma e Incisa Ponteadas (MEGGERS e EVANS, 1961, 1983), reconhecendo a peculiaridade do registro arqueológico local no período pré-colonial tardio (SIMÕES, 1981, SIMÕES e MACHADO, 1984, 1987).

Pesquisas arqueológicas exploratórias conduzidas na área pela equipe do Museu Goeldi, sob a liderança de Mario Simões, serviram como base para um entendimento preliminar dos conjuntos arqueológicos ali

assistidos (SIMÕES 1980, 1981). Tais dados têm sido revisitados e ampliados a partir de novas investigações levadas a cabo na área, a partir de 2009. Com base nas informações obtidas através dos levantamentos e de estudos detalhados em sítios arqueológicos da região, foi possível delinear uma hipótese sobre sua cronologia de ocupação, bem como sobre os processos culturais e sociais ligados a essas ocupações (LIMA e MORAES, 2011).

Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa arqueológica empreendida na área, ora esboçada no presente artigo, é analisar a hipótese de existência de uma fronteira cultural à luz de uma abordagem que leve em consideração aspectos da organização política e social, potencialmente impressos na expressiva variabilidade do registro arqueológico da área de pesquisa.

Procuramos, assim, apresentar o enfoque analítico para um aspecto particular do registro arqueológico local, entendido enquanto um possível expoente material de processos de fricção e apropriação culturais existentes na hipotética fronteira cultural existente no passado pré-colonial da região.

A RELEVÂNCIA CIENTÍFICA DA ÁREA: HISTÓRICO, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

Como visto no capítulo introdutório deste volume, a região do Rio Urubu vem sendo cientificamente pesquisada desde o século XIX, a exemplo do naturalista João Barbosa Rodri-

gues (1875), que relatou, entre outros, os povos indígenas que ali habitaram. Testemunhos dessas ocupações pretéritas foram também descritos, como as mais belas vasilhas provenientes do sítio-cemitério Miracanguera, localizado próximo à cidade de Itacoatiara, que teria desaparecido junto com a maioria de suas peças: as fabulosas urnas antropomorfas. Existem hoje somente alguns “insignificantes” fragmentos remanescentes, guardados nos museus de Belém, Manaus e Rio de Janeiro (HILBERT, 1968, p. 38-39). O próprio etnólogo Curt Nimuendaju (2004), ao tentar localizar esse sítio na década de 20, do século passado, acabou por identificar novos sítios nas margens do lago de Saracá, à frente à ilha de Silves.

Pode-se dizer que com um antecedente de pesquisas envolvendo os relatos de Barbosa Rodrigues (1875) e Bernardo Ramos (1930), os estudos etnográficos e arqueológicos de Curt Nimuendaju, as descrições florísticas de Adolpho Ducke (1945), em conjunto com os trabalhos eminentemente arqueológicos levados a cabo mais recentemente por P. Hilbert (1968) e M. Simões (1980, 1981), reconheceu-se a dimensão da arqueologia local. Foram identificadas dezenas de sítios arqueológicos e pôde-se vislumbrar a diversidade dos estilos cerâmicos da região. Mario Simões realizou duas expedições à região, em 1979 e 1981, onde seus objetivos eram a complementação de pesquisas anteriores realizadas em regiões adjacentes. Utilizando-se preceitos difusionis-

tas, já vislumbrava a hipótese da existência de uma fronteira cultural, ao buscar “*estabelecer as áreas de dispersão geográfica das duas grandes tradições ceramistas da Amazônia – Policroma e Incisa Ponteada.*” (SIMÕES, 1981).

Em apresentação e artigo publicados em 1984 e 1987, Simões e Machado fizeram uma primeira tentativa de classificação dos vestígios encontrados, especialmente na região do lago de Silves (lagos Saracá e Canaçari), de acordo com as tradições definidas para a bacia Amazônica (MEGGERS e EVANS, 1961, 1983). A particularidade da arqueologia da região foi apontada ao observarem que as características decorativas das cerâmicas não permitiam enquadrar esses conjuntos em nenhum dos quatro horizontes então definidos para a Amazônia (MEGGERS e EVANS, 1961, 1983).

Assim, acabaram por propor a criação de uma tradição, aparentemente uma variante da Tradição Incisa Ponteada, que denominaram Tradição Regional Saracá, que comportaria a cronologia de ocupação proposta para a área. Além de uma grande variedade de técnicas incisas e modeladas próprias dessas cerâmicas, a tradição seria distintiva por “uma variedade de técnicas ponteadas, até então inéditas na área, tais como ponteadado-estampado, ponteadado-arrastado, e ponteadado-repuxado” (SIMÕES e MACHADO, 1984, p. 133). As datações apresentadas para a tradição sugerem um período de ocupação mais antigo, em torno dos primeiros séculos da era Cristã (fase Sucuriju), e

outro mais recente, que se estenderia até aproximadamente o século X (d.C.) (fase Anebá).

Dois pontos importantes, que serão tratados ao longo do artigo, devem ser destacados nessa primeira descrição sobre a então recém-criada Tradição Regional Saracá: 1) M. Simões já havia reconhecido certa antiguidade das ocupações ceramistas locais, bem como a semelhança de alguns desses contextos com as cerâmicas Pocó identificadas por Hilbert & Hilbert (1980) no baixo Nhamundá/Trombetas (SIMÕES e MACHADO 1984, p.134); e 2) Ao descrever as cerâmicas, os autores ressaltam também a presença de técnicas como pintura vermelha e/ou preta sobre branco, exciso e acanalado, semelhantes àquelas da subtradição Guarita da Tradição Polícroma da Amazônia.

A esses dados iniciais apresentados em 1984, outras informações foram acrescentadas, especialmente sobre o lago de Silves, que culminaram na publicação de um novo artigo (SIMÕES e MACHADO, 1987), que atualmente representa o pouco que se tem publicado sobre a arqueologia do Rio Urubu.

Através da seriação, o método quantitativo de análise cerâmica aplicado por esse grupo de pesquisadores, foram definidas quatro novas fases arqueológicas para a região. De acordo com os pesquisadores, o conjunto mais antigo pertenceria à chamada fase Silves, pertencente à Tradição Borda Incisa, que, assim como o período inicial da Tradição Regional Saracá, também é datada dos primeiros séculos da era

Cristã. As duas fases seguintes, Saracá e Iraci seriam componentes da Tradição Regional Saracá, mais recente, e finalmente a fase Sanabani, pertencente à Tradição Incisa Ponteadada. Esta última como datações radiocarbônicas tardias, situadas os séculos X e XI (d.C.)

Deve-se ressaltar, no entanto, que uma parte considerável das seriações que deram origem a essas fases cerâmicas foi baseada em coletas de superfície e não em cortes estratigráficos (SIMÕES, 1980, 1981). Em coleções dessa natureza, a possibilidade de mistura crono-estratigráfica dos artefatos é evidente.

Como se pode observar no mapa elaborado pelos autores para a dispersão das fases cerâmicas da região (figura 1), não há sítios com evidências de mais de um conjunto artefactual: a cada novo sítio se definia uma nova fase arqueológica. Exemplo disso é a fase Garbe, localizada em um único sítio arqueológico AM-IT-07 (Santa Helena). Este sítio foi escavado em 2010, por uma equipe do Projeto Baixo Urubu, a fim de avaliar justamente esses critérios classificatórios.

Outro exemplo é a suposta distinção entre as fases Iraci e Saracá, que compõem a Tradição Regional. Ao observar as descrições e mesmo os vestígios pertencentes a essas duas fases, não se pode compreender a razão da distinção entre ambas, já que as cerâmicas se apresentam de maneira muito semelhante nos dois sítios (figura 1). A falta de explicitação dos critérios classificatórios também é um ponto a ser considerado, ao se tomar esses trabalhos como referência.

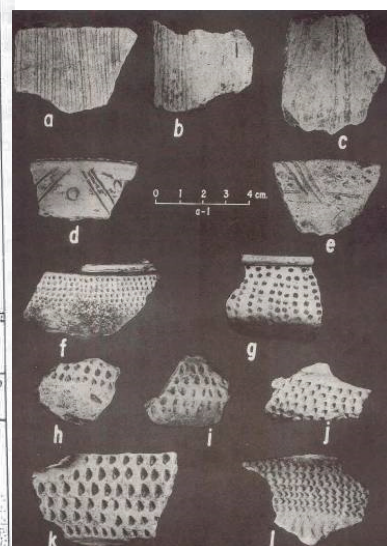
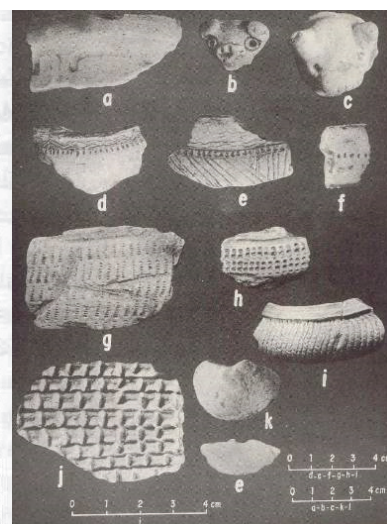
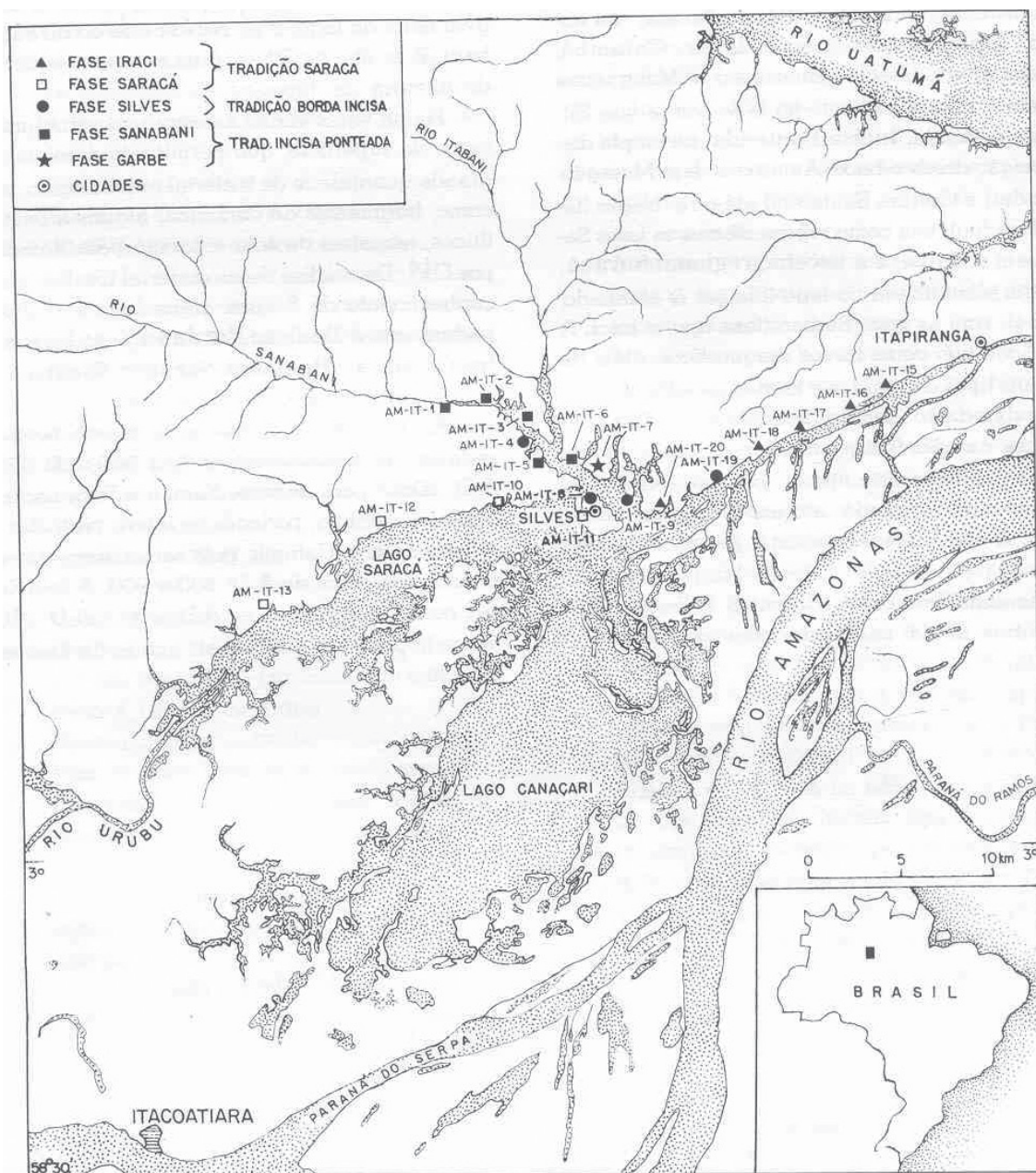


Figura 1: Localização dos sítios arqueológicos do lago de Silves e respectivas fases cerâmicas; e pranchas com fragmentos cerâmicos das fases Saracá e Iraci, respectivamente (fonte: Simões e Machado 1987:58,74 e 77).

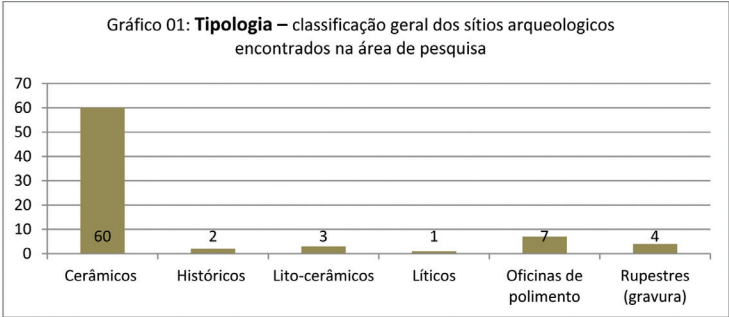
Outra contribuição dessas pesquisas para a arqueologia da região data de 1991, com a dissertação de mestrado de A. L. Machado, defendida no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco. No trabalho, são apresentados dados complementares aos relatórios e artigos sobre a área, esboçando uma abordagem analítica com enfoque em uso do espaço (MACHADO, 1991). A partir desse histórico e problemas de pesquisas, delineava-se um quadro arqueológico bastante peculiar e convidativo para a região, que deu origem, como visto, ao Projeto Baixo Urubu.

A DIVERSIDADE DA ARQUEOLOGIA REGIONAL

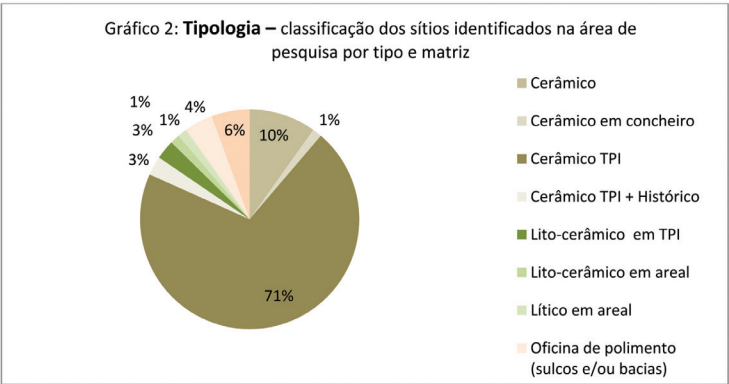
Os levantamentos arqueológicos realizados no âmbito do Projeto Baixo Urubu procuraram abordar ecossistemas e compartimentos geográficos diferenciados, visando assim obter uma maior representatividade das ocorrências de sítios arqueológicos dentro da área de pesquisa (para um detalhamento das metodologias de levantamentos, ver o artigo de Moraes, neste volume). Tal abordagem se mostrou profícua, na medida em que evidenciou, até o momento, um total de 71 sítios arqueológicos em contextos diversificados.

Estes diferentes sítios se encontram dispostos em nichos ecológicos diferenciados e em matrizes distintas. Com o intuito de mapear tal variabilidade, foi proposta uma tipologia inicial, a partir da qual esses sítios

foram classificados entre: 1) sítios cerâmicos, 2) sítios históricos 3) sítios lito-cerâmicos, 4) sítios líticos, 5) sítios-oficina de polimento e 6) sítios com gravuras rupestres.



Fonte: Lima (2013).



Fonte: Lima (2013).

A partir dessa classificação inicial (tabela 1), os sítios foram abordados a partir dos nichos ecológicos que ocupam, assim como por sua matriz. Nesse caso, foi incorporada à classificação a sua localização geográfica, que resultou numa categorização mais detalhada, que pode ser vista no mapa na figura 2.

Sítios Arqueológicos Identificados pelo Projeto Baixo Urubu
Classificação por tipo

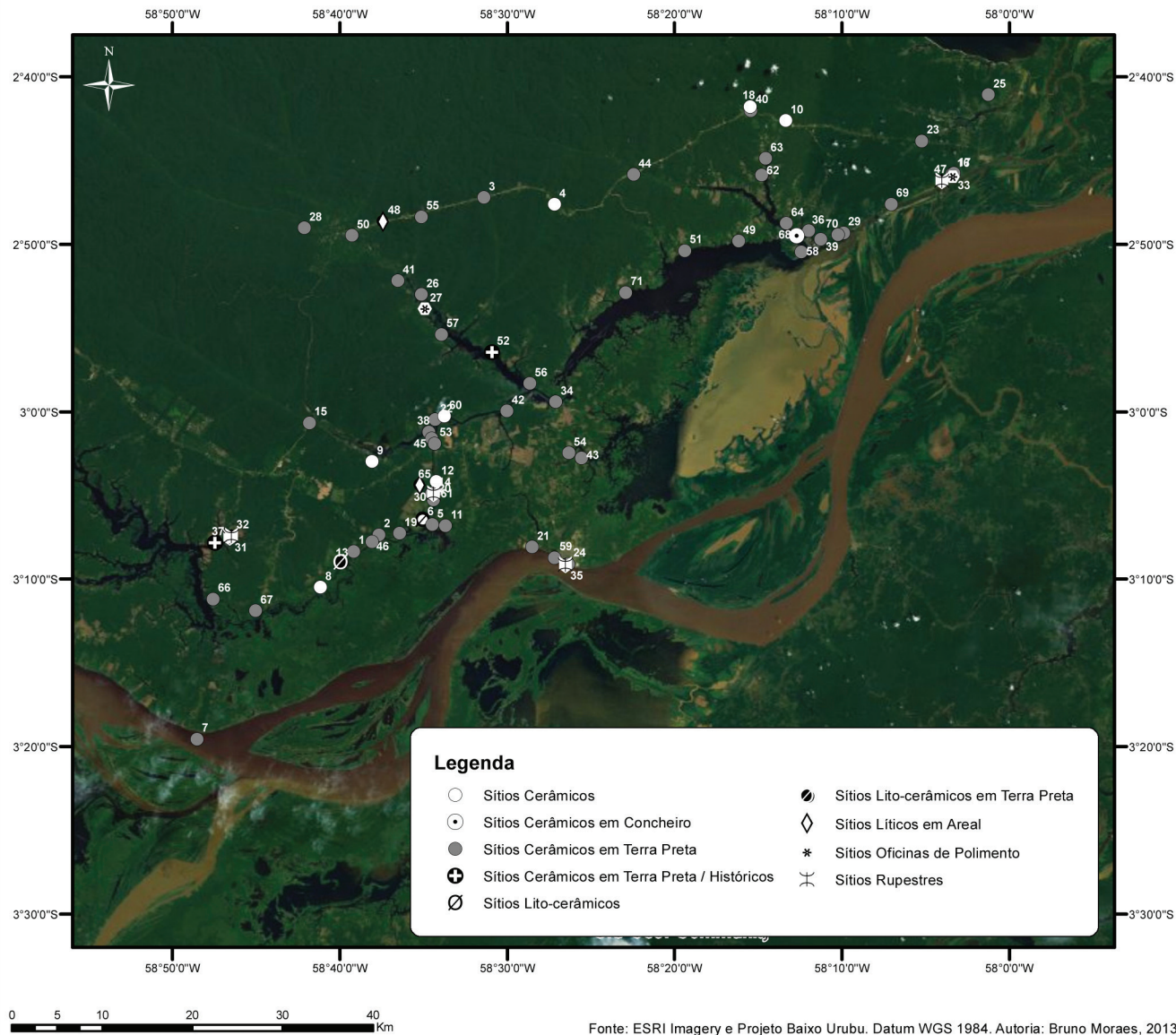


Figura 2: Imagem orbital da região do baixo rio Urubu com a distribuição e classificação dos sítios arqueológicos identificados por tipo e matriz (mapa: Bruno Moraes 2013).



Figura 3: Sítio Terra Preta do Canaçari, município de Itacoatiara. Composto por milhares de fragmentos cerâmicos aflorando em matriz de terra preta antropogênica, com evidências de estruturas monticulares.
Fonte: Lima (2012).



Como se pode ver, os sítios cerâmicos são aqueles mais representados na área de pesquisa, em especial aqueles compostos pelas Terras Pretas de Índio. Eles estão geralmente localizados nas margens de rios e igarapés e apresentam grande quantidade de cerâmicas em superfície e também em profundidade. Em alguns desses sítios foi possível também identificar a presença de estruturas monticulares com diferentes formatos e tamanhos (ver figura 3). As cerâmicas presentes nesses sítios relacionam-se às tradições Borda Incisa, Incisa e Ponteadá, e Policroma da Amazônia – tradições essas amplamente distribuídas na bacia Amazônica, e alvos de fervorosos debates entre os estudiosos que trabalham na região. Uma discussão mais detalhada sobre alguns desses conjuntos será apresentada adiante.

Em muitos desses sítios cerâmicos, bem como nas coleções particulares de moradores da região, existe a larga presença de lâminas de machado polida que são comuns nos sítios da região, em especial aqueles de grandes dimensões situados em terra preta. Por outro lado, algumas das ocupações ceramistas da área se serviram também das matérias-primas locais (principalmente arenitos) para a produção de artefatos, como os raspadores e lascas de toda a sorte, que são encontradas em alguns sítios da região, em especial aqueles localizados em areais, nas cabeceiras de rios de menor porte e de igarapés.

De fato, os sítios líticos e os lito-cerâmicos da região sempre se apresentam em áreas de areal, nas proximidades de igarapés de água preta, recobertos por vegetação aberta do tipo campina e campinarana. Em alguns desses sítios, como é o caso do sítio São Paulo, os vestígios arqueológicos caracterizam-se por uma indústria lítica lascada mais sofisticada do que os demais, utilizando-se de lascamento em matérias-primas diferenciadas. Nesse caso particular, as características gerais do sítio se assemelham sobremaneira com outros sítios arqueológicos localizados em outras partes da Amazônia, especialmente na Amazônia Central. Nesta região, têm-se identificado sítios com ocupações pré-ceramistas com datações bastante antigas, que remontam a até 7.600 A.P. (COSTA, 2009; NEVES, 2011).

Já os sítios com gravuras rupestres se encontram principalmente nas margens do Rio Urubu, do Lago Saracá, do Paraná de Silves e às margens do Amazonas, próximo a Itacoatiara. Os mesmos só podem ser acessados durante poucos meses do ano, na época da vazante, tendo em vista o regime sazonal das águas na região. Os sítios se caracterizam por afloramentos areníticos, localmente denominados como “pedrais”, onde as rochas apresentam gravuras com formas geométricas, zoomorfas e antropomorfas, obtidas principalmente pela técnica do picoteamento e, em menor escala, do polimento.



Figura 4: Sítio São Paulo, localizado no Km 37 da rodovia AM-363, que liga Itacoatiara e às cidades de Silves e Itapiranga, que apresenta uma indústria lítica lascada comparável aos contextos mais antigos encontrados na Amazônia central.
Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (2010-2011).



Figura 5: Sítio Pedral do Sangaua II, sítio rupestre com petroglifos e sulcos de polimento, localizado nas proximidades do sítio cerâmico e histórico Sangáua.
Fonte: Smith (2012).

Embora haja até momento somente dois sítios históricos cadastrados no banco de dados do projeto, sabe-se que se trata de uma região largamente documentada do ponto de vista histórico, sendo que nesses relatos etnohistóricos e documentos do período colonial são notáveis relatos sobre os conflitos entre os povos indígenas que habitavam a região e a empreitada colonial. Ainda no século XVII adentram na região religiosos da ordem dos mercedários, erigindo e estabelecendo uma série missões, entre elas a de Saracá que deu origem à atual cidade de Silves (REIS, 1991). No diário do Padre Samuel Fritz, entre 1686 e 1723 há menção a uma dessas missões do Urubu, local onde ele se recuperou antes de seguir baixando o Amazonas (FRITZ, 1922). Ainda hoje no baixo curso do Rio Anebá, afluente esquerdo do Rio Urubu, são visíveis em meio à capoeira algumas edificações e estruturas construídas em pedra, resquícios de uma dessas missões, a antiga Missão do Anibá, no sítio arqueológico Tauaquera (AM-IT-22). Uma caracterização preliminar sobre esse sítio, realizada no âmbito do projeto, lança luzes à potencialidade da área para o estudo arqueológico ligado ao período de contato.

Também a fundação de Itacoatiara tem origem em uma missão religiosa, a Missão de Aroaquis estabelecida em 1655. Localizada na ilha de Aibi, junto ao furo Arauató, as referências históricas indicam que a mesma existiu até meados de 1680, e foi apontada no “Mapa Geographico del Rio Marañón e

Amazonas” produzido pelo próprio padre S. Fritz, em 1681 (SILVA, 1997, p. 28-30). Todavia, a missão não progrediu em razão das investidas constantes dos índios Mura e da dificuldade de deslocamento dos habitantes para o rio Canumã tendo, desse modo, modificada por cinco vezes a sua localização, o que pode dificultar um trabalho de prospecção em arqueologia histórica. Ainda assim, a potencialidade para tais estudos é evidente em toda a região e almejada pelo projeto nos próximos anos.

Por fim, registrou-se a presença de vestígios cerâmicos em diferentes pontos de um substrato composto por conchas bivalves existentes sob todo o leito do lago e Paraná de Silves (lagos Canaçari e Saracá). Em duas ocasiões distintas (em 2010 e 2011) foi possível observar esses locais, onde fragmentos cerâmicos aparecem em quantidade razoável ao longo dos concheiros, que somente ficam expostos em secas mais pronunciadas. A hipótese inicial de trabalho era de que os sítios em concheiros poderiam ser artificiais, a exemplo dos sambaquis fluviais encontrados em outras partes da Amazônia como no Pará e no Guaporé. No entanto, atestou-se que os mesmos representam um substrato natural da região, e não um constructo humano. Optou-se por registrar o local como sítio cerâmico em concheiro, pela óbvia presença desses vestígios, mas principalmente entendendo que o substrato – mesmo que natural – por certo foi explorado em tempos pré-coloniais.

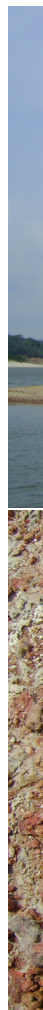




Figura 6: Sítio em concheiro, localizado no município de Silves, defronte à cidade. O local fica exposto somente em secas mais pronunciadas.
Fonte: Lima (2010, 2011).

A tipologia, preliminarmente proposta para os sítios, reflete a grande variabilidade arqueológica da região e pode ser corroborada através da grande quantidade e diversidade de vestígios arqueológicos ali presentes. Sugere-se que tal diversidade seja relacionada à grande diversidade e variabilidade de ambientes inerentes à região, que, como visto, apresenta diferentes nichos de recursos. Essa amostra, ainda que preliminar, delineia um interessante quadro para a arqueologia regional, explorado através de abordagens mais aprofundadas em alguns desses sítios.

O QUADRO CRONOLÓGICO REGIONAL: DADOS PRELIMINARES

Os dados e interpretações sobre os processos ocupação dos sítios arqueológicos da região permitiram elaborar uma espécie de zoneamento preliminar da área com base em critérios cronológicos e estilísticos (figura 7). Este se deu, também, à luz de dados vindos de outras áreas da Amazônia.

Dentre os contextos estudados da área de pesquisa, destacam-se sítios bastante diferenciados, classificados em três conjuntos distintos, de acordo com o padrão de ocorrência dos conjuntos tecno-estilísticos: 1) sítios unicomponenciais TBI,¹ 2) sítios multicom-

ponenciais 3) TBI-Saracá e sítios multicomponenciais TBI-Saracá/TPA (ver mapa, figura 7).

O primeiro deles é representado pelos sítios Pontão (AM-SL-06) e Mucajatuba (AM-SL-08), localizados em frente à cidade e na área urbana de Silves respectivamente. Esses sítios são muito interessantes por apresentarem contextos relacionados a ocupações densas em grandes extensões de terra preta, que podem chegar a mais de um metro de profundidade em alguns pontos, em uma sequência aparentemente unicomponencial. Ressalte-se que foi para esses sítios que Simões definiu a chamada fase Silves (SIMÕES e MACHADO, 1987), com as referidas datações antigas para um sítio localizado nas proximidades de ambos, o Ponta Grossa (AM-SL-08), ao qual a equipe do projeto não teve acesso.

Os sítios Pontão e Mucajatuba foram intensivamente pesquisados, em especial o primeiro, que foi alvo de uma etapa de campo com a duração um mês, sob a forma de um sítio-escola, no qual doze cortes estratigráficos com 1x1m foram escavados, entre outras atividades de delimitação e mapeamento. As datações radiocarbônicas obtidas para estes dois sítios variaram entre os séculos VI e VII (d.C.) (ver tabela), que, se comparadas aos contextos da Amazônia Central – região adjacente e melhor conhecida do ponto de vista da arqueologia – corresponderiam ao período de ocupação ligado à Tradição Borda Incisa, particularmente à fase Manacapuru (LIMA e NEVES, 2011).

¹ Deste ponto em diante as menções às tradições tecnológicas da Amazônia serão feitas pelas siglas: TBI – Tradição Borda Incisa, TPA – Tradição Policroma da Amazônia e TIP – Tradição Incisa e Ponteadas; TR – Tradição Regional (esta última somente indicando uma nomenclatura existente na bibliografia).

Sítios Arqueológicos Identificados pelo Projeto Baixo Urubu Classificação por Afiliação Cultural

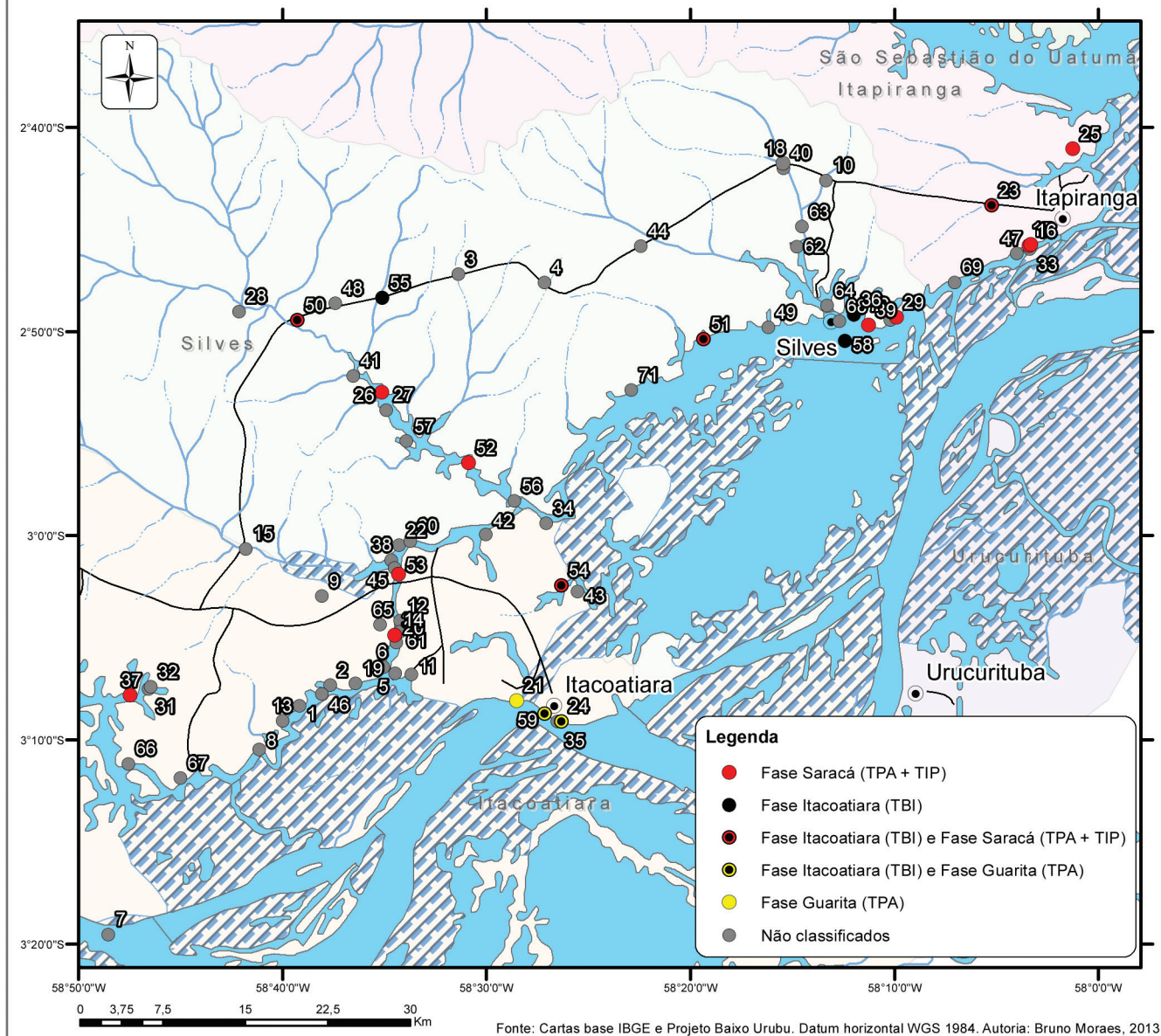


Figura 7: Mapa com a classificação dos sítios arqueológicos por afiliação cultural.

Fonte: Moraes (2013).

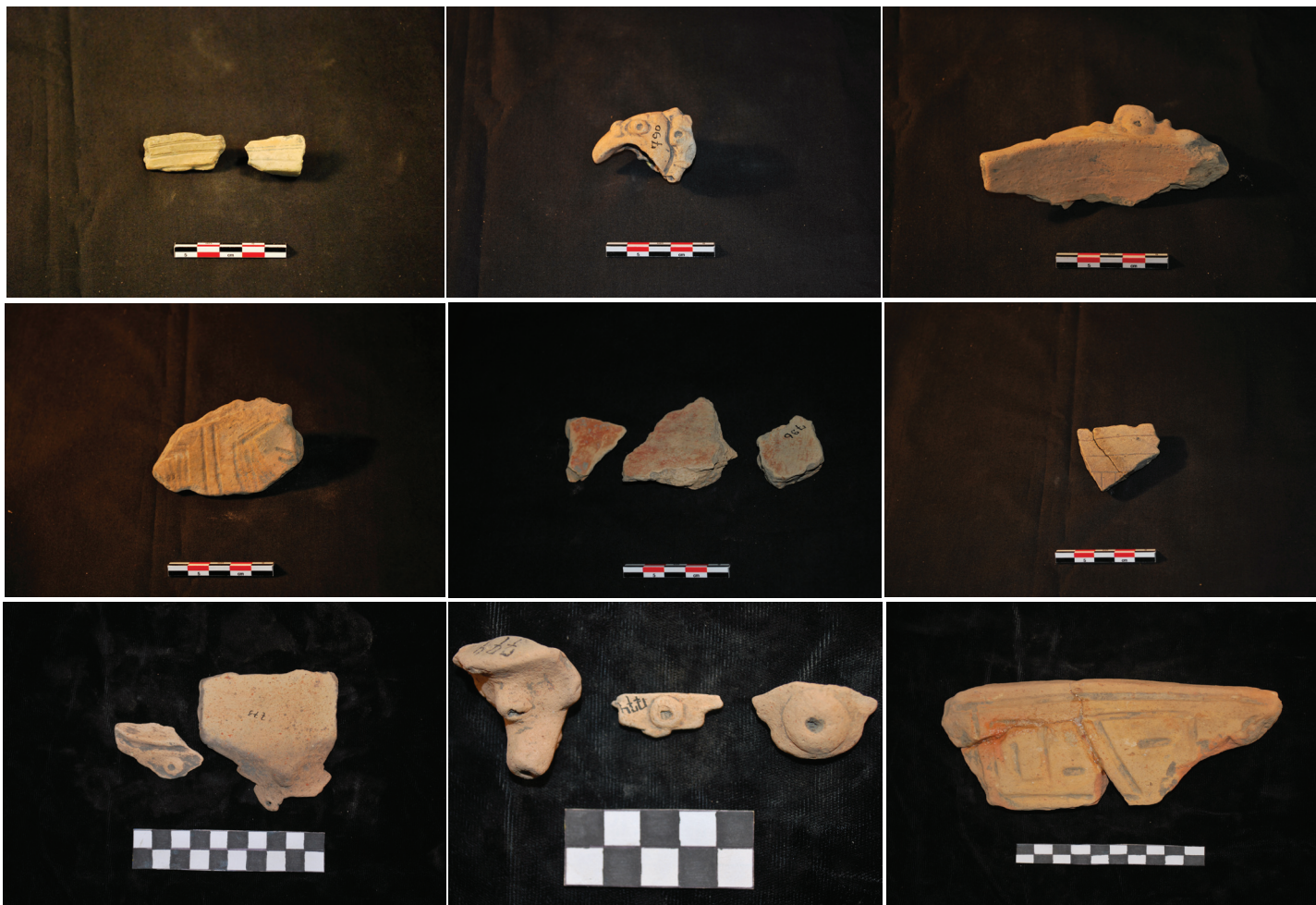


Figura 8: Cerâmicas da então chamada fase Silves (TBI) coletadas por M. Simões nos sítios Pontão e Mucajatuba, município de Silves.
Acervo MPEG.
Foto: H. Lima, 2010, 2011.

A presença de elementos tecnológicos e decorativos, diagnósticos a este conjunto, não deixa dúvidas quanto a sua filiação cultural à TBI: assim como ocorre na fase Manacapuru, há certa predominância de bordas extrovertidas e de flanges labiais nas formas das vasilhas, locais esses que são preferenciais para a aplicação da decoração, que consiste na modelagem de figuras principalmente zoomorfas, esferas aplicadas com ponteados ao centro, incisões simples, duplas e múltiplas e também o engobo vermelho (figura 8).

O segundo grupo identificado é representado por sítios multicomponenciais com a sobreposição estratigráfica das ocupações com cerâmicas TBI por conjuntos mais recentes Saracá. Este é representado pelo sítio Sete Irmãs do Anebá, localizado na margem esquerda do Rio Anebá, em seu médio curso. O sítio tem uma estratigrafia bastante “didática”, composta por dois contextos ocupacionais claramente separados na estratigrafia e com cerâmicas tecnologicamente diferenciadas. O conjunto mais antigo é relacionado à fase Itacoatiara (figura 9), enquanto que o mais recente comporta cerâmicas da fase Saracá. Foram feitas três datações radiocarbônicas ao longo da estratigrafia em uma escavação realizada no sítio, que revelaram uma sequência cronológica entre os séculos VI e XII (d.C).

Em relação ao terceiro grupo, as características tecno-estilísticas das cerâmicas

mais antigas, assim como seu contexto deposicional, são semelhantes ao sítio Sete Irmãs do Anebá, também relacionadas à fase Itacoatiara (figura 9). Nesse caso, o sítio Jauary, localizado na cidade de Itacoatiara também é multicomponencial, mas com uma estratigrafia extremamente complexa e perturbada, por se localizar em área urbana muito antropizada. As datações radiocarbônicas evidenciam tal perturbação, uma vez que as amostras enviadas, de contextos profundos e relacionados às cerâmicas Itacoatiara, revelaram datas muito recentes, entre os séculos XIV e XI, o que parece indicar mistura ou contaminação das mesmas. A diferença deste contexto em relação ao grupo anterior aparece nas ocupações mais recentes, sendo nesse caso predominantemente Guarita (TPA). Voltaremos a esse sítio adiante, ao tratar das ocupações mais recentes da área.

É importante esclarecer aqui a existência de diferenças sutis entre os conjuntos TBI desses dois últimos sítios em relação àqueles anteriormente descritos, denominados por M. Simões como fase Silves. Nesse caso, a presença da policromia antiga é evidente (ver fotos), em associação com uma decoração plástica altamente rebuscada, o que assemelharia essas cerâmicas àquelas anteriormente referenciadas como Pocó, ou Pocó-Acututba (LIMA et al, 2006; LIMA e NEVES, 2011). Soma-se a isso a presença de flanges labiais decoradas através de



Figura 9: Cerâmicas da fase Itacoatiara (TBI). (a) sítio Sete Irmãos do Anebã – acervo Museu Amazônico (b) sítio Jauary – acervo Museu Amazônico, (c) coleção-tipo da fase Itacoatiara coletadas por P. Hilbert e M. Simões – Acervo MPEG.
Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (s.d.).

incisões e excisões em motivos curvilíneos e modelagem com motivos biomorfos, sempre tendo o cauixi como tempero. Todos esses são elementos bastantes característicos da fase Itacoatiara, descrita por P. Hilbert (1968) e discutida por D. Lathrap (1970b) e mais recentemente por Lima (2008).

Esses contextos mais antigos ocorrem em grande parte dos sítios da região, geralmente em profundidade (ver mapa, fig. 7). Quando se está lidando com sítios multicomponenciais, estes conjuntos são geralmente identificados nos níveis estratigráficos mais profundos (como é o caso dos sítios Sete Irmãs do Anebá, Jauary, Taberebatuba, entre outros), mas vale ressaltar que nos sítios Pontão e Mucajatuba, as cerâmicas TBI (fase Silves) aparecem ao longo de toda a estratigrafia, em contextos unicomponenciais.

Embora haja diferenças sutis entre esses materiais e aqueles anteriormente descritos, referenciados como fase Silves, o ainda escasso conhecimento sobre a arqueologia local, somado aos desdobramentos das discussões presentes na bibliografia acerca das cerâmicas Itacoatiara (LATHRAP, 1970A, 1970B; HILBERT, 1968), decidiu-se por chamar provisoriamente de Itacoatiara também aquilo que Simões referenciou como fase Silves (SIMÕES e MACHADO, 1987) e, possivelmente, o componente antigo da Tradição Regional Saracá, a fase Sucuriju (SIMÕES e

MACHADO, 1984). Assim, aos conjuntos mais antigos encontrados na área de pesquisa, incluindo as fases Sucuriju e Silves, convenciamos chamar sob a nomenclatura genérica de Itacoatiara (TBI), já consolidada na literatura arqueológica. No entanto, ainda não estamos certos quanto à separação ou não entre esses dois conjuntos antigos, de modo que tal quadro ainda pode vir a se modificar com o andamento das pesquisas.

Já o período mais recente da ocupação pré-colonial é caracterizado pela mescla de elementos ligados às tradições Incisa Ponteadada e Policroma. Dentre os traços comumente associados à primeira encontram-se o largo uso de ponteados, incisões finas e o tempero composto principalmente por cauixi e areia. Essas características ocorrem concomitantemente e, por vezes, num mesmo fragmento, em cerâmicas com traços predominantes da Tradição Policroma (TPA), entre eles as vasilhas com borda reforçada e flanges mesiais e a pintura policroma. A essa fusão regional de traços distintos, M. Simões denominou Tradição Regional Saracá (SIMÕES e MACHADO, 1984, 1997). Não é nosso objetivo aqui discutir os critérios utilizados para o estabelecimento das fases e tradições anteriores, mas adotamos, para fins classificatórios, o nome Saracá para caracterizar tais conjuntos.

Estratigraficamente, esses elementos não se diferenciam e sugerem, mesmo, tratar-se de um único conjunto miscigenado.

Ao que Simões separou como fases distintas (Anebá, Sanabani, Garbe, Saracá ...) componentes da TR Saracá, englobamos sob uma mesma nomenclatura unificada, Saracá. Tal opção se deu pelas semelhanças estilísticas e contextuais, e também entendendo esse conjunto enquanto um fenômeno regional circunscrito à área do Rio Urubu e adjacências.

A aproximação das cerâmicas Saracá com a Tradição Incisa e Ponteadada pode ser facilmente percebida através dos materiais cerâmicos ali encontrados, caracterizados pelo largo uso de ponteados, como os já descritos por Simões: ponteadado-estampado, ponteadado-arrastado e ponteadado-repuxado, ou ainda o uso de outras técnicas que resultem num efeito visual semelhante, como o inciso-quadrado ou tracejado-quadrado. De fato, esta pode ser considerada a característica mais distintiva do conjunto: os ponteados, que são aplicados em áreas e setores específicos dos vasos globulares ou em meia-calota. Geralmente somente as porções inferiores dos mesmos (mesiais ou próximas das bases) são decoradas a partir dessa técnica, uma vez que nas porções superiores, mais próximas das bordas, que em geral são extrovertidas ou reforçadas externamente, as técnicas utilizadas são as incisões ou acanalados. Os pratos, tigelas e assadores, quando decorados, concentram as mesmas na face superior das bordas, também expandidas. Nesse caso são comuns, além das incisões, estampas de pequenas circunferências em

toda a sua extensão (figura 10). Os antipláticos são varáveis, mas em geral apresentam uma combinação de caixi, minerais, caco moído e, em alguns casos, também o cariapé.

Alguns elementos estilísticos dessas cerâmicas, tais como a preferência pelas bordas como suporte para a decoração incisa, remetem aos conjuntos TBI, mais antigos, existentes na região. Na região do Rio Urubu e adjacências, a chamada fase Saracá vem a substituir as ocupações mais antigas, sobrepondo-se estratigraficamente aos conjuntos TBI. Os processos culturais ligados a esses fenômenos ainda carecem de ser melhor entendidos e interpretados, mas vale registrar que ocorrem alguns elementos de continuidade entre as cerâmicas Itacoatiara (TBI) e os conjuntos Saracá. Assim, a cerâmica Saracá pode ser caracterizada enquanto um conjunto de uma síntese, combinando elementos ligados a três das quatro tradições ceramistas definidas Amazônia, as tradições Borda Incisa, Incisa Ponteadada e Policroma.

Cabe ressaltar, por fim, que embora com visível predominância na área de pesquisa (ver mapa, figura 7), ela aparentemente se concentra no curso do Rio Urubu e afluentes, sem, no entanto, adentrar com intensidade nos sítios que margeiam o Rio Amazonas. Pois, em alguns dos sítios estudados, mais próximos do Amazonas, há a preponderância dos materiais Guarita, enquanto que em outros, mais distantes da calha do Amazonas, predominam os conjuntos Saracá. Nesse sentido, é impor-



Figura 10: As cerâmicas Saracá (TIP/TPA). (a) acervo Museu Amazônico, (b) acervo MPEG.
fotos: diversos autores, acervo Projeto Baixo Urubu.



Figura 11: Cerâmicas da Fase Guarita (TPA) escavadas no sítio Jauary – acervo Museu Amazônico.
Fonte: Acervo Projeto Baixo Urubu (s.d.).

tante avaliar a correta distribuição dos contextos com cerâmica Saracá para que se possa vislumbrar os processos históricos levados a cabo nessa região.

Desse modo, levantamentos e estudos mais intensivos nos sítios localizados em um perímetro de interlocução entre esses dois contextos (Rio Amazonas – TPA e Rio Urubu – Saracá), a exemplo dos “furos” ali existentes, como o Arauató, são áreas prioritárias para o estudo das relações entre esses conjuntos. Com isso, as pesquisas ora em andamento procuram entender como se deram as relações históricas entre esses dois sistemas culturais e territoriais aparentemente distintos, que se aproximam e se mesclam em algum ponto do Rio Urubu, revelando-se esta área como uma zona de fronteira cultural.

UMA POSSÍVEL EXPLANAÇÃO: O BAIXO URUBU COMO ÁREA FRONTEIRA CULTURAL

Como visto, a região do Rio Urubu tem sido descrita na literatura como área mais a Oeste de ocorrência da TIP. Do mesmo modo em que a foz do Madeira é palco de ocorrências das belas urnas antropomorfas Guarita, ligadas à TPA. Assim, a área estudada situa-se em um ponto crítico para o entendimento do período pré-colonial tardio, e o registro arqueológico local corrobora: nos sítios da região os conjuntos aparecem misturados, mas há uma clara tendência de concentração

de sítios com a TPA nas margens do Madeira enquanto que os sítios com a presença de Saracá aparecem mais para dentro do rio.

Vale lembrar que essas duas tradições: Incisa e Ponteada e Policroma são cronologicamente concomitantes – embora em áreas geográficas distintas, como se verá – e marcam a história das interações culturais do período pré-colonial tardio, imediatamente antes da conquista européia. A Tradição Policroma, por um lado, tem uma ampla dispersão pela bacia Amazônica, ocorrendo desde a área estuarina até o sopé dos Andes. Já a Tradição Incisa Ponteada restringe-se a uma região limitada do médio e baixo Amazonas, aproximadamente entre os rios Tapajós e Madeira – área esta onde, aparentemente, não ocorrem cerâmicas ligadas à TPA. Essa lacuna presente na distribuição geográfica da TPA corresponde, historicamente, aos chamados cacicados tapajônicos, representados pelas cerâmicas tapajônicas e konduri, ambas relacionadas à Tradição Incisa Ponteada. A região do Rio Urubu tem sido descrita na literatura como área mais a Oeste de ocorrência dessa tradição. Do mesmo modo em que a foz do Madeira é palco de ocorrências das belas urnas antropomorfas Guarita, ligadas à TPA. Assim, a área estudada situa-se em um ponto de suma importância para o entendimento do período pré-colonial tardio, podendo, inclusive, ser investigado enquanto zona de fronteira cultural.

Soma-se a isso a hipótese explanatória da área ter servido como uma área de encontro entre diferentes povos, como uma espécie de “melting pot” cultural (Lima e Moraes 2011). Essa abordagem foca nos processos de construção de apropriação local dentro de macrossistemas operando na Amazônia pré-colonial tardia, em redes regionais de escala continental. Tais padrões, aqui interpretados como parte constituinte de interações com uma estrutura organizacional em forma de rede, abrangeriam largas áreas geográficas em sistemas próprios de circulação de informações, línguas, costumes, objetos, conceitos estilísticos e outras normas sociais, cada qual com seu status específico.

Nesse sentido, a chamada Tradição Saracá seria interpretada enquanto expoente material de tais processos de apropriação. De certa maneira, tal abordagem se aproxima do conceito de etnogênese, oriundo da antropologia cultural, como um movimento abrangendo esforços simultaneamente culturais e políticos dos povos para criar identidades duradouras em contextos gerais de mudança radical e descontinuidade (Hill 1996, *apud*. Hornborg 2011 p 19).

Não há dúvidas de que delimitar dispersão geográfica dos conjuntos arqueológicos é uma tarefa muito mais complexa do que pode parecer, sendo difícil traçar no mapa uma suposta “linha de fronteira”. As razões certamente são multifatoriais, envolvendo

os sistemas políticos, culturais e ambientais distintos, mas compreender o significado da variabilidade material encontrada na região do baixo Urubu pode auxiliar numa compreensão mais abrangente sobre os processos históricos que operaram nessa região em períodos anteriores à conquista europeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a quantidade de dados arqueológicos angariados sobre a região nos últimos trinta anos é considerável. Contando ainda com algumas datações que, embora poucas e com uma amostragem imperfeita, auxiliam para um entendimento mais acurado sobre o processo de ocupação da área que, como dito anteriormente, foi marcado pela variabilidade.

A partir de um estudo contextual dos vestígios arqueológicos ali existentes, tem-se buscado, então, explorar a hipótese de a área de estudo ter representado uma zona de fricção étnica e fronteira cultural, especificamente no período pré-colonial tardio.

Com base em dados oriundos de recentes pesquisas, as interpretações propostas têm se apoiado na hipótese de que a diversidade arqueológica registrada para região do baixo Rio Urubu resulte de ressignificações locais de distintos padrões culturais, típicas de áreas de fronteiras culturais. Assim, as cerâmicas Saracá, um conjunto miscigenado com apropriações e influências advindas de

tempos e espaços distintos, representam um palimpsesto onde uma série de tradições culturais distintas deixaram suas marcas.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, C. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994 [1641].

BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração nos rios Urubu e Jatapu**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

CARVAJAL, G. **Relación del nuevo descubrimiento del famoso Río Grande que descubrió por muy gran ventura el Capitán Francisco de Orellana**. Transcrição de Oviedo y Medina, por Raul Reyes y Reyes. Quito: Biblioteca Amazonas, 1942 [1542]. v. 1.

COSTA, F. **Arqueologia das campinaranas do baixo Rio Negro**: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Bernardo. **Levantamento arqueológico na reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) Amanã**: estado do Amazonas. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DUCKE, Adolpho. 1945. **Flora do Rio Urubu**. Separata do Boletim do Ministério da Agricultura, junho de 1944. Rio de Janeiro.

FRITZ, Samuel. **Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazons between 1686 and 1723**. London: Hakluyt Society, 1922.

GUAPINDAIA, V. L. C. **Além da margem do rio**: a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

HILBERT, P. **Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas**. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.

HILBERT, P. P.; HILBERT, K. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, Belém, v. 75, p. 1-11, 1980. (Série Antropologia).

HORNBORG, Alf; HILL, Jonathan (Eds.). **Ethnicity in ancient Amazonia**: reconstructing past identities from archaeology, linguistics, and ethnohistory. Colorado: The University Press of Colorado, 2011.

LATHRAP, D. **The Upper Amazon**. London: Thames e Hudson, 1970.

_____. Review of Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas, In.: Peter Hilbert. **Society for American Archaeology**, American Antiquity, Washington D.C., v. 35, n. 4, p. 499-501, 1970b.

LIMA, H. **História das Caretas**: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, H.P.; NEVES, E.G. Cerâmicas da Tradição Borda Incisa/Barrancóide na Amazônia Central. **R. Museu Arq. Etn.**, São Paulo, n. 21, p. 205-230, 2011.

LIMA, H.; MORAES, B. **Redes e Sistemas de Interação Regional no Médio Amazonas**. Belém, 2011. Comunicação apresentada Conferência da Society for the Anthropology of Lowland South America (SALSA).

_____; _____; PETTERSEN, J. B. La fase Açutuba: um novo complexo Cerâmico na Amazônia Central. Arqueología Suramericana, Catamarca: Departamento de Antropología, Universidad del Cauca; Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca. **World Archaeological Congress**, v. 2, n. 1, p. 26-52, jan. 2006.

MACHADO, A. L. C. **As tradições ceramistas da bacia amazônica**: uma

análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM). 1991. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

MEGGERS, B. Environmental Limitations on the Development of Culture. **American Anthropologist**, v. 56, p. 801-824, 1954.

MEGGERS, B.; EVANS, C. An experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest Area of South America. In: LOTHROP, S. (Ed.). **Essays in Precolumbian Art and Archaeology**. Cambridge: Harvard University, 1961.

_____. Lowland South America and the Antilles. In: JENNINGS, Jesse. (Ed.). **Ancient South Americans**. San Francisco: W. H. Freeman, 1983.

NEVES, E. G. Os Índios Antes de Cabral: Arqueologia e História indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. (Org.). **A temática indígena na escola**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1995. p. 171-192.

_____. Archaeological Cultures and past identities in Precolonial Central Amazon. In: Alf Hornborg; Jonathan Hill. (Org.). **Ethnicity in Ancient Amazonia**: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory. Boulder: University of Colorado Press, 2011. p. 31-56.

_____. **Sob os tempos do equinócio:** oito mil anos de história na Amazônia. Tese (Livre-Docente)-- Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NIMUENDAJU, C. Comments on the Archaeological Finds. In: STENBORG, P. (Ed.) **Pursuit of a past Amazon.** Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region. Göteborg: Etnologiska Studier 45, 2004.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Súmula de História do Amazonas.** 3. ed. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001 (Coleção Poranduba, 9).

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **Vida e morte no Amazonas.** São Paulo: Loyola, 1991.

ROUSE, I.; CRUXENT, J. **Venezuelan Archaeology.** New Haven; London: Yale University, 1963.

SILVA, Francisco Gomes da. **Itacoatiara:** Roteiro de uma Cidade. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.

_____. **Cronografia de Itacoatiara.** Manaus: Papyrus, 1998. v. 2.

SIMÕES, M. **Pesquisas arqueológicas nos rios Urubu, Uatumã e Jatapu (AM):** relatório preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1980.101 p.

_____. Pesquisas arqueológicas no médio rio Urubu (AM): relatório preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1981. 97 p. Inédito.

_____. As pesquisas arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazônica**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 159, 1981. Suplemento.

SIMÕES, M. F.; MACHADO, A. L. A tradição regional Saracá: uma nova tradição ceramista da Bacia Amazônica. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRSA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 36., 1984, São Paulo. **Anais... São Paulo: SBPC, 1984.** p. 133-134.

_____. Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (Amazonas). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. 49-82, 1987.



Onde há fumaça, há fogo: levantamentos arqueológicos no Baixo Urubu

Bruno Marcos Moraes

RESUMO

O presente capítulo versa sobre os levantamentos arqueológicos (*archaeological surveys*) levados a cabo durante a execução do Projeto Arqueologia Regional e História Local no Baixo Rio Urubu ou, simplesmente, Projeto Baixo Urubu. Ao longo de seus quatro anos de duração, muitos pequenos subprojetos foram integrados à empreitada maior de maneiras peculiares, segundo objetivos próprios. Essas ações acabaram por diversificar o perfil amostral das pesquisas regularmente produzidas nessa região amazônica e suas adjacências de maneira eficaz, aliando as muitas facetas do trabalho arqueológico: a pesquisa acadêmica, os estudos em arqueologia preventiva e uma visão social da arqueologia. Apresentaremos aqui uma breve descrição das estratégias amostrais mais comumente utilizadas nos *surveys* arqueológicos e a trajetória dos estudos na área, que acabaram por delinear a formação de um design amostral próprio do projeto e suas interlocuções com as populações passadas e presentes da área de pesquisa.

INTRODUÇÃO

Levantamentos de dados primários são considerados a base de qualquer estudo científico. São considerados, em geral, pesquisas “passivas, pois procuram identificar características de um universo de pesquisa sem interferir em suas variáveis ou em seus resultados. São estudos correlacionais, em que medidas são tomadas em indivíduos ou entidades, para que certas relações possam ser medidas. No caso específico dos levantamentos (ou *surveys*) arqueológicos, conforme entendidos por alguns autores, são “a aplicação de um conjunto de técnicas para uma variação das probabilidades de identificação de materiais arqueológicos para a estimativa de parâmetros de um registro arqueológico regional” (Schiffer *et al*, 1978: 3).²

Nesse sentido, os *surveys* conduzidos em arqueologia não se diferenciam sobremaneira de outros campos do saber que os utilizam como parte de um método de coleta de dados, embora a diferença significativa seja seu objeto: o alvo dos levantamentos arqueológicos são as intervenções humanas

2 Tradução livre do autor.

legadas no espaço em períodos determinados. Com o intuito de estabelecer uma coleta desse tipo de dado é necessário levar em consideração uma área geográfica, que varia conforme a abrangência a que o projeto se propõe, e uma escala de tempo, permitindo que aqueles dados se transformem em informações relacionais que possam se transformar em possibilidades interpretativas acerca de um determinado registro arqueológico.

Antes de tudo, é preciso pensar naquilo que se constitui enquanto o cerne do trabalho do arqueólogo: as interações do homem com o lugar onde vive e convive, e se apropria de modo simbólico e prático. Ao mesmo tempo em que os grupos indígenas que ali habitavam utilizavam certos espaços para morar e desenvolver atividades adequadas à sua (re)produção física (como habitações e locais de coleta, caça, pesca e plantio), também se apropriavam do local para sua (re) produção simbólica e cultural. Mais do que apenas lugares em que atividades sociais e econômicas eram desempenhadas, os locais onde conviviam representavam a personificação física de histórias e ações de eventos míticos, geradores e perpetradores de uma realidade produzida por aquele grupo social (COSGROVE, 1985; DARVILL, 1999; GONZALO, 1999).

Aqueles locais que produziram uma maior e mais densa quantidade de vestígios materiais de certas atividades recebem a

denominação de sítios arqueológicos. Aldeias ou agrupamentos habitacionais são usos territoriais que produzem uma grande quantidade de vestígios, em razão das inúmeras atividades cotidianas (ou não) ali conduzidas. Produção, armazenamento, uso e descarte de materiais são correntes nesses locais. Essa aglomeração de materiais produzidos por atividades humanas são comumente chamados de sítios arqueológicos – ainda que diferentes locais de atividade produzam registros bastante distintos, em termos de quantidade, material e dispersão espacial.

Pode-se considerar a maior parte dos surveys em arqueologia como uma tentativa de identificação de sítios arqueológicos e recolhimento de dados sobre sua localização, a finalidade de sua ocupação no passado e, de forma geral, das atividades ali desempenhadas. Esses dados, a princípio preliminares, podem fornecer informações importantes sobre uma série de questões, que incluem escolhas culturais sobre o padrão assentamento, locais de atividades específicas (como habitar, caçar ou plantar, por exemplo) e, em alguns casos, as relações culturais instituídas entre grupos mais ou menos diversos, em um dado território e intervalo temporal.

Os levantamentos arqueológicos, então, constituem um excerto extremamente importante do desenvolvimento dos estudos arqueológicos em escala regional. Mais do

que apenas indicar sítios convenientes para conduzir escavações, os levantamentos podem ser capazes de produzir um tipo de dado peculiar, aludindo a relações sociais e culturais presentes em um contexto espacialmente mais amplo, mas extremamente necessário para o entendimento de um contexto local.

Em geral, os levantamentos de sítios arqueológicos se configuram enquanto o passo inicial da grande maioria dos projetos de pesquisa, especialmente aqueles que possuem um caráter mais exploratório. Dentro do Projeto Baixo Urubu não foi diferente. Apesar dos dados sobre a presença de sítios arqueológicos angariados por pesquisas anteriores (BARBOSA RODRIGUES, 1875; NIMUENDAJU, 2004; HILBERT, 1968; SIMÕES, 1980, 1981A, 1981B; SIMÕES e MACHADO, 1984, 1987) na área do Projeto Baixo Urubu, ainda se fazia necessário que houvesse uma base de dados própria, uma vez que a maior parte dos sítios não havia sido revisitada nos últimos vinte anos e, ainda assim, por meio dos trabalhos do Projeto Baixo Amazonas, sabia-se que havia uma quantidade incontestada de sítios arqueológicos ainda a identificar.

O PROJETO BAIXO URUBU: MÚLTIPLAS FACES DE UM MESMO SEMBLANTE

Apesar de ter se constituído enquanto uma iniciativa plenamente acadêmica, o

Projeto Arqueologia Regional e História Local no Baixo Rio Urubu recebeu diversos subprojetos que o auxiliaram a recolher dados e recursos para seu desenvolvimento. De fato, pode-se pensar nesse projeto como uma conjunção notável entre o financiamento público (via Fapeam e CNPq, principalmente) e o privado.

O financiamento público foi o que permitiu o impulso primordial do Projeto Baixo Urubu. Através do apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas, garantiram-se recursos para três anos de pesquisa que, embora módicos em termos de custos de trabalhos arqueológicos – que geralmente dependem de uma equipe composta por múltiplos profissionais habilitados e pessoal de apoio – permitiram que os primeiros trabalhos exploratórios fossem iniciados. Pôde-se ter contato com alguns dos sítios arqueológicos e, via de regra, seus habitantes atuais.

Mais do que isso, enquanto alternativa a uma disponibilidade de recursos públicos modestos para o financiamento mais intensivo de trabalhos de campo arqueológicos, o Projeto Baixo Urubu se valeu de parcerias com o setor privado, carente no Estado do Amazonas de prestadores de serviços arqueológicos voltados ao licenciamento ambiental de obras de infraestrutura, para capitanear ações voltadas à pesquisa acadêmica. Destarte, sendo capaz de produzir legitimamente não

apenas conhecimento científico voltado à comunidade acadêmica, mas também dialogar de fato com os atores sociais que se encontram em contato direto com os vestígios de populações extemporâneas, mas que compartilham, de certa forma, aquele lugar.

É importante pontuar as claras distinções entre as pesquisas acadêmicas e aquelas voltadas à iniciativa privada. Em primeiro lugar, os estudos em Arqueologia Preventiva (como se convencionou chamar os trabalhos feitos em contexto de licenciamento ambiental) são realizados em função de uma obrigação legal, e se prestam a um claro objetivo de proteger, resguardar ou salvaguardar o patrimônio arqueológico, que se constitui enquanto bem público, de propriedade da União (LIMA e MORAES, 2010, p. 98). Ou seja, os estudos são direcionados a uma coleta ampla de dados dos sítios passíveis de impacto direta ou indiretamente, dos processos de construção e operação do empreendimento em questão. Se uma determinada intervenção, pública ou privada, oferece riscos ao patrimônio arqueológico, o mesmo deve ser estudado para que, mesmo após inteiramente destruído, o contexto arqueológico daquele local seja resguardado para utilização em trabalhos futuros. Ainda que em um contexto empresarial as regras sejam ditadas a partir de uma lógica de mercado, a experiência do Projeto Baixo Urubu demonstra que é

possível aliar a produção de conhecimento ligada ao licenciamento ambiental, restrita e direcionada aos impactos do empreendimento ao patrimônio arqueológico local, à produção acadêmico-científica.

As parcerias entre o projeto científico e as demandas de licenciamento ambiental nos municípios de Silves e Itacoatiara foram essenciais para o desenvolvimento do projeto, como um todo. A primeira parceria foi firmada entre o PBU e a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas (SEINF), no final de 2009. Em virtude da falta de estudos arqueológicos anteriores às atividades de pavimentação da rodovia AM-363, que liga as sedes municipais de Silves e Itapiranga à outra rodovia, a AM-010, provendo acesso pavimentado a Manaus (220 km) e Itacoatiara (40 km). À empresa responsável pela execução das obras, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição responsável pela gestão nacional do patrimônio arqueológico, solicitou a realização de uma avaliação de impacto das obras, já em fase final de implantação.

A equipe de pesquisa foi, então, encarregada de conduzir os trabalhos que, inicialmente, previam a localização dos sítios arqueológicos próximos das margens da rodovia e uma estimativa dos danos já impetrados a eventuais sítios arqueológicos ali presentes. Com dois objetivos distintos – o trabalho contratual, sucinto e célere,

e o de pesquisa acadêmica, de caráter amplo contínuo – e ao mesmo tempo, os trabalhos ligados à rodovia foram voltados à localização e identificação de sítios presentes nas áreas de influência da rodovia, passíveis ou já impactados. Entretanto, ainda que a campanha de campo estivesse voltada a um escopo específico, os levantamentos foram voltados à compreensão de um padrão ainda desconhecido de implantação de sítios naquela área: as ocupações das áreas de interflúvio.

Até aquele momento, todos os trabalhos de localização de sítios arqueológicos realizados anteriormente tiveram como foco, em função do acesso menos oneroso, as margens dos corpos d'água navegáveis. A possibilidade de acessar novos compartimentos geomorfológicos poderia oferecer um vislumbre, ainda que elementar, de outros padrões de implantação de sítios arqueológicos na paisagem, possibilitando uma melhor compreensão sobre os processos de ocupação da área como um todo. Esse trabalho, considerado um subprojeto inserido em uma pesquisa mais ampla, identificou doze sítios situados às margens da estrada, por meio de levantamentos orais oportunistas e de observação visual dos atributos geoambientais dos terrenos adjacentes à via. Os recursos advindos desse trabalho possibilitaram também a realização de levantamentos fluviais dentro da área de pesquisa do Projeto Baixo Urubu,

permitindo que outros locais que guardavam a presença de atividades humanas no passado também fossem localizados, como os sítios com registros rupestres Pedral do Sangáua I e II. Outro resultado dessa mesma iniciativa se deu por meio da revisitação de uma série de locais identificados há décadas por pesquisadores precedentes, como M. Simões (1980,1981; SIMÕES e MACHADO, 1984, 1987) e P. Hilbert (1968), através do georreferenciamento de seus mapas e cartas, fornecendo coordenadas geográficas aproximadas desses locais.

É importante destacar que cada subprojeto ligado à pesquisa possuía um objetivo particular, de acordo com as necessidades de cada estudo. Ao longo desses quatro anos de desenvolvimento do projeto, várias ações compuseram o projeto, como dois resgates no sítio Jauary, na área urbana de Itacoatiara, atividades ligadas à Educação Patrimonial e à socialização do conhecimento produzido pelo projeto. No entanto, em termos de levantamento arqueológico, além dos trabalhos produzidos no contexto da pavimentação da AM-363, outro trabalho teve destaque por contemplar a visitação, diagnóstico do estado de conservação e fixação de placas sinalizadoras de sítios arqueológicos: o Projeto Arqueologia e Turismo em Itacoatiara.

Iniciativa do IPHAN, os objetivos desse projeto eram efetuar a localização de novos sítios arqueológicos e visita aos sítios já

cadastrados em pesquisas anteriores; delimitação da dispersão de vestígios em superfície em vinte e quatro (24) sítios arqueológicos e sinalização dos mesmos com placas metálicas indicando ali a presença de sítios arqueológicos e; seleção de dois sítios arqueológicos diagnóstico de seu estado de conservação com vistas a avaliar seu potencial turístico e a capacidade de receber projetos de visitação com um mínimo impacto ao patrimônio arqueológico.

Tratando-se de um estudo que visava fornecer um panorama da situação atual de uma parcela dos sítios arqueológicos no município, foram revisitados aqueles já identificados e localizaram-se outros ainda desconhecidos. Sobre esses sítios foram recolhidas informações básicas a fim de atualizar o cadastro do IPHAN (CNSA). Tendo como objetivo apenas a identificação e caracterização dos sítios, não foram realizadas intervenções ou coletas. No entanto, as visitas a campo tiveram também um caráter diagnóstico, procurando observar o estado de conservação dos sítios visitados, tentando compreender quais os principais agentes de dano ao patrimônio em cada um destes locais.

A grande extensão e as características da área geográfica alvo dos levantamentos nos sugeriam que procedimentos oportunistas de levantamento seriam os mais adequados. Tal medida se dá em razão de uma série de fatores, como a sazonalidade da vazão

hidrográfica que influencia no acesso a determinados locais, em diferentes épocas do ano. Um exemplo disso é a possibilidade de se chegar aos sítios arqueológicos que apresentam petroglifos somente em um curto período anual, quando os rios apresentam-se com um nível mais baixo. O mesmo acontece com alguns dos sítios cerâmicos em matriz de terra preta localizados em terraços fluviais à margem dos rios e lagos presentes na região (DENEVAN, 1996; LIMA, 2008; NEVES, 2005; NEVES et al, 2003; PETERSEN et al, 2001).

É importante salientar que a malha viária existente no interior do município de Itacoatiara também se configura enquanto um meio de acesso privilegiado a locais não situados à margem dos grandes corpos d'água. Uma parte dos sítios arqueológicos assenta-se próxima a pequenos igarapés, em uma distância considerável dos rios e lagos de maior volume. As vias vicinais e capilares, presentes, sobretudo, nas áreas rurais do município, possibilitam o acesso não somente a esses locais, mas também a comunidades e habitações que nos forneceram informações acerca da presença de sítios arqueológicos e da própria percepção que as populações locais possuem acerca dos mesmos – fator imprescindível para a escolha dos sítios que se enquadram na perspectiva de potenciais locais vocacionados aos projetos de turismo cultural.

Foram utilizadas duas estratégias metodológicas principais, de maneira singular ou em conjunto: a sobreposição dos mapas de pesquisas anteriores em bases cartográficas atuais com o intuito de obter coordenadas aproximadas dos sítios já identificados e os levantamentos orais oportunistas. Frequentemente as informações orais tiveram um papel chave na re-localização dos sítios conhecidos, principalmente devido às referências toponímicas antigas utilizadas nas nomações e descrições dos locais pelos pesquisadores anteriores já não estarem presentes nos referenciais dos ocupantes atuais, muitas das vezes (algumas com mais de quarenta anos). Sendo assim, mesmo contando com um mapa de localizações aproximadas, os levantamentos foram praticamente refeitos. A tentativa de revisitar esses sítios acabou por revelar outros – seja por meio de informações dos moradores locais ou pelo fato de percorrer inúmeros caminhos que levassem aos mesmos. Foram realizadas duas campanhas prospectivas, utilizando-se de dois meios de transporte: fluvial e terrestre.

Uma vez localizados os sítios arqueológicos, procedeu-se a um diagnóstico expediente em uma tentativa de julgar a presença ou ausência de alguns atributos, como solo antrópico, implantação na paisagem e material arqueológico, para então iniciar a medição da ocorrência de material em superfície, sinalizando-o com bandeirolas coloridas sempre que possível. Além das

campanhas prospectivas, foram realizadas inúmeras visitas ao município, tanto na sede como nas comunidades/sítios arqueológicos, pela equipe do projeto em conjunto com os profissionais de arquitetura, turismo e antropologia contratados para a realização do projeto executivo para visitaão de dois sítios arqueológicos. Essas visitas foram fundamentais para um conhecimento mínimo sobre as comunidades de entorno dos sítios, não apenas para um reconhecimento da área, mas também e principalmente por estreitarem as relações com as instâncias gestoras locais (Semed, Secretaria de Cultura e prefeitura), influenciando sobremaneira na escolha dos sítios arqueológicos a receberem o projeto de visitaão turística.

Ao final do projeto, os sítios selecionados a receberem estruturas de visitaão turística foram os sítios Juary e Ponta do Juary. A proposta arquitetônica teve como princípio dotar os sítios arqueológicos de infraestrutura que permita sua visitaão, estruturada a partir dos conceitos de paisagismo e arquitetura sustentáveis. Ou seja, foram planejadas intervenções de baixo impacto que garantiriam a sua reversibilidade ao longo do tempo. Os materiais e técnicas a serem utilizadas nas eventuais obras foram compatíveis com a paisagem e a escala do lugar. O objetivo das intervenções e inserções é valorizar as características de cada sítio, colocando em evidência aspectos importantes para a leitura e identificação do patrimônio

cultural a ser salvaguardado, conservado e valorizado na região.

Ao final de quatro anos de estudos contínuos, as ações de levantamento e localização de sítios arqueológicos na área de pesquisa do PBU proporcionaram um total de 71 sítios arqueológicos identificados, entre aqueles revisitados e os locais até então desconhecidos. Destes, um total de 14 sítios receberam pesquisas mais intensivas, angariando uma base de dados significativa, fundamentando importantes interpretações acerca da ocupação pré-colonial da região.

De qualquer forma, os levantamentos arqueológicos foram capazes de fornecer informações para nortear as escolhas dos locais a serem escavados, além de propiciar uma base de dados particular para se pensar na relação existente entre os diferentes materiais e contextos em uma escala regional. Em verdade, os levantamentos arqueológicos configuram-se enquanto ferramentas essenciais para os estudos em escala regional, uma vez que possibilitam ressaltar, ainda que de forma preliminar, algumas correlações entre a cultura material de sítios diversos, aludindo a um quadro interpretativo mais geral.

LEVANTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS E OS ESTUDOS DE ARQUEOLOGIA REGIONAL

Em períodos recentes, especialmente após a década de 70, os arqueólogos se

interessaram cada vez mais em reconstruir de forma mais integral o uso da paisagem pelo homem do passado. Começou-se a pensar que havia locais que apresentavam vestígios ou artefatos de forma bastante esparsos, mas que se qualificavam enquanto um registro de atividades humanas significativas. Alguns autores sugeriram que estes locais, chamados de “não sítios” (áreas com baixa densidade ou mesmo nenhum artefato, como os locais de relevância simbólica relacionados às cosmologias dos grupos sociais) deveriam ser localizados e catalogados, o que somente poderia ser feito a partir de uma metodologia mais sistemática, envolvendo procedimentos amostrais mais cuidadosos (RENFREW e BAHN, 2004, p. 78). Essa visão é particularmente útil em locais onde as ocupações tiveram uma maior mobilidade, deixando apenas registros difusos.

Os levantamentos de reconhecimento e identificação de sítios arqueológicos, então, adquiriram uma importância cada vez maior, ainda por outra razão: o crescimento de estudos em escala regional. Esses arqueólogos iniciaram estudos com um foco voltado aos padrões de assentamento – a distribuição de sítios ao longo da paisagem de uma dada região. Os impactos perpetrados por esse tipo de estudo no trabalho de campo arqueológico foram notáveis. Não mais se busca apenas um sítio isolado para conduzir uma escavação, mas sim um conjunto de sítios em uma dada

área que necessita ser explorada, deixando entrever um interesse contemporâneo mais voltado para uma perspectiva geral do que em objetos particulares (GAMBLE, 2001, p. 52).

Nas últimas décadas, os levantamentos passaram de simples estágios preliminares do trabalho arqueológico – buscando bons sítios para se escavar – para pesquisas conduzidas de forma independente; uma área de pesquisa capaz de se produzir informações distintas daquelas obtidas por meio de escavações pontuais. Em alguns casos, as escavações nem mesmo são realizadas, ora em decorrência da falta de permissão, ou devido à falta de tempo ou recursos. As escavações são lentas e dispendiosas, enquanto os levantamentos podem ser feitos com menos verbas, de forma rápida e relativamente com baixo impacto. No entanto, o arqueólogo pode apenas tomar como foco uma determinada área para a coleta de dados regionalmente mais amplos para que questões específicas sejam investigadas, e que os dados coletados por meio de escavações em um único sítio não são capazes de responder.

Os levantamentos prospectivos incorporam uma ampla escala de métodos e técnicas afora a identificação de sítios arqueológicos e a coleta de artefatos em superfície, como as amostragens de materiais orgânicos e minerais. Grande parte dos levantamentos atuais tem por objetivo o estudo da distribuição espacial das

atividades humanas, suas variações intra e inter-regional, mudanças populacionais ao longo do tempo e as relações entre os grupos sociais, o território e seus recursos.

Em relação aos estudos regionais, é necessária a coleta de dados em uma determinada escala que se permita um máximo de informações a um baixo custo e esforço. Primeiramente, a área a ser pesquisada deve ter seus limites definidos, sejam eles naturais (como uma ilha ou um vale), culturais (a extensão de ocorrência de um estilo artefactual ou um ou mais municípios, por exemplo) ou arbitrários. Muitas regiões – como é o caso do Baixo Urubu – contém uma grande variedade de feições paisagísticas, onde uma única estratégia de levantamentos é inadequada para uma boa cobertura da área. Requer-se, então, uma maior flexibilidade na escolha metodológica dos levantamentos.

METODOLOGIA DE LEVANTAMENTOS: ESTRATÉGIAS AMOSTRAIS

Em termos de levantamentos arqueológicos, duas metodologias são as mais aplicáveis: o levantamento sistemático e o oportunístico. Sua escolha pode variar em função de diversos fatores, como a disponibilidade de tempo e recursos, a dimensão da área a ser prospectada, a facilidade de acesso e o tipo de amostragem que se pretende obter. Os levantamentos sistemáticos, especialmente

aqueles conduzidos em locais de difícil acesso e que permitem uma baixa mobilidade, podem consumir uma quantidade considerável de recursos e tempo, além de necessitar de um grande contingente de pessoal. Já os levantamentos oportunistas têm um custo sensivelmente menor, e podem ser feitos em uma fração do tempo exigido pelos sistemáticos.

A primeira metodologia – levantamentos prospectivos sistemáticos ou probabilísticos – é feita, geralmente, com uma amostragem controlada da área que se pretende realizar a prospecção arqueológica, utilizando-se de pequenas perfurações ao longo de linhas estabelecidas ao longo do terreno (transects), pelas quais o arqueólogo caminha. Normalmente, utiliza-se uma malha (ou grid) de forma a obter uma cobertura mais precisa do terreno, de forma regular e contínua. A malha é definida a partir do estabelecimento de um eixo ortogonal, tendo uma linha com orientação Norte-Sul e outra Leste-Oeste. A partir de então se define uma distância que seja condizente com a escala necessária ao levantamento, onde uma série de linhas prospectivas equidistantes divide a área por setores, que serão caminhados (e perfurados, em certos casos). Em pequenas áreas, por exemplo, pode-se definir uma distância de 25 m entre as perfurações das linhas do eixo, que por sua vez darão origem a novas linhas, em ambas as direções, conferindo um

aspecto de “grade” aos pontos levantados. Levantamentos em áreas maiores podem ter definidos intervalos também maiores, em função do tempo, da disponibilidade de pessoas envolvidas no trabalho e dos recursos disponíveis.

Esse método tem a vantagem de não haver nenhuma área sub ou super-representada, garantindo uma representatividade amostral mais adequada e permitindo a identificação de sítios arqueológicos em locais diversos, sem muitos vieses (RENFREW e BAHN, 2004, p. 82). No entanto, a dificuldade imposta pela vegetação e hidrografia da hiléia amazônica faz com que o deslocamento em certos locais seja absolutamente moroso e, não raro, inviável.

É importante ressaltar que em locais que permitem uma boa visibilidade do terreno, como campos, áreas de cultivo e em solo exposto, pode-se realizar também levantamentos – mesmo os sistemáticos – sem a realização de perfurações, usando apenas a observação em superfície. Devido às condições de baixa visibilidade da superfície em áreas florestadas, a maior parte dos levantamentos sistemáticos na Amazônia é feita perfurando-se o solo. Essas perfurações, chamadas de sondagens (ou, mais usualmente, tradagens) são feitas com trado manual ou com cavadeiras articuladas – do tipo boca-de-lobo – com copo de 20 cm a 30 cm de diâmetro e alcance máximo

de 100 cm de profundidade, garantindo uma intervenção rápida e de baixo impacto. Esse procedimento é útil nas prospecções em locais florestados e com baixa visibilidade da superfície do terreno, bem como na avaliação da profundidade, variabilidade e densidade de eventuais vestígios enterrados (NEVES, 2000 apud LIMA, 2008, p. 61).

Há, também, outras estratégias amostrais que podem ser usadas em um levantamento sistemático. Com o objetivo de traçar considerações gerais sobre uma região inteira – ou mesmo sobre um único sítio arqueológico – ou de pequenas amostras, podem-se usar outras formas de amostragem probabilística. As mais utilizadas, além da amostragem sistemática simples já descrita, são as amostragens estratificadas, as aleatórias (simples e estratificada) e a amostragem sistemática estratificada desalinhada³.

A amostragem estratificada pode ser considerada um exemplo em que o pesquisador exerce o seu próprio julgamento a respeito de quais áreas serão mais produtivas para o levantamento. Esse julgamento é geralmente baseado na experiência do pesquisador de onde os sítios são mais prováveis de serem localizados, a partir de investigações anteriores sobre como a área de pesquisa pode ter sido usada no passado. Em uma amostragem estratificada de espectro regional típica dividir-se-ia a área em suas diversas

zonas geográficas (colinas, vales, planos, cumes, vertentes) e em zonas com maior probabilidade de conter os locais-alvo, os sítios arqueológicos. Em teoria, todas as regiões poderiam ter uma chance igual de apresentar sítios arqueológicos. Na prática, entretanto, sabe-se que a disponibilidade de recursos alimentares, água e fontes de matérias-primas, além das características de implantação dos terrenos, foram importantes no modo como as pessoas se apropriavam prática e simbolicamente do espaço e, portanto, onde essas populações podem ter habitado, acampado ou trabalhado.

A vantagem de utilização de uma amostragem estratificada é que pode-se atribuir uma preferência nos levantamentos para as áreas com uma alta probabilidade de ocorrência de sítios arqueológicos (como aqueles próximos a fontes de água perenes), para que as áreas altamente improváveis que os sítios possam ser encontrados (como em encostas extremamente íngremes) sejam evitadas. Isso permite uma economia de tempo e recursos para se concentrar em áreas mais produtivas ao levar em consideração a configuração geoambiental da área de estudo. A desvantagem clara desse tipo de amostragem é a influência do pesquisador por noções preconcebidas da própria forma de “como se fazer levantamentos”.

Alguns estudos tentam sanar esse viés ao adotar uma estratégia de amostragem

³ No original em inglês: *stratified unaligned systematic* (Renfrew e Bahn, 2004, p. 81).

aleatória, em que as áreas a serem percorridas são escolhidas por acaso e não em detrimento de uma ou outra característica. De acordo com essa estratégia, nenhuma preferência é dada sobre qualquer área, tendo todas elas uma chance igual de ser selecionada. A amostra aleatória pode ser simples ou estratificada. Na amostragem aleatória simples os pontos aleatórios na paisagem são selecionados geralmente através da imposição de uma malha imaginária sobre a área de estudo e, em seguida, são escolhidas áreas para os caminhamentos dentro dessa grade, com base em números aleatórios gerados a partir de uma tabela ou programa de computador. Já a amostragem aleatória estratificada é feita dividindo-se a área de estudo em suas zonas geográficas e, em seguida, as amostras colhidas aleatoriamente em cada zona, como se faria em uma amostragem aleatória simples. Da mesma forma que uma amostragem estratificada, uma amostragem aleatória estratificada leva em conta a geografia da área de estudo, reconhecendo a possibilidade de haver alguns fatores que afetaram a escolha cultural para a localização dos sítios no passado. Na realidade, os sítios não são distribuídos aleatoriamente sobre a paisagem: os grupos que os implantaram tendem a seguir padrões de comportamento que se relacionam com as necessidades específicas dentro do ambiente, como água, abrigo ou mesmo referências simbólicas presentes em seu território. Uma

amostragem aleatória estratificada reconhece que essas populações também usaram a paisagem de maneiras particulares.

Outra estratégia amostral utilizada nos métodos sistemáticos é a chamada amostragem sistemática desalinhada, onde a área total a ser prospectada é dividida em grandes blocos por meio de uma malha, e ao invés de realizar a perfuração nas intersecções das linhas da malha, um ponto qualquer dentro do bloco é escolhido de acordo com as características geográficas do terreno (sistemática estratificada desalinhada), ou aleatoriamente (sistemática aleatória desalinhada) (HESTER et al, 1997, p. 30). Esse mantém ainda uma avaliação da geografia da área – e, portanto dos locais sabidamente mais propícios à ocorrência de sítios –, ou um elemento aleatório no processo de seleção, mas ainda garantindo uma cobertura relativamente controlada por toda a área de pesquisa.

Há, também, outras estratégias amostrais que podem ser usadas em um levantamento sistemático. Outra estratégia utilizada nos estudos desenvolvidos no Projeto Baixo Urubu é a chamada amostragem adaptativa por conglomerados. Essa estratégia preconiza que amostras são colhidas por meio de amostragem sistemática simples, e amostras adicionais são tomadas em locais onde materiais arqueológicos sejam encontrados. Podem ser necessários vários

Figura 1: Quadro dos tipos de amostragens em levantamentos sistemáticos.

<p>A. Amostragem Estratificada</p> <p>A área de estudos é dividida em zonas geográficas (rios, vales, vertentes, lagos etc.).</p> <p>As áreas de levantamento são selecionadas de acordo com os locais que o pesquisador considera mais produtivas.</p> <p>Vantagens: Dá-se preferência às áreas consideradas mais prováveis de ocorrência de sítios (próximas de fontes de água, por exemplo). As áreas menos significativas podem ser evitadas.</p> <p>Desvantagens: O levantamento será baseado em noções pré-concebidas do pesquisador sobre como a pesquisa deve ser aplicada.</p>	<p>B. Amostragem Aleatória Simples</p> <p>Locais aleatórios são escolhidos para a coleta de dados.</p> <p>Vantagens: Eliminação de eventuais vieses. Todas as áreas têm chances iguais de serem selecionadas.</p> <p>Desvantagens: É pouco provável que os sítios arqueológicos estejam dispostos aleatoriamente na paisagem.</p> <p>Em amostragens verdadeiramente aleatórias é possível que algumas áreas sejam sub-representadas e outras super-representadas.</p>	<p>C. Amostragem Aleatória Estratificada</p> <p>A área de estudos é dividida em zonas geográficas (rios, vales, vertentes, lagos etc.).</p> <p>Os levantamentos são então selecionados aleatoriamente dentro de cada zona.</p> <p>Vantagens: Leva em conta a geografia da área e reconhece a existência de certos fatores que afetam a localização dos sítios.</p> <p>Desvantagens: Ainda há riscos de vieses pessoais.</p>	<p>D. Amostragem Sistemática Simples</p> <p>O primeiro ponto de coleta é arbitrariamente escolhido, sendo todos os outros alocados em relação a ele.</p> <p>Vantagens: Assegura que uma porção de cada divisão seja amostrada.</p> <p>É usada para garantir uma boa cobertura da área a ser levantada.</p> <p>Desvantagens: Risco de que sítios não sejam encontrados, dependendo da distância entre os transects.</p>	<p>E. Amostragem Sistemática Estratificada Desalinhada</p> <p>Um ponto de coleta de dados é escolhido em função de suas características geográficas dentro de cada uma das zonas delimitadas pela malha sistemática.</p> <p>Vantagens: Leva em conta a geografia da área, mantendo uma boa cobertura.</p> <p>Desvantagens: Risco de que sítios não sejam encontrados, dependendo da distância entre os transects.</p>

Fonte: Adaptado de Burke e Smith (2004), acrescido de informações de Renfrew e Bahn (2004).

ciclos adicionais de amostragem e análise, normalmente em termos de presença positiva de material em subsuperfície nas periferias de sítios arqueológicos.

A amostragem adaptativa em conglomerados acompanha as probabilidades de seleção para as fases posteriores de amostragem para que uma estimativa não tendenciosa da média da população possa ser calculada, apesar da supra-amostragem de determinadas áreas (EPA, 2002). Nesse caso, a aplicação da amostragem adaptativa em cluster se dá, mormente, no delineamento dos limites de ocorrência de material em um sítio arqueológico, onde a malha vai se estendendo em clusters (nesse caso, os “quadrados” da malha de prospecções) adjacentes à presença de material arqueológico em subsuperfície, até não haver mais vestígios.

Já os levantamentos oportunistas são mais simples, envolvendo o caminhamento sobre porções da área utilizando-se das vias de acesso já existentes, como os cursos d’água, estradas, caminhos e trilhas já abertos na mata. Esse procedimento pode ser realizado por meio de observações na superfície ou por sondagens ao longo dos caminhamentos. É bastante comum, durante a condução dos trabalhos, a execução de conversas ou entrevistas com os moradores do local com o objetivo de serem localizados padrões já percebidos na localização dos sítios, como as terras pretas, os areais (que abrigam os vestígios

líticos ou pré-cerâmicos) e os concheiros. Esse tipo de levantamento é chamado de “oral oportunístico” (LIMA, 2008).

A maioria dos vestígios arqueológicos amazônicos está associada à ocorrência das Terras Pretas de Índio. Em função da alta fertilidade desse tipo de solo e de sua localização junto aos recursos da várzea e da terra firme, esses locais foram constantemente habitados, no passado e no presente. Em função disso, as cidades e comunidades ribeirinhas estão, recorrentemente, sobre os sítios arqueológicos, e seus habitantes vivendo – e convivendo – diariamente com esses vestígios (LIMA, 2008). Os areais também se caracterizam como locais com alta ocorrência de sítios arqueológicos, onde geralmente se encontram também outros tipos de sítios, evidências de populações mais antigas, de caçadores-coletores, que produziram uma sofisticada indústria lítica (COSTA, 2009).

A presença de cerâmica ou material lítico em superfície ou subsuperfície se configura, em certos casos, como atributos reconhecíveis pelos habitantes desses locais, facilitando a tarefa do arqueólogo de identificá-los e catalogá-los. A importância econômica hodierna desses locais, seja pela capacidade agrícola ou pela exploração de matéria-prima, os qualificam enquanto marcos reconhecíveis na paisagem dentro dessa relação da convivência dos habitantes atuais com o lugar onde estão inseridos.



Figura 2: Os vestígios cerâmicos e as Terras Pretas de Índio encontrados durante os levantamentos.
Fonte: Moraes (s.d.).

Nesse sentido, basta se informar em entrevistas informais acerca dos locais de ocorrência de terra preta ou areal para se chegar à grande parte dos sítios arqueológicos ali próximos.

Essa metodologia se mostrou extremamente eficiente para os levantamentos na área do Projeto Baixo Urubu e seus arredores, em função do baixo custo e do curto tempo exigido para o levantamento de grandes áreas. Em alguns casos, equipes de poucas pessoas foram capazes de localizar mais de vinte sítios arqueológicos em menos de uma semana de levantamentos. O maior problema relacionado a essa metodologia se dá em razão de não serem identificados os sítios arqueológicos que fogem dos critérios já percebidos, ocasionando um viés amostral

problemático. Poucos foram os sítios com material cerâmico encontrados em locais sem a presença de terra preta ou de modificações mais intensas na paisagem. O mesmo se dá com os sítios fora dos interflúvios maiores, em áreas de terra firme, sem acesso fluvial ou terrestre.

Utilizando-se de quaisquer das abordagens nos levantamentos prospectivos arqueológicos, certos preceitos metodológicos devem ser seguidos. Segundo Schiffer *et al.* (1978), os levantamentos arqueológicos devem ser feitos em três distintas etapas. Na primeira delas, deve-se empreender um estudo do meio e do entorno dos locais a serem trabalhados. Depois disso, procede-se a um reconhecimento da área para, só então, começar os levantamentos intensivos

(*intensive survey*, entendidos como os levantamentos mais detalhados). No entanto, entendendo que mesmo levantamentos extensivos necessitam dessa mesma base para sua elaboração, essas etapas foram essenciais no desenvolvimento de todos os levantamentos levados a cabo no Projeto Baixo Urubu. Desse modo, as entrevistas se enquadram na etapa de reconhecimento, permitindo que conheçamos essas áreas, que se caracterizam como marcos na paisagem para os seus moradores, antes que levantamentos intensivos sejam feitos. Além das informações orais, procura-se realizar caminhamentos que contemplem a diversidade de compartimentos topográficos e de nichos de recursos, como os topos dos terraços, vertentes, beira de igarapés, margens dos rios, etc.

O essencial, em termos da definição de uma estratégia amostral eficiente em levantamentos arqueológicos, é obter certa flexibilidade metodológica ao combinar diferentes estratégias com o objetivo de chegar a um desenho amostral adequado às especificidades do estudo ao qual o trabalho se destina. Os levantamentos realizados no Projeto Baixo Urubu utilizaram uma série de combinações, entre probabilísticas e, principalmente, oportunísticas, em cada um dos levantamentos realizados pelas equipes em campo – o que se convencionou a chamar de estratégia amostral composta.

OS LEVANTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS NO PROJETO BAIXO URUBU

De acordo com a metodologia explicitada anteriormente, foram definidos critérios distintos para cada uma das campanhas de levantamento realizadas. Segundo cada subprojeto, possuindo objetivos próprios, uma metodologia aplicada à sua situação foi pensada.

Por se tratar de uma área de grandes dimensões (ver mapa ao final do texto), de mais de 300 ha, nenhuma prospecção inteiramente sistemática foi desenvolvida, a não ser para delimitação da ocorrência e dispersão de vestígios em estudos interstício. Tanto no macroprojeto quanto em suas vertentes, os objetivos eram calcados na identificação de sítios que permitissem estudos locais e regionais. Nesse sentido, diferentes estratégias amostrais foram combinadas para permitir que a maior quantidade de sítios arqueológicos pudesse ser identificada, e aqueles já conhecidos por meio dos estudos bibliográfico, revisitados.

O desenho amostral mais utilizado ao longo de todos os trabalhos foi uma combinação entre o método de levantamento oral oportunístico e o sistemático estratificado. Essa combinação preconiza a coleta de informações com os moradores locais sobre atributos diagnósticos pré-determinados de sítios arqueológicos, a saber, a presença de

terra preta e areais, e o estudo de locais que apresentassem configurações geoambientais com maior probabilidade de apresentar ocupações pré-históricas, embora de forma não sistemática.

A escolha por desenvolver levantamentos extensivos e sem bases sistemáticas se deu em função das proporções da área de pesquisa e, sobretudo, do volume de recursos disponíveis para o desenvolvimento dos trabalhos. A aplicação de metodologias sistemáticas envolve uma soma considerável de recursos, haja vista a grande quantidade de profissionais necessária a seu desenvolvimento. Além dos recursos humanos, há um enorme dispêndio de recursos financeiros ao se levar em consideração os meios essenciais para a completude dos trabalhos, como uma logística eficiente e, não raro, bastante complexa.

Não obstante, os levantamentos orais oportunistas oferecem uma grande eficiência dentro do contexto amazônico. Conforme mencionado anteriormente, os sítios arqueológicos estão via-de-regra em comunidades ribeirinhas, ou sendo utilizados por elas, de alguma forma. Primeiramente, é possível afirmar que há uma parcela dos atributos que determinam a escolha de locais permanentes de habitação (a parcela maior de sítios identificados pelo PBU) que não variam sobremaneira. Proximidade de cursos d'água e configurações de relevo de baixa inclinação, por exemplo, são absolutamente

recorrentes. Mesmo dentre uma maior amplitude de atributos geoambientais, alguns deles apresentam uma recorrência significativa, especialmente no contexto dessa região da Amazônia. A ocupação de terraços fluviais por populações ceramistas se faz presente repetidamente ao longo dos maiores cursos d'água, enquanto os terrenos com matriz arenosa em confluências de cursos menores, em especial de terceira e quarta ordem, são locais bastante propícios a algumas populações pré-cerâmicas (COSTA, 2009).

O uso conjugado de ferramentas geotecnológicas para auxiliar nas buscas por novos sítios e pelos sítios antigos também foi fundamental para seu êxito. Foram criados modelos numéricos de terreno da área de pesquisa para que fossem identificadas feições geográficas que apresentassem maior probabilidade de potencial arqueológico, além de permitirem também interpretações dos estudos intersítio. O georreferenciamento dos mapas antigos de pesquisadores anteriores foi igualmente importante para chegar-se a estes locais, uma vez que não havia quaisquer coordenadas de sua localização, exceto referências esparsas e toponímias. Toponímias estas que não são estáticas em nenhuma medida, perdendo-se ao longo do tempo. Especialmente em locais com baixa densidade populacional, fora das proximidades de comunidades, as referências se tornavam excessivamente fluidas, dificultando sua procura. Essas referências

espaciais, ainda que aproximadas, em conjunto aos levantamentos orais, permitiram que pudéssemos ir de encontro a esses locais e constatar sua situação atual.

Ainda que a procura por esses padrões locais possa obscurecer a identificação de padrões desconhecidos até então, dificultando a construção de modelos preditivos confiáveis, os resultados do desenho amostral delineados para o contexto de pesquisa foram bastante satisfatórios. Foram esses resultados que permitiram a identificação e revisitação de mais de setenta sítios arqueológicos e deram vazão às hipóteses de ocupação e das relações estabelecidas entre os grupos que ali habitaram

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: ONDE HÁ FUMAÇA...

É importante destacar que cada levantamento deve levar em consideração as especificidades locais e os objetivos a que se propõe. Na Amazônia, esses levantamentos nos permitem estabelecer uma base de dados para se pensar na sociodiversidade do passado e em suas relações com o tempo e o espaço em que dialogavam. No entanto, mais do que isso, a sociodiversidade do passado continua ligada, ao menos espacialmente, à sociodiversidade do presente.

Os sítios arqueológicos de médio e grande porte, ocupados de maneira mais ou menos intensiva e/ou constante pelos

grupos indígenas pretéritos que, após abandonados, foram reocupados tempos depois por comunidades ribeirinhas que ainda hoje se mantém nesses locais. Não por acaso, muitas das aldeias indígenas do passado (especialmente as dos povos horticultores), hoje sítios arqueológicos, foram escolhidos por populações atuais como locais de habitação permanente em virtude de seus atributos geoambientais e da proximidade ou presença de recursos-chave para o estabelecimento de suas populações. Esses grupos horticultores, que utilizavam de seu território para o estabelecimento de áreas de produção e consumo de cultivos alimentícios, adotavam uma estratégia de mobilidade relativamente sedentária, uma vez que dependiam de uma porção manifestamente tangível de espaço físico, além de certo período de tempo característico e regular para sua continuidade e perpetuação física, social e cultural.

Dessa forma, os locais preteritamente habitados configuram-se enquanto locais privilegiadas, anteriormente selecionadas por agregarem um conjunto distinto de atributos de inserção específicos e recorrentemente desejáveis em um ambiente natural e, muito frequentemente, social. Nesse sentido, a maioria desses locais foi reocupada pelas populações ribeirinhas. Embora muitas das comunidades atuais sejam historicamente recentes (não mais que algumas dezenas de anos), seus ocupantes também se apropriaram

simbólica e formalmente de certa quota de espaço, seu território, entendido como parte ativa e constituinte da produção e reprodução social desses grupos (COSGROVE, 1985; DARVILL, 1999; INGOLD, 2000).

Esses lugares podem ser entendidos enquanto espaço vivenciado pelas pessoas em sua esfera cotidiana de trabalho, lazer, convivência social, e parte instituinte e fundadora de sua visão de mundo: a conjunção de suas experiências individuais e subjetivas com a construção de uma identidade coletiva, ligada ao grupo familiar e social, o pertencimento (ou a negação, em alguns casos) à sua comunidade ou unidade local.

Em razão de sua convivência constante e duradoura com seu entorno, os moradores dessas comunidades podem facilmente fornecer informações sobre sítios arqueológicos nas proximidades de seus locais de vivência. Mais além, muitos dos sítios arqueológicos pré-coloniais da região estão assentados em (e sob, comumente) solos com potencial economicamente explorável: a terra preta e depósitos de areia. O primeiro oferece uma fertilidade agrícola contrastante com o solo predominante pobre em nutrientes presentes em quase toda a Amazônia. O segundo é matéria-prima básica da indústria de construção civil, incansavelmente demandada por políticas públicas calcadas na criação de infraestrutura enquanto alternativa de desenvolvimento econômico.

Mais do que apenas explorar economicamente esses locais e desenvolver suas atividades onde habitam, essas populações mantêm relações com o espaço em seu redor e com os vestígios arqueológicos ali presentes. Os levantamentos orais, alicerces dos levantamentos levados a cabo no PBU, não servem apenas como coletores de informação para a identificação de sítios arqueológicos, mas também abrem janelas para desvelar as interpretações próprias que as populações hodiernas mantêm com o registro arqueológico. Dentro do contexto amazônico, por consequência, estabelecer estratégias amostrais que considerem o papel-chave dos levantamentos orais oportunistas permite não apenas uma grande eficiência como também oferece ao pesquisador a possibilidade de inserção em outra seara igualmente admirável ao levar em conta a sociodiversidade do passado, sem desprezar a do presente.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração nos rios Urubu e Jatapu**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- BURKE, H.; SMITH, C. **The Archaeologist's Field Handbook**. Crow's Nest, NSW: Allen & Unwin, 2004.
- COSGROVE, D. **Social Formation and Symboic Landscape**. New Jersey: Barns and Noble Books, 1985.

- COSTA, F. Arqueologia das campinaranas do baixo Rio Negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DARVILL, T. The Historic Environment, Historic Landscapes, and Space-Time-Action Models in Landscape Archaeology. In: UCKO, Peter; LAYTON, Robert (Ed.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape: shaping your landscape**. New York: Routledge, 1999.
- DENEVAN, William. A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.
- _____. Comments on Prehistoric Agriculture in Amazonia. **Culture & Agriculture**, v. 20, n. 2-3, p. 54-59, 1998.
- GAMBLE, C.S. **Archaeology: the basics**. London: Routledge, 2001.
- GONZALO, A. H. The Perception of Landscape Amongst the Q'eqchi', a Group of slash-and-burn farmers in the Alta Verapaz. In: UCKO, Peter; LAYTON, Robert (Ed.). **The Archaeology and Anthropology of Landscape: shaping your landscape**. New York: Routledge, 1999.
- HESTER, T. R.; SHAFER, H. J.; FEDER, K. L. **Field methods in Archaeology**, (7th edn.) Mayfield, Mountain View, California, 1997.
- HILBERT, P. **Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas**. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.
- LIMA, H. **História das Caretas**: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MACHADO, A. L. C. **As tradições ceramistas da bacia amazônica**: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM). 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.
- NEVES, Eduardo. **Cronologias regionais, hiatos e continuidades na História Pré-Colonial da Amazônia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Projeto Temático – FAPESP.
- _____. PETERSEN, James; BARTONE, Robert; SILVA, Carlos. Historical and Socio-cultural origins of Amazonian dark earths. In: LEHMANN, Johannes et al (Eds.). **Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2003. p. 1-45.

NIMUENDAJU, C. Comments on the Archaeological Finds. In: STENBORG, P. (Ed.) **Pursuit of a Past Amazon**. Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region. Göteborg: Etnologiska Studier 45, 2004.

PETERSEN, James; NEVES, Eduardo; HECKENBERGER, Michael. Gift from the past: terra preta and Prehistoric Amerindian Occupation in Amazonia, In: McEWAN, Colin; BARRETO, Cristina; NEVES, Eduardo (Eds.). **Unknown Amazon, Culture in Nature in Ancient Brazil**. London: British Museum, 2001.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology**: theories, methods and practices. London: Thames & Hudson, 2004.

SCHIFFER, M.; SULLIVAN, A.; KLINGER, T. The Design of Archaeological Surveys. **World Archaeology**, v. 10, n. 1, p 1-28, 1978.

SIMÕES, M. **Pesquisas arqueológicas nos rios Urubu, Uatumã e Jatapu (AM)**: relatório preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1980. 101 p.

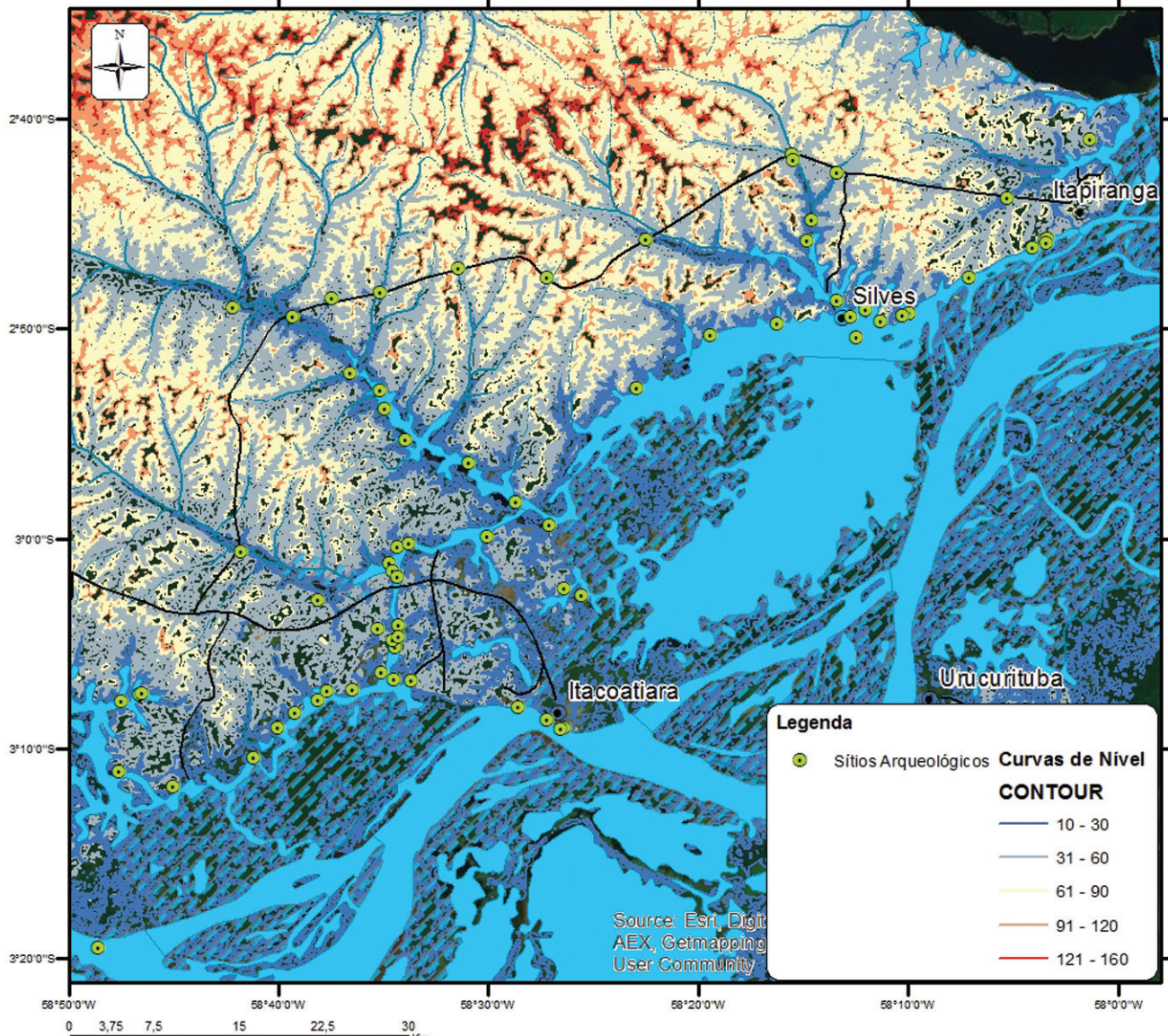
_____. **Pesquisas arqueológicas no médio rio Urubu (AM)**: relatório preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1981a. 97 p. Inédito.

_____. As pesquisas arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazônica**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 159, 1981b. Suplemento.

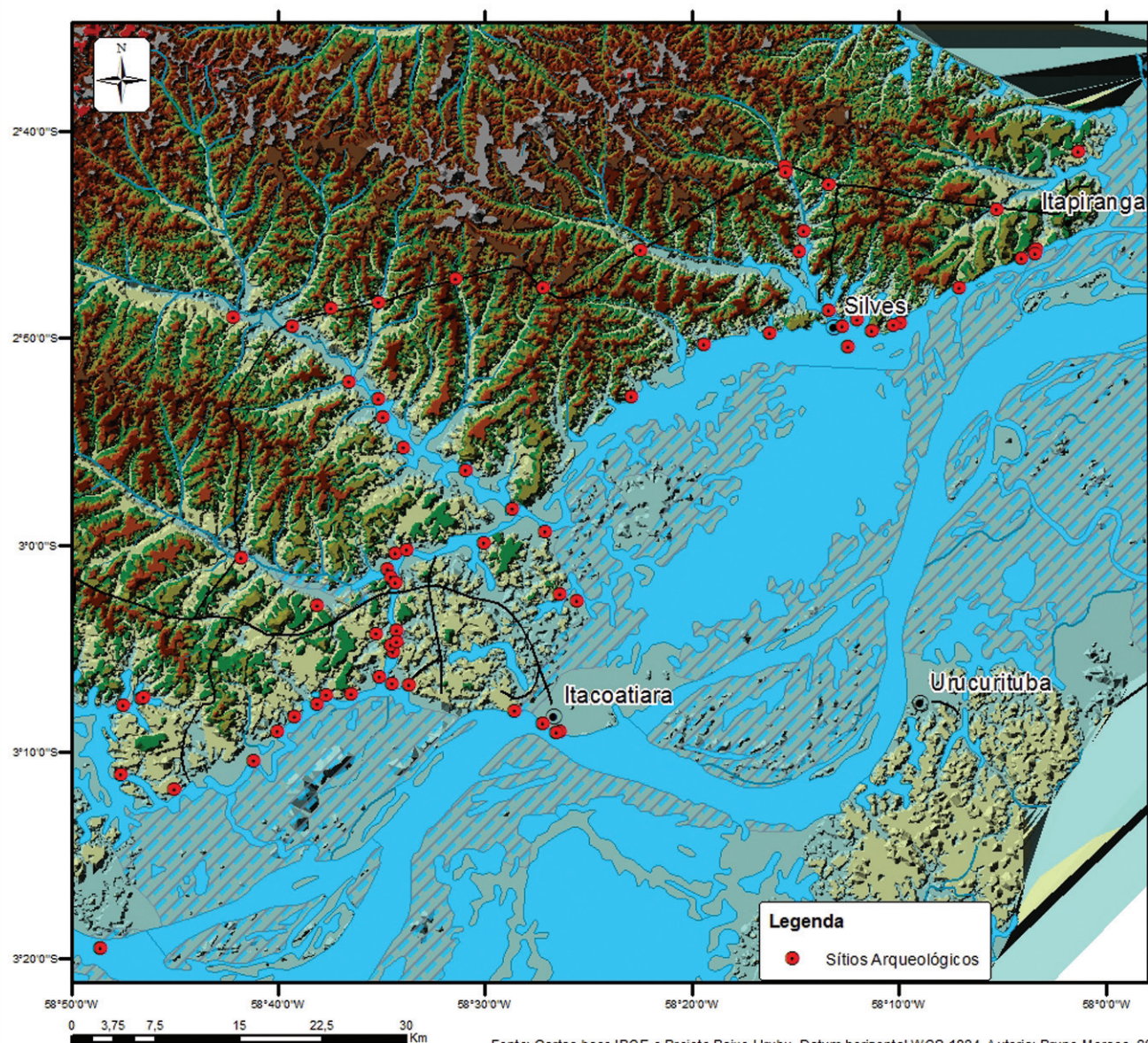
SIMÕES, M. F.; MACHADO, A. L. **A tradição regional Saracá**: uma nova tradição ceramista da Bacia Amazônica. REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 36.,1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPC, 1984. p.133-134.

_____. Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (Amazonas). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 1, p. 49-82, 1987.

Sítios Arqueológicos Identificados pelo Projeto Baixo Urubu
Curvas de nível retiradas de imagem orbital SRTM

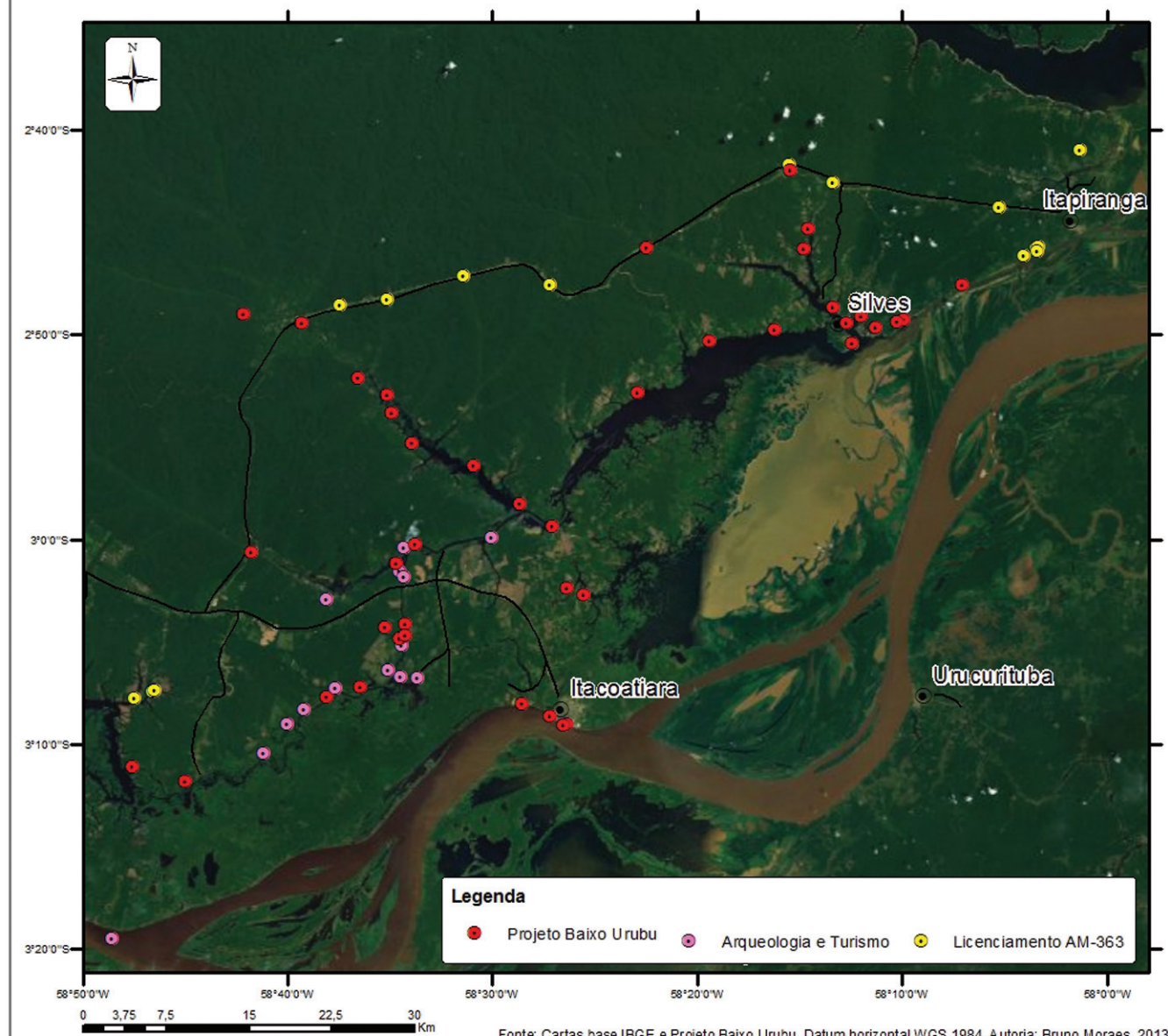


Sítios Arqueológicos Identificados pelo Projeto Baixo Urubu Modelo Digital de Elevação construído com base em redes de triângulos irregulares (TIN)



Fonte: Cartas base IBGE e Projeto Baixo Urubu. Datum horizontal WGS 1984. Autoria: Bruno Moraes, 2013

Sítios Arqueológicos Identificados pelo Projeto Baixo Urubu Os Subprojetos de Levantamentos Arqueológicos



Lugares Persistentes na Paisagem

*Filippo Stampanoni Bassi
Marta Sara Cavallini*

RESUMO

Neste capítulo pretende-se examinar diferentes práticas ligadas ao processo de domesticação da paisagem na Amazônia pré-histórica, como a formação e o manejo das terras pretas, a produção de artefatos cerâmicos e de gravuras rupestres, com o objetivo de caracterizar a ocupação pré-histórica do baixo Rio Urubu. A partir de dados preliminares, sugerimos que a articulação de tais fenômenos, dentro de uma perspectiva regional, possa levar à identificação de lugares persistentes que organizaram a interação simbólica entre os indivíduos envolvidos na formação e na manutenção de antigas fronteiras culturais ao longo do tempo.

Para introduzir esse discurso sobre a pré-história do Rio Urubu podemos começar lembrando que o passado continua presente no mundo que vivemos, relacionando-se com a gente e nós constantemente com ele. Fragmentos do passado sobrevivem no corpo e na memória das pessoas, nos gestos, nas histórias e nas lendas e, de forma geral, no plano simbólico

da cultura imaterial.⁴ Além disso, através das atividades humanas, o passado das pessoas se materializa também no mundo das coisas e dos lugares.

As relações entre esses últimos e a História, por vezes, se entrelaçam de maneira despercebida, ao longo do tempo, mas existem também muitas formas com as quais nos servimos do passado com o objetivo de manipular nossa identidade. O passado tem poder, porque pode justificar ou contestar o presente e, como não existe um verdadeiro passado comum a todos, ele pode tornar-se objeto de disputas, de estratégias de dominação e resistência.

Na Amazônia Central, entre os séculos XVII e XVIII, se intensificaram as guerras coloniais, as tropas de resgate e a fundação de missões. Durante a conquista dos sertões, os interiores do País foram descritos pelos padres como terras boas na espera de colonos: “[...] ha muita gentilidade com belas terras [...] para muitas missões de

⁴ Define-se como cultura imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante da sua cultura.

grande serviço de Deus”. (BETTENDORF, 1698 apud ARENZ, 2008). Na realidade as missões do Rio Urubu se tornaram, nessa época, a cabeça-de-ponte para a expansão do mercantilismo português e para o abastecimento de escravos.

A violência do processo de colonização e conquista da região é atestada nas fontes históricas que relatam diversos episódios de resistência indígena. O caso mais famoso, para a região do Rio Urubu, é a expedição de Antônio Arnau Villela, que foi destroçada pelos grupos Caboquena e Guanavena. O resultado de tal resistência foram duas expedições comandadas por Pedro da Costa Favela, em 1664 e 1668/1669, onde se relata a destruição de cerca de trezentas aldeias indígenas na região. O próprio nome do Rio Urubu é hoje popularmente considerado como derivante da paisagem espectral que tais expedições se deixaram para traz.

À luz de tal panorama, os arqueólogos que trabalham na Amazônia, tendo como foco de análise o período colonial, precisam analisar a capacidade das coisas de absorver a História e de refletir as relações entre as pessoas e o comportamento simbólico em contextos de fronteira cultural. Mas essa mesma região tem uma história muito mais antiga; as gravuras rupestres, os depósitos de terra preta e a grande quantidade de fragmentos de vasos de cerâmica indígena demonstram a persistência do homem no

passado desses lugares. Sabemos ainda pouco a respeito da vida dos índios antes do contato com os europeus; mesmo assim, milênios de ocupação humana deixaram profundas marcas nas paisagens amazônicas. Portanto, sob um olhar atento, tais vestígios podem nos informar não somente sobre os antigos modos de vida da região, como também sobre os diversos processos culturais de interação. Assim, ao explorar a natureza da arqueologia como uma prática contemporânea envolvida na construção de identidades culturais no passado e no presente, procuramos refletir sobre alguns elementos que concorrem à construção de uma história indígena de longa duração.

A VARIABILIDADE DO REGISTRO ARQUEOLÓGICO E A FORMAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE UMA FRONTEIRA PERSISTENTE

Os indígenas da Amazônia têm produzido diferentes estilos de cerâmica ao longo dos milênios, os quais foram classificados pelos arqueólogos em diversas tradições com padrões de distribuição em escala continental. O significado de tais categorias é muito debatido, tendo sido observado certo grau de covariação com a distribuição das línguas indígenas e com o processo de aumento demográfico e de intensificação na ocupação da Amazônia pré-histórica (LIMA, 2008; NEVES, 2012).

Essas tradições, como dissemos, foram definidas com uma resolução macrorregional e uma perspectiva de longa duração, portanto seria de se esperar a ocorrência de limites culturais fluidos e mutáveis entre elas. No entanto, algumas áreas da Amazônia mostram o desenvolvimento e a persistência de fronteiras culturais durante séculos, cujo significado é ainda objeto de estudo.

Dados arqueológicos, linguísticos e etno-históricos concorrem para fortalecer a hipótese segundo a qual a região do Médio Amazonas, em época pré-colonial tardia, foi uma área de fronteira cultural.

Do ponto de vista arqueológico, tal fronteira seria expressa com o contato entre três grandes tradições cerâmicas das Terras Baixas,⁵ na virada entre o I e II milênio A.D.⁶ Durante esse período, na região entre os rios Urubu e Uatumã (AM), se registra o aparecimento de cerâmicas com características híbridas, classificadas com o nome de *Tradição Regional Saracá* (MACHADO, 1991; SIMÕES e MACHADO, 1987). Tais artefatos foram destacados por integrarem elementos decorativos diagnósticos associados às tradições *Polícroma* e *Inciso-Ponteadas* (LIMA, 2013). No entanto, ainda não sabemos em que medida Saracá possa ser considerada como um marcador da presença de uma

fronteira cultural no passado e, de forma geral, conhecemos pouco a respeito dos mecanismos sociais ligados à expansão das tradições cerâmicas amazônicas.

Como será aprofundado neste parágrafo, o conceito de fronteira cultural é imprescindível de uma teoria da interação e, por isso, a identificação de uma região de contato entre diferentes culturas arqueológicas nos leva a investigar, de um lado, a relação entre cultura arqueológica e identidade, do outro os comportamentos que fizeram com que tal fronteira se mantivesse ao longo do tempo. Tal fato nos encoraja a problematizar o valor analítico das classificações cerâmicas; e a considerar a formação de uma tradição cultural como um processo histórico mais amplo, que se dá em diferentes níveis da sociedade, percorrido por fenômenos de resistência e práticas de contestação e de manipulação. Tais práticas são reproduzidas em base cotidiana a nível regional e local e seus efeitos cumulativos podem se materializar no registro arqueológico.

Antes de aprofundar esse discurso, porém, é conveniente se deter um pouco sobre o que consideramos ser uma fronteira cultural, já que não há uma única definição que dê conta de descrever a multiplicidade de tal fenômeno. Para delimitar o campo da nossa investigação, será aqui considerada fronteira cultural uma região de contato entre diferentes grupos sociais, cuja interação seja organizada a

5 São consideradas Terras Baixas, na literatura antropológica, todas as regiões da América do Sul compreendidas entre as bacias fluviais do Orenoco, Amazonas e Paraguai.

6 A.D. convencionalmente está por *Anno Domini*, ou seja, identifica uma data a partir do ano 1 depois de Cristo.

partir da manutenção de diferentes identidades em contraste (JONES, 1997).

Tal fenômeno é observado no mundo inteiro e bem conhecido no contexto Amazônico. Normalmente, tem sido interpretado ou como o resultado de políticas de resistência em contextos de dominação; ou como um particular tipo de organização social, decorrente do aumento da interação em áreas sujeitas a competição territorial. Todavia a extrapolação, a partir de fenômenos contemporâneos observáveis, de um modelo preditivo do comportamento humano capaz de ser testado no registro arqueológico é uma tarefa muito difícil. Mesmo assim, hoje em dia, numerosos arqueólogos trabalham a partir de uma plataforma de dados independentes para o desenvolvimento de investigações sobre os correlatos materiais de comportamentos padronizados decorrentes da manutenção de fronteiras culturais.

Apesar da grande variabilidade estilística que permeia o registro cerâmico e rupestre da região do Rio Urubu, os dados preliminares que recolhemos em campo parecem apontar para uma forte estruturação dos assentamentos na paisagem, caracterizada por uma alta densidade de sítios arqueológicos e uma reutilização dos mesmos locais durante longas sequências de ocupação. Outra característica que queremos ressaltar é a redundância estilística recorrente, seja na decoração cerâmica, seja na arte rupestre regional, caracterizada por motivos que perpassam os diferentes suportes gráficos.

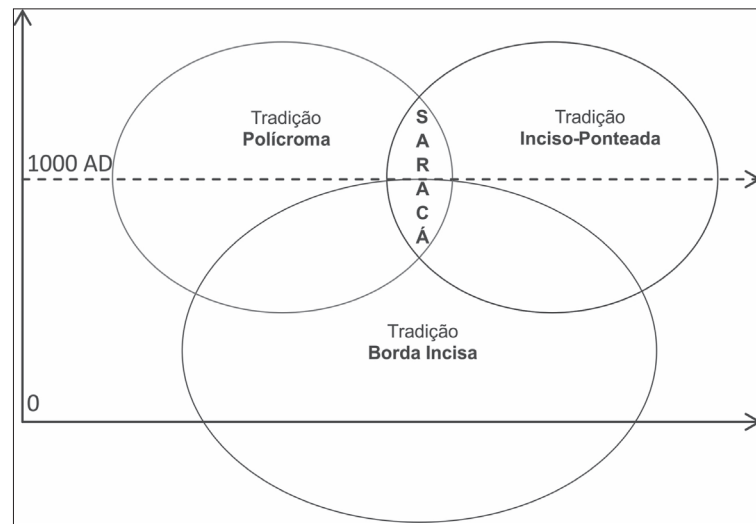


Figura 1: diagrama de Venn representando a hipótese de Lima, onde Saracá se forma da sobreposição dos campos culturais de três diferentes tradições cerâmicas amazônicas.

Fonte: Stapanoni (s.d.).

Já foi enfatizado que as fronteiras sociais mais disputadas são marcadas de forma redundante (EMBERLING, 1995).

Somando tal fator com o sincretismo estilístico da decoração cerâmica, somos encorajados a pensar no processo de negociação como o resultado de distintas práticas de acomodação de elementos exógenos e manutenção de elementos tradicionais. Nessa perspectiva, a estruturação da ocupação do espaço e sua inscrição na paisagem cultural através da demarcação de lugares significativos demonstra o investimento na construção da ideia de persistência cultural.

O etnólogo norueguês Fredrik Barth (1969), em seu clássico trabalho sobre fronteiras sociais e etnicidade, sugeriu que a ex-

pressão material de categorias tão sutis e fluidas como aquelas ligadas à adscrição social poderia resultar ambígua no nível de resolução arqueológica; a menos que não se assuma como objeto de estudo uma fronteira cultural persistente, onde a expectativa é que as identidades sociais se tornem patentemente manifestas, por causa da natureza estável das relações interétnicas (JENKINS, 1996, p. 90-103). Segundo Barth (1969:16), o aspecto crucial de tais entidades sociopolíticas estaria na necessidade de uma contínua validação identitária, que levaria à estruturação da interação. Isso se traduziria, de um lado, em uma série de prescrições que governam as situações de contato, do outro, com a existência de proscritões que preveem a interação interétnica em outros setores.

Como procuraremos destacar aqui em seguida, torna-se, portanto, possível analisar os correlatos materiais da interação social nos contextos onde se assume a maior estruturação da interação, como nas unidades domésticas e no território.

Para tanto, desde 2009, nos concentramos na análise de diferentes práticas habituais, rituais e estratégicas, ligadas a processos de domesticação dos ambientes amazônicos. Entre elas, a formação, o uso e a adscrição cultural dos solos antrópicos chamados terras pretas; o manejo e a manutenção de ambientes economicamente e politicamente estratégicos; a produção e a distribuição de

artefatos cerâmicos e de gravuras rupestres; e, enfim, a estrutura dos assentamentos indígenas. Assumimos que tais âmbitos sejam potencialmente o campo de práticas cotidianas reiteradas onde as atividades humanas se tornam visíveis do ponto de vista arqueológico. Uma eventual estruturação dos vestígios poderia, então, demonstrar a persistência de alguma prática social ao longo do tempo. Tais práticas podem ser pensadas como um *continuum* onde, em um extremo, se encontram as ações conscientes que projetam identidades e definem esferas de poder, no outro extremo a falta de interação. As tradições são politizadas e o poder “tradicionalizado”.

Dados levantados no âmbito de um projeto de mestrado em andamento na área de pesquisa indicam que os sítios de arte rupestre se encontram em associação espacial com assentamentos caracterizados por fortes indicadores de sedentarismo e com alta variabilidade estilística. Sugerimos que dentro desse contexto a variabilidade possa ser entendida como um compromisso de equilíbrios, cujo baricentro é apoiado sobre elementos compartilhados e persistentes.

Propomos, portanto, estabelecer parâmetros cronológicos para determinar a natureza das conexões existentes entre tais feições arqueológicas; e, sugerimos que a articulação desses fenômenos, dentro de uma perspectiva

regional, possa levar à compreensão dos processos interativos e simbólicos, envolvidos na formação e manutenção de uma fronteira cultural pré-histórica.

É nessa direção que acreditamos possam ser aprofundados os estudos sobre as relações interétnicas e as mudanças culturais diretamente associadas à expansão das grandes tradições amazônicas.

FUROS, GRAVURAS RUPESTRES E ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS, UMA PERSPECTIVA REGIONAL

Em 1996, o geógrafo Norte-americano William Denevan propôs um modelo interpretativo dos assentamentos indígenas da Amazônia pré-histórica. Segundo ele, os grupos indígenas teriam escolhido, para a locação de aldeias sedentárias, preferencialmente as áreas de terra firme limítrofes à várzea, para otimizar o acesso a uma maior variedade de nichos ecológicos.

Os resultados preliminares das nossas pesquisas ao longo desse trecho do Rio Urubu levaram a aumentar o número de variáveis que parecem influenciar a localização dos assentamentos pré-históricos da região. De fato, pelo menos dois outros fatores aparecem estar contribuindo nas escolhas dos lugares a serem habitados. O primeiro é a proximidade com os canais que conectam o baixo Urubu com o Rio Amazonas.

Se de um lado esses furos facilitam o acesso e a exploração dos ambientes de várzea, do outro, são também locais de importância estratégica para o controle do fluxo de peixes e pessoas que, durante a época da cheia, podem penetrar no sistema do Rio Urubu sem passar por sua foz.

Modelos com aplicações em arqueologia, mas derivados de estudos sobre o comportamento animal, mostram que os territórios não consistem de um uso indiferenciado da paisagem, mas, podem ser parcelados em uma série de nódulos ligados por corredores de acesso; tais elementos são cercados por regiões habitualmente exploradas e fronteiras de competição (SMITH, 2007). Como vimos, as variáveis ambientais podem ser analisadas a partir de uma perspectiva histórica e contextual, onde o ambiente se torna objeto e meio de interação e disputa.

A outra variável que sugerimos influenciar a distribuição dos assentamentos é a presença de afloramentos rochosos. Sabemos que a disponibilidade de matérias-primas minerais possibilita a produção de diversos artefatos de grande utilidade para a exploração do ambiente e o processamento de alimentos, entre outras atividades, como demonstram as marcas de polimento e os afiadores nos arenitos, encontrados em diversos locais ao longo da calha do rio e de seus afluentes; bem como a presença de lâminas de machados, raspadores de arenito,

lascas e batedores achados nos depósitos arqueológicos. Na realidade, podemos observar também que alguns afloramentos rochosos demonstram a presença de marcas de intervenções humanas de caráter bem diferente: o Rio Urubu é, de fato, famoso pelas gravuras rupestres pré-históricas. Se, de um lado, a produção de terra preta, cerâmica e ferramentas líticas está tradicionalmente associada com atividades ligadas ao campo das interações entre homem e ambiente, do outro, a arte rupestre é considerada um registro indissolúvelmente ligado ao âmbito simbólico, de difícil interpretação inerente. Entretanto sua variabilidade técnico-estilística e sua implantação no espaço são elementos passíveis de análise científica; sendo esse vestígio a expressão da intencionalidade de permanência no tempo, é também um canal muito importante para o estudo das relações entre as atividades e a percepção das paisagens pretéritas. Por fim, sua distribuição e estrutura organizacional nos fala das relações entre espaço e lugares (CHIPPINDALE e TAÇON, 1998; TILLEY, 1994).

Ao estado atual das pesquisas, o estudo das gravuras rupestres no Estado do Pará permitiu a identificação de um conjunto de sítios com ampla distribuição geográfica que apresenta petróglifos com características semelhantes.

Isso permitiu identificar uma tradição denominada *Amazônia* que se distribui no noroeste do Pará, ao longo da margem es-

querda do Rio Amazonas (PEREIRA, 2012). O tema principal é a figura humana, representada na sua forma completa ou exclusivamente pela cabeça.

Na Amazônia como um todo, esse tipo de vestígio arqueológico, apesar de ter despertado sempre muito interesse, ainda carece de estudos que permitam sua colocação dentro de uma cronologia cultural. No contexto do Rio Urubu, porém, é possível estabelecer parâmetros cronológicos para o fenômeno da arte rupestres. De fato, o estudo dos processos morfogenéticos do rio permite a obtenção de uma datação para o sítio que apresenta a maior concentração de gravuras da região, pois dispomos de uma relação direta na estrutura sedimentar; também consente a datação do processo geral de sedimentação, que está diretamente ligado à formação e obliteração de canais na várzea.

Endereçamos nosso foco analítico sobre algumas feições ambientais relacionadas ao fluxo e à conexão entre diferentes nichos ecológicos e geográficos; assim procuramos investigar sua relação com a distribuição de diferentes sítios arqueológicos, caracterizados por certa intensidade na ocupação e por maior investimento simbólico.

Nesse estudo, o conceito de paisagem se torna então fundamental para a integração dos dados, porque aí convergem e se sintetizam todos os elementos que pretendemos considerar para interpretar a

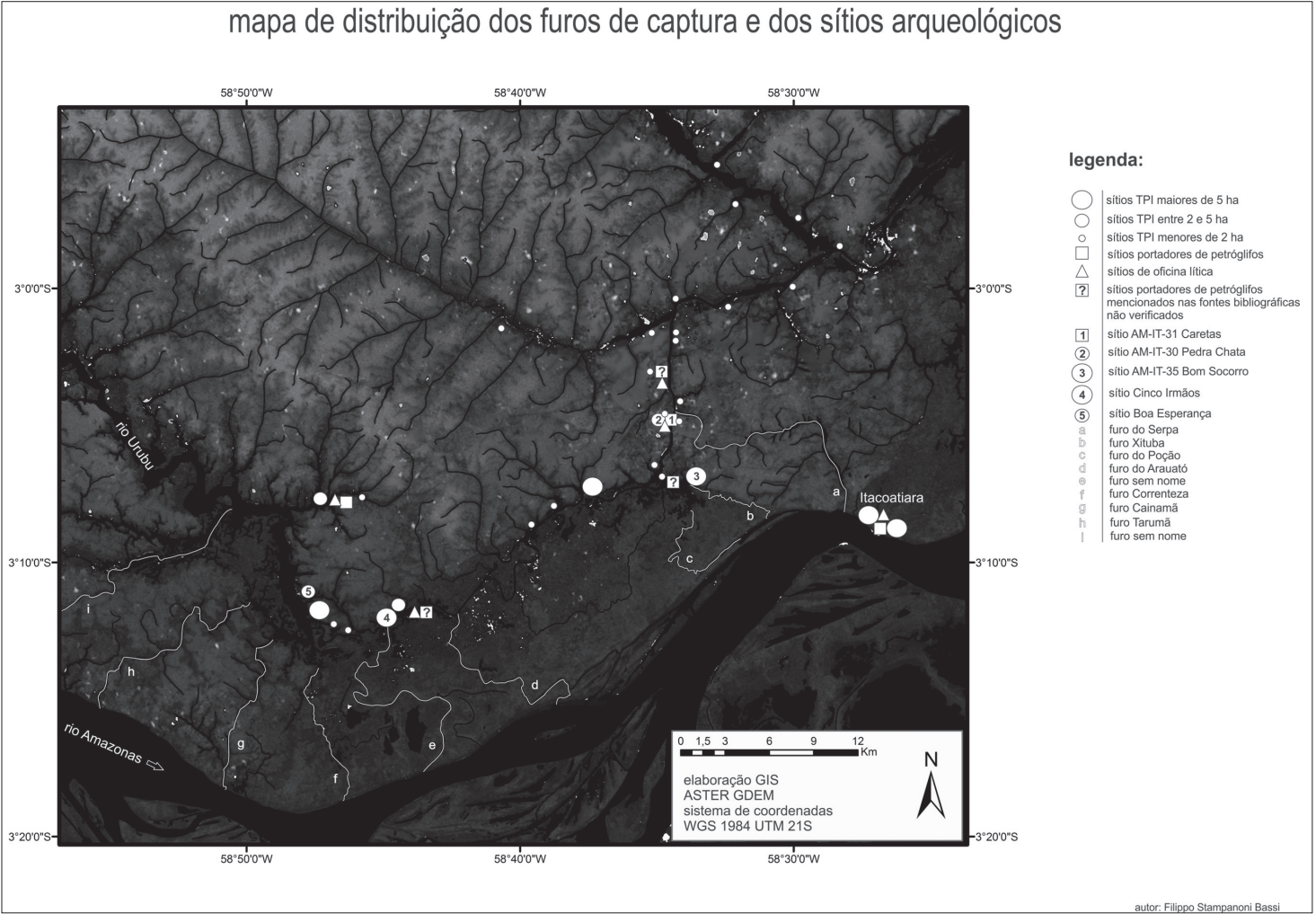


Figura 2: autor F. Stampanoni (s.d.)..

história da mudança cultural no baixo curso do Rio Urubu. A perspectiva regional que pretendemos adotar nada mais é que uma arqueologia da paisagem política, ou melhor,

uma arqueologia do território; onde o foco procura estar apontado para os contextos onde se assume maior intensidade de práticas relativas à construção e negociação cultural.

Nesse nível de análise, o conceito de lugar persistente (MOORE e THOMPSON, 2012), integrado em uma perspectiva teórica que considera a paisagem como culturalmente construída, socialmente reproduzida e politicamente ativa (TILLEY, 1998), se torna uma ferramenta analítica que direciona o levantamento e a interpretação dos dados.

Paratanto, concentramos nossa pesquisa, de um lado, nas áreas que apresentam maior concentração de vestígios arqueológicos: no específico, nos sítios multicomponenciais⁷ com ocupação e cronologia mais profunda e nos sítios portadores de gravuras rupestres; do outro, nos canais fluviais sazonais (furos de captura, alguns ativos, outros abandonados) que conectam o baixo curso do Rio Urubu com o Médio Amazonas (vide Fig. 2). Tais locais oferecem a possibilidade de comparar diferentes ocupações, de refinar a cronoestratigrafia regional e têm alto potencial de refletir mudanças estruturais.

ALDEIAS, CASAS E LIXEIRAS, UMA PERSPECTIVA LOCAL

A análise da variabilidade do registro arqueológico com uma perspectiva local baseia-se sobre o pressuposto que as consequências das práticas existem simultanea-

mente em múltiplas escalas da vida social (PAUKETAT, 2001, p. 9). Isso nos leva a assumir a possibilidade que comparações de dados em escalas diferentes possam mostrar diferentes aspectos do mesmo processo.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre processo e estrutura pode ser entendida como uma dialética que se funda na prática cotidiana: a diária experiência, incorporação e negociação das tradições (BOURDIEU, 1977; GIDDENS, 1979, 1984).

Na literatura etnográfica amazônica é ressaltada a complexidade com a qual as sociedades indígenas processam a interação e é sugerido que tal fenômeno atue como uma força centrípeta que reproduz a identidade através da incorporação do outro (VIVEIROS DE CASTRO, 2002b). A característica principal de tais processos é sua articulação com níveis estruturais que permeiam toda a biografia social dos indivíduos e que apresentam forte estruturação a nível comunitário e macrorregional. Numerosos são os planos em que se materializam tais tensões: foram ressaltados, entre outros, o plano da relação entre gêneros, idades, o parentesco, a afinidade (aliança e guerra), as práticas econômicas e domésticas, as performances rituais, a cosmologia e o próprio processo classificatório em geral. A cultura material é um veículo de fundamental importância para a expressão e a concretização de tais tensões e tem um papel central na teoria da

⁷ São chamados sítios multicomponenciais os sítios arqueológicos que apresentam a sobreposição estratigráfica de diferentes ocupações ao longo do tempo.

estruturação (GIDDENS, 1991).⁸ Outra característica que permeia esses âmbitos é a presença de relações de poder, não somente como uma força coordenada, mas, sobretudo, como a habilidade de manipular as tradições e patentear novos símbolos.

Em uma região de fronteira cultural se assume que as negociações no âmbito do poder e da tradição envolvam algum grau de resistência (LEARS, 1985; PAYNTER e MCGUIRE, 1991). Com esse termo que-remos aqui definir, de forma abrangente, todas as práticas de oposição nos âmbitos em que existe o discernimento de alternativas em contraposição.

De um lado, regionalmente procuramos entender as relações entre padrões de assentamento e variabilidade estilística no registro arqueológico; do outro, numa perspectiva local, propomos que a análise intrassítio dos contextos associados às estruturas domésticas possa fornecer dados úteis para caracterizar as modalidades através das quais as regras sociais e as relações de poder foram aprendidas e rotinizadas, nas

sociedades pré-coloniais do Rio Urubu ao longo do tempo.

Os contextos onde se assume uma alta frequência de práticas diárias são aqui considerados como locais fortemente estruturados e, por isso, suscetíveis de informar sobre instâncias identitárias e sobre processos etnogenéticos em larga escala.

Os principais modelos etnográficos sobre as relações de aliança na Amazônia concordam em sugerir que o casamento seja um aspecto crucial para o estudo da interação a nível supralocal (VIVEIROS DE CASTRO, 2002B). Foi também ressaltada a grande difusão de práticas simbólicas ligadas à construção de ideologias baseadas sobre tensões entre gêneros (S. HUGH-JONES, 1979).

No contexto global, os arqueólogos estão sempre mais interessados no estudo das arquiteturas domésticas para a compreensão das práticas cotidianas nas sociedades antigas; as abordagens contemporâneas sobre a teoria social estão considerando a casa como lugar privilegiado do estudo da interação (HODDER e CESSFORD, 2004; JOYCE e GILLESPIE, 2000).

Na Amazônia, o estudo das estruturas domésticas é discutido em recentes pesquisas etnoarqueológicas (BOWSER e PATTON, 2004; SCHMIDT, 2010) que tratam diferentes aspectos ligados ao gênero, às relações políticas e aos processos de formação do registro arqueológico, mas, de forma geral, ainda

8 A Teoria da Estruturação é uma tentativa de reconciliar as teorias sociais tais como, agência/estrutura, subjetivo/objetivo e micro/macro perspectivas. Simplificando, a teoria da estruturação sustenta que toda ação humana que é realizada no contexto de uma estrutura social pré-existente, é regida por um conjunto de normas e/ou leis que são distintas das de outras estruturas sociais. Portanto, toda ação humana é ao menos parcialmente pré-determinada com base nas regras variáveis do contexto em que ela ocorre. No entanto, a estrutura e as regras não são permanentes, mas são sustentadas e modificadas pela ação humana.

resulta ser um campo pouco desenvolvido. Maior atenção foi dada, na arqueologia das terras baixas da América do Sul e do Caribe, à organização dos assentamentos a partir de outros tipos de estruturas como montículos, praças, áreas de armazenamento, estruturas defensivas, caminhos e feições ligadas ao manejo ambiental, para caracterizar as ocupações associadas a diferentes culturas arqueológicas e para avaliar questões ligadas à demografia e ao impacto ambiental das sociedades ameríndias (ERICKSON, 2008; HECKENBERGER, 2005; MORAES e NEVES, 2012; ROSTAIN, 2011; WÜST e BARRETO, 1999). Além disso, foi observado que a covariação entre a configuração das aldeias e a distribuição de outros traços culturais (entre os quais as tradições cerâmicas e as famílias linguísticas) fundamenta o modelo geral de expansão dos grupos arawak (HILL e SANTOS GRANERO, 2002; HORNBERG e HILL, 2011).

A partir desses pressupostos, nossa proposta visa contribuir para a interpretação das expansões culturais pré-coloniais, transferindo a indagação sobre interação política e identidade do contexto etnográfico e etnoarqueológico, para o contexto pré-histórico. Tal abordagem faz sentido a partir da expectativa de estar trabalhando em uma área de fronteira persistente, onde se espera que a integração de elementos culturais diferentes possa encontrar-se em equilíbrio dinâmico, ou seja, em um contexto

marcado por forte redundância estilística e estruturação da interação. Algo parecido com o que Fredrik Barth (1969) chamou de sociedade pluriétnica, mas caracterizado por uma contínua incorporação do outro através de práticas de aliança. Tal modelo pressupõe que as tensões étnicas operem também nos níveis mais íntimos da sociedade e considera o contexto doméstico como um lugar onde é conduzida a vida política em base diária e onde homens e mulheres engajam-se ativamente em práticas políticas independentes e complementares. A pesquisa, então, procura analisar a casa como um contexto politizado através de três níveis de materialidade: a organização dos assentamentos, as relações espaciais dentro das casas e a distribuição e variabilidade de elementos decorativos cerâmicos considerados exógenos no contexto da *Tradição Regional Saracá*.

Nossa estratégia de pesquisa, moldada a partir dos resultados preliminares da abordagem regional, nos levou a refinar as prospecções de sítios em áreas amostrais associadas às regiões de acesso aos recursos aquáticos dos lagos da várzea e ao controle sobre os canais sazonais que conectam o baixo Urubu com o Médio Amazonas. Segundo nossa hipótese, tais áreas deveriam ser caracterizadas por sítios multicomponenciais com ocupações profundas. Tais contextos ofereceriam a possibilidade de detectar

eventuais discontinuidades entre diferentes ocupações.

A área amostrada compreende o trecho do rio que vai da foz do Aneba até à transição entre baixo e médio curso do Urubu. Foram pesquisados cinco sítios arqueológicos, encontrando-se três (AM-IT-30 Pedra Chata, AM-IT-31 Caretas e AM-IT-35 Bom Socorro – vide figuras 2 e 3) nas proximidades do lago Aybu e dos furos do Xituba e do Serpa, canal que conecta o lago Aybu com o Amazonas nas proximidades de Itacoatiara; e os outros (Boa Esperança e Cinco Irmãos – vide figuras 2 e 4) na região dos furos do Arauató, do Correnteza e do Cainamã, não longe da antiga foz do Rio Urubu. Todos eles se encontram em posição de controle estratégico sobre os recursos da várzea, menos o Pedra Chata, que, porém, está diretamente associado aos furos do Serpa e do Xituba, que o conectam com o Amazonas, nas proximidades de Itacoatiara.

Nossos objetivos específicos eram a delimitação horizontal e vertical, através de sondagens, do pacote antrópico (terra preta) para obter amostras da variabilidade artefactual intrassítio; efetuar escavações controladas, para estabelecer seus perfis cronoestratigráficos e culturais; coletar amostras para datações radiocarbônicas e para análises de solos; caracterizar os conjuntos em diversos aspectos, como tamanho e forma dos assentamentos, padrões de manejo dos recursos ambientais e relações cronológicas.

Procuramos também produzir mapas topográficos, ressaltando feições intrassítio, como montículos e áreas de descarte, para possibilitar comparações macrorregionais.

Apresentamos aqui alguns dados coletados nos sítios AM-IT-35 Bom Socorro, Cinco Irmãos e Boa Esperança; sendo que à discussão dos dados provenientes dos sítios AM-IT-30 Pedra Chata e AM-IT-31 Caretas será dedicado o capítulo de Cavallini e Stapanoni (2013).

O sítio AM-IT-35 Bom Socorro, descrito pela primeira vez por Mário Simões (Simões, 1983), encontra-se assentado no topo de um alto barranco que domina o lago Aybu, em localidade Barro Alto, município de Itacoatiara.

Os arredores do sítio se apresentam como cinco penínsulas divididas por pequenos igarapés e dois furos: o Furo Grande, que conecta com o Rio Urubu nas proximidades do complexo arqueológico Caretas-Pedra Chata e o Furo Xituba, que liga o lago Aybu com o Rio Amazonas.

O sítio consiste de três manchas de terra preta com formato de semicircunferência, com superfície de cerca de três hectares cada uma, paralelas ao barranco.

Uma pequena fazenda e outras casas esparsas ocupam uma parte do sítio, sendo que a porção maior é utilizada como plantio de milho.

Em um raio de três quilômetros a partir do Bom Socorro se encontram também

outros dois sítios arqueológicos, o AM-IT-34 Boca do Aybu e o AM-IT-33 Boca do Frederico (SIMÕES, 1983), fazendo com que toda a área do lago Aybu possa ser considerada como um complexo arqueológico.

Em toda a superfície do sítio Bom Socorro aflora uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica e as manchas de terra preta são cercadas por um bosque de castanheiras e palmeiras, indicando profundos distúrbios de origem humana na vegetação.

Em 1930, o erudito Bernardo Ramos tinha registrado a presença de rochas com gravuras rupestres cefalomórfas (em forma de cabeças) na beira do lago, que, porém, não conseguimos confirmar durante nossas prospecções, apesar de ter localizado vários afloramentos de pedra-jacaré.⁹

Visitamos o Bom Socorro em duas ocasiões entre novembro e dezembro 2012, e tivemos a oportunidade de prospectar o local e mapear uma das três manchas de terra preta (fig. 5).

O sítio apresenta uma grande quantidade de pequenos montículos de terra mais escura com alta concentração de fragmentos cerâmicos que foram preliminarmente interpretados como antigos acúmulos de descartes domésticos, delimitando antigas estruturas de casas pré-coloniais.

Através do mapeamento de tais prováveis estruturas de lixeiras, foi observada certa coerência interna no tamanho e formato das estruturas, corroborando nossa primeira hipótese.

Notaram-se também, na área central do sítio, os vestígios de uma possível antiga terraplanagem, realizada com a própria terra preta como material construtivo; essa ameniza o leve declive da superfície do sítio, sugerindo a possibilidade de ter sido uma plataforma para a construção de duas grandes malocas elipsoidais, das quais, hoje em dia, são apenas visíveis algumas estruturas de descarte.

A disposição espacial de tais feições parece indicar, para o sítio, uma estrutura com formato irregular que poderia resultar da sobreposição dos vestígios de ocupações de diversas épocas; no entanto, a periferia do sítio, apresenta contextos menos confusos, provavelmente representando um único momento de expansão da aldeia. Se forem confirmadas essas hipóteses, através de escavações por áreas amplas, mediante a exposição dos pisos de ocupação das estruturas domésticas, poderemos demonstrar a presença, no Rio Urubu, de malocas comunais de grande tamanho, já que a maioria dos montículos mapeados descreve uma elipse de cerca de 30m de diâmetro maior. Esse dado teria importantes implicações para o estudo da estrutura social indígena pré-

9 Muito comum na região amazônica, trata-se de um tipo de arenito com conglomerados ferruginosos. (tecnicamente é um material areno-conglomerático quartzoso, cimentado por oxi-hidróxidos de ferro).

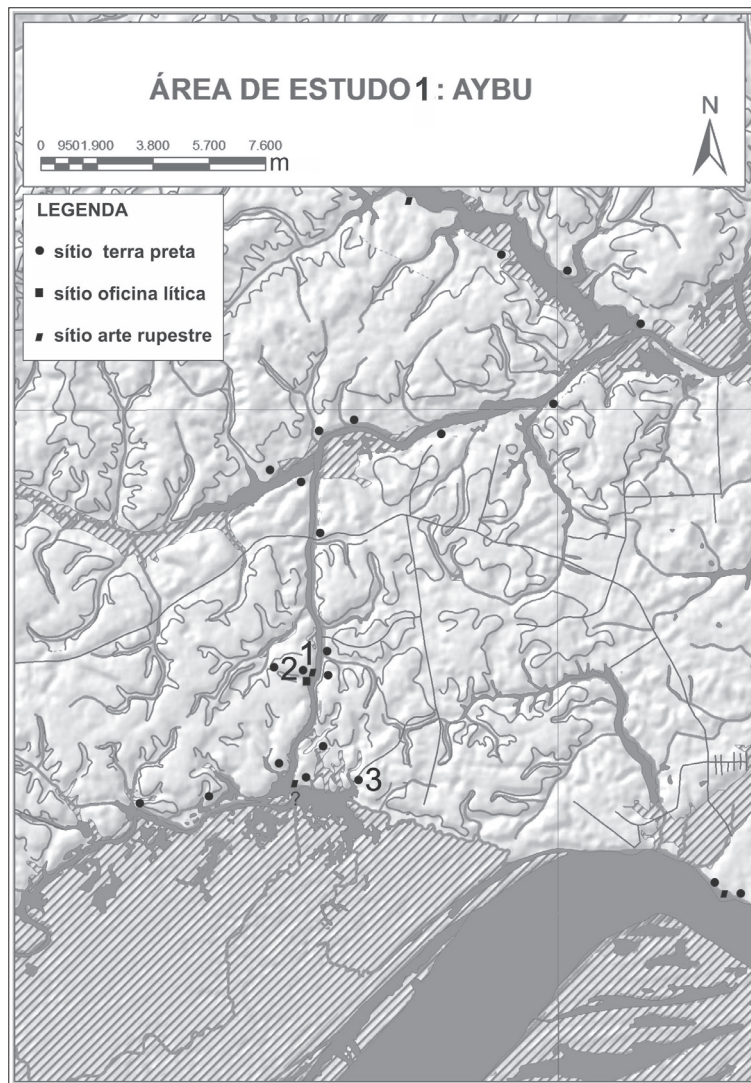


Figura 3: localização dos sítios: Cartetas (1), Pedra Chata (2) e Bom Socorro (3).
Autor: F. Stampanoni (2013).

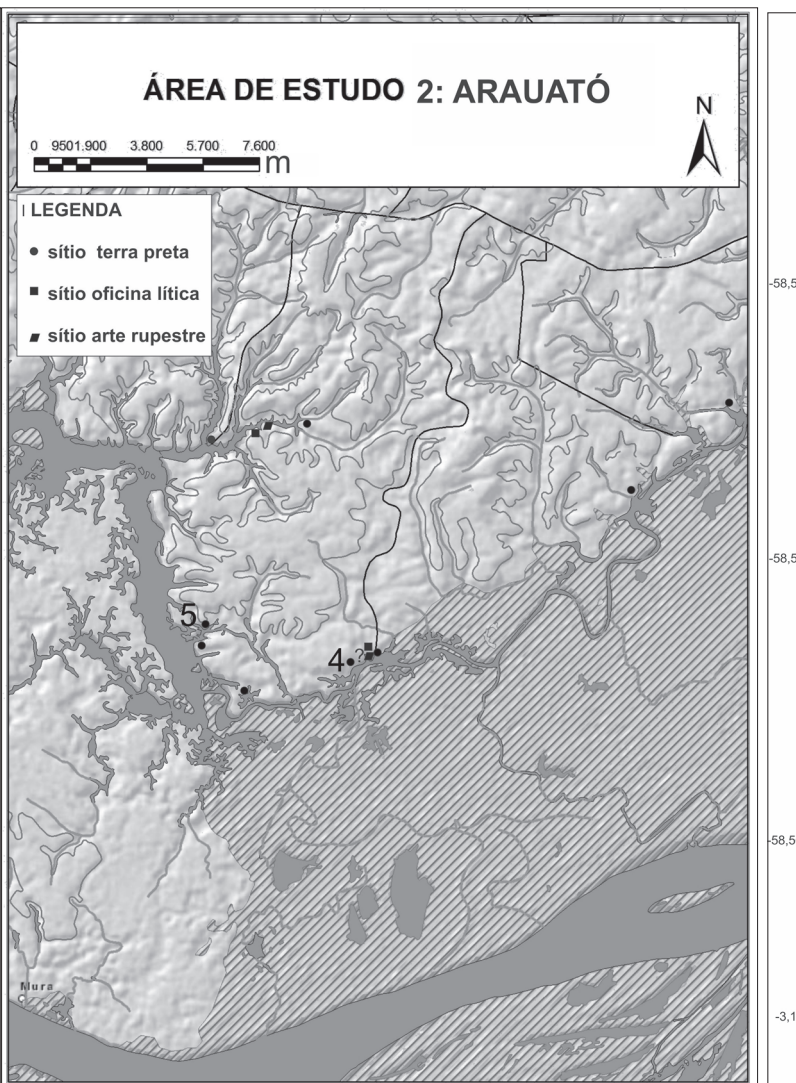
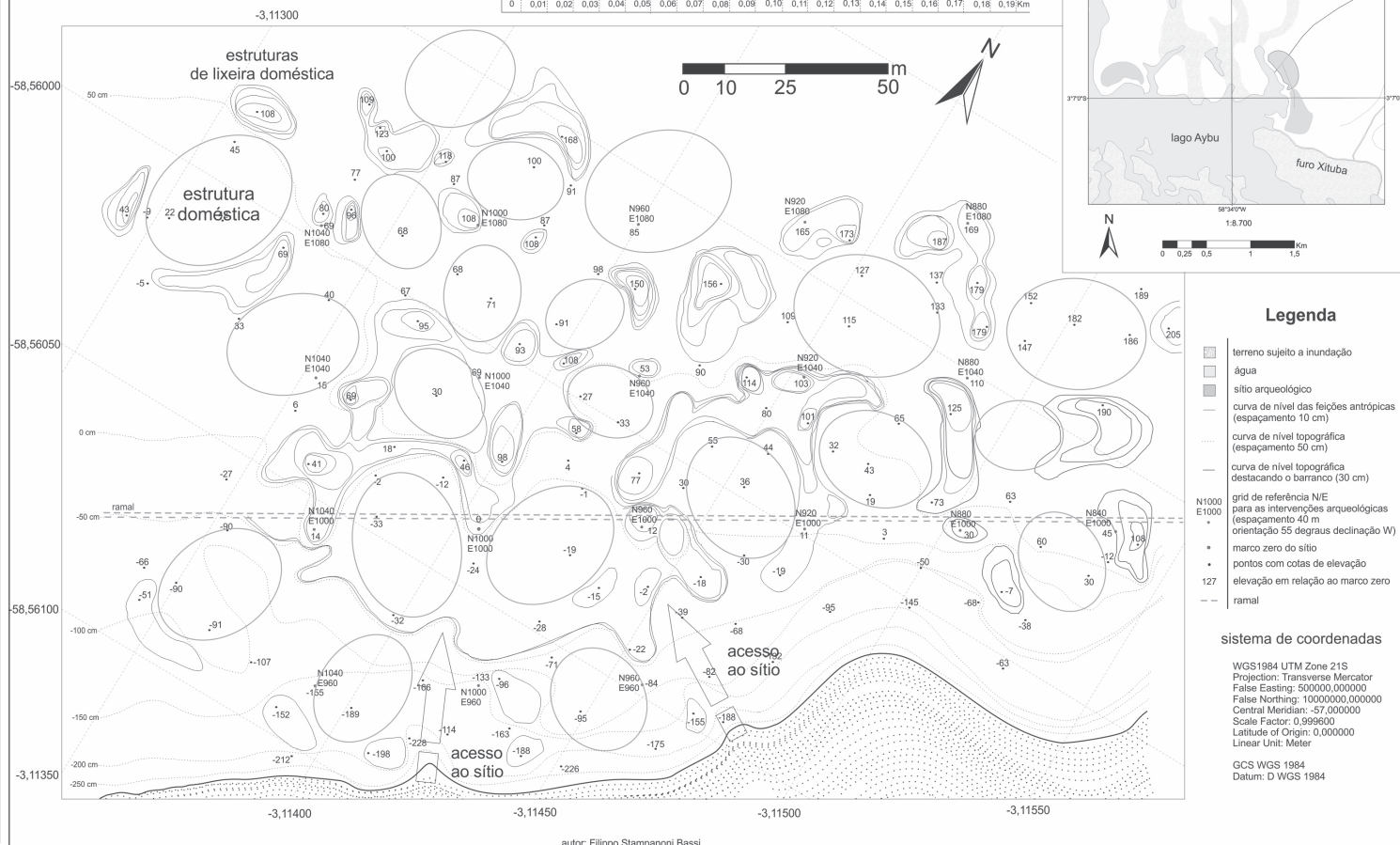


Figura 4: localização dos sítios: Cinco Irmãos (4) e Boa Esperança (5).
Autor: F. Stampanoni (2013).

perfil altimétrico

Distância (km)	Elevação (m)
0,01	16
0,02	14
0,03	16
0,04	18
0,05	22
0,06	28
0,07	30
0,08	30
0,09	42
0,10	52
0,11	48
0,12	46
0,13	48
0,14	48
0,15	46
0,16	48
0,17	48
0,18	48
0,19	48

FRONTEIRAS DO PASSADO – APORTES INTERDISCIPLINARES SOBRE A 101
ARQUEOLOGIA DO BAIXO RIO URUBU, MÉDIO AMAZONAS, BRASIL

colonial da região e permitiria comparações a nível macrorregional que poderiam contribuir para o refinamento do conhecimento da pré-história amazônica como um todo.

O sítio Boa Esperança é localizado na margem esquerda do Rio Urubu (vide fig. 2 e 4), e se encontra espacialmente associado ao sítio Sucuriju, que Simões considerava o mais importante da região (SIMÕES, 1983; MACHADO, 1991). Posto um na frente do outro, esses dois sítios mostram um contexto muito interessante. O Boa Esperança não é um sítio muito grande (cerca de três hectares), nem muito profundo, já que mais que a metade dele não apresenta substanciais alterações no solo. No entanto, apresenta camadas de terra preta que alcançam cerca de um metro de profundidade ao longo do barranco e, também, muitos vestígios arqueológicos em superfície. Apresenta-se como uma península de terra firme levemente ondulada, em cima de um íngreme terraço fluvial sulcado por vários antigos caminhos, que hoje em dia viraram pequenas voçorocas, pela ação das chuvas. Os dois sítios dominam ambas as margens de uma boca do Paraná do Sucuriju, e, no mesmo tempo, debruçam-se sobre uma ilha de mata de igapó na margem de um braço do Rio Urubu, antigamente chamado Lago da Glória (BARBOSA RODRIGUES, 1875); ou também, Rio das Pratas, segundo a memória dos moradores da região. Na outra margem do rio, estende-se uma vasta região

de várzea alta, cortada por vários furos que conectam o Urubu ao Amazonas.

O contexto arqueológico dos dois sítios mostra algumas diferenças: o sítio Sucuriju, além de caracterizar-se por uma densidade maior de materiais arqueológicos, apresenta, em superfície, umas cerâmicas que demonstram maior investimento na decoração policrômica. O arqueólogo Mário Simões afiliou o material desse sítio a duas distintas tradições cerâmicas: à Tradição Regional Saracá, os contextos mais recentes, entretanto, os mais antigos foram classificados dentro da Tradição Borda Incisa. As quatro datações obtidas para tais materiais demonstram um leque temporal de cerca de mil anos de ocupação, começando a partir do século II (A.D.).

Para o sítio Boa Esperança ainda não se dispõe de nenhuma datação, mas uma preliminar análise de seus vestígios cerâmicos está nos levando a considerá-los contemporâneos, apesar das diferenças.

Tal sítio recebeu, ao longo de vinte dias várias intervenções arqueológicas: foi delimitado horizontal e verticalmente através de uma malha de tradagens; foi efetuado um mapeamento com teodolito das feições associadas a possíveis estruturas domésticas (vide fig. 8); e foram realizadas algumas escavações que evidenciaram a presença de vestígios de postes e esteios de uma antiga maloca (vide fig. 6 e 7).

Os resultados preliminares das pesquisas arqueológicas no sítio Boa Esperança são importantes porque permitem uma primeira comparação entre estruturas domésticas na região do Rio Urubu. O fato de que no perfil A sejam claramente visíveis as feições de antigos buracos de postes, esse é um dado que corrobora a hipotética associação entre montículos e lixeiras domésticas.

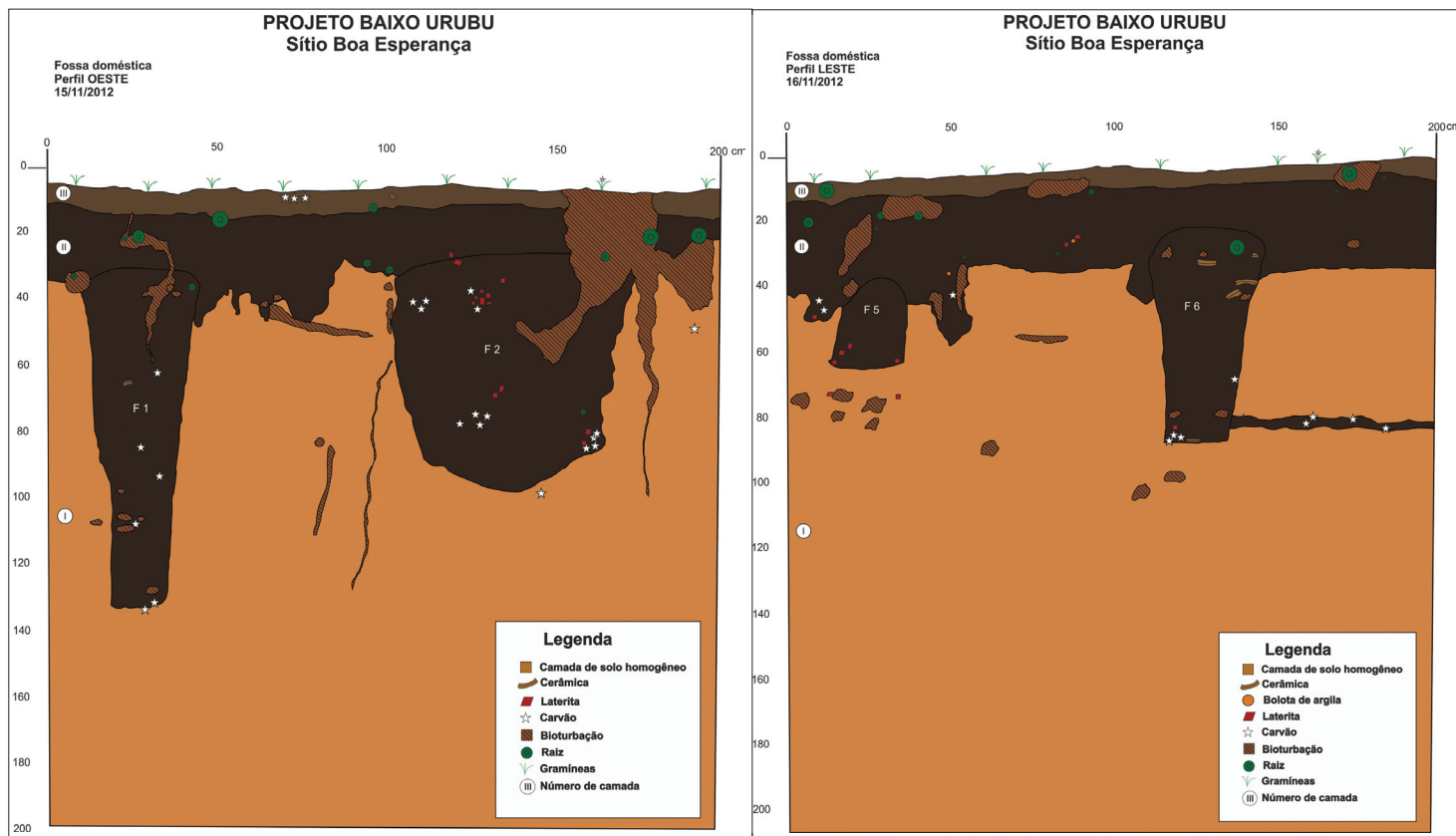
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE PAISAGENS DINÂMICAS E LUGARES PERSISTENTES

A paisagem da transição entre terra firme e várzea na região do Paraná do Rio Urubu é um ecossistema extremamente dinâmico. Os regimes das águas dos rios Amazonas e Urubu alimentam um sistema hidráulico complexo que compreende numerosos lagos de várzea e furos que conectam os dois rios. Dessa forma, a planície aluvial possui um papel fundamental no comportamento morfo-hidráulico regional. A principal dinâmica ecológica da várzea é o pulso de inundação (JUNK, 1997), que faz com que essa área de transição possa ser considerada como um grande sistema físico aberto, recebendo e transferindo energia simultaneamente. Tal dinâmica tem uma grande relevância para o manejo dos recursos hídricos e jogou um papel determinante para a localização dos antigos assentamentos indígenas. Em uma paisagem sujeita a ciclos sazonais muito marcados, organizar a exploração de diferentes

feições ambientais resulta ser a fundamental estratégia de subsistência. Os lagos de várzea, durante a época da seca, se tornam importantes reservatórios de fauna e os furos que os conectam com os rios principais canalizam as migrações dos peixes na cheia.

Como dissemos, os assentamentos sedentários pré-coloniais da região concentram-se nas áreas de controle de tais feições ambientais, em associação espacial com outras importantes feições paisagísticas como os afloramentos rochosos portadores de gravuras rupestres e oficinas líticas. Foi destacado como a produção de terra preta possa ter funcionado como um mecanismo de *feedback positivo* para o aumento da sedentarização na Amazônia pré-histórica; sugerimos também que o desenvolvimento de comportamentos territorialistas possa estar em parte ligado à necessidade do manejo constante da paisagem aquática. O território de pesca, na área de estudo, se articula com a área de controle estratégico das vias de acesso à região; e suas dinâmicas são coordenadas. Além disso, a acessibilidade aos sítios de arte rupestre também é sujeita ao regime fluvial.

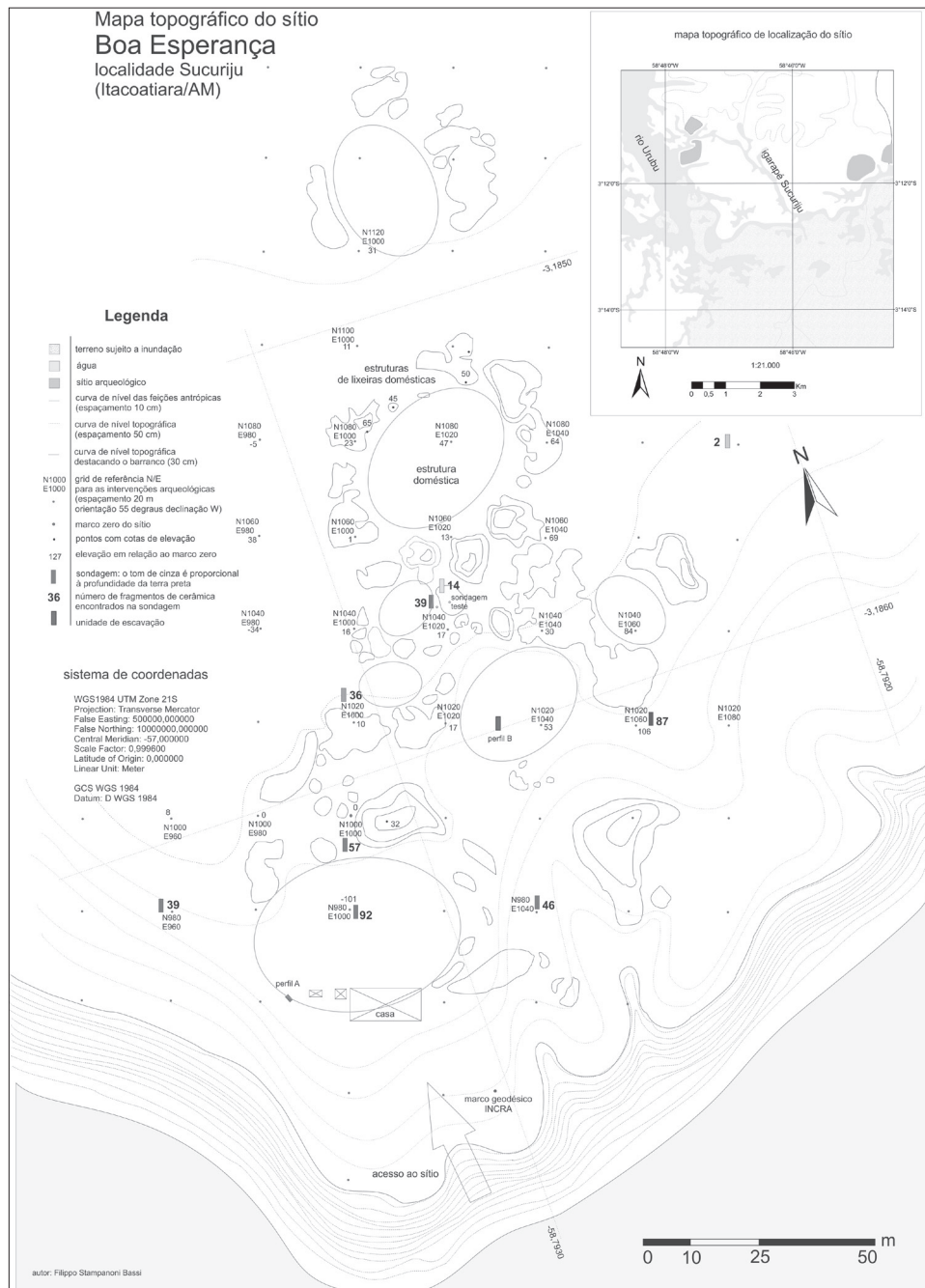
A partir dessas observações podemos pensar como os territórios possam corresponder tanto a realidades geográficas concretas quanto a representações que refletem relações sociais. Na medida em que a territorialidade humana encompassa o amplo leque de dimensões como status, identidade e prestígio, não raro pode constituir-se em ordenações



Figuras 6 e 7: perfis estratigráficos apresentando feições de buracos de postes de uma estrutura doméstica.
Autor: M. Cavallini (2013).

simbólicas em cujo bojo se dão relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia (MALDONADO, 1993, p. 35). A detecção, no registro arqueológico, de assentamentos possivelmente organizados em diferentes aldeias caracterizadas por numerosas estruturas domésticas de grandes dimensões, associadas às cerâmicas Saracá, pode confirmar, regionalmente, o processo de intensificação demográfica atribuído à expansão das últimas tradições culturais

da Amazônia pré-colonial. No entanto, a estruturação dos assentamentos em torno de alguns lugares centrípetos que resumem em si diferentes atividades inseridas no controle econômico, simbólico e estratégico de regiões possivelmente mais amplas aponta para a atuação de mecanismos de manutenção de fronteiras e de construção de uma tradição cultural regional, possivelmente mantida a partir de fenômenos etnogenéticos de interação e resistência.



REFERÊNCIAS

- ANTHONY, D. **The horse, the wheel, and the language:** how bronze-age riders from the eurasian steppes shaped the modern world. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- ARENZ, K. **De l'Alzette à l'Amazone:** Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693). Publications de la section historique de l'Institut grand-ducal de Luxembourg. Lëtzebuerg: S. Imprimerie Linden, 2008.
- BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração nos rios Urubu e Jatapu.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.
- BARTH, F. **Ethnic Groups and Boudaries.** The Social Organization of Cultural Difference. Chicago: Waveland Press, 1969.
- BOURDIEU, P. **Outline of a theory of practice.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOWSER, J. B.; PATTON, J.Q. Domestic spaces as public places: an ethnoarchaeological case study of houses, gender, and politics in the ecuadorian Amazon. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v.11, n. 2, 2004.
- CHIPPINDALE, C.; TAÇON, P.S.C. **The Archaeology of Rock Art.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DENEVAN, W. D. A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.
- EMBERLING, G. Ethnicity in Complex Societies: archaeological perspectives. **Journal of Archaeological Research**, v. 5, n. 4, p. 295-344, 1997.
- ERICKSON, C. L. Amazonia: the Historical Ecology of a Domesticated Landscape. In: SILVERMANN, H.; WILLIAM, H. I. (Eds.). **Handbook of South American Archaeology.** New York: Springer, 2008. p. 157-185.
- GIDDENS, A. Central problems in social theory: action, structure and contradictions in social analysis. Berkeley: University of California Press, 1979.
- _____. **The constitution of society:** introduction of the theory of structuration. Berkeley: University of California Press, 1984.
- _____. **Modernity and self-identity:** self and society in the late modern age. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- HECKENBERGER, M. J. **The ecology of power:** culture, place, and personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000. New York: Routledge, 2005.
- HILL, J. D.; SANTOS-GRANERO, F. (Org.). **Comparative arawakan histories:** rethinking language family and culture area in

Amazonia. Urbana: University of Illinois Press, 2002.

HODDER, I.; CESSFORD, C. Daily practice and social memory at çatalhöyük. **American Antiquity**, v. 69, p.17–40, 2004.

HORNBORG, A.; HILL, J. D. (Orgs.) **Ethnicity in ancient Amazonia**: reconstructing past identities from archaeological, linguistic, and ethnohistory. Boulder: The University Press of Colorado, 2011.

HUGH-JONES, S. **The palm and the pleiades**: initiation and cosmology in north-west Amazonia. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

JENKINS, R. **Social identity**. London: Routledge, 1996.

JONES, S. **The archaeology of ethnicity**: constructing identities in the past and present. London: Routledge, 1997.

JOYCE, R. A.; GILLESPIE, S. D. **Beyond kinship**: social and material reproduction in house societies. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

JUNK, W. J. 1997. The Central Amazon Floodplain – Ecology of a Pulsing System. Verlag Berlin Heidelberg New York, Springer, 525 p.

LEARS, T. J. J. 1985. *The Concept of Cultural Hegemony: Problems and Possibilities. The American historical review*, 90(3), 567–593.

LIMA, H. P. 2008. História das Caretas: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central. Tese de Doutorado, São Paulo, **Universidade de São Paulo**.

_____. Variabilidade Arqueológica e o estudo de fronteiras culturais no na região do baixo Rio Urubu. In: **Fronteiras do Passado: aportes interdisciplinares sobre a Arqueologia do Baixo Rio Urubu, Médio Amazonas, Brasil**. 2013.

MACHADO, A. L. C. 1991. As tradições ceramistas da bacia amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM). Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

MALDONADO, S. C. 1993. Mestre & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo, Annablume.

MOORE, C. R.; THOMPSON, V. D. 2012. Animism and green river persistent places: a dwelling perspective of the shell mound archaic. **Journal of Social Archaeology**, v. 12, n. 2, p. 264–284.

MORAES, C. P.; NEVES, E. G. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. Belém, Amazônica. **Revista de Antropologia**, v. 4, n. 1, 2012.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de História na Amazônia

Central (6.500 AC – 1.500 DC) Tese (Livro-Docência) – Universidade de São Paulo, **São Paulo**, 2012.

PAUKETAT, T. R. **The archaeology of traditions:** agency and history before and after columbus. The Ripley P. Bullen Series: Florida Museum of Natural History, 2001.

PAYNTER, R.; MCGUIRE, R. H. The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance. In: MCGUIRE, R. H; PAYNTER, R. (Eds.). **The archaeology of inequality**. Oxford: Black-well, 1991. p. 1-27.

PEREIRA, E. **A arte rupestre de Monte Alegre**. Pará, Amazônia, Brasil. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

RAMOS, B. de A. da S. **Inscrições e tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930.

ROSTAIN, S. Le peuplement précolombien de l'Amazonie. In: VIALOU, D. (Org.). **Peuplements et préhistoire en Amériques**, Paris: Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques, 2011. p.407-421.

SCHMIDT, M. J. **Resconstructing tropical nature:** prehistoric and modern anthrosols (Terra Preta) in the Amazon rainforest, upper Xingu River, Brazil. Tese (Doutorado) Gainesville: University of Florida, 2010.

SIMÕES, M. F. 1983. **Pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira 1978-1982**. Belém, Publicação Avulsa do Museu Paraense Emílio Goeldi, 38: 21-49.

SIMÕES, M.; MACHADO, A. L. C. Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (Amazonas). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n.1, p. 49-82. 1987.

SMITH, M. Territories, corridors, and networks: a biological model for the premodern state. **Hoboken, Wiley Periodicals, Inc.**, v. 12, n. 4, p. 28-35, 2007.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**. Oxford: Berg Publishers, 1994.

_____. Rocks as resources: landscapes and power. *Cornish Archaeology*, v. 34, p. 5-57, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem:** e outros ensaios de antropologia. São Paulo: COSAC NAIFY, 2002b.

WÜST, I.; BARRETO, C. The Ring Villages of Central Brazil: a challenge for Amazonian Archaeology. **Latin American Antiquity**, v. 10, n. 1, p. 3-23, 1999.

PARTE II – ARQUEOLOGIA E SOCIEDADE

Palms and People along the Urubu River, Amazonas, Brazil

Nigel Smith

ABSTRACT

People have been transforming landscapes in Amazonia for at least 20,000 years and one way this is manifest is in the distribution and density of certain palms. At least two palms were introduced to the Urubu River in precontact times mainly for their edible fruits: caiaué (*Elaeis oleifera*) and tucumã-piranga (*Astrocaryum vulgare*). Other palms, such as tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), inajá (*Attalea maripa*), babaçu (*Attalea speciosa*), and mucajá (*Acrocomia aculeatum*) often form dense stands as a result of repeated slashing and burning forest and second growth to grow crops and to create home sites. All these palms are typically found on or near archaeological sites along the Urubu, an indication that the river landscape is largely domesticated.

INTRODUCTION

Palms are ubiquitous in Amazonia, in both upland and floodplain environments and palm diversity increases as one approaches the Andes (BALSLEV et al, 2011; KAHN et al, 1988; KRISTIANSEN et al, 2011). Approxi-

mately 150 palm species occur in the Amazon and I have notes on diverse uses of 55 palms in the Amazon portions of Brazil, Peru, and Bolivia that I have accumulated during four decades of field work. Whenever a wild plant is useful, there is a good chance that its numbers have been enriched by humans.

Of all the plant families represented in the mosaic of habitats in the Amazon, palms are arguably the most important economically and culturally. The fruits of several dozen palm species are consumed regularly in rural areas and some of them are also sold in urban markets. A few, such as açaí (*Euterpe oleracea* and *E. precatoria*) have penetrated national and international markets. In addition, many palms provide materials for construction, crafts, hunting gear, and folk medicine. Several palms in Amazonia have more than a dozen uses. Given the rich diversity of palms in floodplains drained by white, black, and clear waters, as well as uplands it is not surprising that palms should be so intricately woven into the region's cultural fabric.

Palms are a conspicuous feature of Amazonian landscapes, whether one is traveling along rivers, highways, or traversing

immense savannas. Indeed, palms are so numerous that visitors to the region often remark on their beauty and bounty. Nikolai Vavilov, the boundless Russian plant explorer, crop breeder and biogeographer, was so impressed with the abundance of palms during his visit to the eastern Amazon in 1933 that he regarded the Amazon as a “kingdom of palms” (VAVILOV, 1997, p. 142).

Over a hundred and fifty years ago, Alfred Russel Wallace, a Victorian naturalist who was hot on the trail of Darwin regarding ideas about the origin of species, also remarked on the prominence of palms in the natural history and lifeways of the Amazon. Best known for his classic works *The Malay Archipelago* (1869) and *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro* (1853), Wallace also devoted an entire book to Amazonian palms and their cultural importance: *Palm Trees of the Amazon and Their Uses* (1853).

Hunters and gatherers entered Amazonia at least 20,000 years ago, penetrating the region along various routes. These early inhabitants may have been small in numbers, but they nevertheless began altering the landscape by enriching campsites and trails with useful plants, especially fruit and nut trees. And hunters and gatherers torched savannas to facilitate hunting. Then as people started cultivating crops, landscape changes were even more dramatic when people created a mosaic of forest in various stages

of succession. Some of the fallows were managed to obtain useful products long after annual crops were harvested.

The fingerprints of such activity often persevere, even when the cultural group that wrought such changes has since moved on or disappeared. Palms are particularly conspicuous in this regard (BALÉE, 1988; GOULDING and SMITH, 2007). Dramatic evidence of such changes can be seen in the extensive patches of anthropogenic soils, ridged fields, and wild orchards of economic plants. Amazonian Dark Earths (ADE), known as *terra preta do índio* in Brazil, are the former sites of indigenous settlements and typically contain pottery or potsherds and often lithic materials. Many such sites are located in the Central Amazon, along the Amazon River and its tributaries, including the Urubu (HECKENBERGER et al, 1999; NEVES, 2007; NEVES and PETERSON, 2006). Several economic plants are considered indicator species of ADE sites, including such palms as bacaba (*Oenocarpus bacaba*), caiaué (*Elaeis oleifera*), mucajá (*Acrocomia aculeata*), inajá (*Attalea maripa*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), patauá (*Oenocarpus bataua*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*, *A. vulgare*), and urucuri (*Attalea phalerata*).

Landscape transformation is brought about deliberately and inadvertently. Deliberate re-arranging of the biological furniture includes planting the seeds of useful wild plants around settlements and in cultivated fields. As fields,

villages, and home sites are abandoned the forest eventually returns, but it is not the same as before. It has been enriched with useful species and palms are prominent in this process.

Another way that humans have increased the abundance of palms in some areas is through fire. Several palms, including babaçu (*Attalea speciosa*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum* and *A. vulgare*), and muçajá (*Acrocomia aculeata*) tolerate fire and as people cut and burn forests to clear space for their crops such species often proliferate. It so happens that fire-tolerant palms also provide a variety of useful products ranging from fruits and nuts to fiber and thatch. So although they are “weedy”, they are not necessarily a nuisance.

Many areas of the Amazon may appear pristine or primaeval, but they are actually old regrowth forests or mosaics of orchards within a forest matrix. Forests all over Amazonia and other parts of the American tropics have been re-assembled by people over an extended period of time. In the Sierra Nevada de Santa Marta in northern Colombia, for example, the woods cloaking some of the mountain slopes and ridges have been characterized as an “archaeological forest” (OYUELA-CAYCEDO, 2010). And two anthropologists working in Venezuela consider indigenous peoples of the Orinoco and Guiana highlands as “agents for creative disturbance”, rather than destroyers of the environment (ZENT and ZENT, 2004).

How much of Amazonia’s forests are anthropogenic is not known. But judging by the large number of chiefdoms in the region at the time of contact with Europeans, it is likely to be sizeable (CLEARY, 2001). And people of diverse ethnicities continue to alter the forest and other vegetation in the region. The archaeologist Michael Heckenberger, who has helped elucidate the prehistory of the Upper Xingu, captures this idea succinctly: “The Xinguano landscape is a fully saturated anthropogenic landscape, with virtually no place that is not touched and molded by human hands” (HECKENBERGER, 2005, p. 251). A growing number of scholars familiar with the historical ecology of Amazonia consider most if not all landscapes in Amazonia as domesticated to varying degrees (CLEMENT and JUNQUEIRA, 2010; ERICKSON, 2006). Indeed, one archaeologist has coined the expression “domestication of landscape” when speaking of Amazonia (Erickson, 2008), while another has posited the question “Pristine forests or cultural parkland?” (HECKENBERGER et al, 2003).

Palms are so useful in Amazonia that several species are in various stages of domestication. Peach palm (*Bactris gasipaes*) emerged as a fully-fledged crop long before the arrival of Europeans in the New World, but several others are planted. Plant domestication is a process that may start with the sparing

of trees during land clearing and progress to the care of spontaneous seedlings in home gardens and fields, the deliberate planting of seeds, and finally the selection of superior genotypes for reproduction. Not all palms, or other useful trees, necessarily progress to full domestication, however. Many linger at various points along a spectrum spanning wild to fully domesticated species.

For some time, the prevailing idea among ecologists has been that people degrade the rainforest whenever they start living there, reducing its biodiversity and even driving some plants and animals to the brink of extinction (TERBORGH, 2004). Few would argue that some of today's land use activities in the region, such as clearing forest for large-scale cattle and soybean operations and the construction of hydro-electric dams on major rivers, have destroyed vast tracts of formerly biologically-rich forest. Yet the earlier inhabitants of the region did not trigger such large-scale destruction; rather they enhanced biodiversity, as has been documented in eastern Amazonia (BALÉE, 1993,1998; POSEY, 1998). The sculpturing of nature is still going on, and Amazonian palms are testament to that creative process.

Research on cultural forests and engineered landscapes in Amazonia has revealed human influences on the region's vegetation in a wide array of habitats from upland forests to seasonally flooded savannas. Domesticated

landscapes in forested regions have been documented in Ecuador (RIVAL, 1998), the Rio Negro watershed (ALARCÓN and PEIXOTO, 2008; GUIX, 2005), the Upper Xingu (POSEY, 1998; HECKENBERGER, 2005), the Amazon estuary (ANDERSON et al, 1995; MUÑIZ-MIRET et al, 1996; SMITH, 2002; WEINSTEIN and MOEGENBURG, 2004), and the eastern fringes of the Amazon rainforest (BALÉE, 1989, 1993).

THE ECOLOGICAL AND CULTURAL SETTING OF THE URUBU WATERSHED

The Urubu is a black water river and for a long time such rivers were known as "rios de fome" because they were allegedly poor in fish due to the acidic waters and because their floodplains consisted mostly of infertile sand which is not propitious for agriculture. But as in the case of the Rio Negro, such perceptions are based on post-contact populations when most of the indigenous populations had been wiped out by introduced diseases and slave raids. Black water rivers were in fact densely settled before the arrival of Europeans and indigenous groups altered the vegetation bordering such rivers.

The Urubu has its headwaters in upland forests north of Manaus and finally joins the Amazon near Silves, some 100 km east of Itacoatiara. In the past, the Urubu took a short cut to the Amazon just upstream from

Itacoatiara, but sediment from the Amazon eventually blocked that exit and the Urubu continued on its sinuous course inland until it merged with Lago Canaçari which engulfs the island of Silves, itself a rich archaeological site. During glacial periods in the Pleistocene, the island of Silves was connected to the mainland but the rising sea levels at the close of the last major glaciation backed up the Amazon, thus creating a broad floodplain that has separated several hills from the surrounding uplands in various parts of the Amazon.

Indigenous settlements along the lower Urubu undoubtedly traded with other indigenous groups along the Amazon for such products as dried fish and turtles. In exchange they may have traded manioc flour, dugout canoes, or non-timber forest products from adjacent uplands. One thing is certain: the lower and middle Urubu River was densely settled as evidenced by archaeological sites, including impressive petroglyphs, and accounts of missionaries and expeditionary forces during the colonial period.

In 1664, for example, some 300 malocas were burned along the Urubu by military forces dispatched by the governor of Pará (JOBIM, 1949). Another account from the mid-17th century reports 700 Indian villages being ransacked by slave raiders along the Urubu; the author noted that the villages were large, “*populosa aldeas*” (DANIEL, 1976, p. 258). One

may quibble over the number of villages and whether the authors might have had motives to exaggerate their accounts. But one thing remains certain: the Urubu was densely settled during the early colonial period.

The very name of the river, “vulture”, arose because huge flocks of vultures descended on the rotting cadavers of the slain Indians. In response to relentless slave raids, surviving indigenous groups appeared to have moved inland from the Urubu where other groups undoubtedly already lived. For example, along the Aneba, an affluent of the lower Urubu, a Jesuit emissary encountered 17 Indian villages (BETENDORF, 1910, p. 493). Interfluves in the Urubu watershed likely had settlements, probably interconnected with paths as was noted with major settlement along the Amazon/Solimões at the time of contact with Europeans. So the forest was not only modified along rivers but also further inland.

In the early colonial period, the indigenous population along the lower Urubu was sufficiently dense to attract the attention of the Catholic Church. In the 17th century, the Mercedarian order established various missions along the lower Urubu in an attempt to convert indigenous peoples to Christianity and perhaps to mitigate the depredations of Portuguese commercial and power interests. The Mercedarian order arose in Spain in 1218 and was early involved in paying ran-

som to free slaves in the Mediterranean area. At least one of the Mercedarian fathers along the Urubu kept Indian slaves, however, and the Jesuits considered it acceptable to keep indigenous slaves if they were pajés (BETENDORF, 1910, p. 494-5).

The exact location of most of the Mercedarian missions along the Urubu is still a mystery, but the remains of one has been located along the lower Aneba, a left bank affluent of the Urubu and another one, probably the main one, was located at the mouth of the Urubu (ALMEIDA, 1860, p. 561). At the Nossa Senhora de Conceição mission along the lower Urubu the Mercedarian fathers kept river turtles in pens to provide meat during the annual flood season when fish and turtles are hard to find (SWEET, 1974, p. 306), a practice also followed by indigenous people along the river (BETENDORF, 1910, p. 495). By 1712, however, all the Mercedarian missions along the Urubu had closed (SWEET, 1974, p. 316), presumably because the indigenous population had largely disappeared. In 1689, for example, no people were spotted from the mouth of the Urubu for six days traveling down the Amazon; they had all been rounded up by slave raiders, fled, or died (EDMUNDSON, 1922, p.71). A similar process soon unfolded along the Urubu.

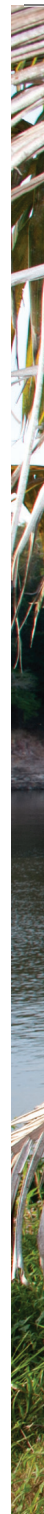
PALMS AND THE HAND OF MAN

All the palms discussed here tolerate fire to varying degrees and they all have mul-

tiples uses. At least two, caiaué (*Elaeis oleifera*) and tucumã-piranga (*Astrocaryum vulgare*), were most likely introduced to the Urubu watershed in precontact times for their edible fruits which in the case of caiaué also have medicinal value. Other palms, such as tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), mucajá (*Acrocomia aculeatum*), inajá (*Attalea maripa*), and babaçu (*Attalea speciosa*), were likely in the Urubu watershed before humans arrived but their populations have increased substantially as a result of deliberate and inadvertent human interventions in the landscape.

CAIAUÉ (*ELAEIS OLEIFERA*)

Caiaué was observed at only one location along the Urubu: opposite Caretas, an archaeological site with an impressive array of petroglyphs, mainly displaying human faces, hence the name of the site. Several caiaué palms are found on the steep bank of the Urubu opposite Caretas, mostly likely descendants of a pre-contact introduction. The palms are not growing on Amazonian Dark Earth, but they are clearly in a cultural setting. Indeed caiaué is considered an indicator species of archaeological sites (BALÉE, 1988, 1989; BARCELOS, 1986; CLEMENT et al, 2003; DE BLANK, 1952; FRASER et al, 2011; JUNQUEIRA et al, 2010a,b). *Elaeis oleifera* occurs “naturally” in floodplain forest along the Solimões and some of its tributaries, such as the Anori, and was in-





Caiaué (*Elaeis oleifera*) in the home garden of a small ranch. The sandstone rocks on the opposite shore of the Urubu River have numerous petroglyphs. An Amazonian Dark Earth (ADE) site with potsherds is on the top of the river bank above the petroglyphs. 3 4.9822 S 58 34.4072 W, Caretas, Rio Urubu, Amazonas, Brazil, 10-16-12.

Caiaué (*Elaeis oleifera*) no quintal de uma fazenda pequena. As pedras de arenito no outro lado do Rio Urubu tem muitos petroglifos. Uma terra preta do índio (Amazon Dark Earth) com cacos se encontra em cima da restinga atrás dos petroglifos. . 3 4.9822 S 58 34.4072 W, Caretas, Rio Urubu, Amazonas, 16 outubro 2012.

produced to numerous upland and floodplain sites in the Amazon in precontact times, especially in the vicinity of Tefé and along the Madeira and Maués rivers.

A cousin to the widely planted African oil palm (*Elaeis guineensis*), the oily fruits of caiaué are used to make a creamy beverage, *vinho de caiaué*, in the vicinity of Itacoatiara and other parts of Amazonas, Brazil. In Brazil and Colombia, the pale yellow oil derived from the fruits is used as a hair conditioner and to treat dandruff, and some indigenous groups anoint themselves with the oil to repel insects (PLOTKIN and BALICK, 1984). In Amazonas, Brazil, children are given a spoonful of the oil to treat severe coughs (VAN DEN BERG and SILVA, 1986).

Elaeis oleifera is more common in Amazonas, Brazil and reaches as far west as the southeastern tip of the Ecuadorian Amazon and the Iquitos area of the Peruvian Amazon. In Ecuador, American oil palm, as caiaué is known in English, is known only from a single location along a forest stream in the Province of Morona-Santiago in the southeastern part of the country (BALSLEV and HENDERSON, 1986). However caiaué is absent from southwestern portions of the basin, including Bolivia (KAHN and MEJÍA, 1986), as well as the state of Pará.

American oil palm is also found in swamp forests and wetland pastures along both coasts of Central America from Honduras southward, as well as in Colombia

and the Guianas. Some have suggested that the palm originated in the Pacific lowlands of Costa Rica but Amazonian populations contain the greatest genetic diversity of *Elaeis oleifera* (BARCELOS, 1998). American oil palm therefore most likely arose in central Amazonia and then spread into other parts of the basin and as well as the Guianas and Central America. An examination of genetic markers suggests that some of the populations of American oil palm on Amazon Dark Earth patches along the Madeira River were likely founded by indigenous groups who brought seeds from other areas in the Amazon (BARCELOS, 1998).

TUCUMÃ-PIRANGA (*ASTROCARYUM VULGARE*)

Astrocaryum vulgare is confined largely to eastern Amazonia in Pará and the border zone with Maranhão. It also ranges north into Amapá and the Guianas and south into the state of Tocantins (HENDERSON, 1995, p. 250). As its species name implies, *A. vulgare* is common, always found in second growth and in the home gardens of rural settlements. In the central Amazon, its place is taken by a cousin, *Astrocaryum aculeatum*, and their ranges brush up against each other in the Tapajós watershed.

Outlying populations of *A. vulgare* occur in the vicinity of Silves on the lower Urubu, where it is known as tucumã-piranga, the “red” tucumã to distinguish it



Astrocaryum vulgare in a home garden. The fruits turn orange when ripe. Sitio Sao Miguel, 2 49.4393 S 58 11.0351 W, Rio Urubu, near Silves, Amazonas, Brazil, 10-11-12.

Tucumã-piranga *Astrocaryum vulgare* num quintal de um ribeirão. As frutas se tornaram laranjado quando maduro. Sitio Sao Miguel, 2 49.4393 S 58 11.0351 W, Rio Urubu, near Silves, Amazonas, 11 outubro 2012.



Tucumã piranga (*Astrocaryum vulgare*) sprouting after having been cut back in a field planted to maxixe (*Cucumis anguria*). The field has been cleared and burned on an archaeological site with Amazonian Dark Earth. This is likely the western most location for *A. vulgare*. Sitio Tauaquera, 2 56.3427 S 58 30.8957 W, Aneba River, an affluent of the lower Urubu, Amazonas, Brazil, 10-20-12.

Tucumã-piranga (*Astrocaryum vulgare*) brotando depois de ser cortado numa roça plantado com maxixe (*Cucumis anguria*). A roça se encontra num sítio arqueológico com terra preta do índio. Este lugar é provavelmente o limite oeste desta espécie de palmeira. Sitio Tauaquera, 2 56.3427 S 58 30.8957 W, Rio Aneba River, afluente do baixo Urubu, Amazonas, 20 outubro 2012.





Tucumã piranga (*Astrocaryum vulgare*) proliferating in a pasture on an archaeological site. The Urubu River is in the background. Irmandade São José, 2 48.6716 S 58 13.3308 W, Amazonas, Brazil, 10-13-12.

Tucumã-piranga (*Astrocaryum vulgare*) transformando uma pastagem em um pomar. O pasto se encontra num sítio arqueológico ao longo do Rio Urubu (na distância). Irmandade São José, 2 48.6716 S 58 13.3308 W, Amazonas, 13 outubro 2012.

from the green-fruited *A. aculeatum* which is referred to as tucumã, tucumã-açu, or tucum. *A. vulgare* was most likely introduced to the Silves area in precontact times from the confluence of the Tapajós and Amazon Rivers where the present-day city of Santarém is located. The western most extension of the *A. vulgare* appears to be the Aneba River, an affluent of the lower Urubu and the western shores of Lago Canaçari, a floodplain lake fed by waters from the Amazon and Urubu Rivers a few kilometers northeast of Itacoatiara. Tucumã-piranga is found within a 25 km radius from Silves. Populations of *A. vulgare* in this isolated pocket occur as far east as Itapiranga on the banks of the Amazon. Whether *A. vulgare* extends downstream from Itapiranga remains to be determined, but the palm was not observed by the author at the confluence of the Nhamundá and Amazon Rivers in June 1994.

Tucumã-piranga was most likely introduced to the Silves area for its vitamin A-rich fruits which are still gathered today, especially by children. Fruits of *A. vulgare* contain three times as much vitamin A as carrots (CAVALCANTE and JOHNSON, 1977; CHAVES and PECHNIK, 1947; PECHNIK et al, 1947). It is true that indigenous groups in Pará extract fiber from the leaves of *A. vulgare*, such as in the Xingu watershed, but in Amazonas *A. aculeatum* is


also used to obtain fiber for fishing lines and bowstrings, as well as to make baskets and hats.

TUCUMÃ (*ASTROCARYUM ACULEATUM*)

Tucumã is a fire resistant palm that proliferates whenever people start clearing and burning forest. It is found in mature forest, but as isolated individuals that gradually succumb to the shade caste by taller trees. Although in a sense a weed, *Astrocaryum aculeatum* is also beneficial since the fruits are sought after for the thin layer of orange-yellow pulp surrounding the single seed. When the endocarp is immature it is liquid and provides a refreshing drink like coconut water.

Astrocaryum aculeatum is found in the uplands of central Amazonia, from Bolivia north to the Guianas and Trinidad (HENDERSON et al, 1995, p. 203) and is common in the Urubu watershed on disturbed sites. This spine-infested palm often occurs on patches of Amazonian Dark Earths (ADE) in the vicinity of Itacoatiara and Silves (HIRAOKA et al, 2003), further evidence of the palm's strong affinity with people.

It is easy to distinguish the two tucumã palms: *A. vulgare* has orange fruits when ripe, whereas the skins (pericarp) of *A. aculeatum* fruits are green. Furthermore,




Pole with hooked metal blade (*foice*) used for cutting down bunches of tucumã (*A. aculeatum*) fruits. The sixty-four year-old river dweller is standing next to a tucumã palm that has been charred by repeated fires she has set in her home garden. Sete Irmãos do Aneba, 2 49.2832 S 58 39.8651 W, Aneba River, AM 363 side-road to Silves from the Manaus-Itacoatiara highway, Amazonas, Brazil, 9-20-10.

Foice usando para colher frutas de tucumã (*Astrocaryum aculeatum*). Este ribeirinha, com 64 anos de idade, esta ao lado de uma tucumazeiro que foi queimado várias vezes no quintal dela. Sete Irmãos do Aneba, 2 49.2832 S 58 39.8651 W, Rio Aneba River, AM 363, Amazonas, Brazil, 9-20-10.



A seven year-old girl old, picking up tucumã fruits she has just knocked down with a slingshot. Outskirts of Taperebatuba, 2 50.1888 S 58 19.2957 W, Urubu River, Amazonas, Brazil, 10-12-12.

Uma moça colhendo frutas de tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) que ela acabou de derrubar com uma baladeira. Perto de Taperebatuba, 2 50.1903 S 58 19.2998 W, Rio Urubu, Amazonas, 12 outubro 2012

A young girl with long brown hair, shirtless, is shown from the waist up, holding a slingshot. She is aiming a charred, round tucumã fruit towards the upper right. The slingshot has a black band and green loops. The background is a natural, somewhat dry landscape with trees and fallen branches.

A seven year-old girl knocking down tucumã (*A. aculeatum*) fruits with a slingshot using charred tucumã fruits as ammunition. Outskirts of Taperebatuba, 2 50.1903 S 58 19.2998 W, Urubu River, Amazonas, Brazil, 10-12-12.


Uma moça com 7 anos de idade derrubando frutas de tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) com uma baladeira. Ela esta usando frutos de tucumã para derrubar os frutos em cima. Perto de Taperebatuba, 2 50.1903 S 58 19.2998 W, Rio Urubu, Amazonas, 12 outubro 2012.



A seven year-old girl knocking down tucumã (*A. aculeatum*) fruits with a slingshot. The charred palm is growing at the edge of field that has just been burned. Outskirts of Taperebatuba, 2 50.1903 S 58 19.2998 W, Urubu River, Amazonas, Brazil, 10-12-12.

Uma moça com 7 anos de idade derrubando frutas de tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) com uma baladeira. O tucumazeiro se encontra no periferio de uma roça e os espinhos ao longo do tronco da palmeira foram queimados. Perto de Taperebatuba, 2 50.1903 S 58 19.2998 W, Rio Urubu, Amazonas, 12 outubro 2012.





Tucuma (*Astrocaryum aculeatum*) palms in a pasture near an archaeological site. Repeated slashing and burning the second growth increases the density of the palm. 2 45.3251 S 58 2.5626 W, road to Enseada from Itapiranga, Amazonas, Brazil, 10-14-12.

Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) tomando conta de uma pastagem perto de um sítio arqueológico. Depois de varios ciclos de cortando e queimando capoeira, a densidade de tucumã aumentou. 2 45.3251 S 58 2.5626 W, estrada que liga Enseada com Itapiranga, Amazonas, 14 outubro 2012.

A. vulgare grows in clumps, whereas *A. aculeatum* is solitary. Finally, *A. aculeatum* is a little taller and has a thicker trunk with darker spines.

The fruits of *A. aculeatum* are gathered using a pole with a hooked blade (foice) or a catapult. Tucumã trunks have rings of punishing spines, so it is not practical to climb the tree. People have learned that if they wait for the mature fruits to fall to the ground, animals such as agoutis (*Dasyprocta* sp.) or pigs usually get there first. The green skin is peeled, usually with a knife, and the crunchy pulp is eaten raw. Sandwiches with white farm cheese (*queijo coalho*) and yellow-orange slices of tucumã pulp are a regional delicacy (*sanduche cabokinha*).

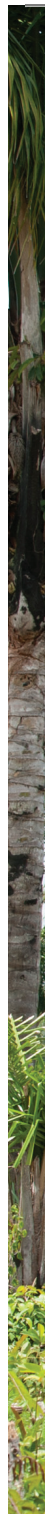
A small-scale rancher along the Urubu noted that when he burns weeds in his pasture, flames shoot up the trunks of tucumã like a sparkler as the numerous black spines ignite *en masse*. For ranchers, tucumã is a nuisance but for ribeirinhos the palm is an asset.

INAJÁ (*ATTALEA MARIPA*)

Inajá (*Attalea maripa*) is yet another palm whose numbers have increased in the wake of human settlement. Although the palm occurs as isolated individuals in forest, it can become particularly common in disturbed areas (BAAR et al,

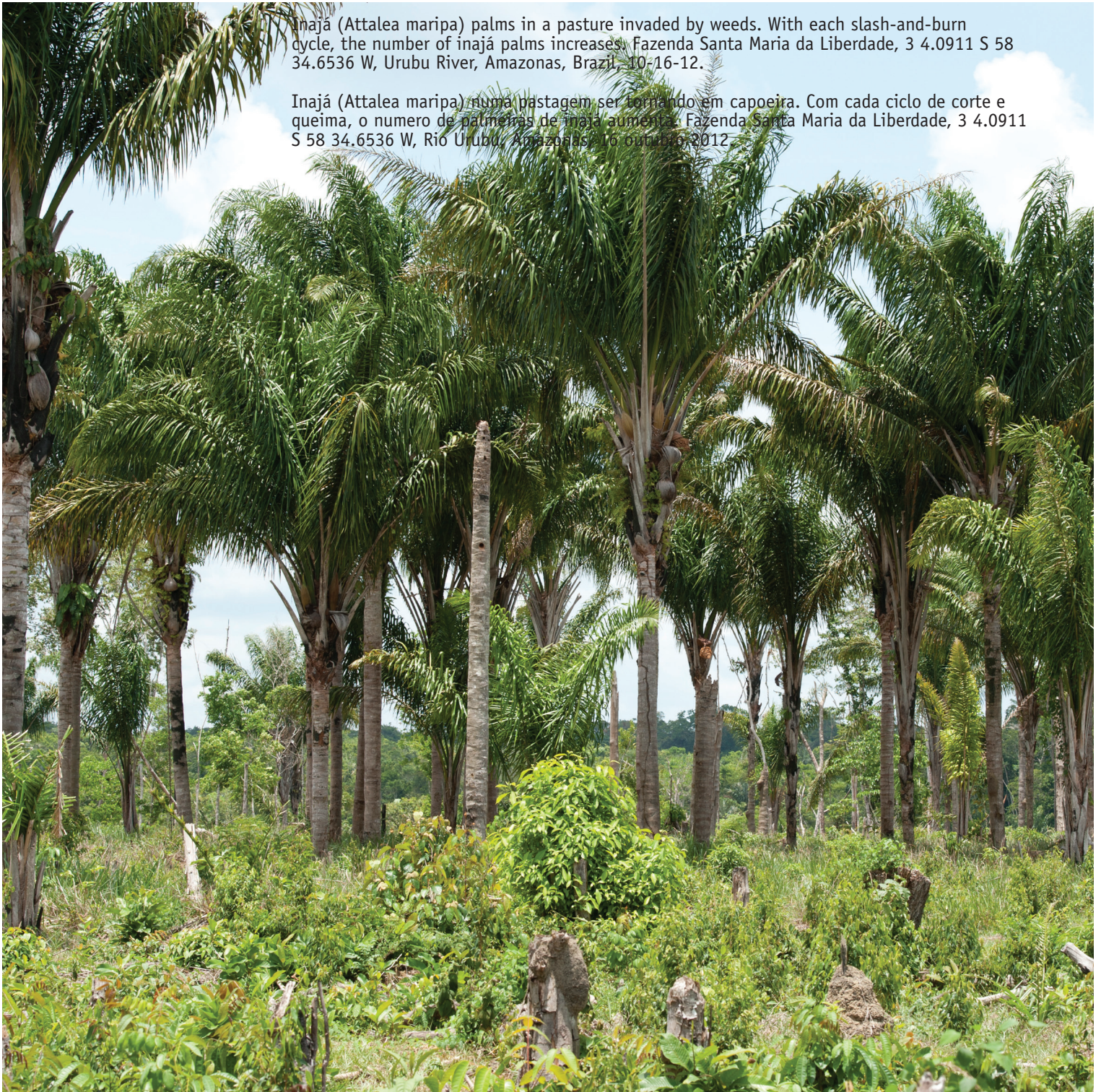
2004; HENDERSON, 1995, p. 147; LEVIS et al, 2012; SALM, 2005; SALM et al, 2005). The Ka'apor of western Maranhão consider *Attalea maripa* an indicator of cultural forests (BALÉE, 2010). Like so many other palms in Amazonia, inajá has a strong affinity with people. The palm, with its generous display of massive fronds, ranges widely in the Amazon and Orinoco Basins reaching north into the Guianas and Trinidad.

Unlike tucumã, ranchers appreciate inajá palms because they are not armed with spines and because they provide shade for livestock ((SANTOS and MITJA, 2011). Smallholders also value the palm not only because of its many fruit but also the fronds which are used for protecting boats and canoes from the equatorial sun, and for shading vegetables. A single frutescence can contain up to 2,000 fruits and up to four fruit bunches can be produced annually (FRAGOSO, 1997; HENDERSON, 2002, p. 140). Inajá is thus typically spared when farmers clear the land to plant crops and the elegant palm sometimes occurs in dense stands in the Urubu watershed and many other upland areas in Amazonia. The Gorotirê Kayapó of the Fresco River, a tributary of the Xingu, set fires to encourage groves of inajá (HECHT, 2003), and indigenous groups along the Urubu may well have done the same.



Inajá (*Attalea maripa*) palms in a pasture invaded by weeds. With each slash-and-burn cycle, the number of inajá palms increases. Fazenda Santa Maria da Liberdade, 3 4.0911 S 58 34.6536 W, Urubu River, Amazonas, Brazil, 10-16-12.

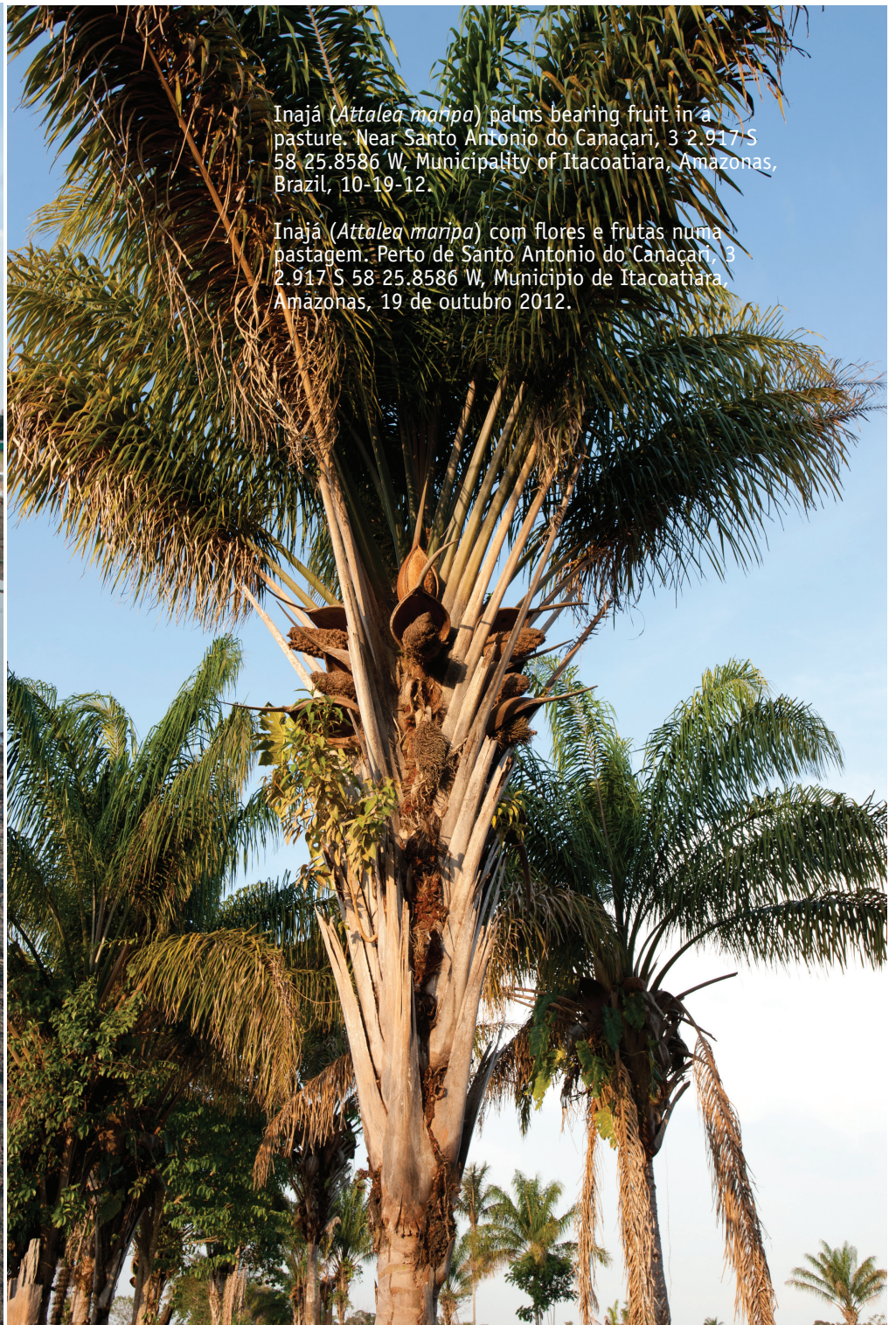
Inajá (*Attalea maripa*) numa pastagem ser tornando em capoeira. Com cada ciclo de corte e queima, o numero de palmeiras de inajá aumenta. Fazenda Santa Maria da Liberdade, 3 4.0911 S 58 34.6536 W, Rio Urubu, Amazonas, 10 outubro 2012.



Fronde of inajá (*Attalea maripa*) palm covering a canoe to protect it from the sun. Lake bed during the dry season. Santo Antonio do Canaçari, 3 2.56 S 58 25.5547 W, Lago Canaçari, near Itacoatiara, Amazonas, Brazil, 10-19-12.

Folhas de inajá (*Attalea maripa*) cobrindo uma canoa para proteção contra o sol. Leito de um lago durante o verão (estação seco). Santo Antonio do Canaçari, 3 2.56 S 58 25.5547 W, Lago Canaçari, perto de Itacoatiara, 10-19-12.





Inajá (*Attalea maripa*) palms bearing fruit in a pasture. Near Santo Antonio do Canaã, 3° 2.917' S 58° 25.8586' W, Municipality of Itacoatiara, Amazonas, Brazil, 10-19-12.

Inajá (*Attalea maripa*) com flores e frutas numa pastagem. Perto de Santo Antonio do Canaã, 3° 2.917' S 58° 25.8586' W, Município de Itacoatiara, Amazonas, 19 de outubro 2012.

PALHA BRANCA (*ATTALEA SPECIOSA*)

Palha branca (*Attalea speciosa*) is a quintessential fire-adapted palm. When the seeds sprout they first tunnel underground before reaching for the surface. Known technically as cryptogeal germination (ANDERSON et al, 1991, p. 71), the seedlings thus survive all but the most intense fires. Small scale farmers and ranchers generally appreciate babaçu, as the palm is known in other parts of Brazil, because its fronds are useful for thatching houses and huts and for protecting canoes from the sun. The nuts are edible and are crushed to obtain oil for cooking.

The large, oblong fruits some 10 cm long and 7 cm diameter are born in hanging clusters that can contain up to 1,000 fruits. Uauassú, an old name for the palm in the Brazilian Amazon, means large fruit, from *uau* (fruit), and *assú* or *açu* which means large (WALLACE, 1853, p. 118). The nuts, usually three per fruit, are eaten as a snack, either whole or after being crushed and mixed with manioc flour. The hard endocarp has to be split open with an ax to obtain the elongated nuts. A river dweller at Sangaua, a small community along the Urubu River in Amazonas, is particularly fond of drinking black coffee along with the pounded nuts that have been stirred into a bowl or cup of manioc flour.

Attalea speciosa proliferates in upland areas of eastern and southern Amazonia, and occurs in isolated pockets in secondary forest in the central Amazon. In the eastern fringe of the Amazonia in Maranhão, where the dry season is more pronounced and the forest is more susceptible to fire, the palm forms extensive stands called *babaçuais* that cover some 330,000 sq km, about a third of the state (PINHEIRO and FRAZÃO, 1995). In Amazonas, rural folk call the palm palha branca and designate a stand of the palm as a *palhal*.

MUCAJÁ (*ACROCOMIA ACULEATA*)

Mucajá is another fire tolerant palm that proliferates when the forest is disturbed, especially in areas with a pronounced dry season. Mucajá is widespread in the Urubu watershed and many other parts of the Amazon after people have been cutting and burning the forest to establish fields (*roças*) and settlements for thousands of years. Also referred to as macaúba in Amazonas and Mato Grosso, *A. aculeata* is never found in mature forest. It is particularly common in eastern and southern Amazonia because the pronounced dry season facilitates fires. Mucajá is often associated with Amazon Dark Earth (ADE) sites in the Brazilian Amazon (BALÉE, 1988; HIRAOKA et al, 2003).

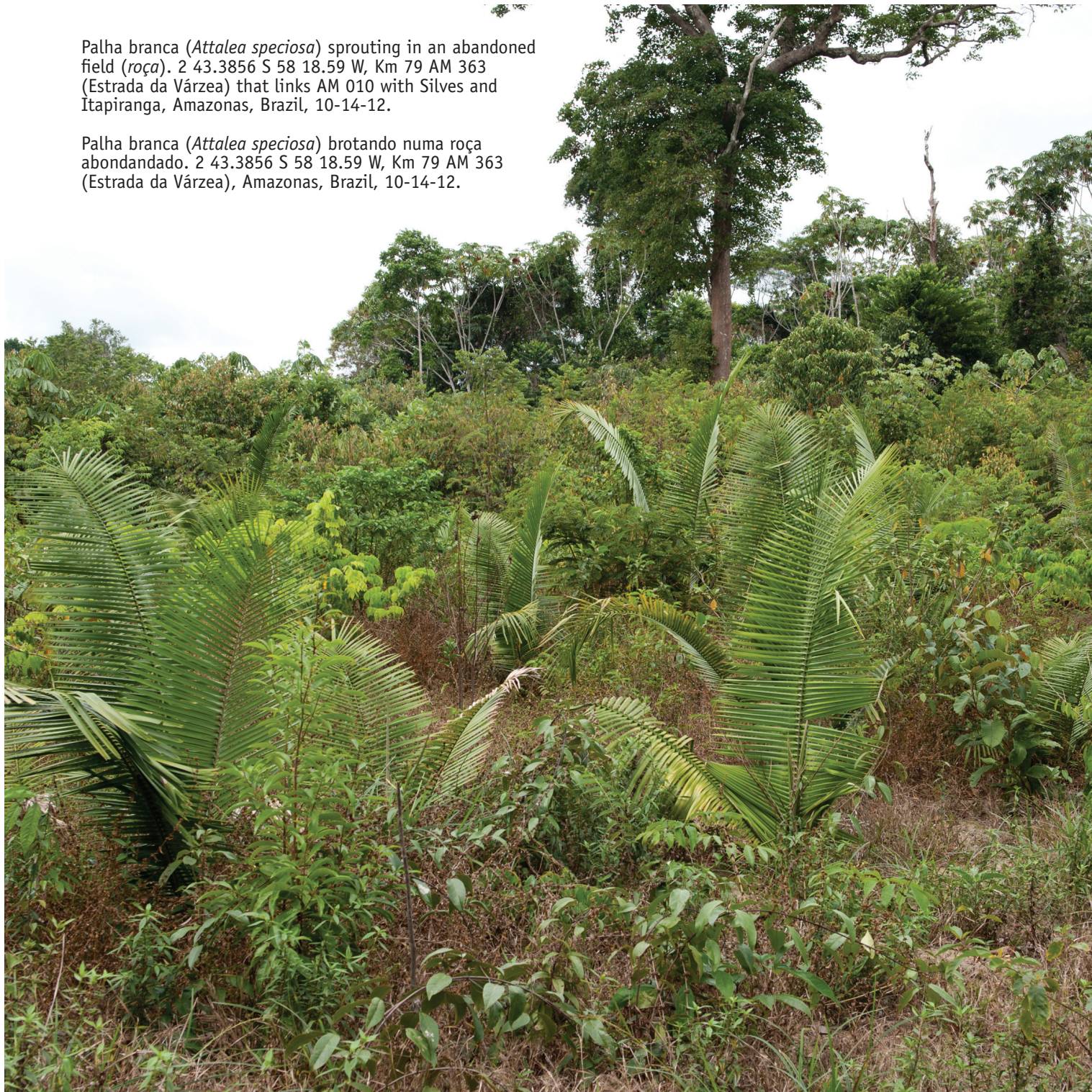



Palha branca (*Attalea speciosa*) in fruit in cleared forest. 2 43.3739 S 58 18.6181 W, Near Silves, Amazonas, Brazil, 10/11/12.

Palha branca (*Attalea speciosa*) com frutas numa capoeira. 2 43.3739 S 58 18.6181 W, perto de Silves, Amazonas, 14 outubro 2012.

Palha branca (*Attalea speciosa*) sprouting in an abandoned field (*roça*). 2 43.3856 S 58 18.59 W, Km 79 AM 363 (Estrada da Várzea) that links AM 010 with Silves and Itapiranga, Amazonas, Brazil, 10-14-12.


Palha branca (*Attalea speciosa*) brotando numa roça abandonada. 2 43.3856 S 58 18.59 W, Km 79 AM 363 (Estrada da Várzea), Amazonas, Brazil, 10-14-12.





Farm house thatched with palha branca (*Attalea speciosa*). The farmer will plant manioc in this clearing which will likely facilitate the establishment of fire-tolerant palms. 2 43.1349 S 58 18.3119 W, Km 80 AM 363 near Itapiranga, Amazonas, Brazil, 10-14-12.

Casa de um pequeno produtor coberto com folhas de palha branca (*Attalea speciosa*). A família vai plantar mandioca na roça recém-queimada e com tempo este processo favorece certas palmeiras, como palha branca. 2 43.1349 S 58 18.3119 W, Km 80 AM 363 perto de Itapiranga, Amazonas, Brazil, 14 outubro 2012.



Mucajá (*Acrocomia aculeata*) singed but not killed by a fire set on the outskirts of a village. Fire-tolerant tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) palms can be seen in second growth in the background. These palms are growing on an archaeological site. Pontão, 2 49.964 S 58 11.478 W, Lago Canaçari, near Silves, Amazonas, Brazil, 9-21-10.

Mucajá (*Acrocomia aculeata*) sobrevive bem as queimadas. Sítio arqueológico, Pontão, 2 49.964 S 58 11.478 W, Lago Canaçari, perto de Silves, Amazonas, Brasil, 9-21-10.

A twelve year-old girl gathering
muçajá (*Acrocomia aculeata*) fruits in
her village. Pontão, 2 49.9608 S 58
11.5183 W, Urubu River near Silves,
Amazonas, Brazil, 10-11-12.

Uma moça de 12 anos de idade
colhendo frutas de muçajá (*Acrocomia
aculeata*) na sua vila pequena. Pontão,
2 49.9608 S 58 11.5183 W, Rio Urubu
River perto de Silves, Amazonas,
Brazil, 11 de outubro 2012.





A five year-old girl eating a mucajá (*Acrocomia aculeata*) fruit that she has gathered from the ground underneath a palm in her village. Pontão, 2 49.9546 S 58 11.5031 W, Urubu River near Silves, Amazonas, Brazil, 10-11-12.

Uma moça de 5 anos comendo fruta de mucajá (*Acrocomia aculeata*) que ela colheu do chão na sua vila pequena. Pontão, 2 49.9546 S 58 11.5031 W, Rio Urubu perto de Silves, Amazonas, 11 outubro 2012.

Mucajá ranges from Mexico, where it is known as coyol, south to Argentina, as well as the Antilles (HENDERSON, 1995, p. 162; ZONA et al, 2003). Some authorities suggest that people introduced the palm into Central American from South America in precontact times (MORCOTE-RIOS and BERNAL, 2001). Throughout its extensive range, the main use of *Acrocomia aculeata* is the fruits which are eaten fresh. The fruits are sometimes rubbed together to soften the pulp. In some areas, such as near Itapiranga, a small town on the north bank of the Amazon River downstream from Silves, locals make unfermented juice from the fruits called *vinho de mucajá*. The ancient inhabitants of the Urubu undoubtedly did the same. The Tapirapé who live in the Araguaia watershed in eastern Amazonia boil the fruits to soften the pulp which is then cooked in water to make a refreshing nut-flavored drink (BALDUS, 1970, p. 193).

The fruits are knocked down using catapults or poles, or simply gathered from the ground when they fall by themselves. The trunk cannot be climbed to retrieve the fruits because of the spines. Several Amazonian palms have evolved spines so that terrestrial predators leave the fruits alone while they are maturing. When the fruits are ripe, they drop to the ground and dispersal agents scatter the fruits.

The palm is typically spared when clearing sites for home gardens or fields, and even pasture, because cattle also relish the fruits. Cattle ingest the entire fruit, later defecating the seeds and thus serving as dispersal agents for the palm (YAMASHITA, 1997). Another reason why the palm is typically spared is because the fruits are fed to pigs.

In the 19th century, the botanist Richard Spruce observed that mucajá palms in the interior of Pará were only found in open situations near dwellings, and he considered them to have been planted (SPRUCE, 1871). Although most *Acrocomia aculeata* are not planted, they are nevertheless “social” palms, whose lives are tied tightly to human affairs. Over a century ago, the American botanist Orator Fuller Cook considered the palm an indicator of human disturbance in Central America (COOK, 1909, p. 12).

REFERENCES

ALARCÓN, J. G. S.; A. L. PEIXOTO. Use of terra firme forest by Caicubi caboclos, Middle Rio Negro, Amazonas, Brazil: a quantitative study. **Economic Botany**, v. 62, n.1, p. 60-73, 2008.

ALMEIDA, C. M. **Memorias para a Historia do extinto Estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Typ. do Comercio, 1860.

- ANDERSON, A. B.; P. H. MAY; M. J. BALICK. **The subsidy from nature:** palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier. New York: Columbia University Press, 1991.
- ANDERSON, A. B. et al. Forest management patterns in the floodplain of the Amazon estuary. **Conservation Biology**, v. 9, n. 1, p. 47-61, 1995.
- BAAR, R. et al. Floristic inventory of secondary vegetation in agricultural systems of East-Amazonia. **Biodiversity and Conservation**, v. 13, p. 501-528, 2004.
- BALDUS, H. **Tapirapé:** Tribo Tupí no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- BALÉE, W. Indigenous adaptation to Amazonian palm forests. **Principes**, v. 32, n. 2, p. 47-54, 1988.
- BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazonia brasileira. In: NEVES, W. A. (Ed.). **Biologia e ecologia humana na amazonia:** avaliação e perspectivas. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi 1989. p. 95-109.
- _____. **Footprints of the forest:** ka'apor ethnobotany- the historical ecology of plant utilization by an amazonian people. New York: Columbia University Press, 1993.
- _____. **Historical ecology:** premises and postulates. In: BALÉE, W. (Ed.). *Advances in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, 1998. p. 13-29.
- _____. Contingent diversity on anthropic landscapes. **Diversity**, v. 2, p. 163-181, 2010.
- BALSLEV, H.; HENDERSON, A. *Elaeis oleifera* (Palmae) encontrada en el Ecuador. **Publicaciones Museo Ecuatoriano de Ciencias Naturales**, v. 5, p. 45-49, 1986.
- _____. et al. Species diversity and growth forms in tropical American palm communities. **Botanical Review**, v. 77, p. 381-425, 2011.
- BARCELOS, E. **Características Genético-Ecológicas de Populações Naturais de Caiaué (*Elaeis oleifera*, H.B.K., Cortés) na Amazônia Brasileira.** Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Universidade do Amazonas, 1986.
- _____. Étude de la diversité génétique du genre *Elaeis* (*E. oleifera* (Kunth) Cortés et *E. guineensis* Jacq.) pour marqueurs moléculaires (RFLP et AFLP). Doctoral (Dissertation)-- École Nationale Supérieure Agronomique, Montpellier, 1998.
- BETENDORF, João Felipe. Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, v. 72, n. 1, p.1-682, 1910.

CAVALCANTE, P.B.; D. JOHNSON. Edible palm fruits of the Brazilian Amazon. **Principes**, v. 21, n. 3, p. 91-102, 1977.

CHAVES, J. M. and E. PECHNIK. 1947. Tucumã. *Revista de Química Industrial* 16 (184): 5-19.

CLEARY, D. Towards an environmental history of the Amazon: from prehistory to the nineteenth century. **Latin American Research Review**, v.36, n.2, p. 65-96, 2001.

CLEMENT, C. R.; JUNQUEIRA, A. B. Between a pristine myth and an impoverished future. **Biotropica**, v.43, n. 5, p. 534-536, 2010.

CLEMENT, C. R.; MCCANN, J. M.; SMITH, N. J. H. Agrobiodiversity in Amazonia and its relationship with dark earths. In: J. LEHMANN et al (Ed.). **Amazonian dark earths**: origin, properties, management. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 159-178.

COOK, O. F. **Vegetation Affected by Agriculture in Central America**. Washington, D.C.: U.S. Department of Agriculture, Bureau of Plant Industry, Bulletin 145. 1909.

DANIEL, J. 1976. **Tesouro Descoberto no Rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. v. 1.

DE BLANK, S. A reconnaissance of the American oil palm *Elaeis melanococca* (Gaertner (em. Bailey) = *Corozo oleifera* (Giseke)

Alfonsia oleifera (H.B.K.). **Tropical Agriculture**, v. 29, p. 90-101, 1952.

ERICKSON, C. L. The domesticated landscapes of the Bolivian Amazon. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. L. (Ed.). **Time and Complexity in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 2006.

EDMUNDSON, George. **Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the River of the Amazons between 1686 and 1723**. London: Hakluyt Society, 2nd Series, n. 51, 1922.

FRAGOSO, J. M. V. Tapir-generated seed shadows: scale-dependent patchiness in the Amazon rain forest. **Journal of Ecology**, v. 85, p.519-529, 1997.

FRASER, J. A.; A. B. JUNQUEIRA; C. R. CLEMENT. Homegardens on Amazonian Dark Earths, non-anthropogenic upland, and floodplain soils along the Brazilian middle Madeira River exhibit diverging agrobiodiversity. **Economic Botany**, v. 65, n. 1, p. 1-12, 2011.

GOULDING, M.; SMITH, N. **Palms: sentinels for Amazon conservation**. Lima, Amazon Conservation Association (ACA)/Missouri Botanical Garden. 2007.

GUIX, J.C. Evidence of old anthropic effects in forests at the confluence of the Caurés and Negro Rivers, NW Amazonia: the role of Indians and caboclos. **Série Documentos**, v. 8, n.1, p. 1-27, 2005.

- HECKENBERGER, M.J. The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000. New York: Routledge, 2005.
- _____; PETERSON, J. B.; NEVES, E. G. Villages size and permanence in Amazonia: two archaeological examples from Brazil. **Latin American Antiquity**, v. 10, n.4, p. 353-376, 1999.
- _____. et al. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? **Science**, v. 301, p.1710-1712, 2003.
- HECHT, S. B. Indigenous soil management and the creation of Amazonian Dark Earths: Implications of Kayapó practices. In: LEHMANN, Johannes; KERN, Dirse C.; GLASER, Bruno; WOODS, William I. **Amazonian Dark Earths: origin, properties, management**. (Ed.). Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 355-372.
- HENDERSON, A. **The Palms of the Amazon**. New York: Oxford University Press, 1995.
- _____. **Evolution and Ecology of Palms**. New York: The New York Botanical Garden Press, 2002.
- _____; GALEANO, G.; BERNAL, R. **Field Guide to the Palms of the Americas**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- HIRAOKA, M. et al. Contemporary use and management of Amazonian Dark Earths. In: LEHMANN, J.; KERN, D. C. B.; GLASER, W. WOODS. **amazonian dark earths: origin, properties, management**. (Ed.). Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 387-406.
- JOBIM, A. **Monografia Geográfica do Estado do Amazonas**. Manaus: Papelaria Velho Lino, 1949.
- JUNQUEIRA, A. B.; SHEPARD, G. H.; CLEMENT, C. R. Secondary forests on anthropogenic soils in Brazilian Amazonia conserve agrobiodiversity. **Biodiversity Conservation**, v. 19, p. 1933-1961, 2010a.
- _____. Secondary forests on anthropogenic soils of the middle Madeira River: valuation, local knowledge, and landscape domestication in Brazilian Amazonia. **Economic Botany**, v. 65, n.1, p. 85-99, 2010b.
- KAHN, F.; K. MEJÍA. The American oil palm, *Elaeis oleifera*, in Peruvian Amazonia. **Principes**, n. 30, p. 182, 1986.
- _____; _____. CASTRO, A. Species richness and density of palms in terra firme forests of Amazonia. **Biotropica**, v. 20, n. 4, p. 266-269, 1988.
- KRISTIANSEN, T. et al. Local and regional palm (Arecaceae) species richness patterns and their cross-scale determinants in the western Amazon. **Journal of Ecology**, v. 99, p. 1001-1015, 2011.

LEVIS, C. et al. Historical human footprint on modern tree species composition in the Purus-Madeira interfluvium, Central Amazonia. **PLOS One**, v. 7, n. 11, p. 1-10, 2012.

MORCOTE-RIOS, G.; BERNAL, R. Remains of palms (Palmae) at archaeological sites in the New World: a review. **Botanical Review**, v. 67, n. 3, p. 309-350, 2001.

MUÑIZ-MIRET, N. et al. The economic value of managing açai palm (*Euterpe oleracea* Mart.) in the floodplains of the Amazon estuary, Pará, Brazil. **Forest Ecology and Management**, v. 87, p. 163-173, 1996.

NEVES, E.G. El Formativo que nunca terminó: la larga historia de estabilidad en las ocupaciones humanas de la Amazonía central. **Boletín de Arqueología**, v.11, p. 117-142, 2007.

_____; PETERSON, J.B. Political economy and pre-Columbian landscape transformations in central Amazonia. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C.L. (Ed.), **Time and Complexity in Historical Ecology**, New York: Columbia University Press, 2006. p. 279-309.

OYUELA-CAYCEDO, A. The forest as a fragmented archaeological artifact. In: DEAN, R. M. (Ed.). **The Archaeology of Anthropogenic Environments**. Carbondale, Center for Archaeological Investigations: Southern Illinois University, 2010. p. 75-94. Occasional Paper 37.

PECHNIK, E. et al. Possibilidade de aplicação do buriti e tucumã na indústria alimentar. **Arquivos Brasileiros de Nutrição**, v. 4, n.1, p. 33-37, 1947.

PINHEIRO, C. U. B.; FRAZÃO, J. M. F. Integral processing of babassu palm (*Orbignya phalerata*, Arecaceae) fruits: village level production in Maranhão. **Economic Botany**, v. 49, n.1, p. 31-39, 1995.

PLOTKIN, M. and M. J. BALICK. 1984. Medicinal uses of South American palms. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 10, p. 157-179.

POSEY, D.A. Diachronic ecotones and anthropogenic landscapes in Amazonia: contesting the consciousness of conservation. In: BALÉE, W. (Ed.). **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 104-118.

RIVAL, L. Domestication as a historical and symbolic process: wild gardens and cultivated forest in the Ecuadorian Amazon. BALÉE, W. (Ed.), **Advances in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 1998. p. 232-250.

SALM, R. The importance of forest disturbance for the recruitment of the large arborescent palm *Attalea maripa* in a seasonally-dry Amazonian forest. **Biota Neotropica**, v.5, n.1, p. 35-41, 2005.

SALM, R., E. JALLES-FILHO, and C. SHUCK-PAIM. 2005. A model for the importance

- of large arborescent palms in the dynamics of seasonally-dry Amazonian forests. **Biota Neotropica**, v. 5, n.2, p. 1-6.
- SANTOS, A. M.; MITJA, D. Pastagens arborizadas no projeto de assentamento Benfica, Município de Itupiranga, Pará, Brasil. **Revista Árvore** v. 35, n.4, p. 919-930, 2011.
- SMITH, N.J.H. **Amazon Sweet Sea**: land, life, and Water at the River's Mouth. Austin: University of Texas Press, 2002.
- SPRUCE, R. Palmae Amazonicae, sive Enumeratio Palmarum in itinere suo per regiones Americae Equitoriales lectarum. **Journal of the Linnean Society of London Botany**, v. 11, p. 65-183, 1871.
- SWEET, D. G. **A rich realm of nature destroyed**: the middle Amazon Valley, 1640-1750. Madison: University of Wisconsin, 1974.
- TERBORGH, J. **Requiem for Nature**. Washington, D.C.: Island Press, 2004.
- VAN DEN BERG, M. A.; SILVA, M. H. Plantas medicinais do Amazonas. In: SIMPÓSIO DO TRÓPICO UMIDO, 1., **Anais...** 1984, Belém. EMBRAPA, 1986. v. 2, pp. 127-133.
- VAVILOV, N. I. **Five Continents**. Rome: International Plant Genetic Resources Institute, 1997.
- WALLACE, A. R. **Palm Trees of the Amazon and their Uses**. London: John Van Voorst, 1853.
- WEINSTEIN, S; MOEGENBURG, S. Açaí palm management in the Amazon estuary: course for conservation or passage to plantations? **Conservation and Society**, v. 2, n.2, p. 315-346, 2004.
- YAMASHITA, C. Anodorhynchus macaws as followers of extinct megafauna: an hypothesis. **Ararajuba**, v.5, n. 2 p. 176-182, 1997.
- ZENT, E.L.; ZENT, S. Amazonian Indians as ecological disturbance agents: the Hoti of the Sierra de Maigualida, Venezuelan Guayana. In: CARLSON, T.S.; MAFFI, L. (Ed.). **Ethnobotany and Conservation of Biocultural Diversity**, Advances in Economic Botany, Bronx: New York Botanical Garden, 2004. p. 79-112. v. 15.
- ZONA, S.; JAMES, A.; MAIDMAN, K. The native palms of Dominica. **Palms**, v. 47, v. 3, p. 151-157, 2003.

Terreiros florísticos pré-cabralianos no Amazonas

Carlos Augusto da Silva

RESUMO

Este ensaio trata dos olhares da composição de árvores frutíferas, que possivelmente são heranças das populações humanas as quais manejaram ambientes nos dois ecossistemas do grande Rio Amazonas, ao longo do tempo. É o que se tem observado nas áreas de várzea e de terra firme em relação a processos de construção de paisagens por meio de interações dos gêneros humanos que as utilizavam em seus *habitats*; hoje é comum serem encontradas áreas de árvores que foram cultivadas ou domesticadas pelas ações humanas na região. O projeto atualmente vem sendo desenvolvido por vários pesquisadores na estrada de várzea que liga a capital Manaus aos municípios do baixo Rio Amazonas, aonde as pesquisas vêm mostrando que existem vários artefatos de origem pré-cabralina, como são os vasos cerâmicos e líticos. Por sua vez, as árvores que existem nos sítios arqueológicos podem ser consideradas como verdadeiras testemunhas da história daquelas populações humanas, ou seja, são florestas que no passado foram terreiros onde havia os grandes eventos. É a

pretensão deste texto descrever essa ocupação por meio dos olhares e dos testemunhos de moradores que de certa forma vêm conservando esse patrimônio ancestral.

INTRODUÇÃO

Na Amazônia dos últimos eventos climáticos que ocorreram na transição do período geológico Pleistoceno para o Holocênico, as populações humanas já interagiam com o meio ambiente deixando configurações fixadas em áreas de terras altas ou terras baixas, conforme Ozorio (2011, p. 136-140).

Nas áreas de terras altas, as populações humanas gradativamente foram impondo ao ambiente uma maneira de recolher proteínas existentes nessas áreas; porém, para a devida colheita, seria necessário construir instrumentos capazes de serem manuseados nos ambientes próximos de seus *habitats*, assim; hipoteticamente, o primeiro recurso com que as sociedades ameríndias pré-colombianas depararam e foi utilizado, podem ter sido pequenos fragmentos de rochas coletados nas áreas de rochedo, nas

praias dos rios ou na área costeira do oceano Atlântico; nesses ambientes, há resíduos de rochas fragmentados por ações naturais; o segundo recurso foi o florístico, pois, nos dois ecossistemas de terra firme e de várzea, durante a subida, a cheia, a descida e a seca dos rios, há abundâncias de frutos comestíveis de elevados graus de vitaminas.

O presente ensaio tem como pauta descrever por meio de olhares os monumentos deixados em áreas de terras firmes e de várzeas pelas populações humanas, que se adaptaram aos dois ecossistemas, os quais, por sua vez, estão distribuídos em beira de rios, igarapés, lagos, paranás, furos e áreas interflúvios. Nesses ambientes, as sociedades humanas deixaram testemunhos significativos, que podem contribuir para o imaginário das sociedades humanas contemporâneas.

RIOS DE ÁGUAS BRANCAS

No Estado do Amazonas, pelas suas dimensões continentais, há exuberâncias de rios cor de vinho de jenipapo, isto é, são rios de águas brancas, os quais são berçários de espécies de peixes de todas as espécies, além de, na subida ou na descida das águas, deixarem centenas de praias; e, na subida das águas, recriarem os igapós. Nas praias, há interações entre o homem e os animais que interagem por meio de

percepções de forma que cada indivíduo tem plena liberdade para retirar das praias novas vidas, como é o caso dos quelônios, que são ocupantes assíduos de praias.

Por outro lado, o homem também retira das praias as vitaminas necessárias para a temporada de cheias dos rios. Já os igapós parecem ser a paisagem que contempla as vidas, pois, uma vez por ano, as águas as renovam; é no igapó que as populações de aves, como é o caso da cigana – sobre cuja cabeça há uma penugem representando a rainha do igapó –, a cada algazarra que fazem, soltam porções de excrementos, e os peixes como as sardinhas, os pacus, as pirapitingas se deliciam dessas sobras transformadas em refeições de alto teor calórico.

No igapó há variedade de árvores que, no período da subida das águas, liberam nessa época frutos que são ingeridos pelos peixes, aves, macacos e outros. Nesse período, os frutos, devido à temperatura, espocam, provocando sons que são similares aos de sirenes; ou se desprendem das árvores, também produzindo sons similares a assobios humanos ou símios. Esses sons são a essência da exuberante biodiversidade da região, em que os espaços são conquistados pelas diferenças de cheiros ou de sabores. Foi com esses adjetivos produzidos pelas praias e pelos igapós que possivelmente as sociedades pré-colombianas se serviram durante milênios.

Esse processo ocorreu à medida que os navegantes subiam os rios e foram gradativamente colonizando as cabeceiras dos de águas pretas, que são muito parecidos com o vinho de açaí. Quanto a isso, sobre os primeiros colonizadores que desceram ou subiram o grande Rio Amazonas-Solimões, há informações de que as margens deste eram repletas de edificações humanas de extensão fabulosa (Ugarte, 2009, p. 419). Ademais, em alguma paragem, havia uma sequência de aldeias que desciam ou subiam o rio; e, em algumas delas, existia algo similar a estradas que, possivelmente, levavam a outras aldeias, a pomares ou a grandes áreas de cultivos.

Parece que as descrições dos primeiros viajantes europeus na região têm detalhes que vêm sendo corroborados por vestígios arqueológicos identificados nas margens dos rios de águas *brancas e pretas*. Outrossim, as sociedades humanas haviam elaborado uma indústria cerâmica interessante, pois esta demonstra dados icnográficos importantes de como interpretar o modo de vida dessas populações ameríndias pré-colombianas.

A ARQUEOLOGIA NA AMAZÔNIA

Antes de frisar sobre a arqueologia no Estado do Amazonas, é interessante fazer

um pequeno salto ao interior da *arqueologia da Amazônia*, pois há uma extensa literatura a seu respeito, porém os estudos são praticamente restritos a áreas localizadas, o que, na acepção de Neves (1999, p. 359), remete a décadas de sua existência. Essas primeiras pesquisas recaem em mãos e sob os olhares de naturalistas brasileiros e estrangeiros. É, assim que surgiu o primeiro personagem.

A arqueologia na Região Amazônia inicialmente foi liderada por mãos de um brasileiro, natural de Minas Gerais, na segunda metade do século XIX. O pioneirismo em observar o legado da história das populações ameríndias pretéritas coube ao naturalista Domingos Ferreira Penna. E, na sequência, outros naturalistas se debruçaram sobre o legado dessas populações; entre eles estão João Barbosa Rodrigues, Aureliano Lima Guedes, Ladislau Netto, Charles Hartt e Orville Derby, segundo Neves (1999) e Cunha (1989). Foram recepcionados pela ampla assertiva de pesquisas de Ferreira Penna. A tabela 1 abaixo se refere às prospecções no vale amazônico, cujos dados foram compilados por Cunha (1989), sobre as investidas no sentido de recolher coleções arqueológicas e depositar no espaço, o que mais tarde foi transformado no Museu Paraense Emílio Goeldi.

Tabela - 1. Excursão de Ferreira Penna no Vale Amazônico

n.º	Ano	Localidade	Relatos
01	1863-1864	Baixo Rio Tocantins, Breves, Rio Anapu e área da foz do rio Pará.	Nos meses de dezembro e janeiro a serviço do Governo Provincial (PA).
02	1867-1868	Área do baixo Rio Negro e adjacente em Manaus-AM.	Realizado quando assumiu a Secretaria do Governo Provincial do Amazonas.
03	1868	Áreas de Óbidos, Alenquer, Faro, Alter do Chão, Vila Franca, Ererê, calha do Rio Tapajós e Itaituba.	A expedição foi sob o comando do Governo Provincial do Pará, nos meses de fevereiro a maio.
04	1871	Região da Ilha de Marajó, lago Arari, sítio de Pacoval e nas fazendas de gado.	A excursão foi realizada em conjunto com o diretor do Museu Paraense, nos dias 03 a 15 de novembro de 1871.
05	1872	Ilha de Marajó, prospectando as seguintes localidades: - Lago Arari e o sítio arqueológico Pacoval; - Gurupá, Macapá, rio Xingu, as Cachoeiras do rio Paru e Almerim; - Rios Tauaré, Aramacu, Jari e as cachoeiras Cajari, Maracá; e o rios Mazagão, Anajás, Aramá e o furo Jaburu.	A expedição de cunho científico partiu do Governo Provincial do Pará. O objetivo era promover estudos, aspectos geográficos e arqueológicos; ocorreu de janeiro a março, acompanhada do diretor do Museu Paraense.
06	1872	Retorno à Ilha de Marajó, rios Maracá, Almerim, Gurupá, Jari, Porto de Moz, Ilha Santana e litoral do Amapá.	A expedição objetivava estudar os sítios arqueológicos, urnas funerárias existentes nos locais onde foram erguidos fortes militares a partir do século XVII.
07	1873	Região do Marajó, prospectando sítios arqueológicos próximos do lago Arari, do Pacoval e Santa Izabel.	A excursão, segundo Cunha (1987), foi de caráter particular.
08	1874-1875	Ilha de Marajó	A excursão foi realizada em duas etapas: a primeira em 1874; a segunda em 1875. A proposta era coletar dados sobre aspectos geográficos, históricos, demográficos e estatísticos. A excursão foi custeada pelo Governo do Pará.
09	1876	Região do Baixo Rio Tocantins e Cametá.	Visita aos sambaquis que afloravam na área.
10	1876	Litoral Leste do Pará, Salinas, São João de Pirabas.	Objetiva estudar os sambaquis. Foi nessa expedição que se identificaram fósseis aflorando, que foram estudados por Charles White e O. Derby.
11	1876	Retorna ao litoral do Pará	Estudar os sambaquis de Curuçá e Jassapetuba.
12	1877	Área do baixo Rio Amazonas, no município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas; e no município de Óbidos, no Estado do Pará.	Intervenção no sítio arqueológico “Miracanguera”, conforme Cunha (1987), nas mediações da boca do Rio Madeira, além dos sítios Itacoatiara e Óbidos.
13	1877	Litoral do Estado do Amapá, rios Oiapoque e Maracá e em algumas áreas de Marajó.	Em busca de informações sobre a existência de vestígios pretêritos.
14	1877	Área do Rio Maracá, no Amapá.	Intervenção nos sítios arqueológicos no Amapá.

15	1877	Realização de duas viagens à Ilha de Marajó.	Com o objetivo de coletar informações sobre os remanescentes das tribos do Aruans.
16	1879	Excursão ao baixo Xingu, incluindo as primeiras cachoeiras de Itamaracá.	O objetivo era retirar os negativos das pinturas rupestres ali existentes.
17	1882	Excursão aos sítios arqueológicos Pacoval e Santa Izabel (Ilha de Marajó) e a outros existentes na área.	Possivelmente a antepenúltima excursão de Ferreira Penna; nela estava o Dr. Ladislau Neto, em fevereiro de 1882.
18	1882	Excursão ao rio Capim, cuja proposta era contar com lideranças indígenas das tribos Tembê, Amanajã e Turiwara.	Parece ter sido a última participação do naturalista em trabalhos de campo; a excursão aconteceu nos dias 13 a 25 de fevereiro de 1882. Nessa etapa, fez-se presente o Dr. Ladislau Neto.

Fonte: Adaptado de Cunha (1989).

A tabela 1 sintetiza as excursões realizadas por Ferreira Penna, às vezes financiadas por instituições públicas ou por meio de recursos próprios, nesses quase vinte anos de atividades científicas, ora em exploração de sítios arqueológicos, ora em outros aspectos no que concerne à observação dos ecossistemas amazônicos (MORÁN, 1994, p. 31); quanto mais intenso for o uso dos ecossistemas, melhor será o processo de adaptação do homem ao ambiente.

Após essa breve descrição sobre a atuação de Ferreira Penna, falemos de seu contemporâneo, o botânico que se debruçou sobre a cultura material pretérita: João Barbosa Rodrigues, o qual realizou em meados de 1870 algumas investidas em sítios arqueológicos localizados no Estado do Amazonas e no Pará. No Estado do Amazonas, um importante sítio foi identificado por Barbosa Rodrigues, denominado por ele de *Sítio Arqueológico Miracanguera*, localizado possivelmente à margem

direita do Rio Amazonas, pouco abaixo da boca do Rio Madeira, consoante Cunha (1989, p. 39); se a informação estiver certa, é possível que esse sítio esteja hoje onde está assentada a cidade de Urucurituba/AM, no entanto, anteriormente ao assentamento da cidade, o lugar era denominado de “Sítio Urucuri” (NEVES, p. 31). Esse nome é atribuído a uma palmeira; e notadamente, onde há essa espécie, isso é indicador de sítios arqueológicos na Região.

Neves (1999, p. 361), no artigo “As duas Interpretações para Explicar a Ocupação Pré-Histórica na Amazônia”, informa que, em 1877, quando Ferreira Penna revisitou o sítio arqueológico Miracanguera, devido ao fenômeno das terras caídas, o sítio teria sido levado pelas águas do Rio Amazonas. No entanto a descrição de Barbosa Rodrigues do sítio Miracanguera era de que este possuía extensão estimada de 5 km, conforme Neves (1999, p. 360-61). Em verdade, há relato de

que existia solo de terra preta naquela área e de que pode ter mais de 5 km, pois começa em uma área de plantação de mamão e vai até uma localidade denominada de “Tabocal”. Essa localidade fica abaixo da Ilha do Corisco (E); e a plantação de mamão fica pouco acima da ponta da Ilha do Corisco (W).

Em 1973, quando foram iniciados os trabalhos de terraplanagem para a nova sede de Urucurituba “Novo”, foram destruídas milhares de coleções arqueológicas, possivelmente do “Sítio Miracanguera”. Esta cerâmica e as urnas funerárias caracterizam-se por representações antropomorfas, com decorações de cores branca, vermelha e com linhas pretas, chamadas de policromas da Amazônia, segundo Neves (2006, p. 56). Após a inauguração da cidade de Urucurituba, duas urnas funerárias foram expostas ao lado da placa alusiva à inauguração. Porém nenhuma menção havia sobre as peças. Hoje, há uma coleção arqueológica em Urucurituba, com cerca de 2.000 mil peças organizadas e mantidas por um professor aposentado; grande parte das coleções foi salva quando os moradores ou o poder público na cidade realizavam intervenção no solo de **terra preta** para edificações de residências, na abertura de fossas sépticas e terraplanagem. Outras coleções com características dessa cultura estão depositadas na cidade de Itacoatiara, em órgãos públicos e privados. Nas dependências do *campus* da Ufam/Itacoatiara, há algumas

urnas funerárias e apliques que pertenceram à cultura ceramista Miracanguera.

Após rápida descrição sobre a *cerâmica Miracanguera*, voltemo-nos aos primeiros naturalistas que se dedicaram aos estudos no sentido de resgatar coleções arqueológicas no vale do Rio Amazonas e seus tributários. Francisco da Silva Castro (1815-1899), segundo Cunha (1989, p. 41) possuía coleções arqueológicas primorosas recolhidas por meio de expedições. As coleções eram depositadas em sua residência e depois eram “[...] doadas a instituições nacionais, como o Museu Paraense ou a outro estrangeiro” (CUNHA, 1989, p.48). Esse primeiro momento de resgatar coleções arqueológicas na Amazônia para serem disponibilizadas em exposições públicas ou acervos particulares Neves (1999, p. 360) classifica de *domínio de exploração*, ou seja, o objetivo dos naturalistas era constituir acervos da indústria cultural das sociedades ameríndias pré-colombianas.

Na segunda fase dos estudos da história indígena pré-colombiana da Amazônia, os cientistas se debruçaram sobre a cultura material como o solo de terra preta, as florestas antropogênicas, as peças líticas, as indústrias cerâmicas, e outros; a viagem foi a partir dos anos 1949, conforme Neves (1999, p. 361), quando o casal de arqueólogos Norte-americanos Meggers & Evans investigou o processo de ocupação na foz do Rio Amazonas, cujo alvo foram os sítios identificados por

Ferreira Penna, “aterros” formados por intensa antropização do ambiente. Esses autores fizeram uso da aplicação de metodologia que tinha como premissa a realização de seriação da cultura material. Esse método estava incluso no sistema de floresta tropical gestada pela antropologia cultural, que julgava as baixas fertilidades dos solos intertropicais, classificados como pobres, logo não possibilitavam o crescimento demográfico de populações humanas. Por meio desse postulado, o casal de arqueólogos sugeriu que a complexa indústria cerâmica marajoara era advinda dos Andes.

As ideias de Meggers & Evans foram refutadas por Donald Lathrap na obra “El Alto Amazonas”, o qual postulava que a Amazônia Central seria um grande centro de domesticação de espécies de plantas e de indústrias cerâmicas, possivelmente pelo fato de os rios tributários das margens direita e esquerda do Rio Amazonas serem, em verdade, conectores por via marítima das cabeceiras dos Rios Madeira, Purus, Negro, Branco, Içá, Japurá e outros, formando uma espécie de corredor de populações humanas, subindo e descendo os rios por milhares de anos, ou seja, uma espécie de zona de livre tecnologia, onde cada povo detinha conhecimento, por determinado instrumento de trabalho, ritual, doméstico, ou pelos amansadores de plantas. Essa hipótese pode ser contemplada ou não por meio de pesquisas nesses rios; poderá ser possível descobrir o porquê de grandes

áreas de terras pretas; ou, como é o caso, a existência dos grandes castanhais e seringais no baixo, médio e alto Purus; ou ainda os “geoglifos”, no Estado do Acre.

A ARQUEOLOGIA NO AMAZONAS

Com base nessa teoria de Donald Lathrap, o arqueológico Eduardo Neves, em 1995, inaugurou o terceiro período de realização de pesquisas arqueológicas na Amazônia Central, cujos objetos eram os seguintes: o primeiro de identificar assentamentos às margens dos principais rios, lagos, igarapés, ilhas e furos da Região. O segundo de formar mão de obra especializada no campo da cultura material. Nesses 18 anos de atuação, a pesquisa já formou mestres e doutores e vem acelerando a necessidade de instalações, de laboratórios e de reservas técnicas para o acondicionamento das coleções. Mas, devido à área territorial do Estado do Amazonas ser de proporção continental, a atuação do projeto chegou até o município de Tefé, onde foram realizados levantamentos arqueológicos nas áreas de Mamirauá e Amanã (LACALE, 2009, p. 7).

ELEMENTOS VERDES ENCONTRADOS EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA REGIÃO

Seguindo o raciocínio dos pesquisadores que se aventuraram e se aventuram

em realizar pesquisa arqueológica na Região, o projeto *Baixo Urubu: Arqueologia Regional e História Local* vem revisitando sítios arqueológicos identificados pelos arqueólogos que percorreram a Amazônia nos últimos cem anos e também identificando novos sítios, porém, desta vez, em áreas em que os moradores locais as classificam como locais do “centro”, ou seja, são áreas que estão distantes das margens dos principais rios da Região. É nelas que as populações contemporâneas¹⁰ realizam as culturas ou as “plantações”, termo utilizado por essas pessoas que cultivam as áreas de beiras de rios e de igarapés da Região.

Nas beiras ou nas margens, o visitante que depara com as plantações pode imaginar que esses sistemas não são viáveis à produção de alimentos saudáveis às famílias que se dispõem a desenvolver essa verdadeira arquitetura de buscar alternativas para a sua permanência nesses ambientes.

O Rio Urubu, afluente da margem esquerda do Rio Amazonas, tem sua foz, em verdade, próximo à cidade de Itapiranga e se entende em forma de linhas curvas até a reserva dos índios Walmiri-Atroari. É nessas curvas e nos estirões que ficam outros rios, como é o caso do Rio Anebá, cujas águas negras são similares ao “vinho de açaí”, e foi palco de assentamentos humanos que interagiram com o ambiente bem antes da conquista do português, os quais dispuseram dos

¹⁰ Contemporâneas na perspectiva do filósofo italiano Giorgio Agamben (2009, p.27).

recursos disponíveis. Por outro lado, também contribuíram para espécies que as populações de hoje chamam de “replantio” de árvores, que são importantes no sentido de deliberar proteínas para as populações pretéritas e hodiernas. Nesse sentido, a imaginação recai sobre as variedades de espécies frutíferas identificadas em dois sítios arqueológicos: o sítio *São Paulo* e o sítio *Seu Louro*.

Sítio São Paulo – localizado no setor (S) da estrada da várzea que liga os municípios de Silves e Itapiranga. Na área do sítio, a composição é de terreno de areia e latossolo; as populações pré-colombianas se serviram daquele ambiente para a reprodução de vidas, as quais estavam articuladas no sentido de alimentar tanto o homem quanto os animais. Assim, o sítio, conforme as pesquisas que ocorreram nos últimos dois anos (LIMA, 2013, p.18), vêm demonstrando que houve duas ocupações na área.

Apimeiradas populações era especialista em inventar instrumentos de pedras lascadas (pilão, polidor, ponta de projétil, raspador etc.), ou seja, os fabricantes de ferramentas de alto teor ecológico; a segunda eram os fazedores de cerâmicas; no entanto as duas ocupações parece que almejavam objetivos participativos, ou seja, deixar encasteladas em torno das aldeias espécies de plantas importantes para a dieta alimentar e também para o tratamento de doenças ou de picadas de animais peçonhentos.

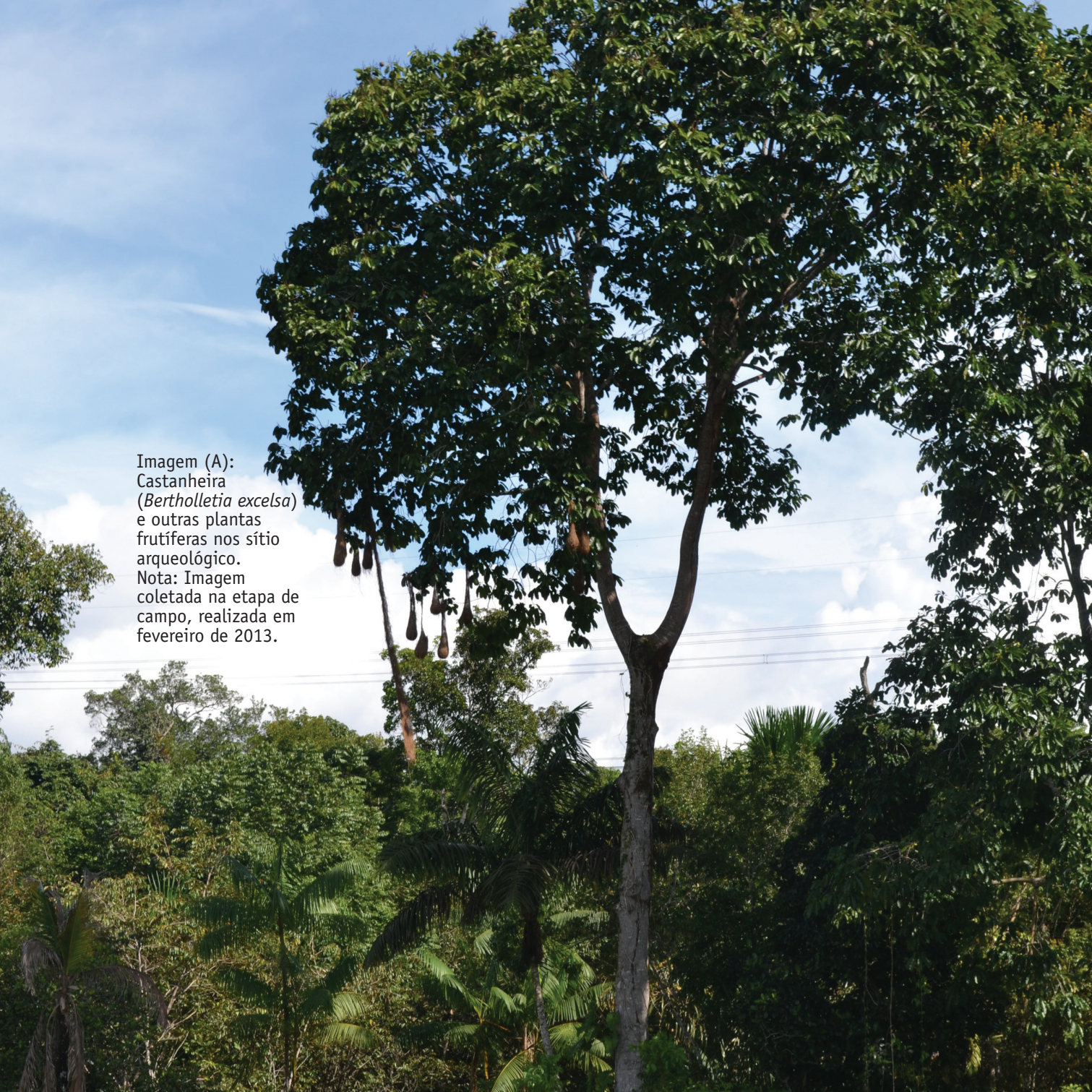


Imagem (A):
Castanheira
(*Bertholletia excelsa*)
e outras plantas
frutíferas nos sítio
arqueológico.
Nota: Imagem
coletada na etapa de
campo, realizada em
fevereiro de 2013.

Imagem(B): Peça
arqueológica –
Fragmento cerâmico
decorado (aplique).
Nota: Imagem
coletada na etapa de
campo, realizada em
fevereiro de 2013.






Imagem (C): Tucumã
(*Astrocaryum aculeatum*).
Nota: Imagem coletada na
etapa de campo, realizada
em fevereiro de 2013.

Imagem (D): Bacaba
(*Oenocarpus bacaba*).
Nota: Imagem coletada na
etapa de campo, realizada
em fevereiro de 2013.



As plantas eram recultivadas obedecendo a uma espécie de linha do vento, isto é, próximo das moradias só eram replantadas espécies pequenas, enquanto aquelas como a castanheira (*Bertholletia excelsa*), o amapazeiro (*Parahancornia amapa*), o tucumanzeiro (*Astroca-*

ryum aculeatum) e outras que são exemplares de altura média eram cultivadas a distância das aldeias. Na tabela 2, estão as espécies que foram identificadas na área de domínio do sítio, em um raio de aproximadamente três hectares.

Tabela 2. Espécies que compõem a paisagem do sítio

n.º	Nome científico	Nome Popular	Ecossistemas		Uso
			Terra firme	Várzea (alta)	
01	<i>Aspidosperma desmanthum</i>	Piquiá	Sim	Sim	Exemplares atingem altura média; utilizado na dieta alimentar, nas edificações de casas e também como depósitos nas casas de farinhas, que os moradores chamam de “gamela”.
02	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Bacaba-de- quintal/ mata	Sim	Sim	No sítio há duas espécies. A primeira, que os moradores chamam “da mata”; e a segunda, que foi replantada nos sítios. A bacaba produz “cachos”; quando as amêndoas estão de colorações pretas, estão prontas para serem consumidas. As populações fazem “vinhos”. Os caules dos exemplares, quando estão adultos, são utilizados nas edificações das casas, funcionando como tábuas. São de excelente coloração e durabilidade, pois os cupins, dependentemente da altura do assoalho ou da parede da casa, são impedidos de assédios. A bacaba também serve como uma espécie de barquinho quando expõe os cachos; e, depois de alguns meses, os barquinhos se desprendem rumo ao solo, aí as crianças os utilizam para brincadeiras. Quanto às folhas, quando se desprendem, as moradoras utilizam para fazer coberturas dos canteiros de cebolinhas, cheiro-verde, tomates e outros; geralmente, os “canteiros” ficam atrás das residências.
03	<i>Ischnosiphon Ovatus</i>	Arumã / Juçara	Sim	Sim	As fibras, que as moradoras chamam de “talas”, depois de fino tratamento, se transformam em trançados, como peneira, balaio, tupés, tipitis. As peneiras são fabricadas com malhas de 0,5 cm a 2 cm, dependendo da utilidade doméstica. Os vinhos de bacabas, de patoás, de buritis e de açai são “peneirados” em trançados da fibra do arumã. É típica de área de igapó, porém as populações fizeram a sua adaptação a áreas de terra firme também.
04	<i>Nectandra rubra</i> (Mez.) C.K	Louro bosta/ gamela	Sim	Sim	Exemplares de adultos começam a perder energia; assim, a perda de energia traz hospedeiros que gradativamente vão fazendo ou arquitetando fissura no interior do exemplar. Durante as ventanias que ocorrem ao longo do ano, o vento os derruba; depois de meses as populações conduzem até as casas de farinhas, fazem o serviço de higienização da fissura, por meio de aquecimento do fogo, ou seja, a fim de afastar o hospedeiro. Após essa técnica, a “gamela” está apta para receber a massa de mandioca.
05	<i>Dipteryx odorata</i> (Aublet.) Willd	Cumarú	Sim	Sim	Usada na edificação de casas e na medicina popular, pois, segundo as populações, são excelentes para tratamento de micose no corpo humano; e, também, em épocas não distantes, eram utilizados para servir como “brilhantina” nos cabelos, principalmente dos rapazes.

06	<i>Geonoma Maxima</i>	Ubim/Açu	Sim	Sim	As folhas são utilizadas nas coberturas das casas, que os moradores “tecem”, ficando uma espécie de tira de lona, que após a montagem, é levada às alturas das casas. Em épocas não muito distantes, as coberturas das canoas eram feitas da palha do Ubim.
07	<i>Couratari cf. obiongifolia Ducke</i>	Tauari	Sim	Sim	O tauari é uma espécie que é utilizada como madeira para as residências. Outra função dessa espécie é a sua entrecasca, que, depois de processo de sacolejos por meio de baques na casa, expele uma fibra de coloração amarelado-escura, que é utilizada pelos pajés ou curandeiros na Região.
08	<i>Minqartia Guianensis</i>	Acariquara	Sim	-	Tem resistência fabulosa; assim as populações a utilizam para erguer as casas que eles chamam de “esteio da casa”.
09	<i>Orbignya spp</i>	Palha-branca	Sim	Sim	As populações humanas utilizam para as coberturas das casas. O exemplar, quando é jovem, ao centro das folhas expele uma haste que os moradores chamam de “olho”; isto é, a haste é retirada, e é realizada uma tecnologia que eles chamam de “abrir”, ou seja, a haste fica com característica de uma bandeira. São levadas às alturas das casas e afixadas simetricamente como uma escadinha. Geralmente, as coberturas de uma casa duram em média cinco anos. Estudos vêm demonstrando que essa tecnologia pode ter contribuído para a formação de solo de terra preta na Região, há quatro mil anos.
10	<i>Bertholletia excelsa</i>	Castanheira	Sim	Sim	A castanheira parece que foi uma das espécies que foi muito cultivada na Região, no passado pré-colonial. Nos Rios Madeira e Purus, os exemplares de grandes castanheais, geralmente, estão perfilados, demonstrando que foram plantados por braços humanos. E é possível que a castanheira tenha sido uma grande fonte de matéria-prima no pretérito, pois, ainda hoje, algumas populações no interior do Estado ainda a utilizam como “estopa” para a vedação de canoas e barcos.

Fonte: levantamento em campo, fev., 2013.

Sítio Seu Louro – localizado no setor (S) da estrada da várzea, próximo de um igarapé, o solo é de areia e com manchas de terra preta. Pela localização do sítio, parece que as populações reocuparam o ambiente por muitos anos. Há uma variedade de exemplares de palmeiras, porém, devido à área ser de areal, possivelmente, durante as edificações de terraplanagem, centenas de

carradas de areia foram retiradas, alterando profundamente o assentamento pretérito. Os trabalhos de prospecção arqueológica identificaram, além das indústrias líticas e cerâmicas, as espécies que, possivelmente, são uma herança viva dos antigos habitantes, que está distribuída na área, conforme enunciado na tabela 3.

Tabela 3. Espécies que compõem a paisagem do sítio

n.º	Nome científico	Nome Popular	Ecossistemas		Uso
			Terra firme	Várzea (alta)	
01	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Tucumazeiro	Sim	Sim	É utilizado na dieta alimentar das populações e também é comercializado nas feiras e mercados dos municípios que são interligados pela estrada da várzea. As amêndoas dos tucumazeiros são utilizadas como inseticida natural para afugentar os incômodos dos carapanãs.
02	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Bacaba-de-quintal/mata	Sim	Sim	No sítio, há duas espécies. A primeira, que os moradores chamam de “mata”; e a segunda, que foi replantada nos sítios. A bacaba produz “cachos”; quando as amêndoas estão com coloração preta, estão prontas para serem consumidas. As populações fazem “vinhos”. Os caules dos exemplares, quando estão adultos, são utilizados nas edificações das casas, funcionando como tábuas. São de excelente coloração e durabilidade, pois os cupins, dependentemente da altura do assoalho ou da parede da casa, são impedidos de assédios. A bacaba também serve como uma espécie de barquinho quando expõe os cachos; e, depois de alguns meses, os barquinhos se desprendem rumo ao solo, aí as crianças os utilizam para brincadeiras. Quanto às folhas, quando se desprendem, as moradoras utilizam para fazer coberturas dos canteiros de cebolinhas, cheiro-verde, tomates e outros; geralmente, os “canteiros” ficam atrás das residências.
03	<i>Oenocarpus Bataua</i>	Patauá	Sim	Sim	As amêndoas, quando estão de coloração preta, estão apropriadas para serem utilizadas na dieta alimentar. As populações fazem uma espécie de gelatina das entrecascas, isto é, o “vinho”, que é degustado pelas famílias.

Fonte: levantamento em campo, fev., 2013.

Considerações

Como se pode verificar, há um patrimônio material que, em todos os gestos de mudanças das populações pretéritas, deixava registros históricos de seus costumes em relação a como manejar os ambientes, de certa maneira imaginando o futuro. E uma simples análise das duas tabelas que estão formuladas, onde estão elencadas as espécies florísticas

encontradas em dois sítios arqueológicos da região, permite concluir que, à medida que a interferência predatória ocorre, diminuem drasticamente os exemplares dessas espécies. Nesse sentido, resta patente que haja projetos cuja finalidade seja a de esclarecer que, apesar de ser um patrimônio reversível, se não houver programas de conservação, as espécies desaparecerão, assim como a cerâmica e o lítico em alguns sítios que já estão totalmente

destruídos da área por atividades como a extração de areia, por exemplo.

A região de rios de águas pretas no Estado do Amazonas e na área de pesquisa é repleta de assentamentos pré-colombianos, em que, em verdade, há um tesouro que pode contribuir para a conservação dos recursos sustentáveis. Supõe-se que as populações pretéritas tinham em seu cognitivo que os recursos teriam de ser avaliados sob o olhar das populações nos furos, nos lagos e nos rios de águas pretas. Igualmente é possível imaginar que as populações manejaram o ambiente nas mediações do Rio Anebé, há centenas ou milhares de anos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Tradutor Vinício Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argo, 2009.

COSTA, Bernardo Lacale Silva da. Levantamento Arqueológico na RDS Amanã. **UAKARI**, v.4, n. 2, p.7-18, dez. 2008.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude**: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. (Coleção Rodrigues da Ferreira).

LIMA, Helena Pinto. **Arqueologia regional e História local no baixo rio Urubu, municípios de Itacoatiara e Silves/AM. Relatório Técnico-Científico encaminhado à FAPEAM**, 2013.

MORÁN, Emilio F. **Adaptabilidade Humana**: uma Introdução à Antropologia Ecológica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

NEVES, José Alberto. **História concisa de urucurituba e vislumbres de civilizações extintas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2009.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. Duas interpretações para explicar a ocupação da pré-história na Amazônia. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). **Pré-história da terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OZORIO, J. M. Fonseca. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2011.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de bárbaros**: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI e XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

Arqueologia na Confluência: Interseções Críticas entre Ciência e Comunidade na Amazônia

L. Angelina Howell, Universidade da Flórida

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar impactos até hoje pouco observados e discutidos resultantes de atividades de pesquisa científica realizadas em comunidades rurais no Estado do Amazonas. As principais questões levantadas neste estudo exploram os impactos, a curto e longo prazo, da pesquisa científica sobre as paisagens econômicas, sociais e políticas das comunidades rurais onde pesquisas são realizadas naquela região. A análise de dados apresentada neste artigo tem como objetivo, portanto, apontar como a pesquisa científica reflete-se e é refletida pelos sistemas políticos, sociais e econômicos, os quais desempenham papéis centrais no apoio, abordagem e resultados de projetos de pesquisa.

INTRODUÇÃO

Este estudo de caso apresenta um dos três sítios escolas que foram selecionados como ponto de foco de um estudo longitudinal e de maior amplitude estabelecido na região com o objetivo de registrar impactos da pesquisa arqueológica ao longo do tempo. Os objetivos

deste estudo de maior amplitude são observar, medir e descrever impactos econômicos, sociais e políticos geralmente pouco observados e que podem estar associados à realização de pesquisa científica em comunidades rurais na Amazônia. O objetivo deste estudo de caso é, em particular, apresentar e descrever dados relacionados aos aspectos *econômicos* decorrentes da pesquisa científica, e em seguida descrever e analisar os padrões de impactos indicados pelos dados apresentados.

No estudo apresentado neste artigo, buscamos observar um projeto arqueológico atualmente em execução que envolvesse uma equipe de pesquisa multidisciplinar e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação. A hipótese principal aqui apresentada é a de que equipes de pesquisa científica tornam-se, ao longo do tempo (ao longo do período de um mês de trabalho ininterrupto até três meses em média - incluindo visitas iniciais e visitas de acompanhamento realizadas por membros permanentes do projeto), parte das paisagens sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais onde suas atividades de pesquisa são realizadas. Os impactos decorrentes da vivência, trabalho, integração e participação das equipes em pequenas economias ainda não foram devidamente analisados.



Residente da comunidade rural Rio Baixo Urubu mostra materiais arqueológicos descobertos em sua propriedade.

Este estudo visa, portanto, abordar esse tema. Uma segunda hipótese operacional é a de que a análise de como a pesquisa científica reflete-se e é refletida sobre sistemas políticos e sociais maiores torna-se tema crítico no desenvolvimento de uma abordagem científica efetiva e mais embebida de significado para todas as partes envolvidas. Estudos de Ciência e Tecnologia (ECT) têm demonstrado, de forma bastante efetiva, a importância de direcionar as lentes de observação para o pesquisador na tentativa de compreender como realidades sociais complexas “moldam e são moldadas pela ciência” (GIBBONS et al, 1994).

DADOS GERAIS

Os dados apresentados neste projeto foram coletados no ano de 2010 - durante a experiência no sítio escola, no período de um mês, onde foram feitas observações científicas no Projeto Baixo Urubu (PBU), e no ano de 2013, durante a pesquisa de acompanhamento realizada para fins deste e de outros estudos de caso na mesma região. O estudo ocorreu entre as cidades de Silves e na comunidade ribeirinha Pontão, no Estado do Amazonas com população de 8.444 (IBGE, 2010).

A pesquisa arqueológica realizada na Bacia Amazônica nos últimos vinte anos tem modificado radicalmente nosso entendimento sobre o passado político e ecológico da região.

Este projeto visa compreender as implicações resultantes desses avanços no entendimento sobre o passado humano no que diz respeito à interseção de quatro temas urgentes e relevantes naquela região: patrimônio público, desenvolvimento sustentável, pesquisa científica e posse de terras.

Este estudo sugere que a realização de etnografias de pesquisa científica pode vir a aprofundar nossa compreensão sobre a natureza e o impacto da pesquisa científica nas comunidades Amazônicas em rápido desenvolvimento.

Os resultados deste projeto visam capacitar pesquisadores, comunidades, fazedores de políticas públicas, agências de financiamento bem como outras partes interessadas para melhor compreender não apenas a relevância de materiais arqueológicos e conhecimentos detidos pelos amazenses do passado e dos dias de hoje, mas também compreender como a pesquisa arqueológica em si pode gerar impactos sobre o desenvolvimento regional no presente imediato de localidades onde sítios de pesquisa científica estão em atividade.

TEORIA E METODOLOGIA

A abordagem em relação à etnografia da prática da pesquisa arqueológica está baseada no argumento incontestável e cogente apresentado nos Estudos de Ciência e Tecnolo-

gia (LATOURE, 2005). Essa perspectiva está fundamentada na assertiva de que a atividade científica é mais efetiva quando “realizada em seu próprio contexto de aplicação e quando marcada pela sua transdisciplinaridade, heterogeneia, heterarquia organizacional e transciência, responsabilidade social, reflexividade e controle de qualidade” (GIBBONS, 1994). Portanto, é defendido o ponto de vista de que a pesquisa arqueológica na Amazônia, com sua já estabelecida tradição de colaboração interdisciplinar, constitui um laboratório incomparável para a observação de abordagens de análise de atividades de pesquisa científica mais amplamente preocupadas com efeitos dos impactos sociais, políticos e culturais do processo de pesquisa.

As comunidades onde atividades de pesquisa arqueológica normalmente ocorrem são compostas por uma ampla gama de grupos sociais que incluem pesquisadores de diversas disciplinas, comunidades locais, fazedores de políticas públicas, proprietários de terras e instituições educacionais, entre outros agentes, todos sendo partes interessadas no projeto de amplitude maior associado à pesquisa e administração dos recursos arqueológicos, de forma direta ou indireta. Esses grupos possuem interesses amplamente diversos, os quais vêm a influenciar a forma como recursos arqueológicos são administrados e como descobertas decorrentes da pesquisa são disseminadas. De forma mais urgente, este

estudo de caso propõe-se a definir e delimitar áreas críticas de interseção e impacto – aspectos econômicos básicos da pesquisa científica – que podem ser claramente, empiricamente e quase imediatamente atribuídos a um determinado projeto de pesquisa.

Para fins de elaboração do presente estudo, defini os principais grupos de indivíduos e redes de agentes envolvidos no PBU. Os grupos foram divididos nas categorias: 1) membros da comunidade (inclusive aqueles que realizaram trabalhos associados ao projeto de pesquisa ou colaboraram diretamente com o mesmo e que são identificados como membros da comunidade); negociantes e prestadores de serviços locais que atuam como elementos necessários à logística e como agentes de apoio das principais atividades da equipe de pesquisa, incluindo, de forma não limitada: 1A) transporte (postos de gasolina, mecânicos, operadores e proprietários de equipamentos de transporte); 1B) alimentos e bebidas (restaurantes, bares, mercados, cozinheiros, empregados do lar e fornecedores); 1C) acomodação (incluindo hotéis, pousadas, bem como alojamentos em casas de membros da comunidade); 1D) guias e trabalhadores ocasionais; 2) membros da equipe de pesquisa (identificados por suas relação direta com o projeto e não com a comunidade) e visitantes (diversos membros das equipes de pesquisa receberam visitas de familiares e amigos que viajaram de outros locais até o sítio de pesquisa).



Américo, proprietário do estabelecimento (restaurante/bar) onde diariamente participantes do projeto faziam refeições após o trabalho. Fonte: Howell 2010.



Farmácia localizada na região central de Silves, onde participantes do projeto adquiriam uma variedade de produtos para consumo pessoal. Fonte: Howell 2010.

Os métodos diretos empregados na coleta de dados incluem entrevistas formais e informais, observação da comunidade e interação com a mesma, observação formal e informal de atividades de pesquisa e coleta e análise de dados econômicos, sociais e demográficos centrais, obtidos por meio de entrevistas, aplicação de questionários e dados obtidos no censo de 2010.

No total, entrevistas e questionários foram aplicados entre 60 participantes do projeto. Dos 60 questionários enviados, 20 foram respondidos. Os dados iniciais do estudo revelaram que há potencial relevante para a demonstração de como a pesquisa científica intersecta e afeta as comunidades onde a mesma é conduzida, considerando aspectos políticos, econômicos e sociais importantes. A análise final fundamenta a hipótese central do projeto e demonstra que há um impacto significativo que afeta as economias locais.

Os questionários foram compostos com base em uma série de perguntas pré-elaboradas com o objetivo de determinar dados relativos à idade, grau de escolaridade, estado civil, profissão, renda anual, bem como outros dados descritivos que vêm a fornecer um panorama geral acerca dos dois principais perfis de participantes, profissionais e estudantes associados ao projeto PBU. O questionário também inclui perguntas relativamente redundantes e pré-elaboradas que tinham como objetivo estimar a quantidade de recursos

financeiros gastos pelos diferentes perfis de participantes bem como tipos de produtos e serviços adquiridos com recursos direcionados para o financiamento do projeto e a quantidade total de recursos financeiros despendidos no período de três anos de duração do mesmo.

DADOS DEMOGRÁFICOS – EQUIPE DE PESQUISA

Há o número total de 60 participantes no projeto, entre pesquisadores e estudantes. A maioria dos participantes nasceu na cidade de Manaus/AM, e nas áreas próximas à região, em comunidades ligadas à cidade de Iranduba/AM. Dos 60 participantes do projeto, 6 vieram de São Paulo, SP e 6 vieram de localidades internacionais para Silves/AM.

Qual o perfil dos estudantes que trabalharam no projeto PBU? Os estudantes que trabalharam no PBU têm, em média, as seguintes características:

Tabela 1 - Perfil Demográfico dos Estudantes Participante do PBU.

N =	45
Idade	32
Renda Anual	R\$ 22.000,00
Total de Recursos Financeiros Pessoais Gastos em um mês <i>in situ</i>	R\$ 384,00
Total de Recursos Financeiros Pessoais gastos por ano <i>in situ</i>	R\$ 17.280,00
Total de Recursos Financeiros Gastos no Período de Duração do Projeto (3 anos)	R\$ 51.840,00

Fonte: Howell, 2013.

Qual o perfil dos pesquisadores participantes do PBU? O perfil médio do pesquisador que trabalha no PBU apresenta as seguintes características, em média:

Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Pesquisadores do Projeto PBU.

N =	15
Idade	39
Renda Anual	R\$ 35.250,00
Quantidade de Recursos Financeiros Pessoais Gastos em um mês <i>in sito</i>	R\$ 920,00
Quantidade de Recursos Financeiros Pessoais Gastos por ano <i>in sito</i>	R\$ 13.800,00
Total de Recursos Financeiros Pessoais Gastos no Período de Duração do Projeto (3 anos)	R\$ 41.400,00

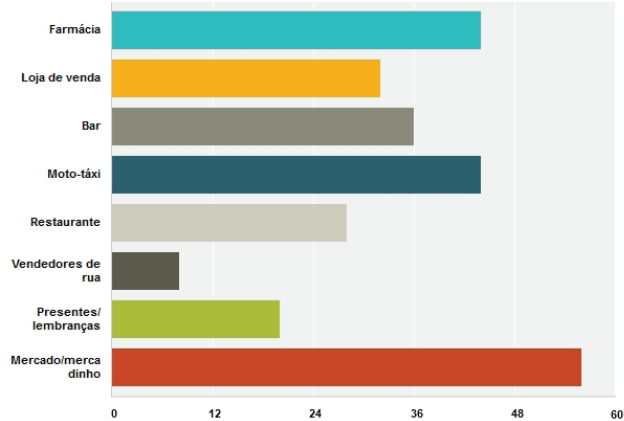
Fonte: Howell, 2013.

IMPACTOS ECONÔMICOS GASTOS – RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS

As tabelas acima mostram a quantidade de recursos financeiros pessoais desprendidos em média por pessoa em aquisições pessoais. Não estão incluídos itens relacionados à alimentação, acomodação e transporte. Esses gastos estão incluídos no orçamento geral direcionado exclusivamente para o Projeto. Essas aquisições ocasionais estão associadas, portanto, a serviços e produtos do dia a dia, adquiridos com a finalidade de atender às necessidades individuais dos participantes. Dentre estas despesas, estão: gastos com lanches, refeições e bebi-

das alcoólicas consumidas após as atividades, corridas de táxi realizadas entre as localidades não relacionadas ao projeto, itens de farmácia, presentes (souvenirs) e outros gastos pessoais. Tais despesas estão divididas entre produtos e serviços, como apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Relação entre Gastos Pessoais e Número Total de Participantes do Projeto (N = 60)



Fonte: Howell, 2013.

IMPACTOS ECONÔMICOS PLANEJADOS – RECURSOS DE FINANCIAMENTO DO PROJETO

Com o objetivo de financiar o PBU, foram aplicados, no total, recursos advindos de nove bolsas de pesquisa. Entre as fontes de financiamento de pesquisa estão os fundos federais: CNPq e Fapeam; e estaduais: Ufam e UEA. Esses recursos tiveram como objetivo o apoio financeiro aos gastos relacionados ao projeto, incluindo: remunerações de pessoal,

gastos com transporte, logística, equipamentos, análises científicas, refeições e alojamento. Além das nove fontes de recursos, a diretora do projeto contribuiu com o orçamento com uma quantidade significativa de recursos financeiros próprios, com o objetivo de financiar o mesmo. Essa quantidade de recursos financeiros pessoais foi incorporada aos valores direcionados para projeto, obtidos por meios de fundos de financiamento a pesquisas estaduais e federais. Aproximadamente 40% do orçamento total foram utilizados em Manaus/AM, onde a diretora do projeto e grande parte de seus participantes possuem base. O restante do orçamento foi direcionado às atividades na cidade de Silves/AM (50%) e na comunidade de Pontão (10%). A quantidade total de recursos financeiros gastos em cada localidade está especificada na Tabela 3.

Tabela 3 - Impacto Econômico do Projeto sobre as localidades de Silves e Pontão

Origem dos Recursos /Tipo de Recursos	Quantidade
Pesquisadores do PBU – Gastos Pessoais, Silves	R\$ 41.193,00
Pesquisadores do PBU – Gastos Pessoais, Pontão (.005% da quantidade apresentada na Tabela 2)	R\$ 207
Estudantes do PBU, Gastos Pessoais, Silves	R\$ 51.580,00
Estudantes do PBU, Gastos Pessoais, Pontão (.005% da quantidade apresentada na Tabela 1)	R\$ 260,00
Fundos de Pesquisa Federais e Estaduais – Orçamento – Silves	R\$ 7.368,00
Fundos de Pesquisa Federais e Estaduais – Orçamento – Pontão	R\$ 36.840,00
Quantidade Total de Gastos em Silves/ Pontão no Período de Duração do Projeto (3 anos)	R\$ 137,448

Fonte: Howell, 2013.

DADOS DEMOGRÁFICOS – ÁREAS DE SILVES E PONTÃO/AM

A população de Silves é de 8.400 habitantes com uma densidade de 2,25 habitantes por quilômetro. Dentre os habitantes estão incluídos os moradores da comunidade de Pontão, considerada área rural da cidade de Silves. A renda, em média, dos habitantes de Silves é de R\$ 392,00 por mês. Em Pontão, a renda é de R\$ 242,00 por mês (IBGE, 2010). Para o presente estudo, considera-se que os impactos econômicos ocorrem apenas em relação aos aspectos diretamente associados ao Projeto. Com base nessa premissa, as atividades econômicas principais que estão correlacionadas diretamente com dados coletados no censo de 2010 incluem transporte, alojamento, restaurantes e bares, serviços domésticos, manutenção de equipamentos e logística, atividades financeiras, vendedores e proprietários de estabelecimentos comerciais e de mercado. Tais atividades econômicas empregam diretamente 305 residentes da área onde está baseado o projeto. Com uma renda média mensal de R\$ 317,00 a adição de um influxo mensal de renda diretamente relacionado ao PBU todos os anos durante o período de 3 anos de duração do projeto (R\$ 3.833,00 por mês, em média) poderia aumentar a renda mensal em R\$12,57 por pessoa, com um aumento total de 4% na renda mensal da população.

Os impactos secundários desse tipo de resultados econômicos estão além do escopo deste artigo, mas tomando o valor da “cesta básica” como referência (medida alimentar de produtos alimentícios diários na dieta brasileira), o valor da mesma aumentou em 3,9% no Estado do Amazonas, de acordo com Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIIESE, 2013). Considerando o aumento no custo de vida, o aumento de 4% na renda de 305 residentes da área do projeto como um resultado direto da realização do projeto constitui um impacto significativo na economia local.

CONCLUSÃO

O conceito e a prática de realizar inventários e analisar impactos de projetos financiados pelos setores federais, estaduais e privados nas áreas de ciências, tecnologia e infraestrutura em relação à saúde humana e ao meio ambiente é algo já bastante estabelecido por padrões internacionais que estão em prática em mais de 150 países há mais de uma década (ISO 14001:2004). Um dos objetivos deste projeto é aplicar um modelo semelhante aos projetos de pesquisa científica de longa duração, ou, nesse caso específico, o modelo de um projeto arqueológico de duração de 3

anos sobre uma área significativa em termos de impactos em potencial: a atividade econômica. A hipótese que guia este estudo considera que a incorporação de membros de um projeto de pesquisa de maior amplitude na comunidade ao longo de um período extenso de tempo resultaria em impactos econômicos significantes em áreas residenciais e comunidades como um todo. Os resultados deste estudo demonstram, de forma conclusiva, que as hipóteses propostas neste artigo são verdadeiras.

A pesquisa arqueológica está excepcionalmente equipada para confrontar e abordar questões sobre o passado humano, história versus pré-história e a própria natureza da pesquisa científica em si, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas para a criação de uma abordagem científica significativa que integra vozes diversas. É nesse sentido que este projeto irá contribuir com a teoria social e com a elaboração de políticas públicas na medida em que trata de questões de propriedade e preservação do patrimônio público. Este estudo fornecerá uma visão singular da interseção entre o estado científico (equipe e programa de pesquisa) e o corpo científico (locais de pesquisa). Também demonstra como valores culturais, políticos e sociais da Amazônia afetam a pesquisa científica e o desenvolvimento na região.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO. Índice do custo de vida: São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseicv/icv.html>. Acesso em: 14 mar. 2013.

GIBBONS, M. et al. **The new production of knowledge**: the dynamics of Science and Research in Contemporary Societies: London: Sage Publications, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados, Séries Estatísticas, Cidades@: Rio de Janeiro, Brasil**. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat. Acesso em: 14 mar. 2013.

NOWOTNY, H., SCOTT, P.; GIBBONS, M. **Re-thinking Science**: knowledge and the Public in an age of Uncertainty: Cambridge, UK: Polity Press, 2001.

Arqueologia e Educação Patrimonial na comunidade Pontão

Maria Tereza Vieira Parente

O objetivo do presente artigo é fazer uma breve discussão sobre a **metodologia** da *educação patrimonial*, considerando-a em relação ao quadro de ‘relativo abandono’ que a história pré-colonial brasileira ocupa nas interpretações acerca da história e cultura do país. Essa reflexão será feita à luz das crescentes discussões empreendidas na arqueologia desde meados dos anos 1980, especificamente no que diz respeito à associação de um quadro de pluralismo e multivocalidade a uma concepção relativizadora e reflexiva da produção de conhecimento. Trata-se, portanto, da mesma época em que há uma efetiva inserção da educação patrimonial ao corpo das ações em prol da preservação patrimonial no Brasil, até então difusas.

Essa discussão insere-se no debate mais amplo sobre preservação arqueológica, a partir do qual buscamos problematizar dois conjuntos congruentes de preocupações na arqueologia, que dizem respeito: (a) ao distanciamento das pesquisas arqueológicas frente à multivocalidade inerente ao seu objeto (observações vindas principalmente das *arqueologias pós-processuais*); e (b) à preocupação com a destruição dos sítios

arqueológicos, trabalhadas aqui sob a ótica da *educação patrimonial*. Essa opção se justifica pois, a despeito dessa congruência comumente evocada, políticas educacionais globais continuam a ser formuladas em escala exponencial, de modo que alteridades possíveis continuam sendo excluídas do processo interpretativo em arqueologia.

A vontade de colocar essa discussão em primeiro plano foi alimentada e enriquecida por questões e atividades ocorridas em uma das etapas de campo do Projeto Baixo Urubu, ocorrida em julho de 2010 no município de Silves.¹¹ Importante ressaltar que o referido campo fez parte também de uma disciplina anualmente oferecida pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA) aos alunos do curso de Arqueologia.

Ao considerar esse quadro, e com base no acompanhamento de um complexo

¹¹ Seus eixos norteadores dialogam diretamente com as incursões que objetivam desde os anos 50 interpretar a história pré-colonial amazônica, recentemente pensada local e regionalmente; e com perspectivas *arqueológicas e museológicas contemporâneas* que vêm proporcionando possibilidades de redimensionamento da metodologia educação patrimonial no que se refere à preservação da *herança* arqueológica.

recente de situações em áreas de ocupação tradicional na Amazônia, a proposta do campo realizado em Silves foi de tomar os próprios conhecimentos e práticas que explicam o distanciamento/aproximação frente a indicadores de memória como fontes de formulação reflexiva. Pretendemos assim colaborar para a construção de um programa de *pesquisa* em que modos distintos de produção de saberes possam constituir uma proposta de musealização da arqueologia, de forma que processos socioculturais de produção da diversidade no presente sejam eles mesmos foco de preservação.

ARQUEOLOGIA

Na última metade do século XX, como se sabe, a intensificação da globalização econômica e do desenvolvimento tecno-científico foi amplamente acompanhada pela emergência pública de uma série de ‘vozes’ historicamente marginalizadas. Fossem elas vozes femininas ou juvenis, negras ou indígenas, imigrantes ou nômades; reivindicassem elas direitos civis ou mesmo independências nacionais; seus focos mais imediatos de contestações surgem *atravessados* por questionamentos agudos às ‘grandes narrativas’ sobre o passado. A arqueologia – e consequentemente os museus a ela associados –, ao mesmo tempo em que ampliava consideravelmente sua rede de pesquisas, complexificando-se enquanto ciên-

cia, não escapou de ser objeto de críticas e enfrentamentos frente à execução dos trabalhos de campo, laboratório e musealização.

Um dos desdobramentos interessantes desse processo foi a adoção, por parte de um conjunto intelectualmente heterogêneo de arqueólogos (denominados pós-processualistas), de perspectivas que partem da atribuição de uma qualidade ‘multivocal’ aos vestígios das ocupações pretéritas e que, por isso mesmo, demandam da pesquisa científica uma dimensão de *reflexividade*. Apesar da diversidade de situações a partir das quais se desenvolveram, esses trabalhos compartilham conceituações que remetem a uma forte adesão ao historicismo (depois de sua recusa pelos arqueólogos processualistas, em favor de uma abordagem funcionalista); aceitação do caráter discursivo da ciência arqueológica; e uma latente preocupação com a inserção do arqueólogo na sociedade. Outros aspectos fundantes, também de confluência, dizem respeito às críticas frente ao alcance interpretativo da construção de ‘modelos universais’ e à eleição do positivismo enquanto princípio de cientificidade – norteadores quando do estabelecimento de uma *nova arqueologia*.

A neutralidade e a primazia da produção científica são então decompostas em cadeias de relações complexas e carregadas de significados *presentes*, de forma que as ferramentas teóricas e metodológicas mobi-

lizadas no processo de produção ‘do passado’ (ou ‘da pesquisa arqueológica’) começam agora a ser tomadas como objeto de investigação. Disso também decorre que o arqueólogo não é um sujeito neutro que ‘revela’ uma verdade historiográfica, mas sim um *intérprete* de vestígios presentes oriundos de ocupações pretéritas. Pensada enquanto produto e produtora de sujeitos contemporâneos, portanto, a pesquisa arqueológica está em relação com a sociedade. Algo também experimentado no campo da museologia, cujas formulações recentes apontam para a necessidade de que o museu seja constituído como parte *integrada* ao espaço.

Mesmo sendo deliberadamente tomada como desafio por arqueólogos pós-processualistas, essas discussões permeiam pesquisas feitas por adeptos de outras correntes teóricas. Isso por que ela perpassa temas-chave que, ao mesmo tempo em que multiplica códigos de ética e convenções internacionais, também toca em casos polêmicos como restituição de restos humanos, propriedade da cultura material, gerenciamento do patrimônio e legitimidade interpretativa sobre o passado (Renfrew & Bahn). Qual arqueólogo não esteve diante de questionamentos dessa natureza? Qual arqueólogo consegue estar alheio aos conflitos existentes na sociedade que lhe financia, que lhe vigia e que dele espera?

A esse respeito, em sua apresentação à *Revista do Patrimônio*, dedicada integralmente

ao “desafio da preservação”, Tânia Andrade de Lima observa que:

[...] o campo da preservação arqueológica – onde as decisões quase sempre foram tomadas sem conflitos, por uma elite intelectual e à luz de seus próprios valores – está se transformando em uma arena na qual os questionamentos aos critérios de preservação vêm se multiplicando. Estão em jogo, competindo, diferentes versões do passado, construídas a partir de interesses e valores étnicos, culturais, políticos, sociais, de gênero e assim por diante (2007, p. 6).

Evidentemente, do mesmo modo que afeta as pesquisas arqueológicas, a emergência desses novos sujeitos também vem modificando o campo da museologia. Especialmente no que diz respeito à incorporação das *agências* do público/sociedade e do entorno/espço no processo de constituição da instituição e ao esforço por reverter o descompasso entre as práticas de coleta (as quais afetam o trabalho de exibição, pesquisa, gerenciamento de coleção entre outros) e a atual concepção de museu. Nesse sentido, o acervo e as pesquisas que lhes deram origem não são considerados como exemplares de uma verdade científica, mas como *agentes* do contexto sociopolítico do qual fazem parte. Isso mostra que para possibilitar novas visões de museus não basta mudar a política e o modo de exibição corrente

nos museus. As estruturas subjacentes às práticas de coleta podem também ser consideradas e desafiadas, ao mesmo tempo em que o espaço social em que o museu está inserido. Isso porque tais instituições hoje guardam uma herança¹² que não apenas reflete ideias arqueológicas passadas, como também formata e define estratégias, valores hierárquicos e os próprios modos de exibição das pesquisas. Tais práticas, portanto, continuam a estruturar possíveis interações com o público. (WAHLGREN & SVANBERG, 2008; BRUNO, 1999), não obstante haja hoje uma percepção crescente de que os museus não existem apenas para e pela sua coleção (VARINE, 2008).

E se por um lado é no histórico de formação e consolidação da arqueologia e da museologia enquanto campos do saber que encontramos as raízes de suas estreitas relações, hoje também podemos vê-las operacionalizando-se através de imbricamentos mútuos: ao mesmo passo em que as produções arqueológicas têm incorporado a temática dos processos museológicos de comunicação no corpo de suas ações e reflexões, a museologia tem se aproximado das noções e práticas sobre o patrimônio cultural (BRUNO, 2005), apoiando-se simultaneamente num entendimento mais amplo e num envolvi-

mento mais profundo com o entorno no qual se insere (do ponto de vista natural e cultural).¹³

3 MULTIPLICIDADE(S) EM TRÂNSITO

Um mundo sustentável. Foi a bandeira levantada por um novíssima ordem mundial que incorporou problemas *eco* pouco calculados durante o processo de instauração da *Nova Ordem Mundial*, em colapso enunciado desde meados dos anos 1980. A floresta amazônica apareceu no centro desse debate, justificando a razão pela qual índios, caboclos, seringueiros e outras minorias encontraram, para além de seus tradicionais defensores dentro e fora do país, novos aliados nas mais altas esferas internacionais (SANTOS, 1993). Esse mesmo contexto contribuiu para o fortalecimento das políticas de preservação do patrimônio arqueológico no Brasil sob a égide da própria legislação ambiental, que impulsionou a “valorização da pesquisa arqueológica, impulsionando inclusive o desdobramento da legislação patrimonial, com vistas ao fortalecimento da ação educativa e do tratamento curatorial dos acervos” (BRUNO, 2005).

12 Essa herança está associada com as teorias evolucionistas, nacionalistas e imperialistas em voga no século XIX, quando do estabelecimento das principais instituições museológicas européias (Wahlgren & Svanberg, 2008).

13 O seminário *A Missão do Museu na América Latina hoje: novos desafios*, realizado em 1992 na Venezuela traz uma discussão sobre o museu não como algo “integral” que se relaciona com uma sociedade abstrata – como disposto na Mesa Redonda de Santiago do Chile (ICOM/1972) – mas como instituição que dialoga com a comunidade em que estilos inseridos. “Mais do que realizações, propõem-se ações e processos que contemplam e consideram as particularidades de cada contexto local e específico, no qual atuam e se situam (Horta, 1991:35).

É interessante também pensar nos condicionamentos dessa abertura, que parece ter a ver com a busca por uma definição de etnicidade. No Brasil, por exemplo, quando falamos nas relações entre a ciência e os não cientistas (tais como moradores de periferia, ribeirinhos, ou quaisquer outras ‘categorias’ consideradas pouco étnicas), é comum que as proposições para ações ‘comunitárias’ não explorem os alargamentos possíveis de fronteiras conceituais. Ao contrário, é comum que se estenda diagnósticos de ausência (uma ausência que pode ser desde serviços infraestruturais básicos até a ausência de ‘identidade étnica’) para todas as outras esferas da vida social local. Ao incorrer na armadilha de transformá-las em ‘sociedades da falta’, acabam por desconsiderar os sistemas simbólicos mais amplos aos quais conhecimentos e práticas locais estão conjugados, remetendo pressupostos culturais (como as próprias versões do passado) mais as supostas *faltas* de conhecimento e ausência de consciência histórica do que à existência de saberes distintos e relacionais.

Assim, o entendimento de que o sentido do patrimônio está aberto a múltiplas vozes, localmente formuladas – princípio respeitado não só no âmbito da produção de conhecimento em arqueologia como também no das relações entre Estados – não inibe a elaboração de políticas educacionais ‘globais’ para a difusão de um conjunto fechado

e genérico de pressupostos científicos a respeito do significado e da importância dos sítios arqueológicos. Em grande parte, esse descompasso se deve ao descolamento epistemológico entre as pesquisas feitas na arqueologia e aquelas feitas no campo da preservação patrimonial – especialmente no que se refere à educação patrimonial.

Portanto, se por um lado os ‘confinamentos’ conceituais implicados nas ‘regras universais’ dão lugar às preocupações ‘diversas’ como ideologia, variabilidade, simbolismo e agência (humana e não humana), por outro essa diversificação temática (que inclui também a preocupação com redefinições conceituais; ou mesmo a aceitação de que o patrimônio arqueológico está aberto a ‘múltiplas vozes’) não parece ter provocado um *redimensionamento* de fato na pesquisa arqueológica. As preocupações continuam a ser tipicamente ocidentais (tópicos esperados como poder, gênero, ideologia, religião, preservação patrimonial etc.), embora estejamos tratando de alteridades. De modo que ainda carecemos de um arcabouço teórico e metodológico que nos possibilite extrair de relações de *alteridades* possibilidades de alargamentos interpretativos; possibilidades de relação. Se é que isso nos interessa. Pois afinal, como pode a diversidade nos ser tão motivadora quando se trata do passado e ao mesmo tempo nos passar de maneira tão despercebida no presente?

A possibilidade de incorporação dessa multivocalidade discutida na arqueologia como variável para redimensionar positivamente a *praxis* arqueológica parece possível através do estabelecimento de processos de pesquisa em que o entendimento de processos socioculturais de produção da diversidade no presente, nela estejam implicados. E, essa proposição não parece descolada dos próprios propósitos da pesquisa arqueológica, na medida em que também procura entender processos de ocupação de espaço a partir da produção material; Dá para imaginar que isso se tornar possível e potencial no momento em que o sítio arqueológico possa ser percebido como um recorte específico de uma *landscape*. Aquela mesma, que arqueologicamente entendemos a partir de processos de ocupação e reocupação. Assim, o quão interessante pode ser entender os processos de formação do registro arqueológico também no presente?

ARQUEOLOGIA EM COMUNIDADE

O campo aconteceu entre 05 de julho e 03 de agosto de 2010 e contou com a participação de cerca de 40 pessoas, dentre as quais 20 eram estudantes de arqueologia do curso da UEA e as demais chegaram por distintas motivações: alguns eram formados e tinham interesse em fazer pesquisa em arqueologia (turismólogos, historiadores, geógrafos, linguistas, educadores) e outros

são estagiários ou pesquisadores na área. Participaram também uma jornalista com um projeto em andamento denominado “Arqueólogos da Amazônia”, cujo objetivo é relatar ao grande público os embates de pesquisa na região; e um educador ambiental vinculado ao Museu da Amazônia (Musa), interessado em fazer uma parceria para estabelecer um módulo de arqueologia no projeto “Verde Perto”, já em andamento. Como se percebe, esse campo contou com uma equipe multidisciplinar.

Sobre o sítio arqueológico que nos serviu como área primeira de pesquisa existe um grupo de pessoas organizado na forma de comunidade, denominada Nossa Senhora do Bom Parto (Pontão). Trata-se de uma comunidade ribeirinha relacionada a um complexo de outras seis comunidades que têm a cidade de Silves como ‘centro’. Nela vivem pouco mais de 200 pessoas distribuídas em cerca de 35 unidades residenciais, cujas atividades econômicas principais giram em torno da prestação de serviços associados aos setores públicos, pequenos comércios e, ainda, associadas a atividades mais tradicionais, como caça, pesca e plantio (especialmente de mandioca e frutas diversas). Ali, como vem se tornando comum entre as comunidades ribeirinhas, essas atividades ligadas ao manejo da paisagem estão dando lugar a outras profissões remuneradas (agentes de saúde, profissionais ligados a escolas, conselheiros

tutelares, guias turísticos e prestadores de serviços em geral). Embora as últimas gerações ainda compartilhem e deem vida às práticas ‘tradicionalmente’ exercidas por seus familiares, grande parte das pessoas está indo para cidades como Silves, Itacoatiara e Itapiranga, cidades adjacentes – e em menor grau para Manaus – para estudar e trabalhar.

Vale ressaltar que essa área é reconhecida mundialmente pelo seu potencial ecoturístico, de modo que lá estão situados alguns dos mais importantes hotéis de selva da Amazônia. Especialmente por conta dessa riqueza ecológica, ela também é foco de pesquisas diversas. A existência de sítios arqueológicos pré-coloniais também vem recebendo a atenção sistemática de pesquisadores desde meados dos anos 70, quando o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa) atuou nesta que é uma região-chave para o entendimento dos processos de ocupação da Amazônia.

Alguns dos moradores mais velhos de Silves e da comunidade Pontão, inclusive, têm recordações de uma escavação realizada no anos 70, que concentrou esforços nos sítios Mocajatuba (hoje um bairro da cidade de Silves) e Pontão (atual comunidade Nossa Sra. do Bom Parto).¹⁴ O modo como

entenderam e se relacionaram com essa prática fez com que depositassem na nossa equipe certa desconfiança: éramos tais como aqueles estrangeiros que vieram ‘cavar’ e levar coisas ‘valiosas’ dali ‘pro museu’, há anos atrás. De fato, o material escavado por Simões foi levado para o Museu Paraense Emílio Goeldi, onde compõe um importante acervo arqueológico.

Recentemente, integrantes da Associação Vida Verde (Avive) reivindicaram aquele material escavado nos anos 70 como parte de ‘sua história’, o que os motivou a visitar o Museu Goeldi (com recursos próprios) para rever aquilo que legalmente é enquadrado como *bem cultural difuso*. Pelas mesmas questões de ‘ordem burocrática’, duas situações diametralmente opostas aconteceram: os moradores de Silves voltaram para casa sem ver o material; e nós pesquisadores não só pudemos observá-lo, mas fotografá-lo etc. – isso depois de fazer um documento apropriado, protocolado, enviar um projeto etc.

Situações tais como essas nos fazem colocar em perspectiva a relativa desconfiança de alguns comunitários frente à presença de pesquisadores, e também desafiam novos projetos. Não só porque agora estamos trabalhando com pessoas que estão contestando diretamente os preceitos da pesquisa arqueológica, como também porque somos *herdeiros* de práticas de coleta que continuam a orientar posturas e a estabelecer

¹⁴ Essa pesquisa teve a finalidade de complementar trabalhos anteriormente realizados por Hilbert na foz do Rio Negro, Itacoatiara e Manacapuru e pelo próprio Simões, no baixo Rio Negro, Rios Apuaú e Preto da Eva, as quais tinham por objetivo delimitar a dispersão e influência das grandes tradições ceramistas da Amazônia (SIMÕES, 1981).

hierarquias, histórias e valores. Portanto, nessa etapa de campo nos desafiamos a repensar os objetivos de um trabalho de educação patrimonial que esteja além da necessidade de conscientizar os comunitários a ‘preservarem’ bens e conhecimentos que efetivamente não lhes é *acessível*. E que possamos refletir sobre o modo como estamos ocupando aquele espaço enquanto arqueólogos de maneira que essa acessibilidade seja produzida.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a educação patrimonial só pode ser efetiva se tiver caráter permanente e sistemático, de modo que é fundamental que o projeto tenha longa duração. E no momento em que essa educação patrimonial está sendo feita de modo consoante e integrado aos objetivos da pesquisa arqueológica, consideramos também que ela deve ser tomada como desafio pelo conjunto dos pesquisadores. Por isso, naquela etapa de campo procuramos responsabilizar toda a equipe pelas ações de divulgação das pesquisas, explicando para a comunidade seu funcionamento e objetivos. Trabalhamos com grupos de alunos, professores e comunitários em geral.

Entretanto, os canais de educação patrimonial não se limitaram ao estabelecimento de meios de divulgação contínua da pesquisa. Por um lado, enquanto parte inerente à cadeia operatória museológica, buscamos utilizá-los no sentido de incorporar as agências locais no processo de patrimonialização. Por outro, na

medida em que no caso amazônico a *paisagem* se coloca como objeto central e largamente desconhecido, procuramos incorporar as espacializações contemporâneas – e os conhecimentos a elas associados – como parte do entendimento mais amplo sobre o registro arqueológico.

- Propusemos uma reflexão sobre a diversidade de interpretações que podem vir a partir de um mesmo objeto ou evidência cultural. Nesse sentido, o trabalho de ‘educação patrimonial’ investiu na observação do processo de pesquisa, de modo que todos os envolvidos (alunos da UEA, educadores, arqueólogos, agentes de turismo, alunos das escolas locais, padeiros, donos de bares etc) foram convidados a registrar o que estavam entendendo da pesquisa arqueológica. Isso implicou no estabelecimento de uma relação entre observadores e observados, de modo que os pesquisadores, estiveram constantemente sob o desafio de repensar o que, porque e de que forma estão produzindo ‘dados’ sobre o passado. O objetivo foi explorar diversos modos de ‘recorte’ e de possibilidades de pergunta, e também oferecer a leitores futuros (ou presentes) registros que vão

para além do ‘relatório’ ou ‘artigo’ produzido *pelo* arqueólogo.

- Os arqueólogos investiram, então, num exercício de reflexividade como forma de verificar se essa postura pode nos levar a explorar ‘multivocalidades’ que de fato contribuam para o redimensionamento da *praxis* arqueológica. Os pesquisadores observaram e registraram o espaço onde estavam trabalhando pensando-o como paisagem onde o componente arqueológico é parte de um cenário de relações e significações que remetem a outras temporalidades e historicidades. A pergunta-chave era: de que modo o sítio arqueológico está sendo reocupado no presente, tanto pelos arqueólogos quanto pelos comunitários?

Algumas situações foram bem ilustrativas. Por exemplo, observamos que os artefatos arqueológicos substituem o caraipé, tempero tradicionalmente utilizado pelas mulheres para fazer potes cerâmicos; os fragmentos maiores também são utilizados em brincadeiras infantis (patela, por exemplo); e servem de base para assar carnes; há ainda os arqueólogos, que os analisam como forma de entender uma história de longa duração da região. O objetivo desse mapeamento foi colocar em relação os saberes e práticas que orientam essas diferentes posturas.

Esperamos que o produto desse trabalho seja não só uma cartilha didática onde os arqueólogos explicam a importância de sua perspectiva histórica; mas um material constituído por diversos registros sobre como se faz o trabalho arqueológico, que passados estão sendo escavados, quais passados e presentes são possíveis de serem construídos através dos objetos culturais etc. Esperamos também entender aquele espaço a partir da análise das materialidades existentes no presente (considerando o registro arqueológico como parte de contextos de relações presentes). O objetivo é que esse processo de pesquisa promova confrontações em que tanto cientistas de áreas diferentes quanto não cientistas estejam postos em relação de conhecimento.

Nesse sentido, o desafio implicado nos processos de comunicação residuiu menos no convencimento de um dos polos da relação sobre o outro e mais na realização de processos educativos voltados à construção prática de uma relação mais produtiva com a diversidade de saberes em jogo. Esperamos extrair tanto dimensões ainda insuspeitas dos artefatos arqueológicos e do modo de exercício local da memória coletiva, quanto algumas “áreas de concordância pragmática” para ações conjuntas futuras. Espera-se, dessa forma, que minorias de hoje não componham amanhã mais uma camada da “estratigrafia do abandono” (BRUNO, 1999).

REFERÊNCIAS

Bruno, Maria Cristina Oliveira *Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.31, p. 234-247, 2005.

_____. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. São Paulo: MAE/USP, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, 17).

CARNEIRO, C. G. **Análise de ações educativas relativas a programas de resgate arqueológico**. Qualificação (Doutorado). São Paulo: MAE/USP, 2008.

GRUPIONI, L. D. B. Comunicação pessoal. In.: SEMINÁRIO MUSEUS, IDENTIDADES E PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., São Paulo: MAE/USP, 2006.

GUARNIEIRI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n.3, p. 7-12, 1990.

HODDER, I. Arqueologia como arqueologia. In: HODDER; HUDSON. (Eds.). **Reading the past**: Current Approaches to Interpretation in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 236-243.

_____. Crisis in global Archaeology. The archaeological process. An introduction. Oxford: Blackwell publishers, 1999. p. 1-19.

_____. **Theory and Practice in Archaeology**. London: Routledge, 1992.

_____. **Archaeological reflexivity and the “local” voice**. [S.n.; s.l.; s.d.].

HORTA, M.L.P. 20 anos depois de Santiago: a declaração de Caracas: 1992. In: **A memória do pensamento museológico contemporâneo**: documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Nacional Brasileiro do ICOM, 1995. Mimeo.

HORTA, M.L.P. et al. **Guia básico de Educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museu Imperial, 1999.

MILLION, T. Developing an aboriginal archaeology: receiving gifts from White Buffalo. In: SMITH; WOBST. **Decolonizing archaeological theory and practice. Indigenous Archaeologies**. London: Routledge, 2006. p. 43-55.

Renfrew, C.; BAHN, P. **Archaeology**: theories, methods and practices. Thames & Hudson. 2004.

SCARRE, Chris; SCARRE, Geoffrey (Eds.). **The ethics of Archaeology**. Univ. of Cambridge Press, 2006.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMITH, Laurajane. **Archaeological theory and the politics of cultural heritage**. NY: Routledge, 2004.

TULLY, G. Community Archaeology: general methods and standards of practice. **Public Archaeology**, v. 6, n. 3, p. 155-187, 2007.

Varine-Bohan, H. Museus e desenvolvimento social: balanço crítico. In: **Museus como Agentes de mudança social e desenvolvimento**. Xingo: MAX, 2008.

WAHLGREN; SVANBERG. Public Archaeology as a renewer of the historical museum. **Public Archaeology**, v. 7, n. 4, p. 241-258, 2008.



PARTE III – ESTUDOS DE CASO

O Sítio Caretas: Uma biografia do lugar

Marta Sara Cavallini
Filippo Stampanoni Bassi

O rio conserva a mesma largura, com uma ou outra pequena enseada, formada pela irregularidade do terreno. N'uma destas, costeiam uma curva, grandes lajes de grés arenosos, onde estão gravados alguns desenhos, representando o sol, figuras humanas e outros de configurações enigmáticas. Allí a paisagem è a mais pittoresca que se encontra. (BARBOSA RODRIGUES, 1875: 14)

Notícias do sítio rupestre Caretas encontram-se na memória local, assim como naquela que podemos definir acadêmica, ou seja, nos relatos dos pesquisadores que, a partir do final do século XIX, pararam nesse lugar atraídos pela sua paisagem e pelas imagens enigmáticas gravadas nas pedras, na tentativa de entendê-las como restos de antigos códigos comunicativos (BARBOSA RODRIGUES, 1875; NIMUENDAJU, 1926 [2004]; RAMOS, 1930). Assim, ao lado das interpretações que em alguns casos chegaram a definir tais gravuras obras de antigas culturas mediterrâneas (RAMOS, 1930), o Caretas é também o cenário pitoresco de histórias e lendas, que foram transmitidas pela população local.

Como já foi destacado nesse livro, um estudo arqueológico das antigas culturas pré-coloniais do baixo Rio Urubu pode considerar seus restos materiais também como parte de um processo de intensificação ocupacional e domesticação da paisagem. A

nosso ver, isso permite estudar os vestígios arqueológicos inseridos no contexto do qual fazem parte; portanto, nos encaminha a uma leitura do passado mais abrangente, sendo os artefatos portadores de significados atribuídos pelo homem, segundo a sua percepção e identidade. Dessa forma, nosso objetivo não é traduzir as figuras gravadas nas pedras, mas documentar a cultura material, classificando os objetos, e tentar compreendê-la na interação com os lugares e as atividades humanas, cotidianas e simbólicas, das quais participou. Portanto, ao estudar o sítio rupestre Caretas, nosso propósito é o desenvolvimento de uma abordagem que procure estabelecer tais relações culturais e cronológicas entre as gravuras e os demais aspectos da paisagem arqueológica, na ótica de nos aproximar um pouco mais da intencionalidade e da percepção antiga, pertencentes a quem as confeccionou e as sentiu, convivendo com elas.



Figura 1: documentação fotográfica histórica do sítio Caretas realizada em diferentes épocas. Na ordem, da esquerda, Nimuendajú (1926) e Ramos (1930).

Conhecer o espaço que ocupamos depende também da memória que dele temos, a qual se acumulou no tempo e se tornou tradição. As experiências do passado chegam até o presente, ao longo dos séculos são modificadas e re-significadas e nesse processo constroem o que aqui chamamos de paisagem de um sítio. Tanto os lugares quanto as lembrança das ações e dos movimentos ocorridos entre eles ajudam a compor a história da própria paisagem, porque através do tempo da memória estabiliza-se e não se perde sua percepção.

O Caretas se apresenta caracterizado, de fato, por dois aspectos: os vestígios arqueológicos são os testemunhos de uma longa tradição de significados atribuídos a esse espaço, assim como a percepção hodierna dos moradores do território nos fala a respeito das suas re-significações.

Nesses anos de pesquisa coletamos vários depoimentos a respeito do conhecimento tradicional que nos reenviam a uma percepção do Caretas como lugar de longa tradição, com peculiaridades específicas e únicas, seja do ponto de vista do meio ambiente, como também semântico.

O sítio de arte rupestre localiza-se na margem esquerda do Paraná do Rio Urubu, a cerca de 5 km a montante da comunidade São José da Ponte, situada ao km 21 da estrada Itacoatiara/Manaus (município de Itacoatiara/AM).

Esse lugar torna-se ligado a várias lendas que falam a respeito da presença de material precioso enterrado (ouro e diamantes), assim como de contos de epifanias de seres encantados, de naufrágios e sepultamentos de antigos reis fenícios (PIRES, 1968).



Figura 2: o sítio Caretas durante a seca. Foto : M. Cavallini, novembro 2012.

Inclusive, o trecho do rio que se situa em frente dele caracteriza-se como altamente piscoso e, sobretudo, perigoso pela navegação durante as cheias: tais aspectos geraram, na percepção hodierna, uma visão do sítio altamente peculiar, se o compararmos com as outras áreas próximas.

Fato, esse, que não surpreende quem já visitou o Caretas durante a época da seca, quando apresenta-se inteiramente visível (vide fig. 2). Se aproximando pelo Paraná, as pedras claras de arenito destacam-se da água escura do Urubu e, no fundo, o verde da mata é apenas o cenário daquelas rochas, que parecem ter se empurrado e acotovelado uma com a outra para se jogar no rio.

De longe, a lama deixa só perceber que nem todas as linhas e os furos daquelas pedras são o resultado das quebras e das marcas

que deixaram as raízes e a correnteza do rio; portanto, o visitante fecha um pouco os olhos, para que a luz do sol não lhe esconda, aplainando, as sombras do que lhe parece ser algo de desenhado intencionalmente. A expectativa era maior, um primeiro olhar mostra um sítio pequeno e o visitador imagina tratar-se de gravuras pouco visíveis, muito intemperizadas. Realmente começa a desconfiar das fabulosas interpretações de quem percebia o lugar como habitado por centenas de pessoas representadas nas rochas. De repente, o barco chega próximo de algumas pedras e aí, ao procurar um espaço para descer, o olhar cai naquelas caretas, metade fora e metade dentro do rio: os profundos traços curvilíneos, os grandes olhos gravados são marcas quase animadas pelo jogo de água e luz que as ilumina.

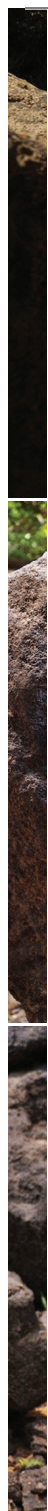
Parecem rostos humanos, de verdade, é a primeira exclamação que até as pessoas mais cautas e tímidas não conseguem segurar entre os dentes. É a natural consequência daquele descompasso entre a expectativa quase decepcionada e a esperança tingida de descoberta. Todavia, a um rápido escrutar, não aparece nenhuma outra careta tão bem marcada, talvez uma linha curva, ou uns furos, talvez uma boca, mas tudo é pouco claro e a atenção é agora voltada ao se segurar entre as rochas. Uns segundos e consegue já entrar no sítio, seguir as trilhas, que na areia estão bem visíveis. Aos poucos, muitas caretas se mostram ao visitante, altas, gravadas nas faces superiores e frontais das pedras caídas acima de outras, ou pequenas, quase escondidas nas superfícies inferiores. Rostos redondos, quadrados, triangulares ou em forma de coração, às vezes somente os olhos e as bocas contornadas por uns traços; linhas retas, braços e dedos, raios de sol que circundam um rosto, um outro está gritando, muitos estão rindo; surge a dúvida se todas sejam caretas, ou, pelo contrário, feições naturais dos arenitos, como quando, observando o céu, uma nuvem parece um macaco, um peixe ou um homem; se aproximando às pedras para conferir, os contornos dos rostos se multiplicam entre os furos, que se tornam parte dos mesmos. Onde não existia nada, agora parece estar lotado de seres te espiando, todos realizados com a mesma técnica do

picoteamento direto¹⁵ e quase se escondendo entre as formas naturais das rochas, num jogo de olhares alheios.

Depois de alguns minutos, despercebendo por onde já passou, se confundindo com as figuras talvez já vistas, ou somente parecidas, quando consegue se afastar uns metros, a pessoa que até pouco tempo antes queria entender, descobrir, agora deseja descansar e sentar na sombra de uma pedra, quase invadida por todos aqueles olhares, escrutando a paisagem pitoresca. Toma uma água, observa o rio e logo depois as gravuras; se pergunta, sorrindo como aquelas caretas, quem seriam todas essas pessoas; uma expressão perplexa, a mesma de alguns petróglifos, pensando se, realmente, trata-se de homens que viveram juntos naquele lugar. De fato, entre todas, destacam-se algumas cenas picoteadas acima das maiores faces das rochas, que retraem figuras juntas uma à outra, ligadas por linhas que se tornam os braços, ou os contornos dos próprios rostos. Nesses planos cenográficos, outras pequenas caras despontam nos ângulos, ao lado das figuras maiores, quase a preencher os espaços vazios.

Passamos vários meses nesse sítio, transcorremos os dias e às vezes as noites entre os petróglifos, aprendendo que cada um torna-se completamente visível somente


¹⁵ Percussão em um suporte duro com a ajuda de um instrumento pontiagudo (picareta) diretamente utilizado sobre a superfície, para retirar progressivamente pequenos pedaços de rocha.







Figuras 3-9: gravuras do sítio Caretas. Fotos: M. Cavallini, novembro 2010.



sob determinadas perspectivas e condições de luz e que, portanto, o Caretas não se desvela a um primeiro olhar, nem àquele mais curioso ou atento. As figuras gravadas mais ou menos profundamente na rocha, os traços irreconhecíveis, as cúpulas, os furos naturais reaproveitados ou trabalhados com picoteamentos, as linhas serpentiformes e até algumas palavras incisadas em época histórica, tudo isso tem um tempo para aparecer e ser percebido; para ser fotografado, decalcado com uma caneta de retroprojeto através de um plástico transparente¹⁶ ou ressaltado com um papel carvão acima de um tecido apoiado sobre a gravura;¹⁷ cada figura posiciona-se em um espaço não casual e isso porque nenhuma foi realizada escondendo a outra, mas, pelo contrário, se completando com ela.

A percepção mais forte que o Caretas traz consigo é aquela de acolher pedras que se

tornam seres vivos, a ser revelados com muita paciência, a mesma de quem lhe deu vida.

Antes de descrever os estudos específicos desenvolvidos no sítio, queremos aqui repetir os mesmos passos metodológicos que desenvolvemos em campo, ou seja, partir de uma visão mais distanciada, um olhar na direção do contexto paisagístico que, como dissemos, se tornou fundamental no nosso estudo, para tentar entender o significado e a percepção que caracterizaram o Caretas ao longo dos séculos.

Um breve levantamento dos arredores permitiu algumas considerações tanto geomorfológicas, como também a respeito do uso do espaço pelos antigos moradores. Primeiramente, foi observado como todos os pedrais dessa porção do Paraná do Urubu (desde a comunidade São José da Ponte, até a localidade Lago Aybú, localizada a cerca de 5 km, subindo o curso do rio) pertencem à mesma linha de rochas visível no barranco e inserida numa estratigrafia de depósito de sedimentos trazidos pelo rio ou provenientes do colúvio. Em alguns trechos, tais pedras conformam-se como lajes: entre elas, as maiores são conhecidas com topônimos que servem de referência para os moradores, como, por exemplo, a laje *Pedra Chata*, que se encontra entre o Caretas e a comunidade São José da Ponte, na margem esquerda do Paraná; em outras áreas, as rochas são blocos soltos de arenito, à margem do rio,

16 Tal técnica de registro define-se decalque: consiste em fazer o calco direto das gravuras com um plástico transparente sobreposto.

17 Esse tipo de documentação é chamado de frotagem (termo de origem francesa “frottage”, de froter, que significa “esfregar”): é uma técnica gráfica que consiste em colocar uma folha de papel sobre uma superfície áspera e esfregá-la, pressionando-a com um bastão de cera até a textura aparecer. A frotagem gera uma imagem em negativo: o giz de cera marca a superfície externa ao gravado, colorindo a face externa e deixando em branco o traço. Depois é preciso uma positividade da imagem gerada, através da redução gráfica, fotografia e renderização no software Photoshop. No nosso caso, foram utilizados no lugar do papel a entretela, um tecido de algodão, engomado e o papel carvão ao invés do bastão de cera, devido às específicas condições do contexto.

ou pouco mais acima. Em ambos os casos a ausência de gravuras reconhecíveis¹⁸ é um elemento muito importante; os arredores, de fato, apresentam, do ponto de vista ambiental e arqueológico, rochas areníticas potencialmente aptas a se tornar o suporte da arte rupestre; mesmo assim, somente essa porção de espaço, que é o sítio Caretas e sua periferia, foi escolhido por ser o teatro de uma altíssima densidade de petróglifos, decisão portanto não determinada somente pela presença das pedras.

O pedral assenta-se numa leve curva do Paraná do Urubu, a qual está sendo erodida pelo curso de água. Tal ação natural permite a gradual exposição das rochas e está causando a queda de vários matacões do perfil do barranco. Nesse trecho muito profundo, durante a cheia, a correnteza do rio, encontrando as pedras, gera um forte redemoinho, que impede a navegação próxima da margem esquerda. O sítio rupestre localiza-se justamente em frente deste vórtice.

18 Durante a última etapa de campo, ocorrida entre outubro e dezembro de 2012, um levantamento mais aprofundado do sítio de lajes *Pedra Chata* evidenciou a presença de bacias de polimento, cúpulas e de áreas trabalhadas por picoteamento. Embora muito erodidas, tais marcas lembram as ocorrências de furos naturais, trabalhados com a mesma técnica, no sítio Caretas. Inclusive, não podemos descartar a hipótese da presença de gravuras representantes cabeças, mas, com certeza, não se trata do mesmo contexto, tanto do ponto de vista da localização das rochas (de fato, são dispostas provavelmente em um plano horizontal), quanto pela diferente densidade dos vestígios.

Prospecções na área evidenciaram a presença de aspectos naturais e de intervenções humanas que nos levaram a considerar esse território como um ambiente fortemente domesticado: de fato, trata-se de uma grande ilha de terra firme de cerca de 220 hectares, cercada ao sudoeste por um igarapé, chamado das Caretas, mais a montante do homônimo sítio, na margem esquerda do Paraná.

O território central apresenta-se bastante ondulado, o solo é argiloso e compactado (latossolo amarelo) e tem uma elevada presença de concreções ferruginosas. A cobertura vegetal é uma capoeira madura e densa, mas, embora hoje em dia toda a área seja abandonada, ainda são perceptíveis sinais de intervenções humanas na vegetação, caracterizada por uma elevada densidade de plantas de certa utilidade para a vida dos habitantes. Sabemos que florestas modificadas pelo homem, especialmente sobre terra preta, são conhecidas por exibir maior diversidade e densidade de espécies domesticadas ou modificadas (JUNQUEIRA et al, 2010). Palmeiras domesticadas ou em processo de domesticação e sua distribuição no espaço podem ser bons indicadores de ocupação do local. O Inajá (*Ataleia maripa* Aubl.),¹⁹ a Bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.) e o Tucumã (*Astrocaryum aculeatum* Meyer) presentes em grandes concentrações na área, por exemplo, são palmeiras muito competitivas,

19 Suas folhas são tradicionalmente utilizadas para recobrir as habitações e as cascas da sua fruta como cuias.

que ao longo dos séculos conseguem se manter no território, resistindo às queimas e às derrubadas da mata; enfim, sua densa ocorrência pode ser atribuída a um antigo uso humano, estando todas essas plantas em processo de domesticação.

Em tal ambiente, com vista ao Urubu, documentamos a existência de uma mancha de terra preta de cerca de três hectares, localizada próximo da área de confluência com o igarapé das Caretas. Esse último, por consequência, se torna uma possível via de acesso à área de terra preta, que foi cadastrada por Mário Simões em 1980 (SIMÕES, 1983) como sítio ocupacional AM-IT-30 Pedra Chata. Assenta-se em uma zona plana, no topo de um divisor de águas com elevação que chega até 57 m acima do nível médio do mar. Nas proximidades do sítio, o desnível em relação ao Rio Urubu varia entre 20 e 26 m, dependendo da época do ano.

O igarapé das Caretas rodeia o Pedra Chata e tem suas cabeceiras em uma área que se estende atrás do sítio em direção Oeste, a uma distância de cerca de 1500 m. Aqui se encontram também as nascentes de outro igarapé maior que delimita o lado Norte da terra firme, desaguardo no Paraná cerca de dois quilômetros a jusante da boca do igarapé das Caretas.

Essa zona de cabeceiras é interessante do ponto de vista ecológico por ser uma área de ecótono, quer dizer, de interface e

interação entre nichos ecológicos diferentes, portadora de uma maior riqueza do ponto de vista biológico, portanto com um maior potencial de recursos para o homem. De fato, em toda essa área, caracterizada por solos arenosos e por uma vegetação de campina e campinarana, registramos a presença de dois grupos de palmeiras, que marcam dois meios ambientes diferenciados e que podem refletir antigas explorações humanas distintas, segundo a época do ano: o primeiro de terra firme, onde predominam o Inajá e o Tucumã, (plantas dominantes, como vimos, índice de mata secundária antiga) e por fim o Muruci (*Byrsonima crassifolia* (L.) Kunth), utilizado na alimentação e semidomesticado; do outro lado, palmeiras como o Jauari (*Astrocaryum jauari* Mart.) e o Jará (*Leopoldinia pulchra* Mart.) caracterizam as áreas alagáveis de igapó e são à base da subsistência de alguns animais caçados pelos homens, portanto indicadores de uma possível exploração sazonal do território, durante as cheias. Inclusive, na área inteira evidenciou-se a presença de outro gênero de palmeiras, o *Bactris*, típico de ambos os ecossistemas, utilizado desde a antiguidade na alimentação.

Enfim, durante as primeiras prospecções dessa região foram encontradas concentrações de fragmentos de cerâmica e lascas de arenito silificado, em dois diferentes areais a pouca distância um do outro. Mesmo estando presentes vestígios cerâmicos, devido

à associação entre ambiente e artefatos líticos lascados, não podemos excluir a possibilidade da existência de uma ocupação pré-cerâmica, se comparamos essa área com outras localizadas na região de confluência do rio Negro com o Solimões (COSTA, 2009).

Sempre na direção de um estudo do uso e da percepção do espaço ao longo do tempo, no território central da ilha de terra firme observamos modificações na paisagem que remontam às últimas ocupações do local: de fato, até poucos anos atrás, a área foi utilizada como plantio de mamão. Simões relata que, em 1980, o dono do terreno, o senhor Roldão Pires, tinha construído um pequeno rancho ao Norte da terra preta e, como arqueólogo amador, tinha escavado uma trincheira, que até hoje fica visível fora da área de terra preta, para procurar um fantasioso túmulo de um rei fenício (PIRES, 1968). Outras feições mais discretas na paisagem demonstram a intensa atividade humana histórica, como dois prováveis sepultamentos caboclos, marcados por círculos de pedras alinhadas e um caminho em desuso, que segue a vertente e liga o local onde antigamente surgia a fazenda (hoje totalmente obliterada) com o pedral logo abaixo.

Nossa equipe pesquisou esse território durante quatro etapas em que procedemos ao reconhecimento do local, através de caminhamentos realizados tanto no setor onde se encontra a terra preta, quanto na área

de vertente que conecta esse lugar com o sítio Caretas; mapeamos, com o uso de GPS, além das feições paisagísticas históricas, seis diferentes acessos ao sítio, possivelmente pré-coloniais (vide fig. 10), sendo que um conecta a área de topo de vertente com uma pequena enseada na beira do igarapé das Caretas (C-3); os outros ligam diretamente o sítio com as duas periferias Norte e Sul do sítio rupestre (C-1, C-2, C-5 e C-6).

Tais evidências, apesar de serem consideradas preliminares e da necessidade de comprovação com escavações arqueológicas, apontam para uma utilização pré-colonial das duas áreas em conjunto.

Como já dissemos anteriormente, as atividades humanas entram na paisagem, assim como os elementos naturais (cursos de água, pedras, árvores, etc.) se tornam lugares conhecidos, familiares, e tudo isso faz parte da vida de uma sociedade e da sua memória no tempo (TILLEY, 1994). Um caminho, uma trilha de um lugar para outro nos falam de experiências e relações passadas, entre as pessoas e entre essas últimas e a paisagem, que permaneceram até hoje e que formam o contexto de um sítio arqueológico. Caminhar e se mover num espaço, conhecendo e lembrando os lugares, reconhecendo-os através dos nomes, equivale, portanto, a construir uma história daquele espaço, ou seja, transmitir experiências passadas no presente.

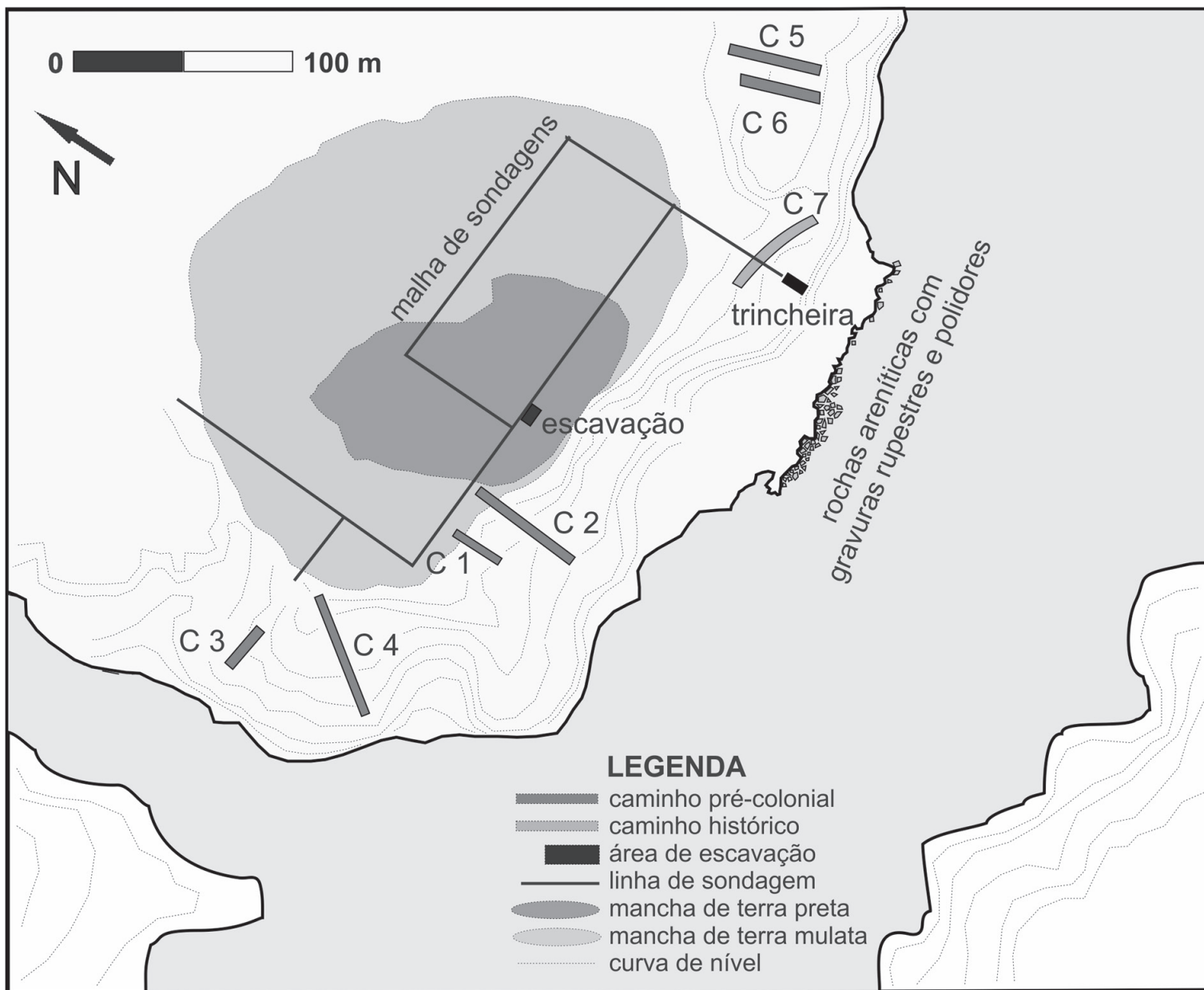


Figura 10: croqui elaborado a partir de pontos GPS da área dos sítios Caretas e Pedra Chata, com evidenciadas algumas feições naturais e culturais. Autor: F. Stampanoni.

Aqui estamos tentando reconstruir aquela história, que é uma história dos objetos e das culturas que os produziram, a partir também do estudo da relação entre as coisas no espaço, marcada pelo homem antigo através das suas práticas cotidianas, simbólicas e semânticas, ou seja, da sua identidade.

Nomear ou identificar alguns lugares e específicos elementos naturais significa destacá-los dos outros menos ou não conhecidos, torná-los espaços subjetivos e não percebê-los somente como parte do ambiente, externos ao nosso sentido; mas, sobretudo, visa estabelecer e manter uma própria identidade daquele lugar.

Coerentemente com nosso objetivo de pesquisa, queremos agora aprofundar, além das possíveis relações culturais ocorridas em um território, aquelas temporais. Procuramos, portanto, investigar os âmbitos nos quais produzir dados passíveis de ser organizados dentro de parâmetros cronológicos, absolutos ou relativos. Direcionamos nossa pesquisa no estudo da sobreposição das camadas arqueológicas e da distribuição dos vestígios no perfil estratigráfico.

Os dados coletados durante as prospecções evidenciaram um papel de centralidade atribuível ao sítio Caretas, como possível núcleo centrípeto de um lugar persistente (MOORE; THOMPSON, 2012); esse elemento, de acordo também com a grande quantidade de grafismos presentes,

combinada com a maior variabilidade dos temas figurativos da região, nos levou a tratar esse local como o principal objeto de nossa pesquisa; contemporaneamente, seu estudo foi considerado de grande importância para esboçar uma classificação dos motivos rupestres e se aproximar de um reconhecimento preliminar dos diferentes momentos durante os quais foram realizadas as gravuras. Devido ao fato que nosso principal objetivo é tentar inserir este ciclo de atividade dentro de uma referência temporal, precisávamos, antes de tudo, segregar os âmbitos nos quais se dão tais relações.

Primeiramente, realizamos um estudo da distribuição dos petróglifos no espaço; durante nossa primeira etapa de campo, foi criado um croqui em planta baixa do sítio, onde foi evidenciada a disposição dos 325 grafismos, 10 painéis totalmente gravados e 197 polidores distribuídos nas rochas²⁰ (vide fig. 24). Foi estabelecido, com o auxílio de um teodolito, um grid a partir de um eixo Oeste-Leste paralelo ao rio. A área de ocorrência das gravuras, de 2060 m², foi dividida em 24 quadrantes e cada um foi delimitado por linhas métricas possibilitando assim, graças a duas trenas, a plotagem²¹ de todas as rochas, com um razoável nível de precisão. As pedras não gravadas que tinham o diâmetro igual

20 Convencionalmente, representamos no croqui as gravuras com um quadrado, as bacias de polimento e os afiadores com um triângulo.

21 Localização de um ponto em um espaço tridimensional.

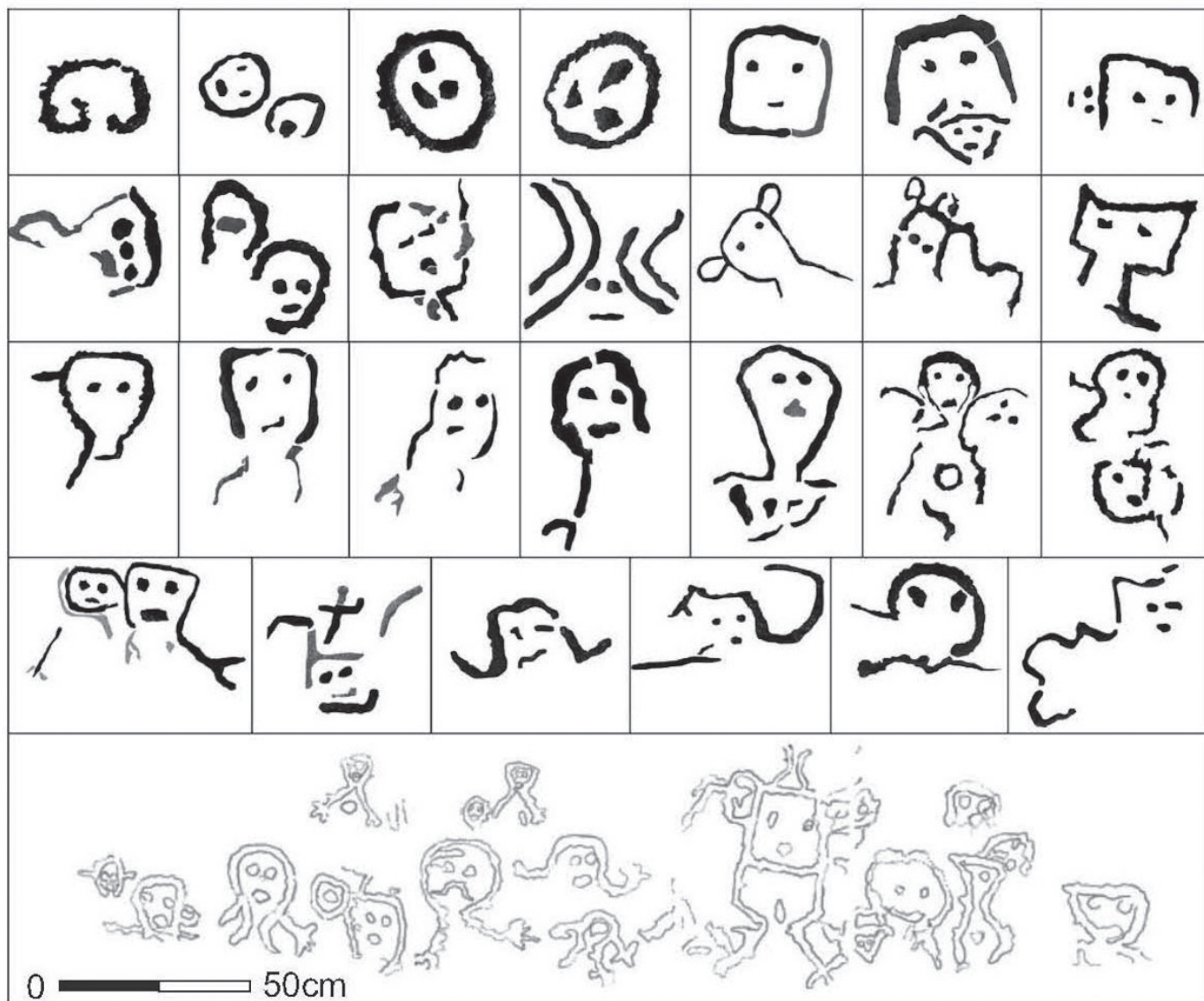


Figura 11: Repertório de motivos rupestres do sítio Caretas digitalizados. Autor: M. Cavallini.

ou inferior a 20 cm não foram desenhadas, exceto nos locais onde a fragmentação das mesmas nos pareceu indicar áreas em que as pedras tivessem sido estilhaçadas por atividades humanas de retirada das mesmas.

A identificação de cada pedra gravada em relação ao quadrante ao qual pertence, permitiu associar fotos, anotações, eventuais decalques e frotagens: de fato, tal visualização espacial dos suportes rochosos foi elaborada com o objetivo de produzir uma base à qual amarrar a investigação específica dos petróglifos, incluindo um estudo estatístico que ainda não foi finalizado.

A documentação fotográfica, junto com o processo de digitalização, o decalque e a frotagem de uma amostra de figuras (vide fig. 11) se tornou a principal fonte de dados para investigar sua densidade e distribuição no espaço, como também possíveis relações temporais com o auxílio da análise das superposições. De fato, quando as gravuras são realizadas acima de outras ou sobre superfícies trabalhadas, que indicam um tipo de atividade humana, é possível estabelecer uma relação cronológica relativa entre os diferentes usos do sítio. Alguns casos nos levaram a considerar a existência de um momento no qual específicos tipos de petróglifos foram confeccionados acima das bacias de polimento, desfrutando a superfície polida precedentemente; inclusive, algumas gravuras são delimitadas por marcas

de afiadores, que se tornam os contornos dos rostos (vide fig. 12). Com certeza, portanto, no Caretas as atividades simbólicas eram realizadas contemporaneamente ou sucessivamente àquelas cotidianas, dado que ainda uma vez nos direciona a uma visão do sítio como lugar centrípeto, cenário de repetidas e diferentes práticas humanas, ao longo do tempo.

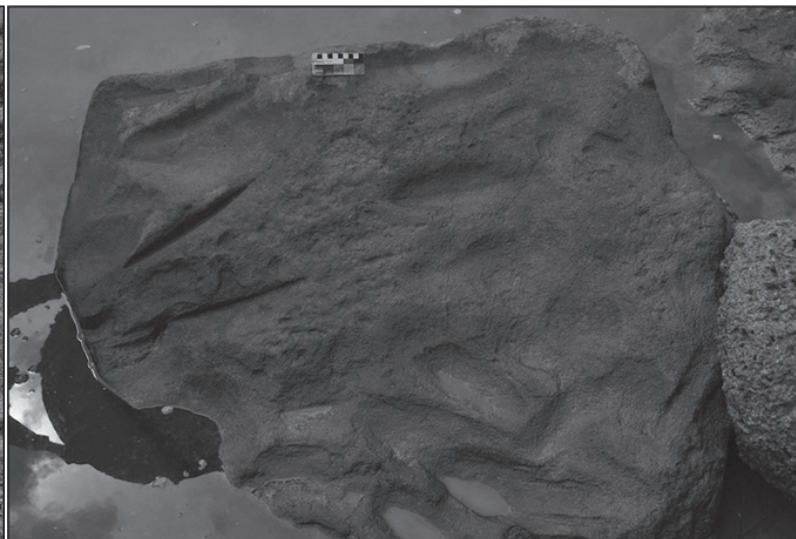
Outra característica desse lugar, a presença de uma massiva quantidade de polidores e afiadores de machados, em vários níveis (vide fig. 13, 14 e 15), nos permite enriquecer nossa análise: esses vestígios se configuram como um elemento útil para estabelecer também os precisos momentos de utilização do espaço, devido ao fato que para o polimento é necessária a presença de água o mais próximo possível.

A existência de polidores nas rochas mais altas, acima do nível da seca do rio, nos remete à hipótese de que o Caretas, mesmo na pré-história, se encontrasse gradualmente submerso na transição entre seca e enchente; essa periodização das atividades, sobretudo aquelas ligadas à produção de machados e instrumentos polidos (vide fig. 16), nos sugere a presença de uma cadeia operatória ligada ao manejo do ambiente e à produção de alimentos.

A escolha de um determinado momento do ano para a confecção das ferramentas de trabalho e o fato da mesma época ser utilizada



Figura 12: gravura sobre polidores no sítio Caretas, quadrante XIII, rocha 19. Foto: M. Cavallini, novembro 2011.



Figuras 13 e 14: bacias de polimento em diferentes níveis do sítio Caretas (quadrantes XXII e IX). Foto M.Cavallini, novembro 2011.

também para outra atividade como aquela de confecção de grafismos, talvez implique, de um lado, um possível calendário para a exploração do território; e do outro, pode reenviar a uma simbolização do mesmo calendário (SCARAMELLI e SCARAMELLI, 2010). Enfim, no âmbito do manejo ambiental, que compreende as atividades de domesticação da paisagem, não podemos esquecer que o Caretas está espacialmente associado à terra preta do Pedra Chata e que o uso de machados possa ser relacionado à própria produção da terra preta.

A ausência de sítios de oficina lítica nos outros pedrais do rio, próximos a tal localidade, mesmo em associação espacial com sítios arqueológicos, pode representar uma escolha intencional a respeito da centralização do sítio Caretas como local de concentração econômica e simbólica (TENÓRIO, 2003).

Para amarrar todos esses dados de cronologia relativa dos petróglifos ao calendário, primeiramente nos concentramos na detecção de possíveis contextos estratigráficos diretamente ligados aos grafismos. É conhecida a dificuldade de encontrar tal tipo de dados em sítios rupestres localizados na beira dos rios amazônicos; porém, temos que ressaltar que o Caretas nos ofereceu a possibilidade de trabalhar com rochas gravadas inseridas no perfil estratigráfico do barranco.

Desde a primeira etapa de reconhecimento, de fato, percebemos que a ação erosiva do Rio Urubu estava expondo quatro rochas portadoras de petróglifos. Especificadamente, nos deparamos com uma dessas quase totalmente gravada e parcialmente coberta por uma espessa camada de sedimentos: nesse caso, os grafismos pareciam continuar na parte soterrada (vide fig. 17). Operamos em três



Figura 15: marcas de polimento no sítio Caretas (quadrante XII).
Foto: M.Cavallini, novembro 2011.



Figura 16: machado encontrado em superfície no quadrante XIII.
Foto: M.Cavallini, novembro 2011.



Figura 17: Limpeza do perfil N da trincheira escavada no sítio Caretas. Foto: M. Cavallini, novembro 2010.



Figura 18: Coleta de uma amostra de carvão no perfil E da trincheira escavada no Caretas. Foto: M. Cavallini, novembro 2013.

direções paralelas: organizamos uma etapa de campo finalizada à abertura de uma trincheira que cortasse o barranco a partir dessa pedra, com o objetivo de entender a estratigrafia deposicional do pacote sedimentar que selava a rocha. Para cumprir essa tarefa, participaram da escavação cinco alunos do curso de Graduação de Tecnólogo em Arqueologia da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Em segundo lugar, foi desenvolvido um estudo preliminar da geomorfologia fluvial do Rio Urubu nesse trecho, se servindo de imagens de satélite; enfim, convidamos para campo o Dr. Clauzionor Lima da Silva, professor de geologia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), autor de várias pesquisas na região da bacia do Rio Urubu e do Rio Negro (LIMA DA SILVA, 2005).

A partir de uma sondagem de 1m², expandimos a escavação em direção Sul e cortamos o barranco, retirando as camadas por níveis naturais (decapagem) e expondo os diferentes paleossolos (vide fig. 19 e 21). O resultado foi uma trincheira de 4 m de comprimento, por 3 m de profundidade máxima, que mostrou a sobreposição de 12 camadas, cuja interpretação preliminar aponta para uma alternância, ao longo de quase toda a estratigrafia, de depósitos de colúvio e de aluvião (vide fig. 20). Se conseguirmos entender o tempo de formação dessas camadas que recobrem a rocha portadora de grafismos, poderemos assim ter uma idade mínima para a arte rupestre. Para

realizar esse tipo de estudo, nosso principal objetivo foi retirar amostras de material passível de ser datado em laboratório (vide fig. 18); precisávamos também de umas amostras que fornecessem uma calibração a tais datas, quer dizer a verificação através de diferentes datações independentes. Portanto, coletamos uns fragmentos de cerâmica localizados em uma profundidade de 110 cm para submetê-los a uma análise de termoluminescência (TL), ou seja, procurar estabelecer o momento em que tais cerâmicas foram cozidas para sua fabricação.

Inclusive, extraímos do perfil amostras de carvão que se encontravam na camada próxima à pedra gravada e nas outras superiores, para estabelecer com datação radiocarbônica (C14) sua idade. Enfim, programamos a coleta de amostras de sedimento para realizar uma análise com o método da luminescência ótica estimulada (LOE), que procura estabelecer o momento no qual as camadas enterradas foram expostas à luz do sol pela última vez.

O cruzamento de tais datações pode nos fornecer o período de deposição do sedimento que recobre as gravuras, bem como o âmbito temporal no qual os petróglifos necessariamente já existiam.

Como objetivo de contextualizar cronologicamente o uso de um espaço culturalmente construído como aquele dos dois sítios Caretas e Pedra Chata, nesse último desenvolvemos algumas intervenções de sub-superfície para delimitar a profundidade e o tamanho da



Figura 19: Trincheira escavada no sítio Caretas, vista de cima. Foto: M. Cavallini, novembro 2011.

camada de solo de terra preta; e, finalmente, abrimos uma unidade de 2 m² por 1,20 m de profundidade, para obter informações crono-estratigráficas, no local em que foi encontrada a maior profundidade desse pacote arqueológico. A escavação evidenciou um contexto estratigráfico composto por seis camadas arqueológicas, sem solução de continuidade. A terra preta apresentou-se, de fato, com um pacote de cerca de um metro de profundidade, apontando para uma intensa e provavelmente continuativa ocupação do lugar. Registramos uma densidade bastante elevada de materiais cerâmicos, com uma visível concentração entre os 40 e 80 cm de profundidade. É de se ressaltar,

ao fim de nossa pesquisa, que na base do nível 30-40, foi encontrado um aplique cerâmico modelado em forma de rosto, com olhos e boca confeccionados com a pressão dos dedos (vide fig. 23). O tema coincidente e o estilo semelhante entre tal decoração de um artefato cerâmico e o registro rupestre cefalomorfo típico do sítio Caretas são um índice de uma relação iconográfica, cujo aspecto temporal e cultural ainda precisa ser estabelecido.

Outras considerações sobre a caracterização e a interpretação crono-estratigráfica do sítio poderão ser feitas somente após a finalização da curadoria e das análises laboratoriais.

PROJETO BAIXO URUBU
Sítio Caretas
AM-IT-31

Unidades: N 1008, 1007 E 1102
Perfil LESTE
08/11/2012

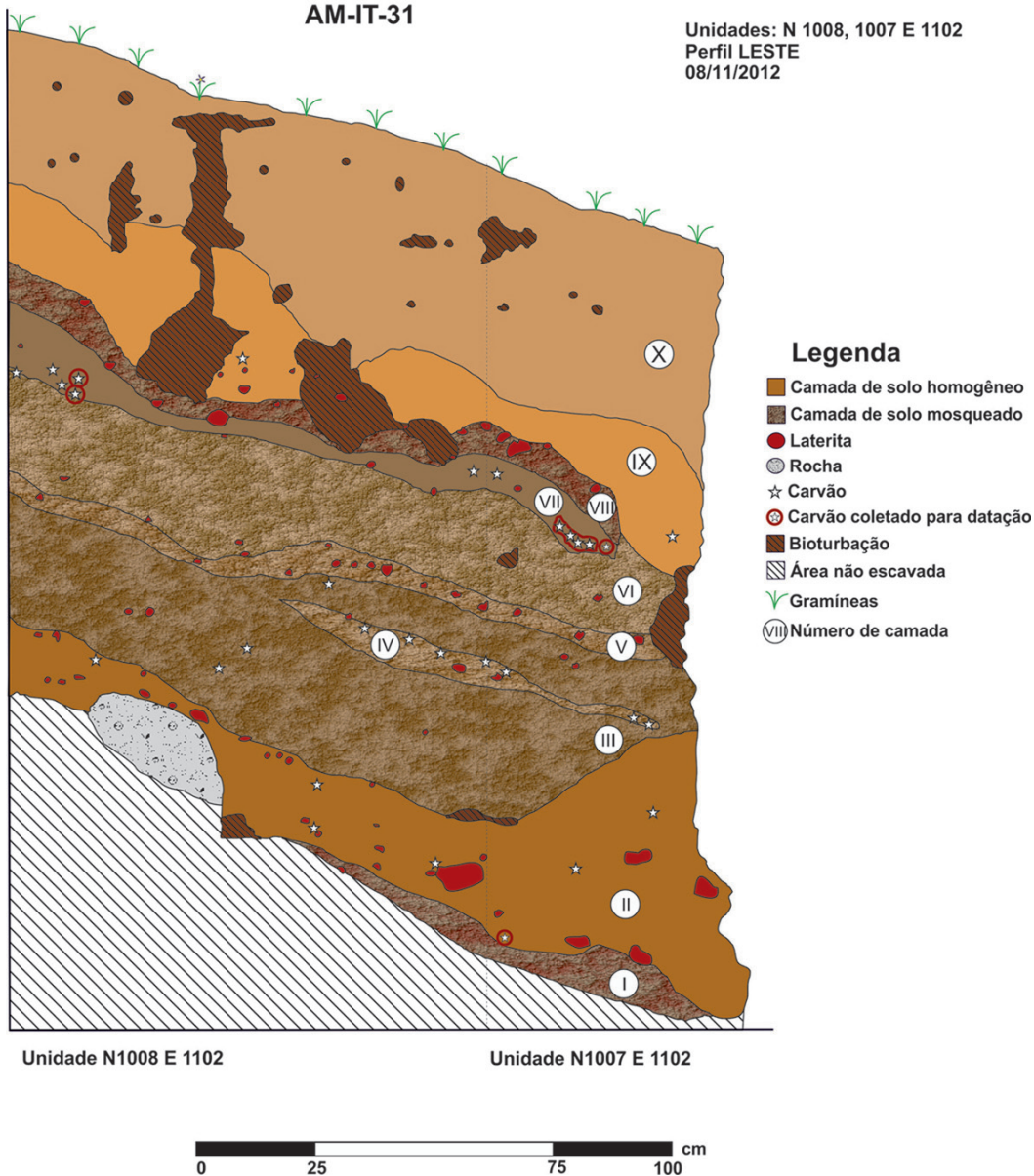


Figura 20: Elaboração gráfica em software Corel Draw Graphic Suite X5 do perfil estratigráfico da unidade de escavação N1000 E963/964. Autor: M. Cavallini.

PROJETO BAIXO URUBU
Sítio Caretas
AM-IT-31

CROQUI EM PLANTA BAIXA DAS
INTERVENÇÕES REALIZADAS
NAS UNIDADES N 1008-1007 E 1061,8

07/11/2012

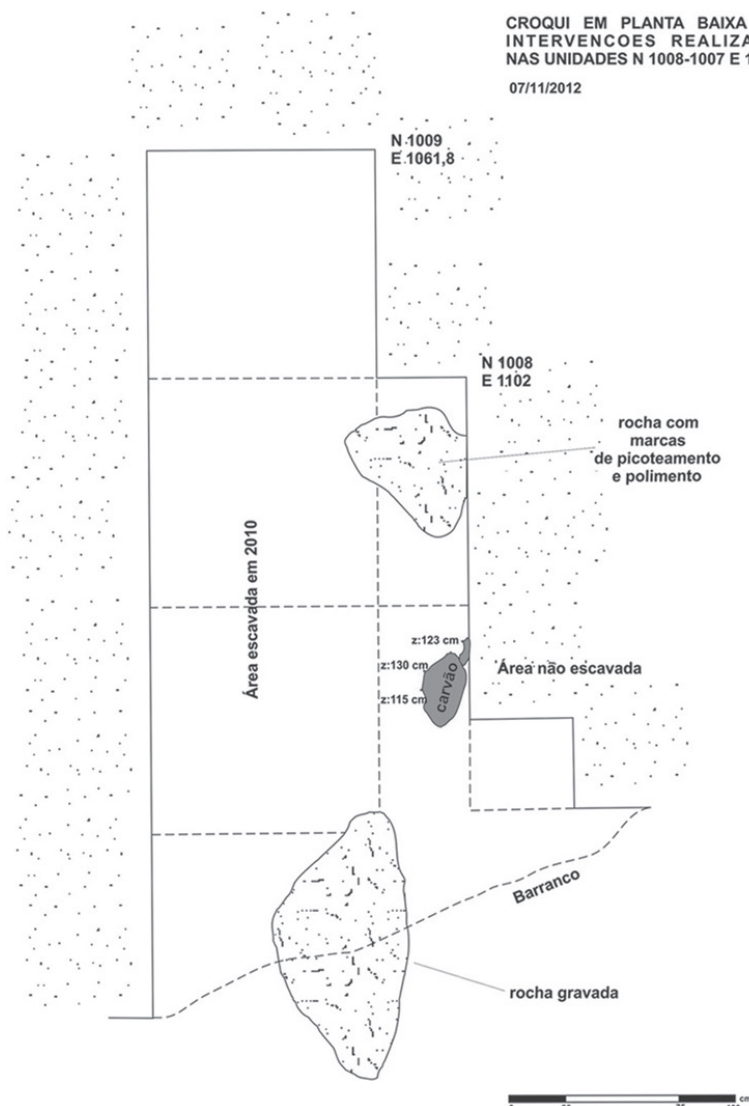


Figura 21: Croqui em planta baixa das intervenções realizadas nas unidades N1008/7 E1061,8. Autor: F. Stampanoni. Elaboração gráfica: M. Cavallini.



Figuras 22: Escavação das unidades N1000 E963/964 no sítio Pedra Chata. Foto: M. Cavallini, junho 2011



Figuras 23: Aplique cefalomorfo encontrado durante a escavação da unidade N1000 E963 no sítio Pedra Chata. Foto: M. de Paiva, junho 2010.

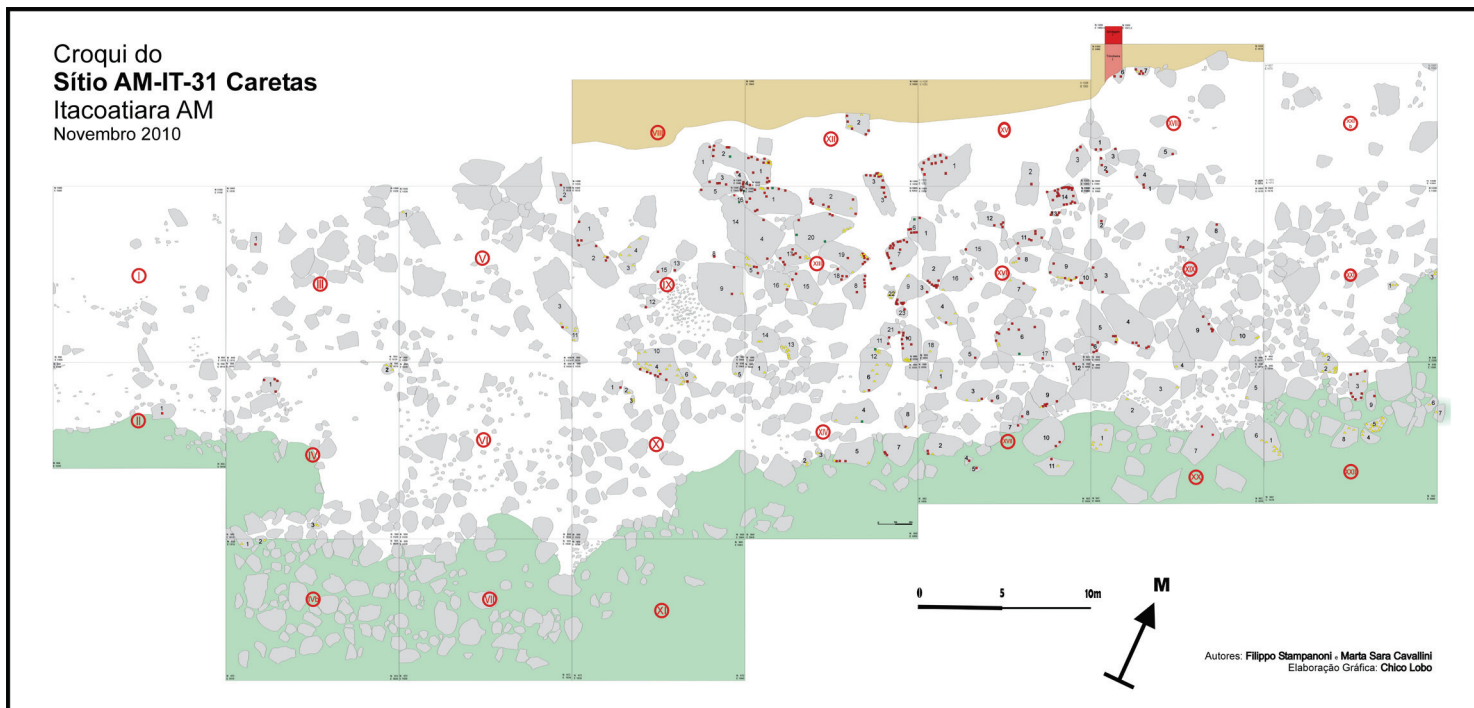


Figura 24: Croqui em planta baixa do sítio Caretas. Autor: F. Stapanoni. Elaboração gráfica: Chico Lobo.

CONCLUSÕES

Este capítulo, apesar de ser o fruto, ainda incompleto, de pesquisas em andamento, se propõe a mostrar que, no longo caminho da arqueologia amazônica, existem numerosas trilhas que merecem ser percorridas. Nossa viagem na pré-história do Rio Urubu começou em outubro de 2009 com a leitura da obra do erudito Bernardo Ramos *Inscrições e tradições da America Prehistórica* (RAMOS, 1930), um texto fabuloso que se demonstrou uma imprescindível fonte de informações sobre a localização dos sítios rupestres da região.

As inúmeras viagens de canoa motorizada, tendo essa obra como roteiro, nos Rios Urubu, Caru, Aneba, no lago Saracá e no Paraná de Silves mostraram um contexto arqueológico riquíssimo, mas em avançado estado de destruição. Os registros rupestres representados no livro de Ramos apareciam agora incompletos ou simplesmente já não existiam mais: no lugar, quase sempre, os rochedos encontravam-se estilhaçados. Este trabalho traz parte da sua justificativa no desejo de recuperar o que ainda não foi perdido; mas, aproveitando da vantajosa posição de fazer parte de um projeto mais amplo, se põe como objetivo

também a integração do registro rupestre como fator contribuinte na construção do discurso sobre a ocupação pré-colonial da região.

Durante esses anos de pesquisa, compreendemos que os lugares adquirem uma história, resultado das atividades, dos movimentos humanos e dos eventos ocorridos neles, que se sedimentam como camadas embutidas de significados. Assim, o arqueólogo que deve estudar a estratigrafia de um sítio para entender seu passado sabe que as camadas que irá considerar se encontram escavando em profundidade a terra, mas também analisando atentamente todos os outros elementos que estão em superfície, no contexto daquele lugar, na paisagem que o circunda.

Por isso, nosso trabalho partiu da necessidade de desenvolver uma biografia desses lugares, que considerasse a importância de um estudo dos vários aspectos que caracterizam a paisagem: geográficos, ecológicos, geológicos, arqueológicos, etnográficos e históricos. O desafio foi organizá-los e integrá-los, segundo nosso ponto de vista, e, finalmente, decidimos orientar nossa busca em direção dos lugares persistentes dessa paisagem: os locais que absorveram a vida de gerações e que foram moldados pela contínua interação com as pessoas. Buscamos, então, entender os resultados materiais dessas práticas repetidas em um determinado espaço, em que o meio ambiente e seus habitantes (humanos e não) entrelaçaram infinitas trajetórias de vida.

Tentamos destacar aqui alguns dos dados mais significativos, a nosso ver, para esse tipo de pesquisa, a qual, naturalmente, deve articular a arte rupestre dentro do contexto arqueológico do qual é parte integrante e imprescindível.

REFERÊNCIAS

BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração nos rios Urubu e Jatapu**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

COSTA, F. **Arqueologia das campinaranas do baixo Rio Negro**: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. Tese (Doutorado)-- Universidade de São Paulo, **São Paulo**, 2009.

JUNQUEIRA, A.B.; SHEPARD, G.H.; CLEMENT, C.R. Secondary forests on anthropogenic soils in Brazilian Amazonia conserve agrobiodiversity. **Biodiversity and Conservation**, v.19, n.7, p. 1933-1961, 2010.

LIMA DA SILVA, C. **Análise da tectônica cenozóica da região de Manaus e adjacências**. Tese (Doutorado)-- Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

MOORE, C. R.; THOMPSON, V. D. Animism and green river persistent places: a dwelling perspective of the shell mound archaic. **Journal of Social Archaeology**, v. 12, n. 2, p. 264-284, 2012.

- NIMUENDAJÚ, C. Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés. **Journal de la Société des Americanistes**, Paris, v. 39, p. 125-182, 1950.
- PIRES, R. B. **Dados da pré-história brasileira**: principalmente da região Amazônica. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968.
- RAMOS, B. de A. da S. **Inscrições e tradições da América pré-histórica**: especialmente do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930.
- SCARAMELLI, K. T.; SCARAMELLI, F. El Arte Rupestre y su contexto arqueológico en el Orinoco Medio, Venezuela. In: PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Org.) **Arqueologia Amazônica I**. Belém: MPEG, IPHAN, SECULT, v.1, p. 287-315, 2010.
- SIMÕES, M. F. **Pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira 1978-1982**. Belém: Publicação Avulsa do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 38, p. 21-49, 1983.
- TENÓRIO, M. C. Os amoladores-polidores fixos. **Revista Arqueologia**, v. 16, p. 87-108, 2003.
- TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**. Oxford: Berg Publishers, 1994.

Estudo sobre a variabilidade artefactual no sítio arqueológico Santa Helena, Silves/AM

Angela Maria Araújo de Lima

Helena Pinto Lima

RESUMO

O artigo apresenta os resultados do estudo realizado sobre variabilidade dos artefatos e a funcionalidade do sítio arqueológico Santa Helena (AM-SL-07) localizado no município de Silves/AM. O sítio foi anteriormente pesquisado, nas décadas de 1970-80, e atualmente foi abordado pelo Projeto Baixo Urubu, do qual esta pesquisa fez parte. Dentro do objetivo principal, pretendemos realizar três análises específicas direcionada ao estabelecimento do tamanho e forma do sítio; observando a variabilidade artefactual encontrada, bem como sua cronologia de ocupação pré-colonial. Esperamos assim resultar num entendimento mais preciso sobre este sítio arqueológico no contexto das ocupações pré-coloniais da região.

INTRODUÇÃO

A arqueologia da região onde desemboca o Rio Urubu, no atual município de Silves/AM, apresenta questões importantes para o entendimento das ocupações pré-coloniais amazônicas. Questões relevantes

foram levantadas desde a década de 1970, apontando para a necessidade de obtenção de dados empíricos para testar algumas das hipóteses então desenvolvidas para explicar a variabilidade artefactual da região. Por essa razão, a partir dessa época foram criados projetos de pesquisa para atender a essa demanda (SIMÕES 1979, 1981, MACHADO, 1991, LIMA, 2009).

Apesar do foco das problemáticas arqueológicas ter se modificado ao longo do tempo, muitas das hipóteses levantadas há quase cinquenta anos ainda permanecem não resolvidas. Nesse sentido, uma possível abordagem analítica está na investigação sobre a variabilidade dos artefatos aliada a funcionalidade dos sítios. Os primeiros dados da área em questão foram obtidos por meio da pesquisa comandada pelo arqueólogo Mario Ferreira Simões, que dá destaque a um sítio particular da região, o Santa Helena (AM-SL-07), por ser o único com materiais cerâmicos vinculados à chamada fase Garbe, além de classificá-lo como habitação (SIMÕES e MACHADO, 1987).

O sítio se localiza estrategicamente no topo de um elevado terraço no lago Canaçari e

possui uma grande elevação, permitindo uma ampla visibilidade tanto para outros sítios da região, que margeiam o lago, como para o próprio curso do Rio Amazonas, distante dali. A pesquisa anterior ocorrida nesse sítio gerou hipóteses sobre sua variabilidade artefactual e, ao mesmo tempo, deixou lacunas relacionadas ao entendimento dos conjuntos artefatuais ali assistidos, bem como sobre sua funcionalidade. Nesse sentido, a atual investigação pretendeu trazer novos dados para a compreensão desse sítio no âmbito da história pré-colonial regional.

Neste artigo, buscamos apresentar os resultados de uma pesquisa que envolveu a identificação da variabilidade artefactual do sítio Santa Helena, que é composto principalmente por materiais cerâmicos e líticos, além da própria matriz de terra preta antropogênica. O estudo buscou também estabelecer o tamanho, composição e a forma do sítio, por meio da avaliação da presença e ausência de materiais arqueológicos em sua extensão. Pretendemos também conhecer sobre a cronologia de ocupação do local. Para isso, algumas amostras de carvão foram selecionadas para envio de datação radiocarbônica em laboratório específico para esse fim. Tais procedimentos foram necessários para que assim pudéssemos compreender alguns aspectos necessários no que tange a funcionalidade do sítio e sua variabilidade artefactual.

Todos os materiais cerâmicos e líticos coletados nas escavações do sítio passaram pelo processo de curadoria, que é composto por diferentes atividades, na seguinte sequência: limpeza, triagem, quantificação e pesagem, numeração e análises tecnológicas por atributos, onde foram verificados aspectos como a matéria-prima, a técnica de manufatura, além de elementos decorativos para os vestígios cerâmicos. Ao final esses dados geraram uma tipologia preliminar para as cerâmicas do sítio, que auxiliaram nas interpretações sobre sua funcionalidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA REGIÃO DO BAIXO RIO URUBU

Quando conceituamos a arqueologia como a disciplina investigativa da emergência, da manutenção e da transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por intermédio da cultura material produzida no passado, fica implícito que seu interesse primordial é esclarecer fenômenos de mudança cultural, operando, fundamentalmente, a partir de três dimensões ligadas que estruturam a vida social: forma, tempo e espaço (LIMA, 2011, p. 12).

Na Amazônia, os vestígios mais comuns são os fragmentos, ou “cacos” de recipientes de cerâmica que eram usados como vasilhames de cozinha com diversas

funcionalidades ou potes de estocagem. Há também pedaços de pratos e assadores que serviam para preparar derivados da mandioca entre outros. Esses artefatos de barro são as cerâmicas que constituem o resto material fabricado em fogueiras ou fornos. Entre os objetos de menor tamanho contam-se cachimbos, carimbos para pintura corporal, pingentes, contas para colares e as rodas-de-fuso. Além da cerâmica utilitária, há também as urnas funerárias finamente decoradas, objetos que eram destinados a finalidades cerimoniais, mas também estatuetas, trempes, apitos, bancos, colheres e adornos auriculares. (PROUS, 1992, *apud* CALHEIROS, 2012).

O arqueólogo Mario Simões e sua equipe na década de 1970 tiveram muita influência na arqueologia da região, ao desenvolver o projeto denominado *Pesquisas Arqueológicas no Lago de Silves*. Dentro desse projeto, inúmeros sítios arqueológicos foram identificados e pesquisados. A maioria deles composta por vestígios cerâmicos e líticos que formaram determinados conjuntos, que recebem a denominação de fases (LIMA et al, 2007, p. 28). Dentre eles está o sítio Santa Helena, alvo deste estudo.

Mario Simões e os alunos do curso de arqueologia brasileira, com o projeto apoiado pelo Museu Paraense Emilio Goeldi, tiveram como objetivo complementar os trabalhos pioneiros do Médio Amazonas realizados por Peter Hilbert (1968), que foram responsáveis

por caracterizar os artefatos arqueológicos da região (SIMÕES, 1970-1981, p. 157). Naquela ocasião Simões e os alunos identificaram treze sítios arqueológicos, caracterizados como habitação, incluindo também a definição de três fases cerâmicas para a região.

O sítio Santa Helena/AM

Localizado na margem Norte do lago de Silves, o sítio Santa Helena se situa em uma ponta de terra firme, ocupando uma área plana parcialmente elíptica (SIMÕES e ARAÚJO-COSTA, 1978, p. 73). O sítio arqueológico é referenciado na literatura como possuindo uma área de 250 x 100 m (MACHADO e SIMÕES, 1987, p. 55). No entanto, os trabalhos de campo levados a cabo pelo Projeto Baixo Urubu identificaram a ocorrência de vestígios em uma área mais extensa do que aquela anteriormente publicada, como se verá adiante neste artigo.

Esse sítio foi antes registrado sob a sigla AM-IT-07 e teve sua identificação alterada em 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tornando-se então AM-SL-07 (LIMA e SILVA, 2005). Localiza-se nas coordenadas 21M E 0368704 N 9686730 (Datum WGS 84), numa península cercada pelas águas do Rio Urubu e do lago Canaçari. O acesso ao sítio só é possível por meio de transporte fluvial. Como ocorre na maioria dos assentamentos

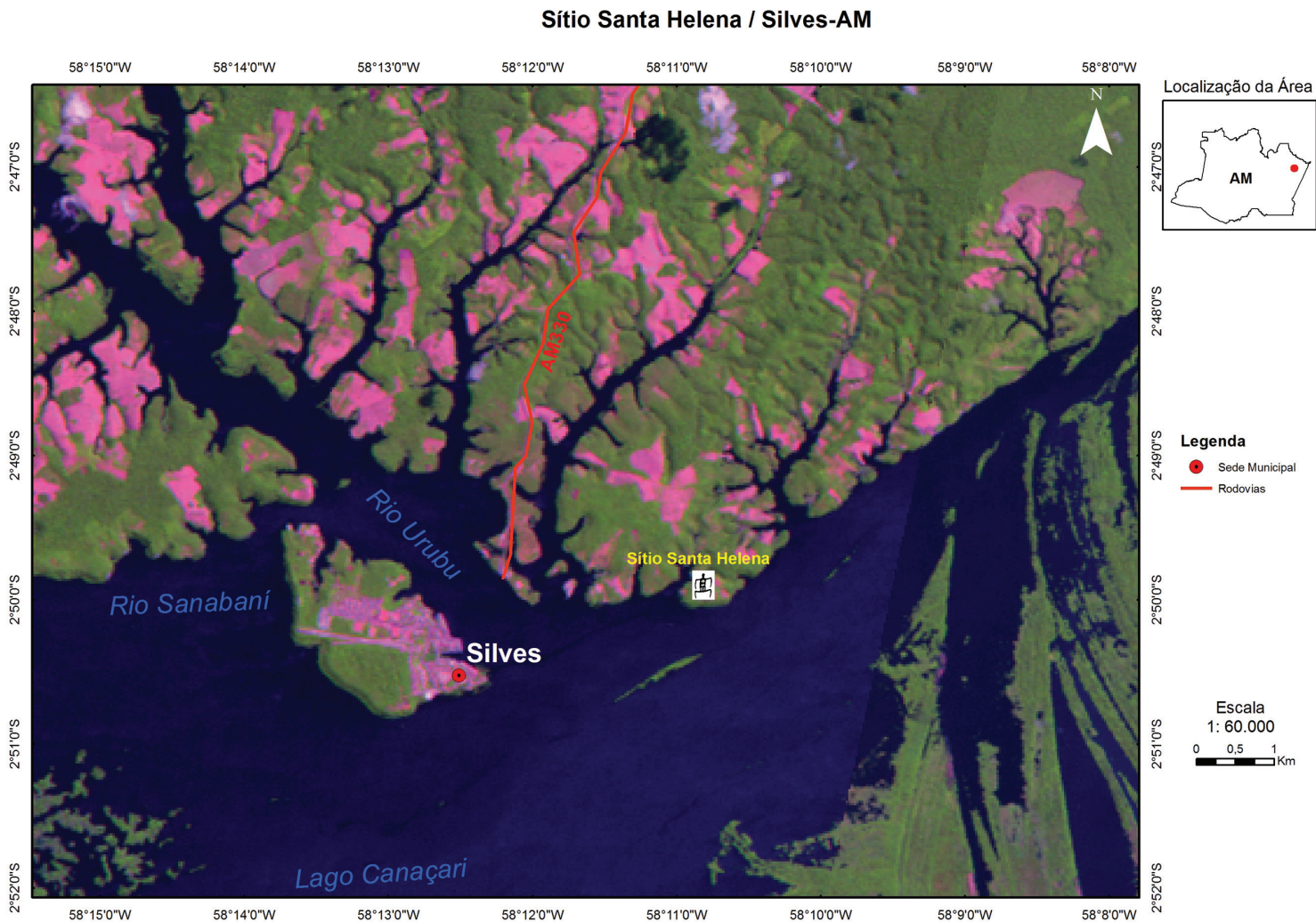


Figura 1: Localização do Sítio Santa Helena dentro do município de Silves/AM. Arte: Catarina Calheiros.

ribeirinhos amazônicos contemporâneos ou pretéritos, a paisagem de entorno do sítio é bastante variável ao longo do ano, na época das cheias (de janeiro a julho), alguns elementos interferem na paisagem local quando as águas encobrem grande parte da vegetação. E, na época da vazante (de agosto a dezembro), alguns cursos d'água ocupam terraços antigos, ficando sujeitos a periódicos encharcamentos. (SILVA e RODRIGUES, 2003, p. 15).

O número de moradores atuais é pequeno, possuindo apenas uma residência familiar próxima da margem do rio, pertencente ao proprietário de nome Getúlio. O ambiente é formado por vegetações arbustivas e rasteiras com a presença de pastos para a criação de animais bovinos e plantação de melancias a que ocorre há muitos anos. O solo é composto pelas Terras Pretas de Índio que apresenta coloração escura, tendo como características os teores elevados de nutrientes e resquícios de cultura material, no qual se inclui cerâmica, lítico e carvão (KERN e KÄMPF 1989 apud SCHMIDT e HECKENBERGER, 2009, p. 1).

O solo apresenta também alta compactação na maior parte do terreno, havendo sutis mudanças de acordo com formações em alguns pontos do relevo, considerando que existe o processo erosivo das águas pluviais em algumas partes do sítio, possibilitando a visibilidade de muitos fragmentos de cerâmica que ficam expostos em sua vertente.

Na parte Sul do sítio é possível avistar a cidade de Silves, graças a sua grande elevação, que permite observar a divisa do Rio Urubu e Lago Canaçari onde também se situam outros sítios arqueológicos, como o Pontão e o Mucajuba, ambos bastante próximos do Santa Helena.

Além de sua elevação, o acesso ao platô onde situa a maior concentração de vestígios é bastante dificultado. Levando também em conta que o acesso àquela área seria inapropriado para estabelecer cotidianamente famílias ou grupos de pessoas do período pré-colonial tardio. O que nos leva a indagar sobre a funcionalidade do local como sítio habitação, onde se estima que a diferença em tal relevo e topografia não fosse marcadamente diferente da atual. Por esta razão, nossa pesquisa também buscou compreender aspectos relacionados à funcionalidade do sítio.

METODOLOGIA APLICADA:

Nos trabalhos de campo

Os trabalhos de campo no sítio Santa Helena foram realizados através de um sítio-escola oferecido em 2010 pela coordenação do Projeto Baixo Urubu aos alunos do curso de arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Na ocasião foram desenvolvidas atividades de reconhecimento da área, mapeamento do sítio, delimitação e

escavação de três cortes estratigráficos, cada um medindo 1x1m em diferentes pontos.

Embora variando de acordo com o surgimento de perguntas durante o trabalho, os procedimentos metodológicos empregados em campo seguiram sempre a mesma orientação metodológica do projeto Baixo Urubu (LIMA, 2009). Inicialmente, foi procedida a coleta de materiais diagnósticos na superfície. Posteriormente, realizou-se o levantamento da topografia (com o auxílio de um nível e de um GPS diferencial), e se estabeleceu o grid e mapa do sítio, que por sua vez, orientaram as perfurações das sondagens no solo. O grid se traduz em um sistema cartesiano de coordenadas, sendo o eixo X e Y em plano bidimensional e o Z representa a profundidade, georeferenciado através de uma armação entre determinados pontos da malha (LIMA e MORAES, 2010).

As sondagens, também denominadas tradagens, foram escavadas de vinte em vinte m ao longo das linhas do grid, em níveis artificiais de 20 cm, com a profundidade máxima de um metro devido ao fato do instrumento denominado boca de lobo chegar a esse limite. Seu resultado – presença/ausência, quantidade de cerâmicas ou líticas e profundidade da preta – foi transformado em um mapa que teve a função nortear as próximas intervenções que ocorreram em campo (as unidades de cortes estratigráficos). Também a delimitação do sítio se deu através

da identificação da densidade de materiais arqueológicos coletados e por conta da observação as camadas de terra preta nas tradagens. Sua ausência nas extremidades justificou o estabelecimento dos limites do sítio arqueológico Santa Helena.

Para verificar profundidade, densidade e concentração de materiais e diferenciações de colorações das camadas distribuídas ao longo do sítio, as tradagens foram alocadas em quatro linhas, numeradas sequencialmente. Conforme foram sendo criados os pontos, os mesmos foram anotados em papel milimetrado e fichas designadas a este tipo de trabalho.

Após os resultados provenientes das tradagens, que informou a densidade e a concentração dos vestígios arqueológicos, foram abertas três unidades de escavação, assim nomeadas a partir do grid: N: 1002 E: 1081, N: 1041 E:880 e N:1121 E:1059. A primeira delas foi aberta em uma área plana com vegetação arbustiva, a segunda em uma área de vertente suave e vegetação rasteira e arbustiva, e a terceira foi em uma área que aparentava ser um montículo de terra preta.

Nos trabalhos de laboratório

Os artefatos apresentam pequenas diferenças ao longo do tempo e cada período ou cultura pode ser reconhecida pelas características específicas que eles exibem.

Por isso, utiliza-se o método tipológico para separar os artefatos de acordo com suas características físicas. Durante a classificação é importante perceber as semelhanças e diferenças que se agrupam ou distinguem o material proveniente de uma camada estratigráfica, ou, como nesta pesquisa, pelos níveis artificiais de escavação. Após classificar e comparar os artefatos arqueológicos é possível determinar se resultam ou não de um mesmo padrão técnico de manufatura. Ao se identificar mudanças nas técnicas de confecção das peças e as transformações que elas sofreram na forma e no estilo ao longo do tempo, é possível reconstruir sequências diacrônicas (BARRETO, 2010, apud CALHEIROS, 2012).

A arqueologia tem ilustrado há muito tempo o fascínio pela semelhança e diferença da variabilidade nas características do artefato no tempo e no espaço (SCHIFFER e SKIBO, 1997, p. 27). Para entender tais semelhanças e diferenças, uma série de etapas descritivas e classificatórias foi então adotada. Em laboratório, inicialmente procedemos à curadoria dos artefatos, que envolveu procedimentos de limpeza, triagem, numeração e descrição preliminar.

Em laboratório, foi realizada a limpeza das cerâmicas e dos líticos coletados do sítio, a seco e a base de água. O primeiro procedimento foi feito com apoio de espátula de madeira para a retirada de camadas mais

espessas de sedimentos da superfície da cerâmica, e na limpeza a base de água, os materiais foram limpos com pincéis de cerdas finas e médias, água e bacia plástica.

A partir daí, as cerâmicas passaram pela quantificação e pesagem, o que permitiu observar a diferenciação nos níveis artificiais de cada unidade de escavação. A triagem consistiu em classificar os materiais por categorias morfológicas e decorativas, separando os fragmentos simples dos decorados, distribuídos entre bordas, paredes, bases, apliques e outros.

A etapa de numeração consistiu em utilizar tinta nanquim, sobreposto a uma camada de esmalte incolor. A numeração contemplou as seguintes informações: sigla do sítio; PN (número de proveniência); número de sequencial da peça ou fragmento. Todas as informações foram anotadas em uma nova ficha de uso do Projeto Baixo Urubu (LIMA, 2008) que por sua vez, também auxiliou na formação dos gráficos, que diagnosticaram concentrações ou não dos materiais distribuídos nas unidades. Nesta pesquisa, foi dada maior ênfase aos vestígios cerâmicos, em função da problemática tratada. Ainda assim, os líticos e bolotas de argila cozida passaram pelos mesmos procedimentos de limpeza e pesagem, que forneceram informações sobre sua densidade no sítio. Além da descrição e do armazenamento dos mesmos.

As análises por atributos foram realizadas através de duas formas: qualitativas e quantitativas. A quantitativa refere-se à observação da presença e ausência de uma série de atributos relacionados à matéria-prima, antiplástico, queima entre outros. A análise qualitativa indica o agrupamento dessas recorrências em conjuntos (MACHADO, 2005-6, p. 84). Dessas observações veio a posterior classificação tipológica dos fragmentos, divididos em grupos. Esses agrupamentos foram feitos somente com os materiais diagnósticos (cerâmicas com informações morfológicas e com decoração).

Com utilização da ficha de análise, foram registradas as características tecnológicas e estilísticas das cerâmicas. Para a observação dos antiplásticos fizemos uso de uma lupa binocular de aumento até 35x. Foi observado também o tipo de queima, o tratamento de superfície, a decoração plástica e pintada e as marcas de uso. A espessura dos fragmentos foi medida com um paquímetro (medidor de espessuras milimétricas) e o diâmetro de algumas bordas foi medido com um ábaco. Permitindo ter noção de diâmetro de determinado vasilhame, quando inteiro. Foram registradas também nas fichas as informações morfológicas relativas às bordas e aos vasilhames, classificados de acordo com critérios pré-estabelecidos pelo Projeto Baixo Urubu. Além dos registros fotográficos.

Os carvões coletados da peneira e os plotados foram acondicionados em uma caixa de isopor para que evitasse a mistura e o atrito entre os mesmos. Alguns foram selecionados para datação onde passaram pela limpeza a seco, com cuidado rigoroso no manuseio para não haver contaminação. Dos selecionados, duas amostras foram enviadas para datação radiocarbônica no laboratório Beta Analytic. Uma delas, pertence à parte interna de um vaso pouco fragmentado na borda mais em bom estado de preservação, coletado em uma das três unidades escavadas. A outra amostra foi retirada da unidade escavada próxima de uma vertente. As amostras de solo coletadas no sítio permaneceram em engradados para futuras análises.

CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO SANTA HELENA

A extensão territorial do sítio Santa Helena ficou estabelecida em aproximadamente 134.400 m², ou 13,44 hectares, sendo 560 m no sentido Leste-Oeste e 240 m no sentido Norte-Sul. A figura 2 mostra os limites do sítio, assim como as áreas de concentração de vestígios cerâmicos e de terra preta. Podemos observar também que as áreas de maior concentração cerâmica localizam-se em três pontos, situados nos setores leste e central do sítio. Essas áreas foram testadas com unidades de cortes estratigráficos. A terra preta manteve uma mesma tendência, com a profundidade máxima de 40 cm.

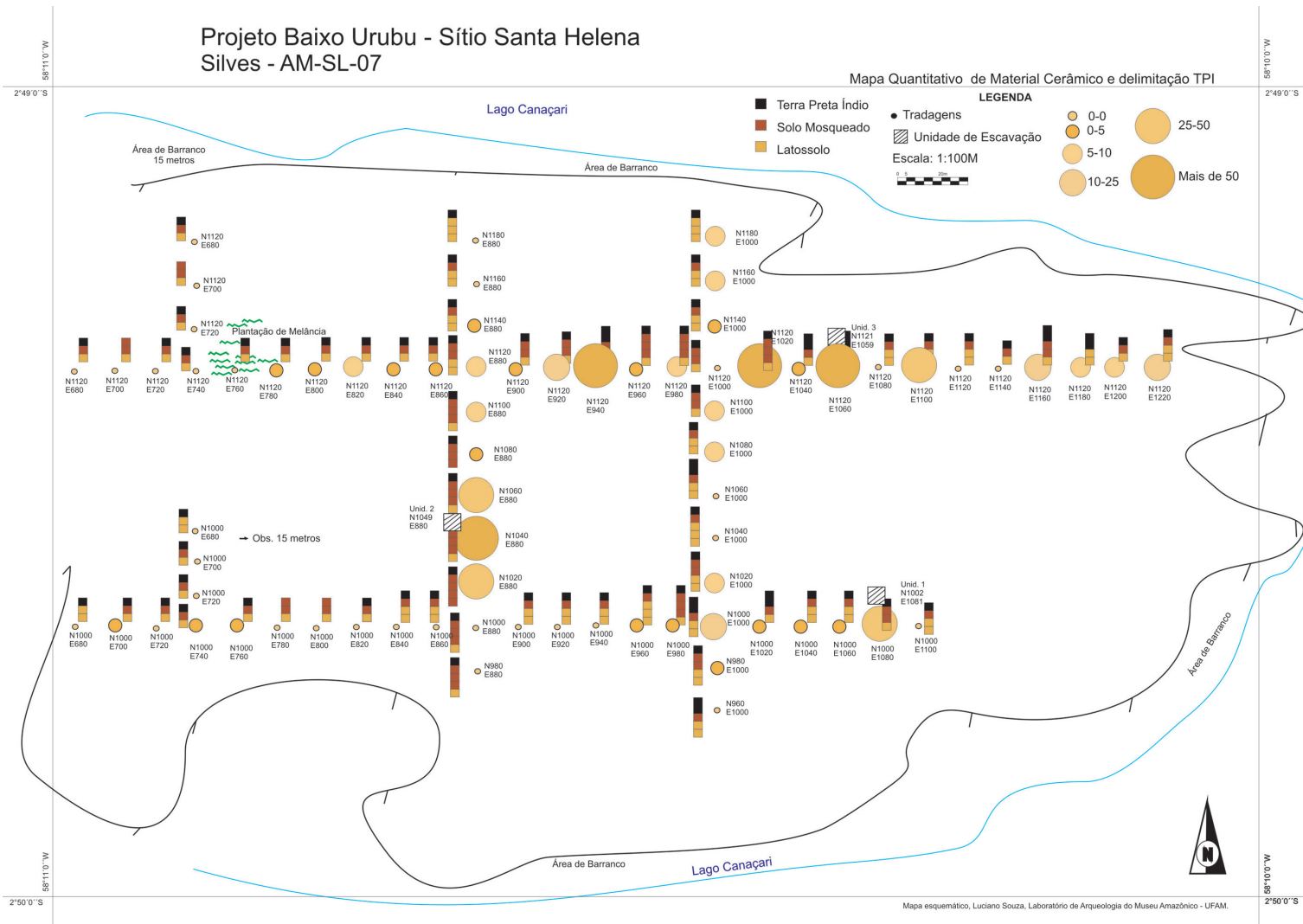


Figura 2. Croqui informando a quantidade de material cerâmico e da terra preta do sítio Santa Helena.

Três unidades foram escavadas em lugares diferentes, como já descrito. A primeira, em uma área plana, no topo do terraço (N1002 E1082), a segunda em uma área de vertente (N1041 E880) e a terceira num local que aparentava ser um montículo (N1121 E1059). Assim, denominamos as três unidades escavadas de unidades 1,2 e 3.

A unidade 1 foi escavada até a profundidade de 110 cm, tendo apresentado a menor quantidade de fragmentos cerâmicos. No entanto, pode-se dizer que foi a unidade que apresentou maior concentração de cerâmicas decoradas com englobo branco em relação às demais unidades. Dela não foram aproveitados os fragmentos de carvões para datação radio-carbônica pelo fato de conter inúmeras bioturbações em quase todos os níveis.

A unidade 2 foi escavada até a profundidade de 140 cm, apresentando a maior quantidade de fragmentos cerâmicos que as demais. Cerca de 2800 fragmentos foram coletados dela. Entretanto, somente os fragmentos diagnósticos, que representam 7,93% da amostra foram analisados. Nessa unidade, foram coletados fragmento de carvão para datação na profundidade de 39 cm.

A unidade 3 apresentou material cultural desde o nível da superfície até o nível 150 cm de profundidade. Observamos uma quantidade menor desse material do que na unidade 2 contrariando ao esperado para um possível montículo. No entanto, essa a

unidade que mais apresentou fragmentos cerâmicos decorados em englobo vermelho. Dessa unidade foi coletado um vasilhame pequeno cheio de sedimento com terra preta, e em excelente estado de preservação do qual de sua parte interna foram retiradas as amostras de carvão, posteriormente enviados para datação.

Dos perfis analisados das unidades 1,2 e 3 o mais informativo foi o perfil oeste da unidade 3, que apresentou uma melhor preservação e maior clareza na distinção entre as camadas. Além disso, o contexto se mostrou bem preservado ao revelar um vasilhame inteiro além de fragmentos remontáveis e uma concha de moluscos demonstrando pouco sinal de perturbação no solo deste quadrante.

Na pesquisa foram trabalhados 6.017 fragmentos (com peso total de 27,455 gramas). A espessura desses artefatos variou entre 2 e 20 milímetros. E distribuídos entre material lítico e cerâmicas decoradas e simples, coletados das unidades e tradagens escavadas no sítio. Deste total 626 (576 das unidades e 50 das tradagens) foram considerados diagnósticos, passando a ser analisados pelas suas características tecnológicas e morfológicas. No gráfico 1 é possível observar a variação entre quantidade e peso entre os níveis artificiais nas unidades escavadas. Tal densidade, observada sobre o peso e a quantidade das três unidades, nos mostram a maior ocorrência entre os níveis 20-30 cm.

Tal comparação entre as três unidades 1,2 e 3 também pode ser feita através dos materiais encontrados. Todas elas apresentaram o mesmo padrão decorativo, com maior ênfase para as decorações plásticas. As incisões (variadas) foram a técnica mais frequente, seguidas por ponteados e acanalado. Outras técnicas também aparecem, mas em menor proporção. Tais decorações estavam distribuídas nas três unidades de forma misturada entre as camadas arqueológicas. Podemos definir uma homogeneidade relacionada aos materiais cerâmicos e uma padronização nas camadas arqueológicas desde o nível de superfície até 40 cm de profundidade.

O antiplástico encontrado nos fragmentos em maioria foi o cauixi (99%), em diferentes combinações com outros elementos, seguido por quartzo (85%) e hematita (70%). Em alguns fragmentos também observou-se em menor frequência, a presença do cariapé (2%). É interessante notar que esses dados são contrários às descrições anteriores que identificavam cariapé como o segundo antiplástico mais frequente. Outra diferença observada em relação aos trabalhos anteriores, da década de 70 para a atual pesquisa, foi que o cariapé foi encontrado em menor frequência nas cerâmicas decoradas.

A técnica de manufatura utilizada foi o roletado, ocorrendo em 95% dos fragmentos. Nos apliques nota-se a técnica por modelamento. A queima presente na maior

parte do material é oxidante (49,5%), seguida pela queima redutora (20,29%), redutora interna e oxidante externa (14,5%), alguns fragmentos apresentam núcleo redutor (8,9%), e por fim redutora externa e oxidante interna (6,9%). O tratamento de superfície se deu majoritariamente por alisamento (99,38), e uma pequena parcela (0,61%) apresentou enegrecimento ou brunidura. Quanto a coloração da argila predomina o alaranjado (87,11%), seguido da coloração cinza (10,73%). No entanto, em alguns poucos fragmentos também notou-se a coloração laranja-escuro (1,53%), e alguns na cor braca (0,46%).

A decoração plástica predominante foi por incisões de diversos tipos (63%), seguida por ponteados com quatro diferentes tipos (20%). Também ocorrem acanalados e excisões em menor porcentagem (12%), além de apliques (3%) e digitado (2%). As decorações pintadas são distinguidas entre engobo branco ou vermelho somando 315 fragmentos distribuídos entre borda, parede e base.

A análise e a classificação da cerâmica culminaram em uma tipologia, agrupando os fragmentos a partir de suas semelhanças (LIMA, 2008, p. 402). A partir das análises descritivas dos fragmentos diagnósticos foi possível determinar três grupos distintos no que tange a técnica decorativa: grupo de incisões variadas (13 grupos ou conjuntos), ponteados (quatro tipos) e pinturas ou engobo (vermelho ou branco).



Figura 3: Fragmentos com incisões decoradas em diagonal, retilíneas e rasas. Foto: Almeida, 2012.



Figura 4: Fragmentos com incisões profundas, onduladas com pontos e em zig-zag. Foto: Almeida, 2012.



Figura 5: Fragmentos com incisões serrilhadas, unguladas e escovadas. Foto: Almeida, 2012.



Figura 6: Conjunto formado por decoração acanalado e ungulado. Fotos Angela Araújo, 2013.

1º Grupo: formado por incisões em diversas técnicas e motivos, excisões, acanalado e ungulado. Entre as incisões estão; linhas, curvilíneas largas, finas espaçadas em vertical, horizontal e diagonal, profundas, rasas, excisões com bordas reforçadas, curvilíneas, retilíneas, diagonais, além da associação com ungulados, serrilhados, escovados e quadriculados.

2º Grupo: Formado por ponteados, onde é possível observar a distinção de três subconjuntos, são eles: ponteados arrastados, repuxados e estampados. Todos podem ocorrer acompanhados de incisões. Esse material foi coletado nas três unidades.

3º Grupo: Formado por cerâmicas decoradas com engobo vermelho ou branco. Estes podem aparecer associados ou não. Inclusive, não observamos decoração plástica nos fragmentos com engobo vermelho, entretanto, em um fragmento acompanhado de borda com flange, esse tipo de decoração foi observado.

A tipologia utilizada na análise por técnica e motivo decorativo não indicaram variações de frequência ao longo do sítio ou dos diferentes níveis estratigráficos. Já que as incisões estavam presentes em quase todos os níveis em proporção muito regular. A decoração ponteadada composta por quatro diferentes tipos foi a segunda mais frequente como decorada, também aparece no decorrer dos níveis, assim como o acanalado, a terceira mais frequente.

Uma observação curiosa foi comparar a decoração dos fragmentos dessa pesquisa com os descritos na dissertação de Ana Lúcia Machado (1991), onde podemos notar grande semelhança no que tange à decoração nos mesmos. Podemos dizer que vários fragmentos dessa recente pesquisa apresentam elementos técnico e estilístico muito parecido ao da fase Saracá que é notória em outros sítios da região. Neste trabalho não se encontraram evidências suficientemente positivas para atribuir ao sítio Santa Helena uma fase cerâmica específica, e diferentes dos demais sítios.

DISCUSSÃO

Neste trabalho, nossa intenção foi explorar de maneira extensa as questões levantadas por M. Simões sobre sítio arqueológico Santa Helena, em relação à variabilidade dos artefatos cerâmicos e, secundariamente, às interpretações sobre a funcionalidade.

Observamos através dos perfis estratigráficos e das tradagens realizadas no sítio que a camada arqueológica, composta por terra preta (não muito escura), carvões e fragmentos de cerâmica varia entre 40 a 60 cm de profundidade, indicando baixa variação dentro do sítio. As análises cerâmicas indicaram haver uma padronização em termos tecnológicos e decorativos desses vestígios nas diferentes áreas do sítio e também ao longo



Figura 7: Fragmentos cerâmicos com decoração pontead, arrastada e com incisão. Foto: Almeida, 2012.



Figura 8: Conjuntos cerâmicos com decoração pontead em repuxado e estampado. Foto: Almeida, 2012.



Figura 9: Conjuntos com decoração com engobo branco e vermelho. Foto: Almeida, 2012.

Figura 10: Vasilhame sem decoração. Foto: Angela Araújo, 2013.



da estratigrafia arqueológica. Poucos vestígios foram coletados em níveis mais profundos do que o padrão do sítio, mas estes apresentaram características semelhantes ao conjunto geral do sítio, levando a acreditar que o sítio Santa Helena seja unicomponencial.

Para verificarmos a cronologia de ocupação do sítio, foram feitas duas datações por radiocarbono, que apontaram a ocupação em um intervalo temporal entre os séculos VI e XI (d.C.), com cerca de quinhentos anos. Uma das datações indicou uma ocupação mais recente (490 \pm ou $-$ 30 BP aos 39 cm de profundidade) e a outra bem mais antiga (1050 \pm ou $-$ 40 BP, aos 64 cm de profundidade). Apesar das diferenças entre as duas datas, o material do sítio permaneceu homogêneo entre as camadas e áreas do sítio, o que nos permite sugerir que o sítio possa ter sido ocupado de maneira intermitente, embora durante um longo período de tempo.

Soma-se a isso a não existência de um padrão tecnológico dos materiais que nos permitam diferenciar o Santa Helena de outros sítios da região, permitindo, por exemplo, a definição da fase Garbe por M. Simões na década de 1970 (MACHADO, 1991, p. 55).

Com isso, e observando o acesso (bastante difícil) e a visibilidade do sítio, pudemos inferir que se trata de um sítio ocupado para fins outros que não habitação permanente. Nesse sentido, tecemos a hipótese de que possa se tratar de um lugar estratégico, e voltado para

o cultivo/agricultura, praticado pelos povos produtores da cerâmica Saracá que residiam em outros locais não distantes dali, durante um longo período de tempo. Tal hipótese ainda deve ser investigada a partir de novas abordagens e análises, como as geoarqueológicas e as paleobotânicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dos processos de ocupação do sítio Santa Helena se mostrou importante para o contexto da história pré-colonial da região de Silves/Médio Amazonas. Tendo em vista a baixa densidade relativa de vestígios, sua cronologia de ocupação e posição geográfica e topográfica, pudemos lançar uma nova hipótese sobre a funcionalidade do sítio. Assim, a pesquisa mostrou que as questões ligadas à funcionalidade do local, inicialmente classificado como sítio-habitação, pode ser ampliada, com a hipótese de se tratar de uma área estratégica e prioritária para a obtenção de recursos de agricultura.

REFERÊNCIAS

CALHEIROS, Catarina Ribeiro. **Relativo Ocupação e Território no Sítio Arqueológico Tauaquera - Rio Anebá, Silves/AM**. 2011. Relatório Final do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

- HILBERT, Peter Paul. **Archäologische Untersuchungen am Mettleren Amazonas** Beitrache zur Vorgeschichte des Südamerikanischen Tieflandes: Berlin, 1968.
- LIMA, Helena P. **Laudo de Avaliação de Impacto Relativo às obras do Projeto de Pavimentação e Melhoria da Estrada da Várzea AM- 362 Municípios de Itapiranga, Silves e Itacoatiara/AM**. Relatório.
- LIMA, Helena P. **História das Caretas, a tradição borda incisa na Amazônia Central**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____; MORAES, Bruno Marcos. **Sítio-Escola Baixo Urubu- Silves/AM**. Universidade do Estado do Amazonas, 2010 (Ementa).
- _____; COSTA, Fernando W. da Silva; NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia Amazônica**. Manaus: Governo do Estado, 2007. (Coleções Cadernos da Amazônia).
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Revista do Museu Emilio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan-abr. 2011.
- MACHADO, Juliana Salles. O potencial interpretativo das análises tecnológicas: um exemplo amazônico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v 15-16, p. 87-111, 2005-2006.
- MACHADO, Ana Lucia Costa. **As tradições ceramistas da bacia Amazônica**: Uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do Médio Rio Urubu (AM). 1991. Dissertação (Mestrado em História)-- Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 1991.
- SCHMIDT, M.J.; HECKENBERGER, M.J. Formação de Terra Preta na Região do Alto Xingu: Resultados Preliminares. In: TEIXEIRA, W. et al. (Eds.). **As terras Pretas de Índio da Amazônia**: sua caracterização e uso do conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: EDUA, 2009.
- SIMÕES, Mário Ferreira; MACHADO, Ana Lucia. Pesquisas arqueológicas no lago de Silves (AM). **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 4, n. 5, p. 49 -82 1987.
- _____. **Pesquisas arqueológicas no médio rio Urubu-AM**. Museu Goeldi: Belém, 1981. Relatório preliminar.
- SCHIFFER, Michael Brian; SKIBO, James M. The explanation of artefact variability. **American Antiquity**, v.62, n. 1, p. 27-50, jan. 1997.
- SIMÕES, Mario F; ARAÚJO, Costa, Fernanda. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisas e cadastros de sítios arqueológicos. Museu Goeldi: Belém, 1978. (Publicações avulsas, 30).
- SILVA, João Marcos Lima; RODRIGUES, Tarcísio Ewerton. **Zoneamento agroecológico do município de Silves- AM**. 2003. 38 p. Documentos 174.

Cronologia e interpretação de um sítio arqueológico: Sete Irmãos do Anebá

Indira Leite Ferreira e Souza

RESUMO

A pesquisa no sítio Sete Irmãos do Anebá teve como objetivos identificar a cronologia de ocupação e caracterizar a variabilidade material presente na área estudada. As pesquisas de campo feitas nas décadas de 60 e 70 confirmaram uma ocupação remota na área, observada a partir das descobertas arqueológicas. Em específico o sítio arqueológico Sete Irmãos do Anebá, apresenta sinais de modificação antrópica – a Terra Preta de Índio. Localizado no Km 33 da rodovia que liga Silves a Itacoatiara (AM-363), na margem esquerda do Rio Anebá no município de Silves/AM, o sítio apresentou dois conjuntos artefatuais distintos, corroborando com a identificação da sequência crono-estratigráfica bem delimitada verticalmente em três camadas. O conjunto dos níveis mais profundos refere-se à fase Itacoatiara da Tradição Borda Incisa. De outra forma, o período supostamente mais recente de ocupação apresentou características das Tradições Incisa Ponteadas e Policroma, sintetizadas na fase Saracá.

INTRODUÇÃO

A Amazônia sempre teve destaque na arqueologia no Brasil. Embora as pesquisas tenham sido realizadas desde o final do séc. XIX e início do XX, elas não tiveram rumo único. Diferentes pesquisadores – seguindo correntes contrastantes às vezes – chegaram a conclusões bastante distintas sobre os vestígios culturais encontrados. Alguns deles sugeriram que os povos que habitaram a região no passado teriam origem em migrações de populações andinas (MYERS, 1992). Ao contrário, outros pesquisadores viam a Amazônia antes da conquista como centro de inovações culturais por todo o continente, difundindo ideias, povos e modos de vida, invertendo a proposição anterior (LIMA, 2009).

Apesar dos divergentes modelos/hipóteses sobre a ocupação na Amazônia, as características ambientais da região influenciaram as interpretações de suas culturas pré-coloniais. Sabe-se que a interação das populações humanas pré-coloniais com o ambiente amazônico foi intensa. E reuniu no subsolo fragmentos de sua história, reunidos durante milênios.

A região do Médio Amazonas, em especial, é referida na literatura arqueológica desde o século XX como uma área de relevância científica nos trabalhos de pesquisadores como Curt Nimuendaju (2004), Evans e Meggers (1983), Peter P. Hilbert (1968) e Mario Simões (1972). Pesquisas arqueológicas feitas nas décadas de 60-80, como as de Mário Simões no projeto Programa Nacional de Prospecções Arqueológicas na Bacia Amazônica (Pronapaba) e da historiadora Ana Lúcia Machado, que concentraram suas atividades na determinação de fases e tradições cerâmicas, demonstraram o elevado potencial arqueológico e a diversidade dos estilos cerâmicos da região e sinais de modificações antrópicas – Terra Preta de Índio (TPIs), Solos de alta fertilidade formado por elementos naturais – o próprio solo e seus componentes orgânicos, inclusive restos de alimentos – e culturais – fragmentos de cerâmica e de objetos de pedra lascada e polida (NEVES, 2006).

A presente pesquisa, enquanto parte integrante do Projeto Baixo Urubu, destinou-se a compreender a variabilidade dos vestígios arqueológicos presentes em o sítio arqueológico, denominado Sete Irmãs do Anebá. Os objetivos foram identificar a cronologia de ocupação do sítio bem como compreender sua variabilidade artefactual, relacionando-os com outros sítios da região.

O sítio Sete Irmãs do Anebá se situa numa área limítrofe entre os municípios de Silves e Itacoatiara, às margens do Rio

Anebá, em seu médio curso (Figura 1). Trata-se de um sítio de grandes dimensões, com considerável volume quanto à quantidade de vestígios dispersos em sua superfície e em subsuperfície os depósitos estão compostos pelas Terras Pretas de Índio ricas em carvões e sementes carbonizadas que chegam a profundidades superiores a um metro. O sítio se destaca por apresentar uma estratigrafia cultural bem delimitada, apontando para pelo menos dois conjuntos de vestígios, e por sua vez ocupações, bem distintos.

O sítio Sete Irmãs do Anebá, assim denominado por ser homólogo da propriedade e do rio onde localiza-se na margem esquerda do Rio Anebá no município de Silves/AM e tem acesso pelo Km 33 da rodovia que liga Silves a Itacoatiara (AM-363). Com cerca de 40% de cobertura vegetal florestada em estágio de regeneração, o sítio estende-se por dezesseis hectares, sobre sedimento arenoso, com sinais de modificação antrópica – Terra Preta de Índio. A área localizada às margens do rio é inundável sazonalmente, com características de região de igapó; em geral boa parte do sítio encontra-se em área de baixa elevação, sujeita em algumas partes a ocasionais inundações (LIMA e MORAES, 2010).

O sítio apresenta uma extensa área de impactação em virtude da pavimentação da estrada e outros empreendimentos. As porções que apresentam maior impacto são as

Sítios Arqueológicos Identificados ao Longo da AM-363

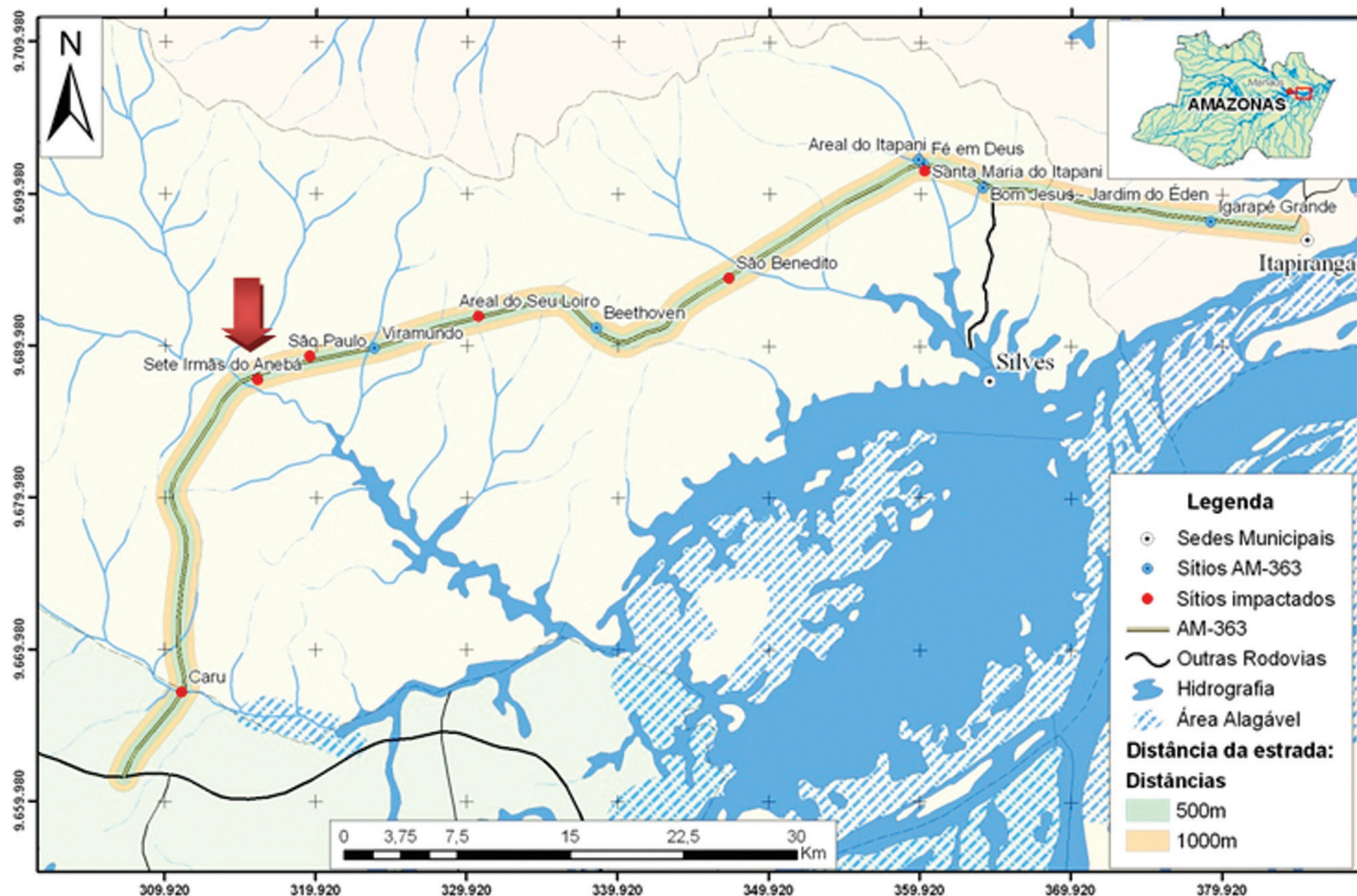


Figura 1 – Sítios arqueológicos no Baixo Urubu. Fonte: Projeto Baixo Urubu, 2009.

aquelas localizadas a nordeste, compreendendo uma residência e áreas úteis de plantio da proprietária, e também uma área de extração de areia; e a noroeste (um canteiro de obras e extração de areia). Essas duas áreas são divididas por uma faixa com cobertura vegetal em estágio regenerativo de médio porte.

Ainda que com áreas impactadas, toda a área do sítio apresenta uma grande quantidade e densidade de materiais líticos e cerâmicos em superfície. Em sua área central, composta por vegetação de médio porte, e mais preservada, seu grande potencial arqueológico fica evidenciado. As escavações exploratórias realizadas no local confirma isso. Foram escavadas quatro unidades, dispostas contiguamente em uma área de 2 por 2m.

A proprietária do Sítio, D. Neide, foi a primeira moradora da localidade, mudou-se com o marido para morar e trabalhar na terra. Juntos, também ajudaram na fundação das comunidades próximas ao sítio sendo estas, Aparecida, São João e Sagrado Coração de Jesus. No começo pescavam e roçavam a terra, posteriormente com a chegada da empresa ETAM, responsável pela implantação da estrada e asfaltamento, o marido foi trabalhar nesta. Mais tarde com a vinda de outra empresa, a Tabocas, que implantou uma linha de transmissão na área, os filhos também trabalharam neste outro empreendimento. Recentemente o Inpa – Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia, executou um

projeto de conservação e manejo das espécies, pau-rosa e aquariquara, abrangendo tanto o terreno da D. Neide quanto moradores das comunidades vizinhas.

TRABALHOS DE CAMPO

Os trabalhos de campo no sítio se deram por meio de um estudo de impacto da pavimentação da Rodovia AM-363, realizado pela equipe do Projeto Baixo Urubu. Estes se deram nos meses de outubro e novembro de 2009. A coleta de dados em campo foi realizada através do mapeamento, delimitação prospecção em superfície (tradagens) e escavação de uma área de 2x2, com uma profundidade de 140 cm, as unidades e também a coleta do material espalhado pela superfície o sítio. O material recolhido foi encaminhado ao Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico (Ufam).

Conforme descrição de Lima e Moraes (idem), a abordagem inicial do sítio deu-se pela análise prévia de suas diferentes áreas do sítio, descartando aquelas totalmente impactadas (inviáveis à pesquisa) e dividindo o mesmo em setores. Os locais de baixa visibilidade de fragmentos foram considerados apenas para delimitação do sítio arqueológico, enquanto que as áreas de maior interesse foram abordadas a partir de sondagens.

Essas áreas foram as proximidades do pomar e da praia da proprietária do terreno,

pela relativa preservação do local; e o areal ao Sul do sítio, por ser um local de alta densidade de vestígios. Assim, partir desses locais, procedeu-se a delimitação do sítio, realizadas a partir de um gride de sondagens – feitas com cavadores boca-de-lobo, que mediam 30 cm de diâmetro e profundidade de 1 metro – de orientação N, com declinação de 20 E a partir do N magnético, definida como Norte do sítio e paralela ao curso do Rio Anebé. O ponto inicial do Grid foi chamado N1000 E1000, colocado a frente da residência da proprietária do terreno e amarrada a um ponto georreferenciado pertencente ao mapa topográfico do sítio. A distância entre os furos de tradagens foi de 40 m. Posteriormente esta malha foi modificada para distância de 20 m, diminuindo a distância das perfurações para 10 m nos locais considerados de maior interesse.

A finalidade da alocação do grid de tradagens foi a definição dos limites do sítio através da presença ou ausência de materiais arqueológicos abaixo da linha de superfície ao longo das sondagens no solo. As informações obtidas foram utilizadas para a análise de dispersão e densidade dos vestígios, para o reconhecimento de profundidade da TPI, para a definição da profundidade do pacote arqueológico, e orientar as outras etapas de resgate do sítio.

A área definida para a abertura de um corte estratigráfico situa-se ao Norte, mais preservado, onde ainda havia vegetação

secundária (capoeira) de médio porte, com idade estimada em 10 anos, e sem evidências de movimentações antrópicas recentes. A escolha foi baseada na avaliação das informações das tradagens realizadas na linha N760/E1020-1240, que apresentou a densidade comparativamente maior de material arqueológico, em todos os níveis (0-100), com relação ao restante do sítio, já bastante impactado.

A área escavada medindo 2x2, foi alocada de acordo com a malha estabelecida para o sítio, nas adjacências da tradagem N760/E1160, mais densa e profunda dentro da linha. Esse local possibilitou a minimização das interferências de raízes, pela vegetação mais densa dentro da capoeira. Nas fichas de registro de nível a área de 2x2m foi considerada como quatro unidades autônomas, medindo 1x1m. Dessa forma, uma coordenada dentro do grid nomeou cada uma dessas unidades: N760 E1162 / N760 E1163 / N759 E1162 / N759 E1163. A unidade de 1x1m se dá dentro do projeto para fins comparativos com outros sítios e outras regiões arqueológicas.

TRABALHOS EM LABORATÓRIO

Após o campo o trabalho de limpeza e análise dos fragmentos desenvolveu-se no Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico, localizado na parte Sul do Campus Universitário (Ufam/AM).

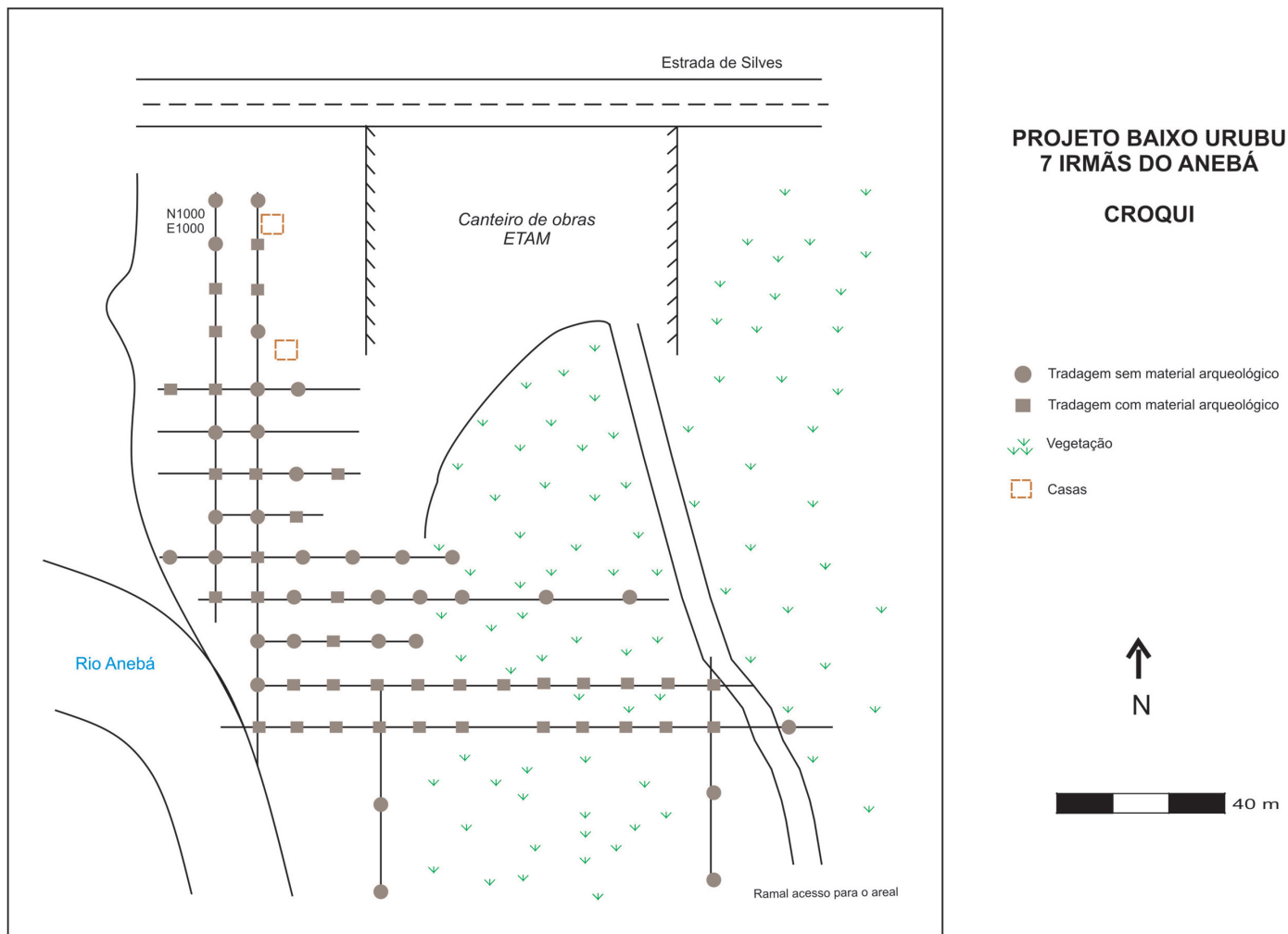


Figura 2 – Croqui das intervenções realizadas do sítio Sete Irmãos do Anebé.

A curadoria dos fragmentos iniciou-se com a limpeza dos fragmentos a seco, retirando o excesso de sedimento com bisturi ou espátula de madeira. Em seguida ocorreu a limpeza com água, com escova ou pincéis. Terminada a limpeza, o próximo passo foi a triagem dos artefatos, no qual as peças foram separadas, numeradas e classificadas. Os líticos foram separados por matéria-prima e tipo de transformação enquanto que as cerâmicas foram classificadas em bordas, bases, paredes, e dentre essas entre decoradas e não decoradas.

Em seguida as peças foram pesadas, contadas e separadas com identificação para o armazenamento. Todo esse processo foi feito com as peças de todas as quatro unidades escavadas no sítio, assim como, com as coletas de superfície e tradagens, ou seja, todo o material coletado no sítio.

Os vasos inteiros ou fragmentados, após serem pré-classificados e catalogados, foram analisados em função de atributos tais como: cor da pasta, tipo de decoração, forma do vaso, textura material, queima, forma da borda, tempero utilizado, dentre outros. Esses parâmetros podem revelar tradições e interações culturais em comunidades antigas, e quando estas interagem mais intensamente entre si podem representar uma fase arqueológica. Uma Tradição

cultural pode ser entendida como fases arqueológicas que compartilham de um mesmo conjunto de técnicas diagnosticadas pelos mesmos atributos citados acima.

RRESULTADOS E DISCUSSÕES

A variabilidade artefactual do Sítio Sete Irmãs do Anebá

O aspecto marcante dos materiais coletados no sítio Sete irmãos do Anebá, é a enorme variabilidade decorativa presente entre os conjuntos cerâmicos identificados. A descrição dos materiais cerâmicos e líticos foi feita por níveis estratigráficos, mas foi a posterior classificação destes em conjuntos que permitiu a proposição de uma hipótese sobre o processo de formação e a cronologia de ocupação do sítio arqueológico (Idem).

Neste projeto para fins classificatórios a análise foi feita no material cerâmico. Dentre o material cerâmico foi dada maior atenção aos fragmentos considerados diagnósticos, ou seja, aqueles que preservam características decorativas ou de tratamento de superfície, ou informações morfológicas. Sítios em areal como este, comumente erodem grande parte dos fragmentos, comprometendo a preservação das cerâmicas.

Apesar da relação entre os fragmentos decorados e simples demonstrar que a quantidade de artefatos sem decoração, como a parede é maior que as decoradas, como mostra (Gráfico1) abaixo, esta contraposição permite avaliar o grau de preservação relativa dos fragmentos.

Levando-se em conta paredes, bordas e bases, é possível perceber que entre os níveis 20 e 50 cm há uma concentração maior de todos esses fragmentos e logo depois, há uma diminuição. Entre os níveis 80 e 100 cm volta a aumentar a ocorrência de material para posteriormente tornar-se inexistente.

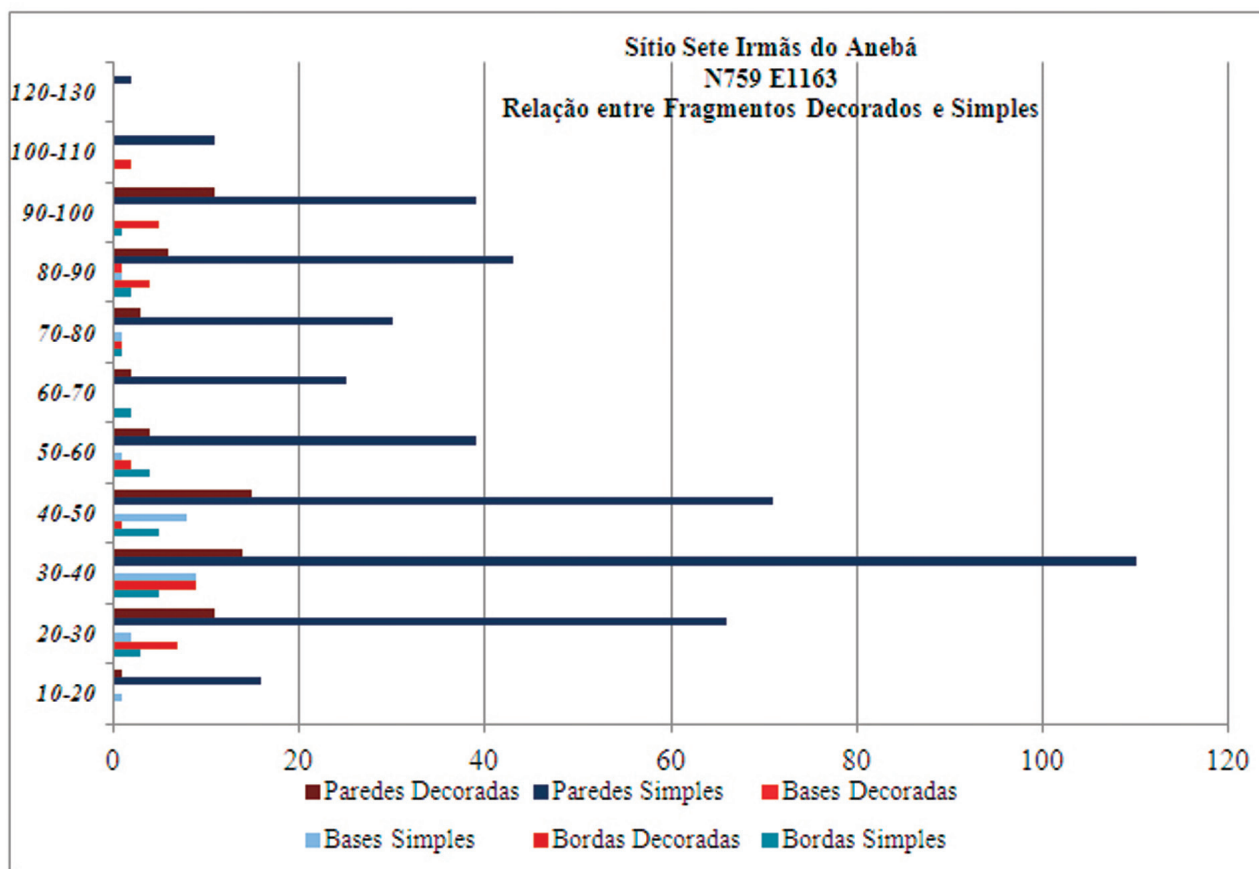


Gráfico 1 – Valores da quantidade de fragmentos simples e decorados por nível.

A análise das densidades totais de fragmentos por nível estratigráfico sugere um padrão de distribuição vertical dos fragmentos assim também, pelos gráficos é possível perceber essa distribuição. A unidade N759 E1163 Foi escavada até o nível 150 cm de profundidade, embora a ocorrência de materiais tenha se restringido até os 120 cm com queda acentuada na quantidade. Percebem-se, dois picos de intensidade do material entre os níveis 20 e 50 cm diminuindo nos seguintes e novamente eleva-se a ocorrência de fragmentos cerâmicos entre os níveis 90 e 100 cm para em seguida diminuir novamente. Entre esses dois momentos mais elevados há ocorrência de material, porém em menor quantidade.

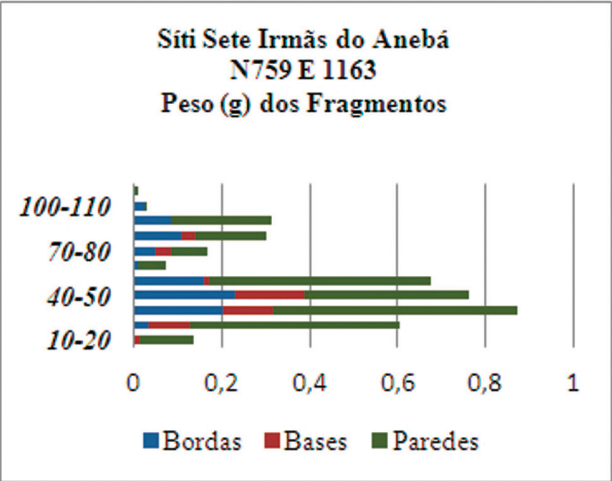


Gráfico 2 - Relação do peso (g) dos fragmentos.

No primeiro conjunto, entre 80 e 130 cm o mais antigo do sítio (de acordo com as datações), podem ser observados os seguintes elementos: decoração mais rebuscada e profunda, pintura polícroma, decoração acanalada, desenhos geométricos e incisões finas e excisões em motivos curvilíneos e modelagem com motivos biomorfos. A pasta é em geral de coloração laranja-claro e queima oxidante. Vale ressaltar que a quantidade de fragmentos decorados é predominante em relação ao conjunto tecnológico mais recente. Igualmente aos demais conjuntos o antiplástico cauxi²² é predominante assim como grânulos de quartzo (mineral) e hematita (mineral). As cerâmicas pertencem

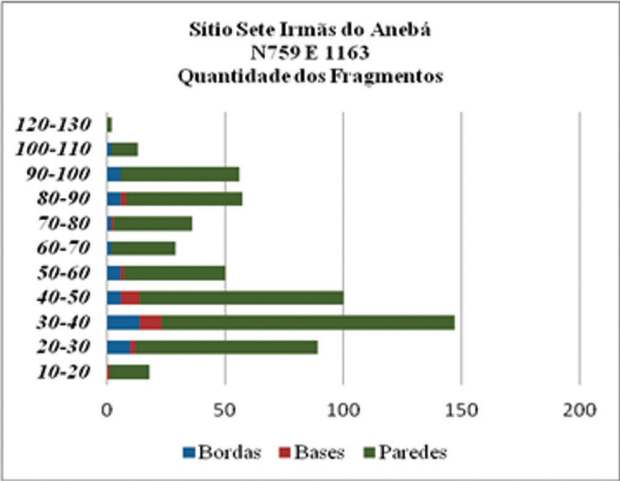


Gráfico 3- Relação por quantidade dos fragmentos.

22 Esponja cujo esqueleto é formado por espículas silicosas extremamente irritantes, de água doce frequentemente encontrado em rios de águas pretas.

centes à fase Itacoatiara, apresentam os elementos diagnósticos da Tradição Borda Incisa, tanto em termos decorativos quanto morfológicos. Destacam-se nesse material os seguintes elementos diagnósticos, paredes e borda com engobo vermelho. Ainda, pode-se notar que a distribuição vertical dos

tipos (ao longo dos níveis de escavação) é um tanto homogênea, deixando evidente a natureza unicomponencial desta área do sítio arqueológico.

O período intermediário de ocupação do sítio, cujo conjunto corresponde aos níveis entre 50 e 70 cm é caracterizado pela presença

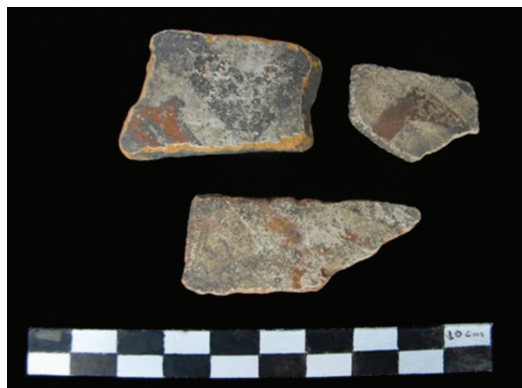


Figura 4 – Conjunto de peças com pintura policroma



Figura 5 – Conjunto de peças com motivo exciso.

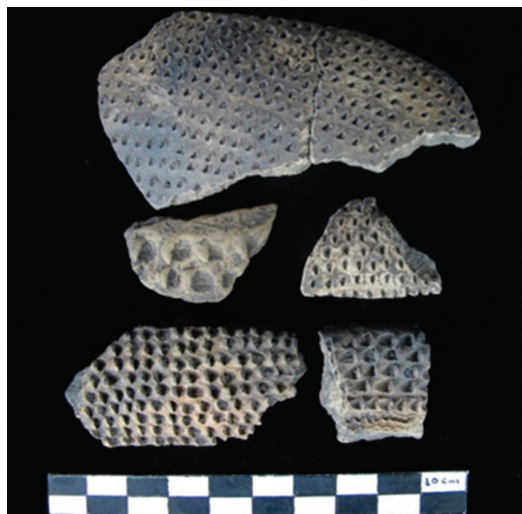


Figura 6 – Conjunto de peças com motivo ponteadado



Figura 7 – Conjunto de peças com motivo inciso.

de elementos do conjunto mais recente como: decorações geométricas e incisões decoração pontuada, incisões finas e engobo vermelho, fragmentos sem decoração, pasta acinzentada e queima redutora, tempero cauixi. Porém intercalando com fragmentos sem elementos diagnósticos como a decoração.

Já o terceiro conjunto, o mais recente correspondente aos níveis entre 10 e 40 cm as decorações caracterizam-se em: pintura branca e vermelha, predominância de ponteados de dois tipos, arrastado e repuxado, mas há o ponteadado contínuo. Em menor quanti-

dade, incisões finas e decoração acanalado. O tempero observado neste conjunto é a mistura entre cauixi, cacos moídos e grânulos de quartzo e hematita. A coloração da pasta é predominantemente bege/acinzentado e laranja-claro.

Quanto ao material lítico recolhido na unidade, a maior parte deles não mostrou evidências de modificação ou utilização humana. O material divide-se em concreções lateríticas, hematitas, arenitos e quartzos. Também foi encontrado um fragmento (estilha) de sílex (Gráfico4).

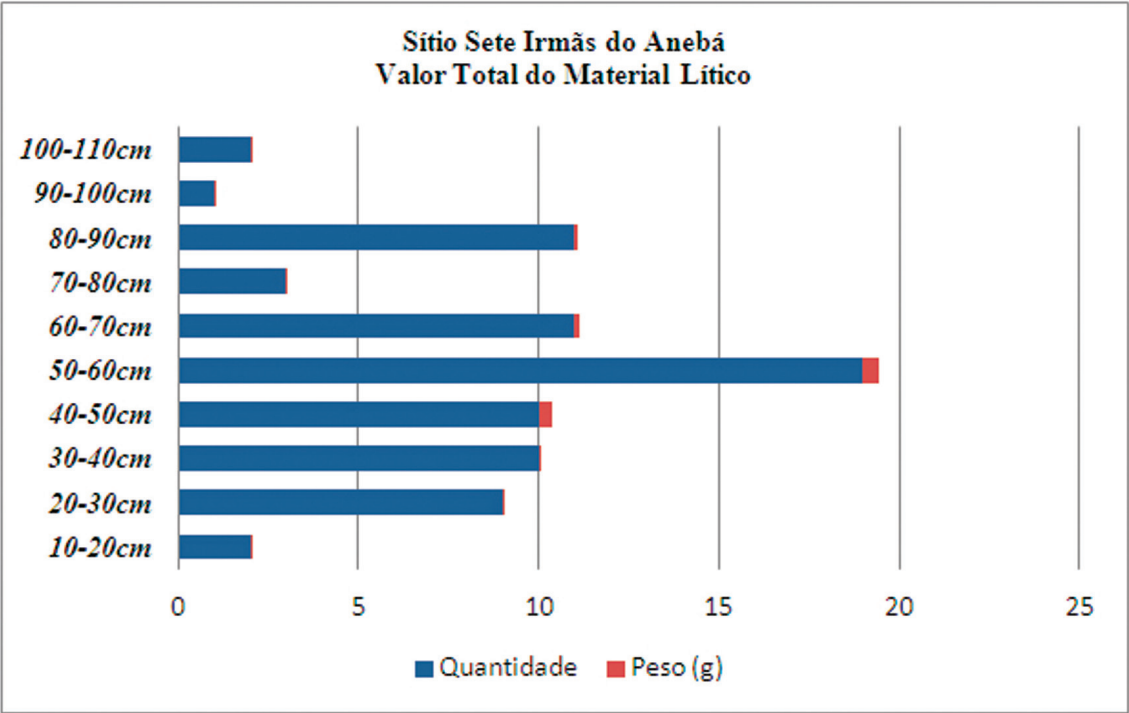


Gráfico 4 - Valores referentes a quantidade X peso do material lítico nas unidades.

O sítio Sete Irmãs do Anebá chama a atenção pela grande quantidade de fragmentos decorados, verificado entre os conjuntos cerâmicos identificados conforme relatado no Laudo de Avaliação de Impacto do sítio arqueológico (LIMA e MORAES 2010). Embora tenham sido identificados dois conjuntos tecno-cronológicos distintos, os mesmos aparentam estarem em sequência crono-estratigráfica bem definida. Como já mencionado, ambos se mostraram em contextos locais unicomponenciais, bastante próximos topologicamente. A análise das densidades totais de fragmentos por nível estratigráfico sugere um interessante padrão de distribuição vertical dos vestígios, que foi posteriormente corroborado pela interceptação do perfil estratigráfico e pelas análises tecnológicas (Idem).

Corroborando com a análise estratigráfica os três conjuntos apontados mostraram-se condizentes com a análise tecnológica. As análises cerâmicas sugeriram três conjuntos tecnológicos claramente distintos, e dispostos em três contextos estratigráficos diferentes na unidade N759E1163, repetindo-se o mesmo padrão nas outras unidades escavadas. Dessa forma, as análises cerâmicas realizadas levam ao entendimento de que trata-se de três conjuntos

tecnológicos diferentes, separados por um hiato crono-estratigráfico (Idem).

Portanto há dois polos de densidade de material corroborando com o resultado da datação radiocarbônica por C-14 em que, o conjunto mais profundo que está entre 80-130 cm foi interpretado como mais antigo. De outra forma, o conjunto mais recente de profundidade entre os níveis 10-50 cm, marca a sua ocupação tardia. Já a camada intermediária sugere um intervalo de ocupação entre esses dois momentos, observado entre os níveis 50-70 cm.

Os carvões enviados para a datação por C-14 foram escolhidos por terem sido retirados do perfil da unidade N759 E 1163 (F2) e, por isso tem-se a visualização de que essas carvões foram retirados de três camadas de diferentes ocupações, (camadas estratigráficas,²³ possivelmente referindo-se a três momentos de ocupação) como mostra a figura 3, referente ao desenho estratigráfico da unidade. E o resultado da datação por C-14 confirmou o que a análise estratigráfica e tecnológica do material já indicavam, um momento de ocupação do sítio mais antiga representada pelas últimas camadas escavadas na unidade entre os níveis 80 e 130 cm com datação de 1.490 +/- BP, outro momento

23 Estratigrafia: sequência das camadas geológicas e/ou arqueológicas; numa estratigrafia normal, as camadas mais recentes estão por cima das mais antigas; a estratigrafia permite saber a cronologia relativa de deposição dos vestígios arqueológicos. Distúrbios podem provocar erros de interpretação, se não forem reconhecidos durante a escavação (PROUS, 2007).

intermediário de ocupação de nível 50 e 70 cm com datação, 850 +/- 40 BP e a camada mais acima do solo que seria a mais recente ocupação da região, níveis 10 e 40 cm com datação de 620 +/- 40 BP.

Tabela 2 –Tabela com resultados dos carvões enviados para datação.

Nível de Escavação	Datação Radiocarbônica	Conjunto Artefactual
80-130cm	1.490+/-BP	Fase Itacoatiara da Tradição Borda Incisa
10-40cm	620+/-BP	Tradição Incisa Ponteada e Policroma

Fonte: Projeto Baixo Urubu, 2012.

Segundo Lima e Moraes (Idem), o período de ocupação inicial do sítio é datado provavelmente dos primeiros séculos da era cristã *Anno Domini*. O conjunto do nível mais profundo de escavação é composto por materiais ligados a Fase Itacoatiara da Tradição Borda Incisa, descrita por Lima como:

[...] tendo as cerâmicas características de alto rebuscamento das decorações e por grande variabilidade em termos formais e decorativos. A presença de policromia nos estratos mais antigos associada em menor proporção com vasilhas com flanges labiais requentadamente decoradas através de incisões e excisões em motivos curvilíneos e modelagem com motivos biomorfos, sempre tendo o cauixi como tempero (LIMA, 2008).

Segundo Machado (1991), pertencem a essa tradição quatro fases arqueológicas: Fase Mangueiras, localizada na costa Norte da ilha do Marajó e Sul da Ilha de Caviana Estado do Pará descrita por Meggers, Evans e Simões. Fase Manacapuru, margem esquerda do Médio Amazonas e Fase Caiambé, localizada na margem direita do Médio Amazonas descrita por Hilbert em 1968. Fase Silves localizado no baixo rio Sanabani margem Norte do Lago, na ilha e Paraná de Silves estudada por Simões e Machado (1987).

O sítio Castanheira foi identificado por Simões em 1969, com datação de 980 ± 200 a.C. Sendo essa datação atribuída a fase Ananabuba de tradição Hachurada Zonada Pela existência de maior quantidade de fragmentos cerâmicos dessa fase. No entanto, no mesmo nível de escavação havia fragmentos pertencentes à Fase Mangueiras da Tradição Borda Incisa.

Com as pesquisas de Hilbert (1968) em 1962 foram identificados em dois sítios arqueológicos a Fase Caiambé e a Fase Tefé. E o material cerâmico foi separado pelos tipos diferentes de antiplástico. As cerâmicas que apresentavam cauixi seriam atribuídas à Fase Caiambé com datação de A.D. 640 ± 60, A.D. 720 ± 60, enquanto que os que apresentavam o antiplástico cariapé foram incluídos na Fase Tefé. Em outro sítio arqueológico, Hilbert identificou a ocorrência da Fase Manacapuru com datação de A.D. 425 ± 58 o qual correlacionou com o antiplástico cauixi e os fragmentos com o antiplástico cariapé pertencem a Fase Guarita.

Já a Fase Silves identificada em quatro sítios arqueológicos através do trabalho de Simões e Machado (1987) usou como critérios classificatórios para os tipos simples de cerâmicas a quantidade de fragmentos com os mesmos tipos de antiplástico somado ou não a outros. E a técnica decorativa para os fragmentos decorados independente de antiplástico. Nessa Fase aparece a diversidade de combinações de antiplástico, isolados e associados, como, cauixi, cauixi com caco moído, cauixi com cariapé. A datação para a Fase Silves é de A.D. 200 \pm 105 e A.D. 210 \pm 65.

Já o período supostamente mais recente de ocupação da área é caracterizado por material composto por ampla variabilidade decorativa, e com elementos aparentemente ligados a duas das quatro tradições ceramistas da Amazônia as Tradições Incisa Ponteadada e Policroma, a Fase Saracá (LIMA, 2013, neste volume). A primeira citada é definida como Tradição Ceramista da Bacia Amazônica, caracterizada por incisões predominantemente retilíneas, às vezes em padrões desenhados com precisão em linhas paralelas e associadas a ponteados. Ocorre também modelagem em baixo relevo ou em adornos biomorfos sobre a borda ou parte do vaso e a pintura (MACHADO, 1991).

Dentre os traços comumente associados à primeira e percebidos no Sítio Sete Irmãs do Anebá encontram-se ponteados, incisões finas e tempero composto principalmente por cauixi, dentre outros. Essas características da Tradição Incisa Ponteadada ocorrem concomitantemente, e num mesmo fragmento, em cerâmicas com traços

da Tradição Policroma (TPA), caracterizada pela presença de pintura (preto e vermelho sobre engobo branco), bordas reforçadas e flanges mesiais e, também acanalado. Estratigraficamente, esses elementos não se diferem e se trata um mesmo conjunto Saracá (LIMA, 2013, neste volume).

REFERÊNCIAS

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi**, 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

HILBERT, Peter. **Archäologische untersuchungen am mittlern Amazonas**. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1968.

HILBERT, P.; HILBERT, K. Resultados preliminares da pesquisa arqueológica nos rios Nhamundá e Trombetas, Baixo Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia**, v. 75, p. 1-11, 1980.

LATHRAP, Donald. **The Upper Amazon**. London: Thames and Hudson, 1970a.

_____. Review of Archäologische Untersuchungen am Mittlern Amazonas, by Peter Hilbert. **American Antiquity**, v. 35, n. 4, p. 499-501, 1970b.

LIMA, Helena P. Projeto baixo Amazonas: arqueologia regional e história local do baixo Urubu-Municípios de Itacoatiara e Silves/AM. Manaus: IPHAN, 2009.

_____. **História das Caretas:** a tradição borda incisa na Amazônia Central. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2008.

_____; MORAES, Bruno. **Avaliação de impacto relativo às obras do projeto de pavimentação e melhoria da estrada da várzea AM-363**, Manaus: IPHAN, 2010. Relatório não publicado.

MACHADO, Ana Lúcia da Costa. **As tradições ceramistas da bacia Amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

MEGGERS, B.; EVANS, C. An experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest Area of South America. In: LOTHROP, Samuel. (Ed.). **Essays in Precolumbian Art and Archaeology**. Cambridge: Harvard University, 1961.

MYERS Thomas P. Agricultural Limitations of the Amazon in Theory and Practice. **World Archaeology**, The Humid Tropics, v. 24, n. 1, p. 82-97, jun. 1992.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NIMUENDAJU, Curt. **Comments on the Archaeological finds in:** In Pursuit of a Past Amazon. Göteborg: Etnologiska Studier, 2004.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros:** a pré-história de nosso país. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SCHAAN, Denise Pahl. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fazes e tradições. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.2, p. 77-89, jan-abr. 2007.

SIMÕES, Mario. **Índice das fases arqueológicas brasileiras 1950 – 1971**. Belém: Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 18. 1972.

SIMÕES, Mário F. **Pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira**. 1978-1982. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983. (Publicações Avulsas).

_____; ARAUJO-COSTA, Fernanda. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisas e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1978. (Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 30).

_____; MACHADO, Ana Lúcia. Pesquisas Arqueológicas no Lago de Silves (AM). **Revista de Arqueologia:** Belém, v. 4, n.1, p. 49-82, 1987.

SILVA, João Marcos Lima; RODRIGUES, Tarcísio Ewerton. **Levantamentos de Solos de Alta Intensidade do Município de Silves:** estado do Amazonas. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

Sítios de contato: análise preliminar do sítio cerâmico-histórico do Tauaquera, no baixo Rio Anebá

Catarina Ribeiro Calheiros

RESUMO

A arqueologia no município de Silves (Médio Amazonas) vem sendo gradativamente pesquisada e quanto mais sítios são identificados mais se percebe a variabilidade artefactual entre os mesmos. Em um dos rios que formam o extenso Rio Urubu, há o Rio Anebá, no qual está localizado o sítio Tauaquera, identificado e relatado em literatura arqueológica na década de 90 e com grande carga histórica na região, este que foi palco de disputas de poderio religioso contra indígenas em 1663. Todos esses eventos fazem do Rio Anebá e, notavelmente o sítio Tauaquera uma junção de diversos ‘contatos’, marcas do período pré-colonial, colonial e os hábitos e vivências atuais. A partir dessa narrativa, foram estabelecidos objetivos que nos remetem a divulgar e registrar cada vez mais detalhadamente aspectos culturais históricos e arqueológicos a partir da análise comparativa do sítio em questão com outros, no mesmo rio, relacionados.

INTRODUÇÃO

No município de Silves, mais precisamente ao Sul próximo no limite com

Itacoatiara, localiza-se o Rio Anebá (afluente do Rio Urubu), este que através de anos tem sua história descrita em livros e relatos que nos remetem ao período colonial no Médio Amazonas. Silves especialmente trata-se de uma região culturalmente rica e historicamente antiga, sendo um dos mais antigos municípios do Estado do Amazonas e pode ser considerado como elemento da história colonial e pós-colonial da região. Nele há grande diversidade de vestígios arqueológicos: testemunhos de uma difusa história de quando a região era habitada por diversos grupos indígenas que possuíam uma cultura material bastante diversificada.

A pesquisa tem como referência o sítio Arqueológico Tauaquera (AM-IT-22), já cadastrado no IPHAN e com descrição publicada na literatura arqueológica nos anos 90 (MACHADO, 1991). Adjacente às informações sobre o sítio Tauaquera - localizado na margem esquerda do Rio Anebá existe relatos sobre a Missão do Anebá (1663), localizada no rio de mesmo nome, segundo relatos históricos, foram estabelecidas aldeias para realização das Missões de Colonização, dentre elas a Missão do Anibá, que após batalhas e perdas de ambos os lados, uniu-se à

Missão do Saracá, hoje cidade de Silves (REIS, 1989). Adicionadas a essas informações é feito um breve levantamento sobre demais sítios ao longo do Médio e Baixo Anebé com características semelhantes ao Tauaquera – presença pré-colonial e colonial; tais dados nos permitem hoje explorar e aprofundar o conhecimento sobre essa história para compreender mais uma parte da vasta cultura material presente no Estado.

No sítio Tauaquera a pesquisa foi realizada para maior compreensão das sucessivas ocupações de grupos sociais, levando em conta trabalhos já realizados na área do rio em pauta. Atualmente, no Médio e Baixo Rio Anebé há cinco comunidades ribeirinhas, todas com marcas dos séculos passados nas quais são comuns através das narrativas de antepassados sobre os bens naturais e cultura material que havia na região como espécies de animais que hoje já não são habituais, muitos fragmentos cerâmicos e líticos e, principalmente no Tauaquera, grande quantidade de terra preta.

A intensa ocorrência de material cerâmico achado ao longo do Rio Urubu, principalmente próximo à foz desperta curiosidade por, segundo Lima (2008), ser o limite geográfico de duas grandes tradições ceramistas do período pré-colonial, a Tradição Polícroma da Amazônia e a Tradição Incisa e Ponteadada. Sendo essas tradições ceramistas constituídas de importantes dados sobre o

período pré-colonial da Amazônia é relevante que o material coletado em campo nas águas do Urubu e Anebé ajudem a complementar a cronologia de ocupação da região através das variações tecnológicas e estilísticas das cerâmicas e dos fatos oriundos da colonização integrando dados atuais sobre as sociedades que viviam na região.

Como principal objetivo proposto há a compreensão dos momentos de ocupação humana no sítio Tauaquera. A partir deste foram estabelecidos demais objetivos, como periodizar os momentos cronológicos; caracterizar o sítio arqueológico Tauaquera e apontar os sítios arqueológicos ao longo do Médio e Baixo Anebé que tenham vínculo cronológico ou estilístico com os materiais do sítio em questão. A pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas metodológicas que se resumem em incursões a campo em 2010 e 2011 (etapa 1 e 2) seguidos de levantamento de dados sobre sítios e comunidades no médio e baixo Anebé (etapa 3); análise de dados, tanto dos vestígios arqueológicos – triagem e curadoria em laboratório, quanto dos levantamentos orais informais (etapa 4) e como etapa 5 a sistematização e compilação dos resultados obtidos pelas análises.

O presente artigo está organizado em tópicos para melhor entendimento das questões. As atividades realizadas em campo são descritas de modo a relatar e situar o leitor quanto sua geografia e paisagem. A questão

da tipologia cerâmica, o enfoque histórico, mobilidade social e caracterização do vestígio terra preta se mostram imprescindíveis para nortear as discussões e considerações finais.

TERRITÓRIO E ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS

O território compreende o uso do solo por determinada sociedade, não somente isso, mas também o que ele representa, seja através de poder político, força administrativa, ênfase social ou simbólico. A formação de um território dá as pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade. (SANTOS e SILVEIRA, 1996) A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estrategicamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005).

Todas as sociedades humanas, qualquer que seja a época, ocuparam uma determinada área geográfica e escolheram um lugar para viver, ou seja, territorializaram determinado espaço. Sendo assim, estabeleceram práticas e normas de convivência entre os membros da mesma residência, na área voltada ao trabalho, durante refeições, no fabrico de utensílios, nas atividades lúdico-esportivas e em ritos funerários. Essas características variam

culturalmente, mas os hábitos e a escolha de viver em sociedade permanecem até os dias atuais. Essa vivência em comunidade produz vestígios materiais que caem diretamente no chão ou que são posteriormente descartados no solo. Com o passar do tempo, esses objetos são cobertos por sedimentos e acabam ficando enterrados, podem ser vestígios formados por restos de alimentos, artefatos de uso domiciliar, fogueiras, entulho de construções ou estruturas funerárias.

Na região do Médio Amazonas, temos como referência quatro grandes tradições, das quais duas são simuladas nas cerâmicas do Médio e Baixo Rio Anebé, principalmente no sítio Tauaquera. As cerâmicas encontradas e coletadas fazem menção às Tradições Borda Incisa e Inciso e Ponteadado (MACHADO, 1991).

A Tradição Borda Incisa, caracteriza-se por motivos incisos sobre as largas bordas horizontais das vasilhas, assim como a presença do engobo vermelho e escovado. A essa tradição, pertence à Fase Silves, que foi identificada por Simões e Machado, em 1987, em quatro sítios arqueológicos ao longo do Rio Sanabani e ilha de Silves e tem datação absoluta de A.D. 200 +/-105 e A.D. 210 +/-65 com variedade de decorações associadas: o pintado, o modelado e o ponteadado. (MACHADO, 1991). À tradição Inciso e Ponteadado, cronologicamente mais recentes do que a anterior, datadas do período pré-colonial

tardio, entre os séculos XI e XVI (LIMA, 2008) cabe como principal característica a diversidade de técnicas decorativas, como incisão, excisão e acanalada sobre superfícies simples e engobadas.

Uma importante característica dos sítios-habitação amazônicos e em especial do sítio Tauaquera é a coloração diferenciada do solo, manhas na terra escura evidenciando o contorno de antigas ocupações, são os chamados solos de Terra Preta (TP). Esses sítios são encontrados nas margens dos grandes rios e lagos, raramente em áreas interfluviais, é um solo antropogênico de coloração escura resultado do conteúdo de matéria orgânica, dos teores de carbonato de cálcio, presença de cinzas, carvão e materiais terrosos oxidados. Segundo Costa et al (2009) em meio a terra preta são encontrados também ossos, conchas, fogões, material cerâmico, líticos etc., que servem de identificação dos grupos pré-históricos, essa que é indicadora na presença de sítios arqueológicos na Amazônia.

A grande quantidade de vestígios arqueológicos presentes em áreas de TP deve-se ao fato destas serem consideradas lixeiras das sociedades passadas, sendo depósitos de cerâmicas, coliformes fecais, lixo doméstico e restos de animais e alimentos. Com o tempo, e a inutilização dessas áreas, minerais com matéria orgânica foram se concentrando tornando o solo fértil, sendo atualmente bastante aproveitado como campos de cultivo. Onde

há terra preta certamente será encontrado um sítio arqueológico, com muitas cerâmicas e abrangência de dados. De acordo com pesquisas anteriores, na região do Tauaquera encontra-se a maior porção de TP no Anebá, e de acordo com o proprietário essa dimensão é de 500 m.

BREVE CARACTERIZAÇÃO

O município de Silves é localizado na região do Médio Amazonas, distante da capital amazonense cerca de 250 km por via fluvial, na época da cheia, e terrestre percorre-se 226 km da estrada AM 010 (Manaus-Itacoatiara) e mais 127 km da BR-363. O município é constituído, na maioria por descendentes de índios, portugueses, espanhóis e nordestinos, as comunidades são formadas por grupos de família com produção tipicamente camponesa, concentrada principalmente na produção de farinha, peixe e extração de madeira. A cidade de Silves encontra-se em uma ilha bastante elevada, localizada a margem esquerda do Rio Amazonas, dividindo o Rio Urubu do lago Canaçari.

O Rio Urubu, do qual o Anebá é afluente, forma um dos maiores lagos da região, o lago Canaçari, quando o volume d'água ultrapassa os limites do lago, este fica inteiramente ligado ao Rio Amazonas, e na época a seca, surgem vários lagos que, transforma-se em um verdadeiro sistema de

lagos menores, servindo de estratégia para reprodução de peixes, e contribuindo para a subsistência das comunidades localizadas ao longo do lago (AMAZONAS, 2001). O Rio Anebá é conhecido por suas belas praias no período de vazante e, estando à localidade do Tauaquera em superfície elevada sofre inundação nas áreas marginais sazonalmente, o que impede dos vestígios arqueológicos sofrerem danos pela subida das águas, estando estes em terra firme.

Silves primeira sede do município de Itapiranga, foi o primeiro núcleo Europeu, criado no território do atual Estado do Amazonas. O povoamento da região tem seu marco inicial na fundação da Missão do Saracá, por Frei Raimundo, da Ordem das Mercês, em 1660. Segundo Noronha (2003), habitavam a região os índios Caboquenas, Buruburus e Guanavenas. A denominação de Saracá dada à missão, pelo seu fundador, originou-se no lago em cujo centro se encontra a ilha de Silves ou de Saracá, onde se instalara a missão. Nos relatos de Sampaio (1852), nota-se que em 1663, sangrentas lutas são travadas entre os colonizadores portugueses e os silvícolas, próximos ao Rio Urubu. No mesmo ano, Pedro da Costa Favela, chega à foz do Rio Urubu, aí desembarcando parte de sua tropa para a manutenção da ordem. Em 1759, a aldeia de Saracá é elevada à Vila, com a denominação de Silves e como sede de município de mesmo nome no qual se

integrava o território que hoje constitui Itapiranga.

O sítio arqueológico Tauaquera é próximo à foz do Rio Anebá no Rio Urubu 5 km, na bacia do Sanabani município de Silves/AM, latitude 2°57'27" e longitude 58°29'47". A área é de 3 he com mata secundária e capoeira e formado por vegetação arbustiva com grande número de árvores frutíferas, o que é propício à vivência para grandes grupos no passado. A cobertura vegetal da região está bastante modificada devido às diversas ações antrópicas decorrentes do período pré-colonial. É um terreno isolado, não pertencendo a nenhuma das comunidades próximas, está entre dois igarapés, à direita o Mauari e à esquerda do Tertulino. Sítio escavado por Mário Simões em 1980, cadastrado com a sigla AM-IT-22: Tauaquera. A sigla IT é por sua proximidade com o município de Itacoatiara, porem, o sítio em questão faz parte do município de Silves.

Os processos de ocupação pelos quais o terreno passou podem ser divididos cronologicamente em três macropérios: ocupação indígena pré-colonial, colonização da ordem missionária e atualmente.

O sítio arqueológico remete ao período pré-colonial e também colonial. Ao longo dos Rios Urubu e Anebá e, principalmente antes da colonização havia vários grupos étnicos distintos, como os Aneakis, Baré, Bacúna, Conami e outros constituindo

um número de aproximadamente 4.000 índios (SAMPAIO, 1825). O sítio colonial é perceptível do lado E do terreno através de restos de edificações históricas formados por alinhamentos rochosos. Atualmente, o sítio é habitação do Sr. Antonio Fernandes Bandeira, único morador. Foram construídas por ele, nos anos 60, as casas que hoje se fazem presentes; atualmente há criação de galinhas e cultivo de macaxeira e árvores frutíferas para uso particular e venda.

Ações em campo

As idas ao sítio Tauaquera tiveram o objetivo de reconhecimento da área, demarcação do sítio, quantidade de TP e caracterização de dois sítios associados no curso do Anebá. A princípio foram realizadas tradagens de 1 m de profundidade partindo do centro do terreno sistemático e assistemático em duas linhas no eixo N/S magnético totalizando 19 tradagens a uma distância de 10 a 20 m, resultando na coleta de 254 fragmentos arqueológicos entre material cerâmico e lítico. De acordo com as pequenas intervenções realizadas, foi perceptível a evidência de um pacote de TP com 80 cm de profundidade, apresentando leve variação de coloração e textura. A respeito das ruínas elas encontram-se a SE do terreno, supondo então, que a imagem conhecida através de relatos de Simões seja do outro lado do

terreno, pertencentes a outro proprietário, sobre o qual não foi fornecido contato.

No curso do Baixo e **Médio Rio Anebá, segundo literatura arqueológica, há dois sítios que possuem vínculos estilísticos** com o Tauaquera, sendo eles o sítio Cristo Rei e Macimini, ambos localizados no Baixo e Médio Rio Anebá (Figura 1).

Sítio Arqueológico Cristo Rei: sítio cerâmico de habitação localizado na foz do Rio Anebá com o Urubu e cadastrado no CNSA com sigla AM-IT-21. O terreno compreende uma dimensão de 400x1000m, tendo uma concentração de material arqueológico e TP por 6he atingindo pacote de 1m de profundidade em alguns pontos. As cerâmicas arqueológicas coletadas pela família residente no terreno possuem características da Tradição Borda Incisa, com pinturas vermelhas e motivos geométricos, apêndices antro ou zoomorfos e incisos finos e largos, sendo intensa a presença de líticos espalhados pelo terreno, conforme figura 2.

Sítio Arqueológico Macimini: localizado em uma alta vertente na margem direita do Médio Anebá em área de igapó e cadastrado no CNSA com sigla AM-IT-23. Terreno bastante elevado, onde o proprietário utiliza uma área de TP de 250 x 1000m para cultivo de verduras, legumes e culturas como milho, mandioca, além da criação de gado. A concentração de cerâmicas e TP esta no topo da vertente, de onde se tem uma visão

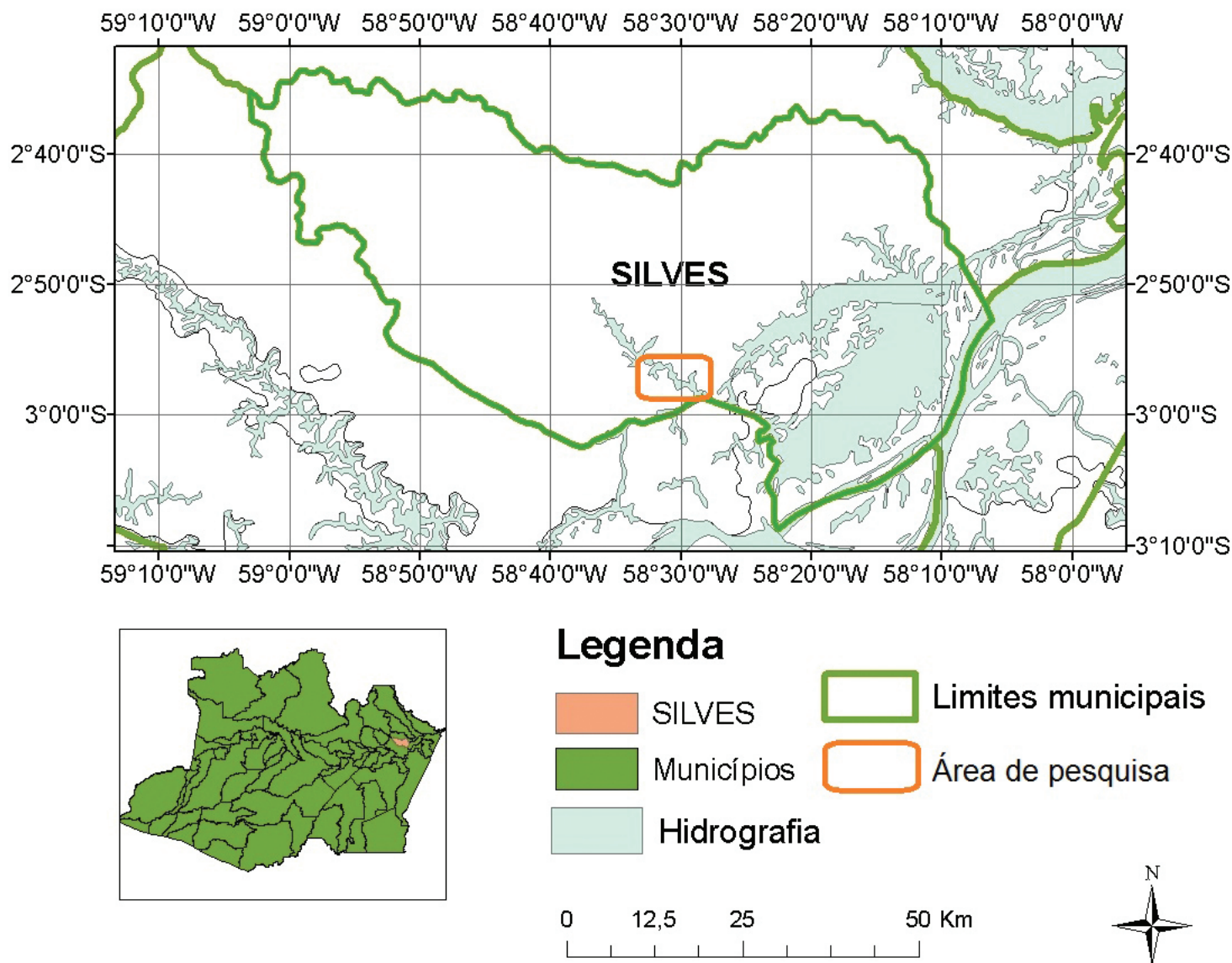


Figura 1: Localização da área de pesquisa. Fonte: Calheiros, 2010.



Figura 2: Materiais arqueológicos do sítio Cristo Rei. Fonte: Calheiros, 2011.



Figura 3: Artefatos líticos encontrados em superfície no Sítio Macimini. Fonte: Calheiros, 2011.

privilegiada do médio curso do rio e demais comunidades. Entre as peças cerâmicas, grande é a presença de bordas com incisões largas, rodas-de-fuso e alças de potes de grande porte, quanto aos líticos, estes estão em menor frequência, sendo conhecidos e denominados pelos comunitários como ‘pedras de raio’ (Figura 3). Este é um dos poucos terrenos no curso Médio do Rio Anebé com presença de TP e a W das residências há presença de muitos cacos de louça do período colonial legitimando a intensa moradia de grupos coloniais.

A etapa final de campo consistiu na escavação de uma unidade de 1 m² recebendo identificação N980 E999. Localizada em área próxima ao roçado de mandioca a W do terreno, possui 1m de TP apresentando leve clareamento visível após o dito nível, nesta

intervenção foram coletados 83 fragmentos cerâmicos nos níveis 20 a 100 cm. Apesar de estar próxima à plantação, a área não foi alterada no período de 10 anos aproximadamente. A coleta de material cerâmico na unidade serviu para completar informações sobre variabilidade cerâmica do sítio (categoria ao qual está inserido – sendo considerado até o momento unicomponental), o contexto de deposição dos fragmentos cerâmicos e a estrutura de uso/ocupação do sítio, tendo a delimitação deste, já definida pela medição da dispersão da TP no terreno. A unidade estava bastante perturbada com bioturbações até alcançar 130 cm onde foram percebidas mudanças na textura, após esse nível a textura mudou gradativamente para argilo-arenosa e compactação média com o sedimento pegajoso, frio e úmido.

A respeito da coleta do carvão, sua datação é de importância impar, pois através desta, será possível afirmar a que momento da história pré-colonial o sítio está inserido, completando assim, a rede de cronologia absoluta do projeto Baixo Urubu. Os perfis escolhidos para desenho e coleta de carvão foram os leste e oeste, por estes apresentarem maior relevância para a presente etapa (visibilidade, quantidade, contexto do material cerâmico e carvão). Durante escavação da unidade, foram coletadas no Tauaquera 10 amostras de carvão provenientes da unidade escavada, e que depois de pesados e revistos os contextos dentro na unidade, somente um foi selecionado para envio ao laboratório. Este estava localizado a 66 cm da superfície em solo de terra preta de índio com textura areno-argilosa e pouca compactação. No mesmo nível foi coletada uma estrutura referente a uma trempe. A amostra foi enviada ao Laboratório Beta Analytic Inc., Flórida/USA com identificação é PBU-TQRA-161 (Projeto Baixo Urubu – Tauaquera – número de proveniência 161).

ATIVIDADES EM LABORATÓRIO

Todo material coletado em campo foi embalado e enviado ao laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Amazonas/Manaus. No presente artigo serão descritos somente as cerâmicas coletadas

na escavação da unidade N980 E999. Após o material passar por todos os processos de limpeza, foi feita a triagem. O método tipológico foi utilizado para separar os artefatos de acordo com suas características físicas, sendo classificados de acordo com as semelhanças e diferenças que agrupam ou distinguem o material proveniente dos níveis na unidade. Ao todo, foram triados 1538 fragmentos cerâmicos, ausentes bolotas e artefatos líticos. Partindo da análise dos perfis da unidade e do material cerâmico coletado, é perceptível maior densidade de material arqueológico entre os níveis 30 a 80 cm de profundidade, que corresponde à camada de terra preta também visível e predominante na estratigrafia do perfil da unidade.

Realizando a análise do material cerâmico, foi certificado que os artefatos mais comuns são as bordas decoradas, os suportes de panela, os pesos, as alças e um fragmento de cachimbo. Sobre a técnica de manufatura dos objetos cerâmicos há predominância da modelagem, onde a argila era trabalhada manualmente. As técnicas decorativas são características pela diversidade, havendo incisão, pontado, aplicado, acanalada sobre superfícies simples e com engobo. Entre as cerâmicas, o antiplástico mais comum é o cauixi e o cariapé. O cariapé é retirado da casca da árvore na mata e aparece em menos quantidade entre o material analisado. Na decoração pintada, foram utilizadas as cores vermelho,



Figura 4: Conjunto de peças com inciso e ponteadas. Fonte: Calheiros, 2011.



Figura 5: Conjunto de peças de bordas incisadas. Fonte: Calheiros, 2011.



Figura 6: Conjunto de adornos cerâmicos e apliques modelados. Fonte: Calheiros, 2011.

branco e preto. O vermelho está presente na maioria dos artefatos, utilizado isoladamente ou associado a demais pigmentos. O pigmento branco, o caulim, foi utilizado em alguns fragmentos, sendo este um produto mineral existente no arredor do sítio.

A partir da análise cerâmica, é possível formar conjuntos a partir das cerâmicas diagnósticos, ou seja, das que tenham as características mais evidentes e semelhanças nas técnicas de pintura, decoração, forma, e se pertencem a um mesmo objeto (figuras 4, 5, 6).

RESULTADOS OBTIDOS

Após análise do material proveniente do Tauaquera, é possível afirmar que é um sítio multicomponencial, ou seja, apresenta mais de um componente ou cultura arqueológica em seus estratos, fazendo menção a duas culturas

diferentes identificadas na unidade. O primeiro momento é referente à Tradição Borda Incisa (a 120-150 cm de profundidade), sendo esta mais antiga cronologicamente e marcada pela diferença no material da manufatura, há peças distinguíveis da Tradição Policroma, fazendo do Tauaquera um sítio de contato dessas três grandes tradições ceramistas da Amazônia. As cerâmicas mais recentes são relativas à Tradição Inciso Ponteadas (níveis 0 a 120 cm de profundidade), havendo maior quantidade desse material.

As cerâmicas pertencentes à Tradição Borda Incisa foram assim descritas pelos motivos incisos sobre as bordas das vasilhas, fazendo parte de uma das quatro fases arqueológicas locais, a Fase Silves. No Tauaquera as cerâmicas foram classificadas pelo tipo de antiplástico utilizado em peças simples (cauxi, cariapé e a combinação dos dois) e a técnica decorativa nos

artefatos decorados (multiplicidade de motivos e incisões finas e largas). A Tradição Incisa Ponteadada também está presente nos artefatos pela precisão em linhas paralelas e associadas a ponteados além das peças com modelado e pintura. As duas tradições possuem mesmo material referente ao antiplástico, assim como associações com outros materiais, como o carvão e areia. Mesmo que em quantidades diferentes, há uma variedade nas técnicas de incisão, sendo percebidas as pinturas: vermelha, branca e policroma, que já fazem menção a outra tradição Amazônica.

A Tradição Policroma se caracteriza pela proliferação de técnicas decorativas, como incisão, excisão e acanalada sobre superfícies simples e engobadas (MACHADO, 1991). Essas características foram percebidas durante análise das cerâmicas do Tauaquera e enquadradas dentro da fase Itacoatiara, pertencente à subtradição Guarita, essa que é considerada como a cultura cerâmica mais abrangente na Bacia Amazônica. As cerâmicas atribuídas a essa fase local são assim descritas pelo antiplástico utilizado, a presença de pintura policroma ou bicroma, incisões com ponteados, as rodas-de-fuso e os artefatos com motivos zoomorfos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de periodização pelo qual o Tauaquera passou corresponde a três

períodos, que foram vividos por grupos culturais distintos em épocas cronológicas caracterizados.

O período pré-colonial, representado por alterações resultantes da ação humana, como as terras pretas, que têm de extensão aproximada de 500 m². Nessa área afloram cerâmicas diversificadas, lisas e decoradas, entre elas, bordas, suportes de panela, bases com inciso largo e ponteados entre outros já descritos acima. Nessa região uma ordem em particular adentrou no Rio Urubu, em 1663, para fins de catequizar e ‘colonizar’ os indígenas, era a ordem de Nossa Senhora das Mercês, ou os mercedários, congregação religiosa espanhola que estabeleceu no Baixo Amazonas cinco aldeias para efetivar suas obras: a aldeia de Saracá, no Anibá, Uatumã e as de São Pedro Nolasco e São Raimundo, no Rio Urubu. As missões do Anibá e Uatumã não tiveram longa duração, unindo-se a Aldeia do Saracá, que posteriormente tornou-se a atual cidade de Silves (NORONHA, 1862 [2003]; REIS, 1989).

Somando essas evidências, faz-se crer que esta é uma área com grande potencial arqueológico, há ruínas e louças dispersas em superfície do período colonial e cerâmicas pré-coloniais, a quantidade de cerâmicas, artefatos líticos é muito grande, assim como a extensa camada de terra preta. Somando os dados históricos com a datação do carvão coletado, que resultou no século XVII, pode-

se concluir a real ligação da ocupação pré-colonial com a data da missão, documentada em fontes históricas.

Sobre a distinção das comunidades ao longo do Médio e Baixo Anebé foi possível concluir que após anos de impasses culturais e após a saída dos mercedários, a região sofreu com a prática predatória de caça e pesca (principalmente tartarugas), sendo utilizados os mais variados métodos para aprisionamento dos animais, felizmente, essa atividade está controlada após punição e políticas de preservação. A região do Tauaquera esta inserida no projeto de criação da Unidade de Conservação no município de Silves, desenvolvido pelo Governo do Estado do Amazonas com apoio da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, no ano de 2009. Para tal projeto foram feitas coletas de dados sobre ambiente físico, social e cultural do município, sendo esse dividido por sub-regiões. Essas ações de políticas públicas estão fazendo com que mais danos ao ambiente sejam minimizados.

A construção do território no Tauaquera acontece a partir da permanência desses grupos indígenas que praticavam suas atividades em comunidade, seja de cunho social com a família ou demais membros da etnia, sendo o fruto dessas relações entre os homens, as relações de poder estabelecidas no meio. A fabricação dos artefatos arqueológicos também representa a constituição dessa categoria, mesmo que num

enfoque simbólico, pois reconhecem a região, no caso do município de Silves, Rio Urubu e Anebé como detentores de uma ‘cultura’ material. Foram marcas deixadas e passadas para seus descendentes que mesmo após mudanças sociotemporais, como o advento de novas tecnologias (radio, telefonia) continuam a produzir esses artefatos, ou utilizando as técnicas de extração do cariapé e cauixi, por exemplo.

Esses novos artifícios que os ribeirinhos hoje utilizam (forno a gás, motor e etc.) não os caracterizam como dentro de uma região ‘desterritorializada’, foram acrescentadas novas informações ao simples modo de vida dos indígenas, às sociedades simples, como muitos autores utilizam. Aconteceram, portanto, processos de (re) territorialização, onde com o passar dos eventos culturais e sociais, novas abordagens de utilização da região foram realizadas de forma descontínua. As relações de poder já não são as mesmas, passaram dos indígenas para os missionários seguidos de aventureiros, cronistas, mercadores e hoje, como o Sr. Bandeira, que chegou ao Tauaquera com intenção de habitação, estabilidade familiar.

Considerando o solo como indicador de informações sobre o sítio arqueológico, é válido contar com uma análise mais específica desde vestígio, sendo ele portador de dados sobre restos vegetais (sementes, carvão), animais (ossos, sepultamentos) e químicos.

Sendo assim, esta análise é feita por diversos pesquisadores de áreas diferentes. Durante a escavação da unidade foram coletados em todos os níveis amostras de solo, estas que para a presente pesquisa serviram somente como indicadores de habitação, mas que pode e deve, assim como demais sítios do curso do Rio Urubu, ter seus dados levados a uma mais detalhada interpretação.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, C. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1641 [1994].

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. **Dicionário descritivo, histórico, topográfico da Comarca do Alto Amazonas**. [S.n.; s.l.], 1852.

AMAZONAS. **Diagnóstico e estratégias municipais para o desenvolvimento do polo de ecoturismo do estado do Amazonas**: município de Silves. PROECOTUR/AM, 2001.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. Revista GEOgraphia, ano1, n. 2, 1999. Artigo digital.

CORRÊA, Conceição G.; SIMÕES, Mário F. Pesquisas arqueológicas na região do Salgado

(Pará). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 48, jul. 1971. Nova Série.

COSTA, Marcondes Lima da et al. A mineralogia e composição química de fragmentos de cerâmicas arqueológicas em sítios de terra preta de índio. In: **As terras pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009.

FARIA, Ivani Ferreira de et al. **Diagnóstico sócio-econômico para criação de Unidade de Conservação no município de Silves/AM**. Manaus, 2009. Mimeo.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Dossiê Arqueologias Brasileiras**, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 03 nov. 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., **Anais...** USP, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. 1997.

LIMA, Helena P. **História das Caretas**: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central. Tese (Doutorado em Arqueologia)--Museu

de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEPSCH, Igo F. **Formação e Conservação dos Solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

KERN, Dirse Clara et al. As terras Pretas de Índio na Amazônia: evolução do conhecimento em Terra Preta de Índio. In: **As terras pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009.

MACHADO, Ana Lúcia da Costa. **As tradições ceramistas da bacia Amazônica: uma análise crítica baseada nas evidências arqueológicas do médio rio Urubu (AM)**. Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

NEVES, Eduardo Goes. **Arqueologia Amazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Cronologias regionais, hiatos e continuidades na história pré-colonial da Amazônia. Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005. Projeto Temático – FAPESP.

NORONHA, Pe. Jose Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará, até as ultimas colônias do Sertão da Província. PA - 1768**. 1862 [2003].

REIS, Arthur Cêzar Ferreira. **Historia do Amazonas**. [S.n.; s.l.], 1989.

RIBEIRO, Sylvia Aranha de Oliveira. **Vida e morte no Amazonas**. São Paulo: Loyola, 1991.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário de viagem de 1774 e 1775**. [S.n.; s.l.], 1852.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

SIMÕES, Mario Ferreira; MAROJA, Ana Lucia da Silva; LOPES, Daniel Florêncio Fróis. **Pesquisas arqueológicas no médio rio Urubu (AM)**. [S.n.; s.l.], 1980.

TEIXEIRA, Wenceslau Gerales, **Solos da Amazônia**. Iranduba: [s.n.], 2009. Apostila do Curso Superior de Tecnologia em Arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

WOODS, William. Os solos e as Ciências Humanas: interpretação do passado. In: **As terras pretas de índio da Amazônia**: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009.

SOBRE OS AUTORES

ÂNGELA MARIA ARAÚJO DE LIMA

Aluna finalista do curso de arqueologia oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA, desde 2009-2012. Em Julho de 2010 participou do sítio escola oferecido pela coordenação do projeto Baixo Urubu, tornando-se voluntária e depois bolsista do projeto. Os resultados dessas análises foram utilizados em seu trabalho de conclusão do curso de arqueologia.

BRUNO MARCOS MORAES

Nascido em Varginha, no sul de Minas Gerais, graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Foi estagiário do Museu de Arqueologia e Etnologia da mesma Universidade, onde desenvolveu pesquisas de iniciação científica voltadas à etnoarqueologia. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA), trabalha atualmente com as temáticas relacionadas às populações ribeirinhas e interlocuções entre geoprocessamento e arqueologia, especialmente a modelagem preditiva locacional.

Participe do Projeto Baixo Urubu desde a sua concepção, elaboração e execução.

CARLOS AUGUSTO DA SILVA

Nasceu em Manaquiri-AM, cursou o ensino médio no Instituto de Educação do Amazonas, obtendo o grau de professor de ensino fundamental em 1983, cursou licenciatura e bacharelado em Ciências Sociais, especialista, mestre e doutorando pela Universidade Federal do Amazonas. Funcionário Público Federal foi professor das redes privadas e pública no período de 1993 a 2012. Atua na arqueologia da Amazônia desde de 1997. Participou de alguns projetos acadêmicos e de arqueologia de contrato no Estado do Amazonas.

CATARINA CALHEIROS

Graduanda em Geografia na Universidade Federal do Amazonas (Bacharelado/2013). Participados grupos de pesquisa: 1) Planejamento e Gestão do Território na Amazônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Território e Sustentabilidade; 2)

Arqueologia Regional e História Local no Baixo Rio Urubu, atuando principalmente nos seguintes temas: Arqueologia Amazônica e Geotecnologias Arqueológicas. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFAM - 2011). Participa do Projeto Baixo Urubu (municípios de Silves e Itacoatiara) desde 2010 em atividades em campo e laboratório com apoio institucional do Museu Amazônico em parceria com a empresa In Situ Arqueologia.

FILIPPO STAMPANONI BASSI

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo MAE/USP, sob a orientação do Dr. Eduardo Góes Neves. Membro, desde 2009, do Projeto Baixo Urubu, e desde 2012, do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP) do MAE/USP. Desenvolve pesquisas acadêmicas na região do rio Urubu financiado pelo CNPq, com um projeto cujo título é: *A Tradição Regional Saracá para além da cerâmica. Arqueologia do território e das estruturas domésticas em uma fronteira cultural pré-histórica na Amazônia.*

HELENA PINTO LIMA

Pesquisadora adjunta do Museu Paraense Emílio Goeldi na área de arqueologia, desenvolve

pesquisas acadêmicas ligadas à arqueologia amazônica. Atualmente coordena projetos de pesquisa e extensão nas regiões do Médio e Baixo Amazonas e orienta estudantes em programas de pós-graduação pela Universidade Federal do Amazonas. É doutora pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP (2008). Coordenou o curso de arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA (2009-2010). Atuou como professora visitante no programa de pós-graduação em antropologia social na Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2011-2013) é pesquisadora associada ao Museu Amazônico nesta mesma universidade, desde 2010.

INDIRA SOUZA

Graduada em Psicologia, participa dos grupos de pesquisa: Arqueologia Regional e História Local no Baixo Rio Urubu. Possui experiência voltada à Arqueologia Amazônica em atividades de inventário do acervo arqueológico e tabulação de dados. Prática em campo como estagiária e apoio técnico pelo Museu Amazônico (UFAM) em parceria com a empresa In Situ Arqueologia.

L. ANGELINA HOWELL

Realiza sua pesquisa de Doutorado no departamento de Antropologia da Univer-

sidade da Florida, com apoio financeiro da Fulbright. Sua pesquisa tem como foco os impactos sociais, econômicos e políticos causados por pesquisas científicas em comunidades rurais.

MARTA SARA CAVALLINI

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo MAE/USP, sob a orientação da Dr^a Márcia Angelina Alves. Membro, desde 2009, do Projeto Baixo Urubu, e desde 2012, do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP) do MAE/USP. Desenvolve pesquisas acadêmicas na região do rio Urubu financiada pela Capes, com um projeto cujo título é: *As gravuras rupestres da bacia do rio Urubu – Levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara – Estado de Amazonas*.

NIGEL SMITH

Nigel Smith é professor de geografia na Universidade da Florida em Gainesville (U.S.A.). Ele obteve seu Ph.D. na Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1976; estudou sob a orientação do professor brasileiro Hilgard O'Reilly Sternberg. Dr. Smith ensina na Universidade da Florida desde 1981; antes trabalhou no INPA,

Manaus. As pesquisas do Dr. Smith são voltadas à conservação e manejo de recursos naturais e matas antropogênicas nos trópicos, principalmente na Amazônia. Ele tem feito pesquisas de campo em vários países na Bacia Amazônica desde 1970. Ele é um “fellow” do Guggenheim Foundation (1986) e do Linnean Society of London (1991). Dr. Smith tem visitado o Rio Urubu e vizinhanças várias vezes desde 1976 quando ele começou trabalhar no INPA. Em 2012, com financiamento da Fulbright aproveitou um convite da Dra. Lima para renovar seu conhecimento da paisagem e cultura do Rio Urubu.

Este livro foi feito pela Edua – Editora da Universidade Federal do Amazonas, em Aldine721 BT, 12/18 e impresso em Manaus em 2013.
